



► Questionário Padrão
Due Diligence para Fundos de
Investimento – Seção 1:

Informações Sobre a Empresa

Gestor de recursos de terceiros (Pessoa Jurídica):

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Questionário preenchido por:

VIART – Vice Presidência Fundos de Investimento

Data:

30/06/2020

(Todos os campos devem ser preenchidos. Caso algum campo não seja aplicável à sua instituição, este deve ser preenchido com "N/A")

Sumário

Apresentação.....	3
1) Informações sobre a Empresa	4
1 - Informações Cadastrais	4
2 - Informações Institucionais	4
3 - Números da Empresa.....	12
4 - Receitas da Empresa	14
5 - Recursos Humanos	14
6 - Informações Gerais	15
7 - Informações Operacionais.....	16
8 - Compliance e Auditoria Interna.....	24
9 - Questões Jurídicas e Legais	28
10 - Anexos	28
2) Declaração	29
3) Eventos Importantes.....	30
Atualizar Sumário.....	

(Para atualizar o sumário, clique no texto acima com o botão direito,
atualizar campo, atualizar apenas os números de página)

Apresentação

O objetivo deste Questionário Padrão ANBIMA Due Diligence para Fundos de Investimento ("Questionário Due Diligence") é o de conferir maior racionalidade aos processos de diligência voltados para a seleção e a alocação de recursos em fundos de investimento, com o estabelecimento de um padrão único para o questionário a ser utilizado nesses processos. Geralmente aplicado por investidores institucionais ou alocadores de recursos ao gestor do fundo de investimento no qual se pretende investir, o Questionário Due Diligence foi elaborado e será periodicamente revisado por um Grupo de Trabalho formado por associados à ANBIMA. Sua utilização, contudo, não inibe a troca de informações adicionais acerca de questões eventualmente não contempladas no documento entre as partes envolvidas.

O Documento contém 3 Seções:

Seção 1 – Informações sobre a Empresa

Seção 2 – Informações sobre o Fundo de Investimento

Seção 3 – Resumos Profissionais

A adoção do documento é recomendada pelo Código de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimentos.

1) Informações sobre a Empresa

1 - Informações Cadastrais	
1.1	Razão Social
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	
1.2	Nome de fantasia
CAIXA	
1.3	Endereço
ST BANCARIO SUL QUADRA 04 – Nº 34 – BLOCO A – ASA SUL – BRASÍLIA/DF (Matriz)	
1.4	CNPJ
00.360.305/0001-04	
1.5	Data de constituição
12/01/1861	
1.6	Telefone
(11) 3572-4600	
1.7	Fax
1.8	Website
www.caixa.gov.br	
1.9	Quais são as autoridades regulatórias em que a empresa possui registro? Fornecer detalhes sobre os registros, tais como nome, data e nº de registro da atividade.
CVM - Ato Declaratório CVM nº 3.241, de 04 de janeiro de 1995.	
1.10	Membro de associações de classe? Quais?
Sim. A VIART é membro da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais	
1.11	Nome de quem responde o questionário
GEICO - Gerência Nacional Investidores Corporativos e demais áreas da CAIXA de acordo com os mandatos e responsabilidades das unidades gestoras.	
1.12	Cargo
-	
1.13	Telefone para contato
(11) 3572-4600	
1.14	Fax
(11) 3572-4600	
1.15	E-mail para contato
geico@caixa.gov.br	
2 - Informações Institucionais	
2.1	Quadro societário: nomes dos principais sócios e respectivas participações (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)
A Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Instituição) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, opera por meio de escritório de representação nos Estados Unidos. Seu capital social pertence integralmente à União.	
2.2	Principais alterações no quadro societário nos últimos cinco anos.
N/A.	
2.3	Qual a estrutura empresarial do grupo?



ORGANOGRAMA



Alexandre Xavier Ywata de Carvalho – Vice-Presidente em exercício de Fundos de Investimento Natural de Manaus/AM, cresceu em Salvador, Engenheiro Mecânico-Aeronáutico pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Mestre em Estatística pela Universidade de Brasília (UnB) e PhD em Estatística pela Northwestern University, em Chicago.

Foi Diretor Presidente na Caixa Participações, Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais, Presidente Substituto e Chefe da Assessoria Técnica da Presidência no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), instituição da qual é funcionário de carreira. É professor de estatística e econometria no Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), e foi professor na Universidade de British Columbia, em Vancouver, na UnB, na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), e na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Possui Certificação ANBIMA CGA – Certificado de Gestor ANBIMA. Em 16 de abril de 2019, tomou posse como Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal.

Daniel Boueres Sandoval - Diretor Executivo de Produtos e Administração de Fundos

Mestre em Economia pela FGV- EESP, com pesquisa na área de finanças comportamentais. Conclusão em 2016. MBA em Mercado de Capitais. FIPECAFI – USP. Conclusão em 2012. Pós-graduado em Administração de Empresas com ênfase em Mercado Financeiro e Banking. FGV – CEAG. Conclusão em 2010. Graduado em Relações Internacionais. PUC-SP. Conclusão em 2006.

Na CAIXA, desde 04/2019 até o presente momento é Diretor Executivo de Produtos e Administração de Fundos, atuando nos macroprocessos inteligência de mercado, estratégia de produto e gestão do portfólio, constituição e gerenciamento de produtos, canais e controladoria do passivo, e ainda, alinhamento estratégico com outras Vice-Presidências da CAIXA, além de estabelecer relacionamento estratégico com parceiros. No período de 11/2015 até 03/2019, foi Head of Sales, responsável pela estratégia de colocação do produto Fundos de Investimento na Caixa Econômica Federal, e pelo atendimento a investidores. A atividade inclui, dentre outras, a elaboração de estratégias de marketing, criação de produtos, adequação de portfólio, e o treinamento/capacitação da força de venda sobre as características dos produtos e estratégia de gestão das carteiras dos fundos de investimento. Anteriormente, entre 12/2009 até 10/2015, atuou como Officer, responsável pelo atendimento e assessoramento de clientes dos mais diversos perfis na alocação de seus recursos e montagem de suas carteiras de investimentos. O atendimento é feito à Pessoas Físicas em geral – varejo, varejo alta renda e private, Pessoas Jurídicas privadas – incluindo segmento corporativo, Investidores Institucionais e Regimes Próprios de Previdência Social.

Possui Certificação ANBIMA CGA – Certificado de Gestor ANBIMA, Certificação PLANEJAR CFP – Certified Financial Planner e Certificação ANBIMA CEA – Especialista em Investimento.

Jorge Louzada Kozlovsky - Diretor Executivo em exercício de Gestão Fundos de Investimento

Administrador de Carteira de Valores Mobiliários pela CVM; Certificação de Gestores ANBIMA (CGA); Pós-Graduado em Mercado Financeiro de Capitais (FIA), Bacharel em Administração de Empresas (Mackenzie).

Possui treze anos de experiência no Mercado Financeiro, sendo dez deles dedicados à mesa de operações e gestão de portfólios, com atuação nos times de Renda Fixa, Multimercados e Ações.

Condução da Gerência de Estratégia de Produtos e Estratégia de Distribuição de Fundos de Investimento. Atua também como Professor dos Cursos de Pós-Graduação e MBA da Saint Paul Escola de Negócios e Fundação Instituto de Administração (FIA) nas áreas de Fundos de Investimento, Renda Fixa e ALM (Asset Liability Management).

2.6	A empresa é signatária do Código de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA? Em caso afirmativo, citar o(s) Código(s).
Sim. A CAIXA é signatária dos seguintes Códigos da ANBIMA:	

	• Código ABVCAP/ANBIMA para o mercado de FIP e FIEE; • Código de Distribuição de Produtos de Investimento; • Código de Ética da ANBIMA; • Código de Negociação de Instrumentos Financeiros; • Código dos Processos da Regulação e Melhores Práticas; • Código para o Programa de Certificação Continuada; • Código para Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais; • Código de Administração de Recursos de Terceiros; • Código para Ofertas Públicas..
2.7	A empresa é signatária do Código de Ética da ANBIMA?
	Sim.
2.8	A empresa é signatária de outros Códigos ou assemelhados? Caso seja, citar as instituições.
	Sim, em 05/2013, a CAIXA passou a ser signatária do PRI – Principles for Responsible Investment (Princípios para o Investimento Responsável).
2.9	Os principais sócios ou os principais executivos detêm participação em outros negócios? Quais?
	N/A.
2.10	Os principais executivos exercem alguma atividade de representação ou governança (cargos em Conselhos, Diretorias, Comissões, Associações, Bolsas, etc.) em outras empresas ou entidades? Quais?
	Sim. Representação CAIXA na ANBIMA: Forúm de Gestão de Fundos Estruturados Forúm de Distribuição Forúm de Estruturação do Mercado de Capitais Forúm de Negociação Forúm de Serviços Fiduciários Forúm de Gestão de Fundos Mútuos Comissão Temática de Administração e Custódia Comissão Operacional (Selic) Comissão de Renda Fixa Comissão de Varejo Comissão Temática de Imobiliário Comissão de Produtos de Tesouraria Comissão Temática de Participações Comissão de Autorregulação de Negociação Comissão de Institucionais Comissão de Autorregulação de Distribuição Grupo Consultivo de Cibersegurança Grupo Consultivo de Sustentabilidade Grupo Consultivo de Certificação e Educação Continuada Grupo Consultivo Permanente de Precificação Grupo Consultivo de Educação de Investidores GT Consulta Pública sobre Investimentos em RPPS GT Qualificação do Investidor GT Ranking de Mercado Externo GT Aperfeiçoamento das Regras Contábeis dos Fundos Conselho de Administração de Recursos de Terceiros Alguns executivos também participam de Conselhos em companhias investidas pelos fundos.
2.11	Descreva breve histórico da empresa.
	No dia 12 de janeiro de 1861, Dom Pedro II assinou o Decreto nº 2.723, que fundou a Caixa Econômica da Corte. Desde então, a Caixa caminha lado a lado com a trajetória do país,

acompanhando seu crescimento e o de sua população. A Caixa sempre esteve presente em todas as principais transformações da história do país, como mudanças de regimes políticos, processos de urbanização e industrialização, apoiando e ajudando o Brasil.

Com sua experiência acumulada, inaugurou, em 1931, operações de empréstimo por consignação para pessoas físicas; três anos depois, por determinação do governo federal, assumiu a exclusividade dos empréstimos sob penhor, o que extinguiu as casas de prego operadas por particulares.

No dia 1º de junho do mesmo ano, foi assinada a primeira hipoteca para a aquisição de imóveis da Caixa do Rio de Janeiro.

Em 1986, a Caixa incorporou o Banco Nacional de Habitação (BNH) e assumiu definitivamente a condição de maior agente nacional de financiamento da casa própria e de importante financiadora do desenvolvimento urbano, especialmente do saneamento básico. No mesmo ano, com a extinção do BNH, tornou-se o principal agente do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), administradora do FGTS e de outros fundos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

Quatro anos depois, em 1990, iniciou ações para centralizar todas as contas vinculadas do FGTS, que, à época, eram administradas por mais de 70 instituições bancárias.

Ao longo de sua trajetória, a Caixa vem estabelecendo estreitas relações com a população ao atender às suas necessidades imediatas, como poupança, empréstimos, FGTS, Programa de Integração Social (PIS), Seguro-Desemprego, crédito educativo, financiamento habitacional e transferência de benefícios sociais.

Também deu ao povo brasileiro a chance de sonhar com uma vida melhor, com as Loterias Federais, das quais detém o monopólio desde 1961.

O ano de 1969 foi um dos marcos na história da Caixa. O Decreto-Lei Nº 759 daquele ano a constituiu como uma empresa pública e deu a ela diversas obrigações e deveres, com foco em serviços de natureza social, promoção da cidadania e do desenvolvimento do país.

Desde sua criação, a Caixa não parou de crescer, de se desenvolver, de diversificar e ampliar suas áreas de atuação. Uma prova é seu estatuto, renovado sempre que é preciso se adaptar à realidade dos brasileiros. A última atualização foi 2013 por meio do Decreto Nº 7.973. A Caixa, além de atender a correntistas, trabalhadores, beneficiários de programas sociais e apostadores, acredita e apoia iniciativas artístico-culturais, educacionais e desportivas em todo o Brasil.

Hoje, a Caixa tem uma posição consolidada no mercado como um banco de grande porte, sólido e moderno. Como principal agente das políticas públicas do governo federal, está presente em todo o país, sem perder sua principal finalidade: a de acreditar nas pessoas.

2.12	A Empresa possui Código de Ética e Conduta, Manual de Compliance, Manual de Risco, Manual de marcação a mercado, Manual de Gestão de Liquidez, Política de <i>Suitability</i> . Em caso afirmativo, favor anexar.
------	---

Sim.

2.13	Cite os Comitês formais, a sua composição em termos de cargos, a frequência com que são realizadas as suas reuniões e a forma como são registradas suas decisões.
------	---

Seguem as principais atribuições dos Comitês da Vice-Presidência Fundos de Investimento e do Conselho de Administração e Gestão de Ativos de Terceiros da CAIXA.

Conselho de Administração e Gestão de Ativos de Terceiros:

O Conselho de Administração e Gestão de Ativos de Terceiros é o órgão colegiado estatutário deliberativo, responsável pela administração de carteiras de valores mobiliários na CAIXA.

Composição: Presidente da CAIXA; Vice-Presidente de Fundos de Investimento; Vice-Presidente de Riscos; Vice-Presidente de Distribuição; e, sem direito a voto, o Diretor Jurídico.

Periodicidade: Bimestral

Comitê de Planejamento e Gestão:

O Comitê de Planejamento e Gestão é responsável pela definição das políticas e estratégias de atuação da Vice-Presidência, pela organização e posicionamento do portfólio de produtos de fundos investimento, pelo monitoramento das métricas de gestão de riscos e controles e pela implementação das ações que consolidam a plena segregação da administração de ativos de terceiros, observadas as diretrizes do Conselho de Administração e Gestão de Ativos de Terceiros.

Composição: Vice-Presidente de Fundos de Investimento; Diretor Executivo de Gestão de Fundos de Investimento; Diretor Executivo de Produtos e Administração de Fundos; Superintendente Nacional de Fundos de Investimentos Especiais; Superintendente Nacional de Gestão de Fundos Líquidos; Gerente Nacional de Investidores Corporativos; Gerente Nacional de Risco de Ativos de Terceiros; e 02 Consultores de Dirigente. *Periodicidade:* Mensal

Comitê de Investimento:

O Comitê de Investimento avalia opções de investimento e estabelece estratégias de alocação dos recursos de Fundos Líquidos com base nos cenários, perspectivas de mercado e potenciais riscos e delibera sobre o exercício de direito de voto nas assembleias de ativos detidos pelos fundos de investimento geridos pela Superintendente Nacional de Gestão de Fundos Líquidos.

Composição: Diretor Executivo de Gestão de Fundos de Investimento; Superintendente Nacional de Gestão de Fundos Líquidos; 1 Gerente Nacional e 2 Gerentes Executivos de Fundos de Renda Fixa; 1 Gerente Nacional e 2 Gerentes Executivos de Fundos de Renda Variável. *Periodicidade:* Mensal

Comitê de Investimento para Fundos de Fundos:

O Comitê de Investimento para Fundos de Fundos (FoF) elabora as estratégias de alocação de ativos pelos Fundos Multigestores em fundos geridos por outras instituições ou em outros ativos, monitorando e avaliando o desempenho e os potenciais riscos dos ativos selecionados, e delibera sobre o exercício de direito de voto nas assembleias de ativos detidos pelos fundos multigestores.

Composição: Diretor Executivo de Gestão de Fundos de Investimento; Superintendente Nacional de Fundos de Investimentos Especiais; 1 Gerente Nacional e 1 Gerente Executivo de Desenvolvimento de Fundos Estruturados; Gerente Nacional de Produto, Inovação, Inteligência de Mercado e Projetos de Tecnologia; Gerente Nacional de Investidores Corporativos. *Periodicidade:* Trimestral.

Comitê de Administração Fiduciária:

O Comitê de Administração Fiduciária delibera sobre atos relevantes da administração de carteiras de valores mobiliários na categoria de administrador fiduciário e aprova políticas e diretrizes para atuação do administrador fiduciário.

Composição: Diretor Executivo de Produtos e Administração de Fundos; Gerente Nacional de Administração Fiduciária; Gerente Nacional de Produto, Inovação, Inteligência de Mercado e Projetos de Tecnologia; Gerente Nacional de Investidores Corporativos; Gerente Executivo de Risco de Ativos de Terceiros. *Periodicidade:* Bimestral

Comitê de Gestão de Fundos Especiais:

O Comitê de Gestão de Fundos Especiais aprova políticas e estratégias de alocação de ativos dos fundos estruturados a partir da análise da conjuntura, cenários, perspectivas do mercado ligado a fundos estruturados e potenciais riscos e delibera sobre o exercício de direito de voto nas assembleias de ativos que compõem as carteiras dos fundos especiais sob gestão.

Composição: Vice-Presidente de Fundos de Investimento; Diretor Executivo de Gestão de Fundos de Investimento; Superintendente Nacional de Fundos de Investimentos Especiais; Gerente Nacional de Gestão de Fundos Estruturados; Gerente Nacional de Desenvolvimento de Fundos Estruturados. *Periodicidade:* Mensal

Comitê de Gestão de Recursos do FGTS por meio de Fundos Especiais:

O Comitê de Gestão de Recursos do FGTS por meio de Fundos Especiais elabora as estratégias de alocação de ativos pelo FI-FGTS e Carteiras Administradas Estruturadas do FGTS. Também delibera sobre propostas de alteração na política de investimento e acompanha a evolução dos investimentos realizados pelo FGTS por meio de Fundos Especiais. Também delibera sobre o exercício de direito de voto nas assembleias de ativos detidos pelo FI-FGTS e Carteiras Administradas Estruturadas do FGTS.

Composição: Vice-Presidente de Fundos de Investimento; Diretor Executivo de Gestão de Fundos de Investimento; Diretor Executivo de Produtos e Administração de Fundos; Superintendente Nacional de Fundos de Investimentos Especiais; Gerente Nacional de Gestão de Fundos Estruturados; Gerente Nacional de Desenvolvimento de Fundos Estruturados; Gerente Nacional de Risco de Ativos de Terceiros; 02 Consultores de Dirigente. *Periodicidade:* Mensal

Comitê de Riscos:

O Comitê de Riscos é responsável por analisar, acompanhar, avaliar e deliberar sobre os princípios e diretrizes da Política de Riscos da Vice-Presidência Fundos de Investimento, os critérios, procedimentos e limites para avaliação e controle dos riscos de mercado, crédito e liquidez, os procedimentos a serem adotados em casos de alerta e quaisquer outros assuntos relativos à gestão de riscos de mercado, crédito e liquidez não expressamente previstos.

Composição: Gerente Nacional de Risco de Ativos de Terceiros; Gerente Nacional de Investidores Corporativos; Gerente Executivo de Risco de Ativos de Terceiros; Gerente Nacional de Administração Fiduciária; Gerente Nacional de Fundos de Renda Fixa; Gerente Nacional de Fundos de Renda Variável.

Periodicidade: Bimestral

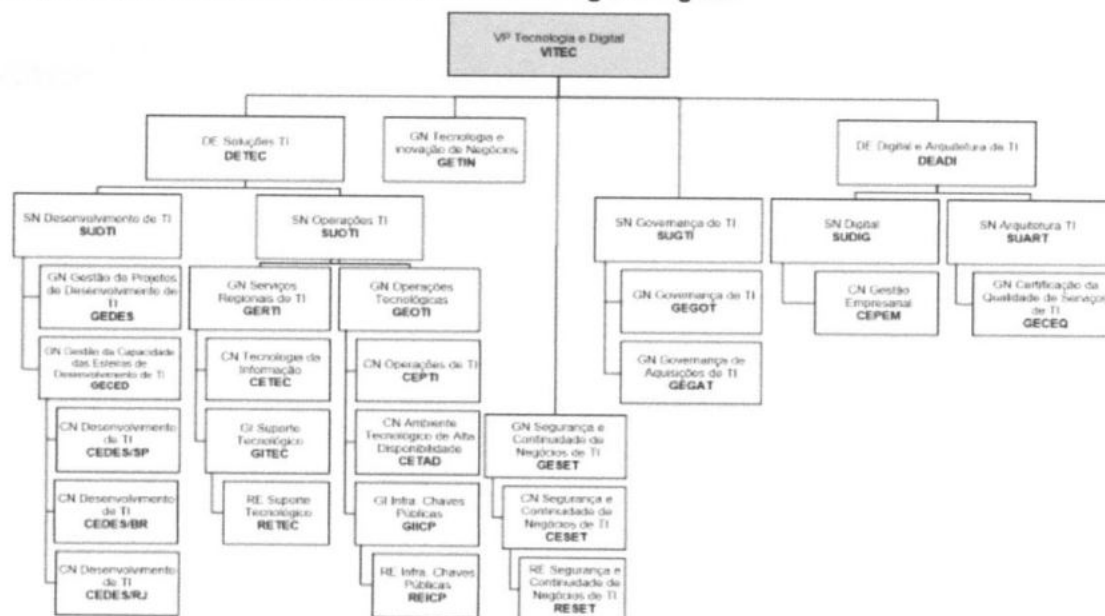
2.14	Se o grupo econômico da empresa presta serviços de administração, controladoria e custódia descreva a estrutura e o relacionamento com a empresa de gestão (anexar Resumo
------	---

Profissional conforme modelo constante na Seção 3)
Os serviços de administração e gestão dos recursos de terceiros são prestados pela própria VIART – Vice Presidência Fundos de Investimento. Dentro da VIART as atividades de administração são efetuadas pela DEPOT – DE Produtos e Administração de Fundos. As atividades de gestão são realizadas pela SUGET – Superintendência Nacional de Gestão de Ativos de Terceiros e, no caso de fundos especiais, pela SUFES – Superintendência Nacional Gestão Fundos Especiais. Já os serviços de custódia e controladoria são prestados através de outra vice-presidência, a VILOP - Vice Presidência Logística e Operações por intermédio da SUBAN – Superintendência Nacional Operações Bancárias: ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO: DEPOT – DIRETORIA EXECUTIVA PRODUTOS E ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS - Administração Fiduciária de ativos de Terceiros. - Produtos para ativos de Terceiros. SUFES – SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL GESTÃO FUNDOS ESPECIAIS - Desenvolvimento e gestão de carteiras e de fundos de investimentos especiais e estruturados. SUGET – SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL GESTÃO FUNDOS LÍQUIDOS - Estratégias para composição de fundos de investimentos e carteiras administradas. - Gestão de ativos de terceiros. - Middle Office de fundos de investimento. CUSTÓDIA E CONTROLADORIA: SUBAN – SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL PROCESSOS BANCÁRIOS - Soluções para processos bancários adequadas às necessidades da CAIXA. GESEN – GERÊNCIA NACIONAL SERVIÇOS QUALIFICADOS E NUMERÁRIO - Metodologia para marcação a mercado de ativos de terceiros e precificação de ativos de terceiros. - Controladoria de Passivos. - Escrituração de valores mobiliários. - Serviços Qualificados para o Mercado de Capitais. - Estratégias de gestão de numerário na CAIXA. - Estratégias para prospecção e relacionamento com novos clientes para os serviços de Custódia Qualificada. - Estratégias e monitoramento dos serviços qualificados para o mercado de capitais. - Estratégia e controle do backoffice das operações de câmbio e comércio exterior. - Custódia de numerário apreendido. - Back office das operações de Banco de investimento. CELIT – CENTRALIZADORA NACIONAL LIQUIDAÇÃO DE TÍTULOS E TESOURARIA

- Administração das Operações de Câmbio Financeiro.
- Liquidação física e financeira dos ativos financeiros, valores mobiliários, derivativos e direitos creditórios ("ativos"), sua guarda e conciliação, bem como a administração e informação de eventos associados a esses ativos (Custódia Qualificada).
- Operacionalização de procedimentos de controladoria de Ativos de fundos de investimento e carteiras administradas.
- Execução da custódia, registro e liquidação das operações da mesa de Tesouraria CAIXA (Carteira Própria, Home Broker e Tesouro Direto) e Terceiros (Fundo de Investimento e Carteira Administrada), nas Câmaras do SPB.
- Operacionalização de procedimentos de controladoria de Passivos.
- Conciliação das contas no exterior, Registro e Liquidação das Operações de Câmbio Financeiro.
- Análise e controle das operações de câmbio financeiro.
- Qualificação, registro e informações aos órgãos reguladores das operações de câmbio.
- Backoffice de operações de comércio exterior

2.15 A instituição possui área de tecnologia da informação própria? Caso afirmativo, detalhar as atividades atuais, organograma e a qualificação dos profissionais.

Sim, através da VITEC – Vice Presidência Tecnologia e Digital.



OR005154

A VITEC, com cerca de 30 unidades como diretorias, superintendências, gerências, centralizadoras e representações, atua com a construção, manutenção e disponibilização de soluções de tecnologia da informação e comunicação para sustentar as atividades de negócio e funcionais da CAIXA.

3 - Números da Empresa

3.1 – Preencha a Tabela abaixo com os valores correspondentes aos números da Empresa.

Ano	Patrimônio sob gestão (posição de final de período)	Número de pessoas que trabalham na empresa	Número de portfólios gestão
-----	--	---	-----------------------------------

	2016	422.415.267.888,75	185	312	
	2017	427.545.960.661,15	188	318	
	2018	498.372.066.134,41	224	318	
	2019	523.305.557.330,35		317	
	2020	528.729.110.275,00		317	
3.2	Tipologia dos portfólios sob gestão (* sem dupla contagem)				
		Nº	% Carteira		
	Fundos:				
	Domicílio local	298	76,33%		
	Domicílio em outro país				
	Clubes				
	Carteiras				
	Domicílio local	19	23,67%		
	Res. Nº 2.689				
	TOTAL	317	100%		
3.3	Como os ativos sob gestão estão divididos conforme as seguintes categorias de fundos de investimento?				
	Tipo	Nº	Exclusivos	% total	
	Curto Prazo				
	Referenciado				
	Cambial	2	1	0,04%	
	Renda Fixa	192	88	59,29%	
	Multimercado	54	16	8,19%	
	Dívida Externa				
	Ações	32	1	3,09%	
	FIDC	4	3	0,40%	
	FIP	5	5	4,93%	
	FIEE				
	FII	8	6	0,40%	
	Fundo de Índice (ETF)	1	0	0,00%	
	Outras categorias	19	19	23,67%	
3.4	Com quantos distribuidores e/ou alocadores a Empresa tem acordos ou contratos de distribuição?				
	A CAIXA conta com apenas um fundo distribuído por um distribuidor externo.				
3.5	Considerando o volume total de ativos sob gestão, qual o percentual detido pelos cinco maiores distribuidores ou alocadores?				
	N/A.				
3.6	Atualmente, qual é o percentual do volume sob gestão que são originados especificamente de aplicações da própria Empresa (incluindo controladores, coligadas, subsidiárias, seus sócios e principais executivos)?				
	N/A.				
3.7	Qual a distribuição do passivo segundo tipologia de investidor?				
	Tipo	Cotistas	% Passivo		
	Pessoas Físicas	1.272.801	11,56%		
	Empresas	354.310	14,04%		

Instituições Financeiras/ Seguradoras/ Soc. de Capitalização	53	0,54%
Investidores Institucionais Previdenciários	66	16,72%
Distribuidores, Alocadores (inclui fundos de fundos de terceiros e family offices)	286	0,15%
Investidor Estrangeiro	7	0,19%
Governo	16.636	56,79%

3.8 Considerando o volume total de ativos sob gestão, qual o percentual detido pelos 10 maiores clientes? Fornecer o percentual detido por cada um deles.

10 Maiores Cotistas	%
1	28,03%
2	14,91%
3	2,91%
4	1,40%
5	1,16%
6	0,66%
7	0,50%
8	0,40%
9	0,37%
10	0,32%
Total	50,66%

4 - Receitas da Empresa

4.1 Qual a estrutura de receitas da Empresa? (gestão, performance, comissões, rebates etc.)

Gestão, distribuição, administração, estruturação e performance.

4.2 Qual parcela do resultado da Empresa vem da atividade de gestão de carteiras?

11,85% referente à RPS Ano Fiscal 2019.

4.3 A receita de Taxa de Administração é suficiente para cobrir os custos da Empresa?

Sim.

5 - Recursos Humanos

5.1 Quais as regras de remuneração ou comissionamento dos funcionários e associados?

A estrutura de remuneração fixa na CAIXA é baseada na designação de Função de Confiança ou Cargo Comissionado, de forma que o funcionário no exercício do cargo faz jus ao recebimento de comissão efetiva. Caso o desempenho não seja satisfatório poderá ocorrer à dispensa da Função de Confiança ou do Cargo Comissionado retroagindo ao salário padrão.

Os funcionários recebem além da remuneração fixa, participação nos lucros e premiação em clubes de compras.

5.2 Quais são os mecanismos de retenção de talentos usados pela Empresa?

O atual modelo de gestão de pessoas tem como objetivo consolidar uma cultura organizacional baseada na gestão proativa de talentos e por competência. A ideia é dar ênfase à meritocracia, à inovação, à alta eficiência e à melhoria contínua, promovendo identificação dos empregados com os valores e a missão da CAIXA, engajamento das lideranças e excelência no relacionamento com clientes e sociedade.

Além dos diversos programas voltados à saúde e à segurança dos empregados, a Instituição busca integrar a educação corporativa à gestão do desempenho e das competências e à gestão do conhecimento, por meio de incentivos à capacitação, de criação e manutenção de sistemas e processos de disseminação do conhecimento e desenvolvimento de habilidades.

Outro benefício que a Instituição oferece aos empregados é a possibilidade de complementar sua renda, após a aposentadoria, por meio de patrocínio a planos de benefício de previdência

complementar, administrados pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF. Por ser empresa pública a CAIXA oferece estabilidade de emprego aos funcionários e um plano de carreira para cada função de interesse, com funções intermediárias que satisfaçam os funcionários em múltiplos níveis. Para algumas funções é oferecida a jornada de trabalho de 30 horas semanais de forma a respeitar e permitir o equilíbrio entre vida e trabalho. Atuando em todo território nacional e em diferenciados segmentos a CAIXA disponibiliza facilidades de transferência de funcionários entre departamentos e regiões.	
5.3	Existe uma política para treinamento e desenvolvimento profissional dos funcionários/associados? Qual? Sim. No processo de formação de carreiras, a empresa oferece Universidade Corporativa com diversos cursos de aperfeiçoamento pessoal e corporativo, exige certificação qualificada, e disponibiliza verbas anuais para cursos de atualização e aperfeiçoamento (Graduação, Pós-Graduação, Mestrado e Cursos de Idiomas). Vinculada à dimensão "Aprendizado e Crescimento" do Plano Estratégico Caixa 2018 – 2022, foi criada a Escola de Negócios VIART, que tem como proposta desenvolver ações alinhadas com o Plano Estratégico Caixa e com o Mapa Estratégico VIART.
6 - Informações Gerais	
6.1	Qual o limite para o crescimento dos ativos sob gestão suportado pela atual estrutura da Empresa (instalações, equipe, <i>hardware</i> e <i>software</i>)? Existem planos de expansão? A CAIXA mantém um planejamento de expansão até 2022, sendo que há um acompanhamento anual para identificar como está a estratégia.
6.2	A empresa já foi objeto de avaliação por agência de <i>rating</i>? Qual a nota atribuída à gestão? (anexar relatório mais recente) Sim. Fitch Ratings - São Paulo, 04 de setembro de 2019: A Fitch Ratings reafirmou o Rating de Qualidade de Gestão de Investimentos 'Forte' da VIART, unidade de negócios da Caixa Econômica Federal (CAIXA).
6.3	A empresa já recebeu alguma premiação por publicações ou entidades no que tange à qualidade e ao histórico de gestão? Quais? Guia Exame 2010 - Melhor gestor de fundos de varejo e melhor gestor de fundos de renda fixa ativa. Guia Exame 2011 - 2º melhor gestor de fundos de varejo e 3º melhor gestor de fundos de renda fixa ativa. Star Ranking Valor Econômico 2013 – 22 fundos premiados, sendo o principal critério de avaliação a relação risco x retorno. Revista Investidor Institucional - Os Melhores Fundos para Institucionais – Nov./2013– A CAIXA conquistou o topo do ranking com o maior número de fundos excelentes. Star Ranking Valor Econômico 2014 – 22 fundos premiados, sendo o principal critério de avaliação a relação risco x retorno. Revista Investidor Institucional – Top Asset – Mar./2014 – Presente no Ranking Top Asset em 18 categorias do ranking Exame - Onde Investir em 2015 - Os Melhores Gestores – Nov./2014 - 2º Melhor Gestor de Fundos de Renda Fixa Revista Investidor Institucional – Top Asset – Mar./2015 – Presente no Ranking Top Asset em 20 categorias Fundo FI CAIXA Brasil IDKA IPCA 2A RF LP destinado aos RPPS foi eleito pelo jornal Valor Econômico em matéria de 21/01/2015 como o melhor fundo de renda fixa em 2015. Exame - Onde Investir em 2016 - Os Melhores Gestores – Dez./2015 - 2º Melhor Gestor de Fundos de Renda Fixa Revista Investidor Institucional - Os Melhores Fundos para Institucionais – Abr./2016– A CAIXA conquistou o topo do ranking com oito fundos classificados como excelentes. Premiada pelo Guia EXAME –Investimentos Pessoais – por 13 anos consecutivos (2004 – 2016) também, foi eleita uma das maiores gestoras de fundos de investimento do mercado pelo ranking Top Asset – AGO 17, realizado pela revista Investidor Institucional. Conquistou a posição de maior

gestora em duas categorias:

- Maior Gestor de FIPs;
- Maior Gestor de RPPS;

Prêmio MBI Melhor Banco para Investir – Melhor Gestor de Renda Fixa e Melhor Gestor de Ações – Fev./2018

Guia de Previdência Valor/Fundação Getúlio Vargas - 2º Melhor Gestor Geral e Melhor Gestor em Fundos Balanceados até 15 - edição 2018 do Guia de Previdência Valor/FGV;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional - Março/2018) - 5 Fundos Classificados como excelentes;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional - Agosto/2018) - 4 Fundos Classificados como excelentes;

Ranking Exame – Onde Investir 2019 - 2º Melhor Gestor de Varejo;

Prêmio MBI/FGV – Melhor Banco para Investir - 2ª melhor gestor em Fundos Money Market e 2ª melhor gestor de fundos multimercados FEV/19;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional – Edição 312 – Março/2019) – 9 Fundos classificados como excelentes;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional – Edição 317 – Agosto/2019) – CAIXA no 2º lugar no Ranking de Gestores com 22 Fundos classificados como excelentes;

Guia de Previdência Valor/Fundação Getúlio Vargas – CAIXA como Gestora Destaque em Fundos Balanceados até 15 - Edição 2019

Ranking Exame – Onde Investir 2020 – 3º Melhor Gestor de Renda Fixa, 3º Melhor Gestor de Fundos DI e Curto Prazo e 3º Melhor Gestor de Fundos de Varejo;

Prêmio MBI/FGV – Melhor Banco para Investir - 1ª melhor gestor de fundos multimercados, 1ª melhor gestor de fundos de ações, 2ª melhor gestor em Fundos Money Market e 2ª melhor gestor em Fundos de Renda Fixa FEV/20;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional – Edição 323 – Março/2020) – 10 Fundos classificados como excelentes.

7 - Informações Operacionais

7.1 - Análise Econômica e Pesquisa

7.1.1 Descreva a estrutura de análise econômica e de pesquisa da empresa (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)

A unidade de pesquisa econômica e setorial possui três mandatos distintos, quais sejam, o de Pesquisa Econômica, responsável pela definição do cenário macro doméstico e internacional, bem como pela projeção de indicadores, a de Pesquisa Setorial, responsável pela definição do cenário setorial e pela avaliação econômico-financeira de empresas, e, por fim, a de Pesquisa Quantitativa, responsável pela análise de ativos e estratégias de alocação com o uso de modelos computacionais.

A equipe é composta por treze profissionais, sendo um Consultor, um Gerente Executivo, um Gerente de Negócios e um Coordenador. A equipe técnica é formada por cinco colaboradores de análise econômica e quatro técnicos responsáveis pela análise setorial.

7.1.2 Principais mudanças na equipe de pesquisa nos últimos cinco anos

A equipe de pesquisa foi formada em julho/2008. Em 2019, a equipe de pesquisa passou por uma reformulação abrangente, recebendo quatro novas posições (com a equipe passando de 8 para 12

pessoas). Em 2020, ao quadro original foi acrescentado uma nova função estratégica/gerencial.	
7.1.3	Utiliza <i>research</i> próprio ou de terceiros? Em que proporções?
No que se refere à análise econômica, cerca de 90% do material é produzido internamente. Nesse percentual está incluso a cobertura da Economia Brasileira, Americana e Zona do Euro e China. Os 10% restantes referem-se a <i>research</i> de terceiros relacionados à economia internacional. Do ponto de vista da análise setorial, cerca de 40% do material são produzidos internamente. O universo atual de cobertura é de 50 empresas, com previsão de aumento para os próximos 12 meses. O complemento toma como base material externo.	
7.1.4	Caso utilize <i>research</i> próprio, quais ferramentas de análise são utilizadas no processo decisório? Esta equipe trabalha exclusivamente para o <i>buy side</i> ou também produz relatórios e informações para outros (<i>sell side</i>)?
A equipe de pesquisa é estritamente voltada para o <i>buy side</i>. O time de pesquisa econômica e setorial atua diretamente no processo de investimento, que é um ciclo composto de quatro etapas. Nas duas primeiras, são discutidos grandes temas ligados à economia local e doméstica. No terceiro é discutido o impacto destes temas nas classes de ativos e, finalmente, na quarta etapa, são apresentadas as proposições de alocação por partes dos gestores de fundos. No que se refere à pesquisa econômica, o processo de construção do cenário envolve a deliberação das hipóteses base e premissas junto ao time, que analisa séries históricas, estudos realizados, modelos econômicos e projeções destes derivados para a formulação de seu ponto de vista. Em relação à pesquisa setorial, utiliza-se como base o <i>valuation</i> das empresas para as quais temos cobertura, acompanhamento de notícias, o contato direto com o RI das empresas e a análise de mercado.	
7.1.5	Que serviços ou sistemas são contratados para apoio na análise?
São contratadas consultorias setoriais e econômicas, além de serviços de informação online, bancos de dados de indicadores econômico-financeiros, software econométrico e ferramentas de análise técnica.	
7.2 – Gestão de Recursos	
7.2.1	Descreva a estrutura de gestão de recursos da empresa (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)
A VIART possui uma Superintendência (SUGET) onde é realizada a Gestão de Fundos de Investimentos no âmbito da Instrução CVM nº 555, e está dividida em 02 Gerências Nacionais dedicadas à Gestão de Fundos de Renda Fixa (GEFIX) e de Renda Variável (GEVAR). Em relação aos Fundos Estruturados, a SUFES possui a Gerência GEAFE. (Conforme organograma do item 2.4).	
7.2.2	Principais mudanças na equipe de gestão nos últimos cinco anos.
As principais mudanças na equipe de gestão da SUGET foram: Foi designado como Superintendente da SUGET o Sr. Vitor Hugo Falcao Marcondes Sodre; Foi designado como Gerente Nacional da GEVAR, o Sr. Melchior Vinicius dos Santos Felix; Foi designado como Gerente Nacional da GEFIX, o Sr. Carlos Eduardo Biteli	
7.2.3	Que serviços ou sistemas são contratados para apoio na gestão?
• Bloomberg (provedor de informações); • Broadcast (provedor de informações); • Economática (Banco de Dados/Ferramenta de análise pair trading); • Quantum (informações/serviços de análises econômicos financeiras relacionadas a fundos de investimento e empresas).	
7.2.4	Qual o processo de seleção e acompanhamento das corretoras?
Operações em Mercados de Bolsa	

O processo de seleção é dividido em dois grupos: para corretoras que atuam nos Mercados BOVESPA e para corretoras que atuam nos Mercados BM&F. A cada semestre civil são selecionadas doze instituições para realizar operações nos Mercados BOVESPA e doze instituições para realizar operações nos Mercados BM&F. As etapas do processo de seleção são as mesmas para ambos os grupos e destinadas respectivamente à verificação das informações cadastrais, análise de Gerenciamento de Risco, preenchimento do QDD ANBIMA Serviços Qualificados e Corretoras, análise qualitativa do departamento técnico e de pesquisa das corretoras/distribuidoras e avaliação interna da qualidade operacional dos serviços prestados no quadrimestre analisado.

Observação: para participar da seleção para operações nos Mercados BM&F, é obrigatório que as corretoras/distribuidoras possuam o selo *Execution Broker B3* e ser associado ANBIMA ou ter aderido ao Código de Melhores Práticas e ao Código de Negociação de instrumentos Financeiros.

Operações em Mercado de Balcão

Estão habilitadas a realizar operações via Mercado de Balcão exclusivamente Instituições Intermediadoras que sejam membros da ANBIMA e corretoras/distribuidoras que possuam o selo *Execution Broker* e ser associado ANBIMA ou ter aderido ao Código de Melhores Práticas e ao Código de Negociação de instrumentos Financeiros e com adesão ao nosso contrato de Intermediação.

7.2.5 Liste as corretoras aprovadas.

SELECIONADAS PARA MERCADOS BMF - OPERAÇÕES	
2ºSEM 2020	
Bradesco	
BTG Pactual	
Santander	
UBS Brasil	
Credit Suisse	
XP Investimentos	
BGC Liquidez	
Tullett Prebon Brasil	
Guide Investimentos	
CM Capital Markets	
Renascença	
Necton Investimentos	
SELECIONADAS MERCADO BOVESPA - OPERAÇÕES	
2ºSEM2020	
Ativa	
Bradesco	
BTG Pactual	
BGC Liquidez	
Credit Suisse	
CM Capital Markets	
Guide	
Itau	
Santander	
Tullett	
Renascença	
J.P Morgan	

7.2.6	Que critérios orientam a divisão de ordens entre as corretoras selecionadas? Comente concentração, rodízio e o uso de <i>discount brokers</i> e <i>research brokers</i> .
Nos mercados de Bovespa e BM&F, os volumes são divididos conforme classificação de nota da avaliação. Na divisão dos percentuais, sendo as 6 primeiras <i>Research</i> e as próximas 6 <i>Discount</i>: • 10% do Limite para as cada uma 4 primeiras – 40% total; • 8,25% do Limite para as próximas 4 – 33% total; • 6,75% do limite para as outras 4 – 27% total; O processo de seleção é semestral e a cada avaliação e são substituídas 2 corretoras <i>Research</i> e 2 corretoras <i>Discount</i>. No mercado de balcão, existe um limite máximo de 25% do total da corretagem paga no semestre.	
7.2.7	Qual é a política de gestão de caixa da empresa? Há uso de operações compromissadas com títulos públicos, outros fundos de investimento, CDBs de um dia? Descreva-a.
A política de gestão de caixa privilegia o uso de operações compromissadas de um dia lastreadas em títulos públicos federais.	
7.2.8	Como a gestão controla o prazo médio dos títulos para fundos de longo prazo, para fins de sua classificação tributária?
O prazo médio para fins de enquadramento e classificação tributária é controlado diariamente em sistema proprietário ou através de sites de bancos custodiantes. As operações para fins de ajuste de prazo médio são feitas sempre que necessário.	
7.2.9	De que forma o desempenho dos gestores e dos fundos é avaliado?
Os gestores são avaliados essencialmente sob dois aspectos: (i) Desempenho absoluto dos fundos sob sua gestão – refere-se à comparação com seus respectivos <i>benchmarks</i> e rentabilidades alvo. (ii) Desempenho relativo dos fundos sob sua gestão – refere-se à comparação com amostras de fundos concorrentes. Adicionalmente, devido à segmentação da gestão por células especialistas em cada mercado, individualmente os gestores possuem ainda objetivos financeiros para geração de alfa em seus mercados de atuação.	
7.2.10	A quem os gestores prestam conta da performance dos fundos?
Mensalmente é realizada reunião para acompanhamento dos resultados dos fundos junto ao Diretor Executivo responsável pela Gestão de Recursos de Terceiros.	
7.3 – Risco	
7.3.1 – Estrutura	
7.3.1.1	Descreva a estrutura de gerenciamento de riscos da empresa (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção 3)
A Gerência Nacional de Risco de Ativos de Terceiros está vinculada diretamente à Vice Presidência Fundos de Investimento e conta com 01 Gerente Nacional, 1 Gerente Executivo, 3 Gerentes de Clientes e Negócios III e 10 Técnicos para realizar o Gerenciamento e Monitoramento dos Riscos de Mercado, Crédito e Liquidez dos Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas sob Administração/Gestão da VIART.	
7.3.1.2	Quem é o responsável pela área e a quem se reporta?
O responsável pela Gerência Nacional de Risco de Ativos de Terceiros é o Gerente Nacional, Sr. Daniel José Ferraz dos Santos. O referido profissional reporta-se diretamente ao Vice-Presidente e.	
7.3.1.3	Principais mudanças na equipe de risco nos últimos cinco anos.
Houve mudança do Gerente Nacional responsável pela área de risco	
7.3.1.4	Que serviços/sistemas são utilizados para apoio no controle de risco? São desenvolvidos internamente ou contratados junto a terceiros? Quem os fornece? Como foram escolhidos? Citar, especificamente, por tipo de risco (crédito, contraparte, preço, liquidez e operacional).

O sistema utilizado para o gerenciamento do Risco de Mercado é o MAPS Solutions. Com relação ao gerenciamento dos riscos de liquidez e crédito, o monitoramento é realizado por aplicativo desenvolvido internamente com base em banco de dados SQL.	
7.3.1.5	Quais são os relatórios de riscos, com que frequência são gerados, o que contém e quem recebe e analisa estes relatórios?
Diariamente são elaborados relatórios de Risco de Mercado, Crédito e Liquidez com informações de nível de exposição aos riscos, comprometimento de limites de exposição que são enviados aos gestores, ao Vice-Presidente e à Área de Conformidade da Vice-Presidência.	
7.3.2 - Risco de Crédito	
7.3.2.1	Descreva a metodologia de gestão do risco de crédito das carteiras.
A alocação em ativos privados segue as diretrizes e os limites de exposição estabelecidos em normativo interno, com base em notas de Rating atribuídas pela área de risco de crédito da CAIXA.	
7.3.2.2	Como cada nova operação de crédito é analisada e aprovada?
A área de risco de crédito da CAIXA realiza a análise de risco de crédito sob demanda e atribui nota de risco à operação ou emissor, o gestor verifica o enquadramento da operação nos limites estabelecidos. Casos não previstos na Política de Riscos da VIART são levados ao Comitê de Riscos e/ou Comitê de Planejamento e Gestão.	
7.3.2.3	A empresa, independentemente do critério de precificação, possui algum procedimento ou estratégia no caso da iminência ou ocorrência de eventos de inadimplência?
A área de Risco da VIART possui autonomia para suspender limites de alocação em ativos privados quando identificado aumento potencial do seu risco de crédito.	
7.3.3 - Risco de Contraparte	
7.3.3.1	Descreva a metodologia de gerenciamento do risco de contraparte.
São estabelecidos limites de concentração por emissor e no caso de operações de derivativos sem garantia é verificado o enquadramento da contraparte nos limites de exposição.	
7.3.3.2	Como são selecionadas as contrapartes e aprovados seus limites?
Os limites de exposição são aprovados pelo Comitê de Planejamento e Gestão da VIART e pelo Conselho de Gestão de Ativos de Terceiros.	
7.3.4 - Risco de Preço	
7.3.4.1	Descreva a(s) metodologia(s) adotada(s) para a apuração do risco de preço (ex: VaR, Stress Test, Stop loss, etc).
A mensuração do Risco de Mercado é realizada através do Modelo de Risco VaR Paramétrico com nível de confiança de 95% em um horizonte de tempo de 1 dia.	
7.3.4.2	Como são formalizados os controles de risco de preço?
Os critérios de mensuração e os limites de exposição são propostos pela área de gerenciamento de riscos da VIART ao Comitê de Planejamento e Gestão da Vice-Presidência e ao Conselho de Gestão de Ativos de Terceiros para aprovação.	
7.3.4.3	Como é realizado o controle e o monitoramento de limites das estratégias (ex.: books tais como volatilidades, direcionais, arbitragens etc)? Com que frequência de atualização?
O controle e monitoramento de limites das estratégias são realizados pela GERAT - Gerencia de Risco de Ativos de Terceiros.	
7.3.4.4	Nos casos de posições que ultrapassem seus limites, como é o processo de tomada de decisão para o reenquadramento?
A violação dos limites é reportada ao Comitê de Planejamento e Gestão, com detalhamento dos motivos que levaram à extrapolação para avaliação e tomada de decisão.	
7.3.4.5	O administrador ou o custodiante realiza controles de risco adicional para as carteiras do gestor? Em caso afirmativo, fornecer detalhes.
N/A.	
7.3.5 - Risco de Liquidez	
7.3.5.1	Descreva a(s) metodologia(s) adotada(s) para a apuração do risco de liquidez, incluindo o tratamento de baixa liquidez e/ ou resgates excessivos.
As regras para administração do risco de liquidez, envolvendo práticas, processos, procedimentos,	

modelos e reportes foram estabelecidas pelo Comitê de Risco visando manter a exposição a este risco em níveis aceitáveis e evitar que ocorram desequilíbrios entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da CAIXA.

O gerenciamento deste risco é realizado por meio de modelos internos de projeção dos fluxos financeiros dos produtos, serviços e operações, em situação de normalidade e de estresse. Para enfrentar situações de estresse, foi estabelecido Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar antecipadamente e aumentar a capacidade da CAIXA para enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da CAIXA, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem.

O Plano sistematiza os indicadores utilizados para a identificação de situações de crise, as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Risco e de Finanças e Controladoria, mensalmente, ao Comitê de Risco e, semestralmente, ao Conselho de Administração.

7.3.5.2 Como é realizado o controle e o monitoramento de limites das estratégias (ex.: *books* tais como volatilidades, direcionais, arbitragens etc)? Com que frequência de atualização?

Não há limites de liquidez por estratégia.

7.3.6 - Risco Operacional

7.3.6.1 Descreva a metodologia de gestão do risco operacional.

A identificação, acompanhamento e monitoramento dos riscos operacionais nas atividades de administração de carteiras de valores mobiliários conta com indicadores de efetividade da Política de Compliance; indicadores chave de riscos operacionais, com limites de tolerância definidos; e pela realização de testes periódicos de conferência e controle.

Além disso, o corpo gerencial e equipe técnica responsáveis como 1ª Linha de Defesa, atuam de modo a identificar, evitar e/ou minimizar as ocorrências por meio de processos de avaliação, recomendação, monitoramento e reporte do risco operacional. Sendo a Vice-Presidência de Risco responsável pela gestão de risco operacional das unidades CAIXA, bem como 2ª linha de defesa.

7.3.6.2 Descreva os procedimentos de confirmação de ordens executadas e de checagem das posições das carteiras e custódia.

Uma vez que uma ordem é executada, é feito um primeiro batimento dos parâmetros da ordem com a contraparte de execução. Confirmados os parâmetros, um empregado realiza o registro dessa operação nos sistemas de custódia e um segundo empregado confere o registro e confirma o boletamento da operação (sistema de dupla conferência). No dia seguinte, é feita a conciliação entre a posição em carteira de cada fundo esperada pelo sistema de gerenciamento de ordens do Gestor (conforme operações realizadas no dia anterior) e o demonstrativo de patrimônio informado pelo custodiante. Caso sejam verificadas diferenças, são apuradas as causas e realizadas as correções, quando cabíveis.

7.3.6.3 Descreva os principais pilares dos planos de contingência, continuidade de negócios e recuperação de desastres adotados pela sua empresa.

1) A CAIXA criou em 2004 o Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA, para atuar frente às possíveis interrupções nos serviços prestados aos clientes, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios.

2) O PCN CAIXA é um processo contínuo e evolutivo composto basicamente por quatro etapas:

- a) Conhecer a organização;
- b) Definir as estratégias de continuidade dos negócios;
- c) Desenvolver e programar ações de respostas tempestivas às interrupções;
- d) Realizar testes e manutenção dos planos.

3) De uma maneira simples, o PCN CAIXA envolve o planejamento, a prevenção, a resposta e a recuperação do ambiente produtivo frente a incidentes que podem atingir negativamente seus ativos tangíveis e/ou intangíveis.

4) Desde que o PCN CAIXA foi instituído observa-se grande evolução na maturidade da CAIXA neste domínio, tornando a GCN um complemento da estrutura de gestão de riscos corporativos, no intuito de entender as ameaças e vulnerabilidades das operações de negócio e as consequências geradas por uma interrupção significativa.

5) Hoje o PCN CAIXA se destaca tanto no quesito governança quanto nas questões operacionais e no desenvolvimento de cultura corporativa, fatos estes que tornam a CAIXA referência nacional na GCN.

6) A CAIXA conta com uma moderna Política de Continuidade dos Negócios, totalmente aderente às melhores práticas de mercado, às normas BS 25999 e NBR 15999, e às regulamentações vigentes no Brasil. Nesse sentido, importante destacar que a CAIXA adota os modelos dos institutos internacionais DRII – *Disaster Recovery Institute International* e BCI – *Business Continuity Institute*, tendo em seu quadro de pessoal, o primeiro profissional brasileiro certificado por esses dois institutos internacionais.

Complementar, a gestora VIART possui um Plano de Resposta a Emergências, que tem por objetivo garantir a continuidade dos negócios da VIART em situações de contingência. Os principais pilares do plano de contingência são:

- Preparação de Planos para o pior cenário possível;
- Definição do Local para o ambiente alternativo;
- Ter os recursos necessários para o desenvolvimento das atividades críticas;
- Manutenção dos serviços essenciais;
- Manutenção em servidor de contingência, de Informações essenciais ao Desenvolvimento das atividades críticas e estratégicas.

Cabe a cada empregado disponibilizar Informações consideradas "críticas" (imprescindíveis à realização das atividades) em servidor de contingência próprio da gestora.

7.3.6.4 | Descreva a política de segurança da informação.

1) A Política possui caráter estratégico e estabelece as diretrizes para o tratamento e manuseio dos ativos de informação da CAIXA, com o objetivo de disciplinar o seu uso e proteger os dados e informações, visando assegurar a confidencialidade, integridade, autenticidade e disponibilidade da informação corporativa da CAIXA ou sob sua responsabilidade.

2) A Política de Segurança da Informação é aprovada pelo Comitê de Riscos, pelo Conselho Diretor e pelo Conselho de Administração da CAIXA.

3) A Política de SI é observada pelos envolvidos nos processos e atividades em todas as áreas da Instituição. A sua aplicação se dá mediante a prática de ações operacionais planejadas e coordenadas, concretizando-se em procedimentos, parâmetros e metodologia especificados em Normativos e documentos administrativos. As principais diretrizes que norteiam a Política de SI da CAIXA são:

- a) Proteção das informações e dados, ativos essenciais para a CAIXA, contra alteração, destruição, divulgação, cópia e impressão não autorizadas, acidentais ou intencionais.
- b) Adoção de mecanismos que viabilizem a recuperação da informação como uma das formas de resguardar a continuidade dos negócios da CAIXA.
- c) Preservação da confidencialidade das informações armazenadas em sistemas de informação.
- d) Adoção de mecanismos que garantam a autenticidade da informação e o não repúdio.

e) Classificação das informações, observados os critérios estabelecidos pela norma de Tratamento da Informação. f) Adoção da prática de "Mesa Limpa e Tela Limpa". g) Conscientização dos clientes e de todos os usuários quanto à importância da segurança da informação.	
4) A Política de SI e a norma de Tratamento da Informação são peças fundamentais para a implementação do conceito de Arquitetura de Segurança da Informação, alinhados às iniciativas previstas no Plano Diretor de Segurança da Informação - PDSI da CAIXA, aprovado pelo Comitê de Risco. Esse Plano propõe ações corporativas e integradas para a preservação da SI.	
5) A CAIXA integra o Comitê Gestor de Segurança da Informação, vinculado ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Esse Comitê atua fortemente no desenvolvimento de normas e padrões e na divulgação do tema Segurança da informação para a Administração Pública Federal, direta e indireta.	
Operacionalmente as informações são classificadas conforme grau de sigilo, observados os critérios estabelecidos pela CAIXA. O acesso à informação é condizente com a necessidade do usuário para o desempenho de suas atribuições na Instituição. Os ambientes onde são tratados dados e Informações são segregados, conforme sua classificação e tipo de uso (Desenvolvimento, homologação, rede, suporte e produção de sistemas Corporativos). Os sistemas da CAIXA possuem trilha de auditoria em razão do grau de sigilo da informação ou por experiência legal. Os empregados conhecem as suas responsabilidades com referência à Segurança da Informação e as informações e recursos disponibilizados pela CAIXA são de uso exclusivo para fins relacionados ao trabalho. Os contratos que impliquem manuseio de Informações da CAIXA ou por ela custodiadas possuem cláusula de confidencialidade, com intuito de garantir a observância da Política de Segurança da Informação e a responsabilização da empresa contratada. Esta política é revisada sempre que necessário, não excedendo o período máximo de 03 anos.	
7.3.6.5	Existe sistema de gravação de ligações telefônicas? Qual a política de escuta das gravações? Sim. Todos os operadores de mesa tem seus ramais telefônicos gravados. A escuta das gravações é realizada sempre que houver dúvida sobre o entendimento de conversas realizadas. O acesso às gravações é autorizado somente a gestores e à Área de Controle Interno.
7.3.6.6	Descreva os procedimentos de <i>back-up</i> e redundância de informações, <i>desktops</i> e servidores (para <i>back-up</i>, cite especificamente a periodicidade, local e prazo de armazenamento). A Gestora conta com equipe destinada exclusivamente para a realização de back-up, com periodicidade diária de todos os documentos produzidos e inseridos no servidor da gestora. Esses documentos são armazenados em servidor alternativo por um período de 15 dias. As Informações e documentos imprescindíveis à realização das atividades são disponibilizadas também em servidor de contingência.
7.3.6.7	Descreva a política de controle de acesso ao <i>Data Center</i> (físico e lógico). O acesso físico e lógico do Data Center da instituição é realizado apenas por empregados e colaboradores credenciados e autorizados, que atuam na área de Tecnologia da empresa.
7.3.6.8	Descreva o parque tecnológico atual da instituição. Citar <i>no-breaks</i>, capacidade dos servidores, <i>links</i> de internet e telefonia etc. A capacidade de processamento e armazenamento do Parque Tecnológico da CAIXA é de: • 8 mainframes (2 do modelo Z14 e 6 do modelo Z15) • 390.612 MIPS (milhões de instruções por Segundo) no ambiente mainframe; • 20.115 Terabytes de Armazenamento OPEN; • 2.240 Terabytes de Armazenamento Mainframe; • 811 servidores físicos de plataforma baixa;

	• 17.358 servidores lógicos de plataforma baixa; • 23 Servidores físicos de plataforma intermediária; • 06 Silos Robóticos; • 07 Virtual Storage Manager (VSM); • 4.969 Roteadores; • 638 Switches (Centralizado). • 4 circuitos de internet de 10Gbps com dupla abordagem
7.3.6.9	A instituição possui filtro de e-mail, <i>firewall</i> e sistemas de antivírus?
	Sim.
7.3.6.10	São realizados testes periódicos para verificação de segurança e integridade de sistemas? Com que frequência?
	Sim. A frequência de realização dos testes para verificação de segurança e integridade de sistemas é mensal.
8 - Compliance e Auditoria Interna	
8.1	Quem são os responsáveis pelas áreas de <i>compliance</i> e auditoria interna e a quem se reportam?
	O responsável pela área de <i>compliance</i> da VIART (Gestora) é o Gerente Nacional de Governança e Compliance de Ativos de Terceiros. O referido Gerente Nacional reporta-se diretamente ao Vice-Presidente, responsável pela VIART. Já o responsável pela equipe de Auditoria Interna em São Paulo é o Gerente de Filial da Auditoria de São Paulo, que responde à área de Auditoria Geral, unidade que por sua vez responde à Presidência da CAIXA.
8.2	Descreva o processo para adesão ao Código de Ética e Conduta, bem como suas atualizações, pelas pessoas que trabalham na empresa.
	Ao ingressar na Gestora (VIART), cada um dos empregados é orientado a realizar a leitura do Código de Ética da CAIXA e o Código de Conduta da VIART. Em sequência, o empregado assina declaração atestando que recebeu o exemplar do Código de Conduta e tomou ciência do conteúdo dele. O Código de Conduta está publicado em manual normativo interno. Sempre que ocorre alteração, todos os empregados são comunicados.
8.3	Descreva a política de investimentos pessoais e seu monitoramento.
	Segundo o Código de Conduta: Os empregados e dirigentes da VIART devem sempre observar as Diretrizes abaixo quanto aos seus investimentos pessoais:

Investimentos	Crterios/Condições Específicas	Condições Gerais
Renda Variável Mercado Secundário	Negociações em Bolsa - Ações (Índice Bovespa), ETF, FII Negociações de compra e venda devem ser informadas à GERAT00 Não pode haver aquisição de FII/FIP/FIDC administrados ou geridos pela CAIXA/VIART Não pode haver aquisição de ETF sem <i>Market Maker</i>	Vedada venda a descoberto de ativos Vedado aluguel de ativos na posição tomadora Vedadas operações intradiárias Vedadas operações com derivativos <i>Lock-up</i> de 120 dias a contar da data da aquisição do ativo Vedada a operação de compra e venda diante de Fato Relevante nos 08 dias posteriores à sua publicação Vedada a aquisição de ativos por empregados/dirigentes que participem do Conselho da empresa emissora
Renda Fixa Mercado Secundário	TPF; CDB/RDB; LF; LCI; LCA; CRI; CRA; Debentures e COE Negociações de compra e venda devem ser informadas à GERAT00, contendo as evidências de preço Para CDB/RDB e TPF não há período de <i>lock-up</i>	
Ativos de Renda Fixa / Renda Variável Mercado Primário	Ativos acima mencionados Negociações de compra e venda devem ser informadas à GERAT00 Não pode haver aquisição de ativos em que a CAIXA atue como participante da oferta (coordenadora ou estruturadora) Não pode haver aquisição de FII/FIDC/FIP administrados ou geridos pela CAIXA/VIART Não pode haver aquisição de ativos ofertados com origem/participação de FIP administrados ou geridos pela CAIXA/VIART Para CDB/RDB e TPF não há período de <i>lock-up</i>	
Fundos de Investimento	Permitidas aplicações e resgates em Fundos de Investimento administrados e/ou geridos pela VIART e por terceiros Não haverá a necessidade de <i>lock-up</i> para fundos que atendam as seguintes condições: - sejam destinados exclusivamente aos funcionários da VIART; - pertençam a Classe RF Curto Prazo ou RF Simples; - Fundos de Investimento administrados e/ou	
	geridos por terceiros; e - Fundos Mútuos de Privatização Não podem se utilizar de recursos de aplicação/resgates retroativo	

RH 169015 #Público

8.4	Existe fundo ou outro instrumento de investimento exclusivo para sócios e executivos da empresa?
	Não existe fundo de investimento exclusivo para executivos da empresa.
8.5	Descreva as regras para investimento dos recursos próprios da empresa.
	Devido ao <i>Chinese Wall</i> , as regras de investimento dos recursos próprios da CAIXA são definidas em outra Vice Presidência e não se confundem com a gestão de ativos de terceiros.
8.6	Descreva os procedimentos para o controle de meios de comunicação alternativos ao sistema corporativo visando à administração de conflitos de interesse tais como <i>front running</i> , vazamento de informações confidenciais etc. (exemplos de meios de comunicação alternativos: telefone celular, sistemas de mensagens instantâneas e de <i>webmail</i> externo)
	Os empregados da Gestora que atuam em Mesa de Operações não estão autorizados a utilizarem meios de comunicação alternativos aos sistemas corporativos e ao e-mail corporativo CAIXA em seu ambiente de trabalho, tais como celular e mensagens instantâneas. Adicionalmente, ao ingressarem na Gestora, todos empregados assinam Termos de Confidencialidade responsabilizando-se pela não divulgação de informações confidenciais inerentes às suas atividades.
8.7	Como são verificados os procedimentos que visem ao combate à lavagem de dinheiro feitos pelos seus distribuidores.
	A CAIXA conta com Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, disponível no endereço http://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-Prevencao-Lavagem-Dinheiro-e-Financiamento-Terrorismo.pdf .
8.8	Caso a empresa desenvolva outras atividades, descreva sua política de <i>chinese wall</i> e de que forma é garantida a proteção de informação entre departamentos que não estejam envolvidos no mesmo projeto ou linha de negócio.
	As atividades de gestão, administração, custódia e auditoria são segregadas em atendimento a legislação em vigor. As Resoluções nº 2451 e nº 2486, do Banco Central do Brasil, culminaram com a implantação do " <i>Chinese Wall</i> ", exigindo a segregação das atividades de gestão e administração de fundos de investimento das demais atividades da instituição. A CAIXA optou por nomear um Vice-Presidente, responsável exclusivamente pelos Fundos de Investimento – VIART, de acordo com o seu Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 6.473, de 06 de junho de 2008. Toda a gestão é independente, inclusive com uma mesa de operações própria.
8.9	No caso de a empresa utilizar serviços de administração, controladoria ou custódia prestados por empresa do mesmo grupo econômico, como se garante a segregação entre a área prestadora de serviço e a gestão de carteiras?
	As áreas são segregadas em vice-presidências separadas.
8.10	Descreva as regras e os procedimentos para monitoramento da divisão de ordens, especificação de comitentes e operações entre carteiras.
	A especificação de comitentes é realizada anteriormente à execução das ordens de compra e venda de títulos e valores mobiliários. Quando uma mesma estratégia é adotada simultaneamente para diversos fundos, as operações são divididas conforme política interna de rateio de ordens. Os fundos podem realizar operações entre si respeitando regras, estabelecidas em manual normativo interno, referentes à definição de preço da operação
8.11	Descreva as regras e procedimentos de monitoramento das operações realizadas fora de plataformas eletrônicas de negociação, enfatizando estabelecimento de preços e fontes de referência utilizadas.
	São considerados pelos gestores para precificação de operações realizadas em mercados de balcão minimamente os seguintes aspectos:
	1. preços de marcação e intervalo indicativo do fechamento do dia anterior para o ativo em questão ou ativos com maturidade próxima; 2. existência de <i>spreads</i> para o ativo em questão, ou ativos com maturidade próxima, em

- outros bancos, corretoras ou plataformas de negociação;
3. existência de *spreads* em ativos ou derivativos de referência, como contratos futuros de juros, que possam balizar a escolha de preço para as ordens de títulos públicos a serem emitidas.
 4. *ratings* emitidos internamente ou por agências de risco para títulos de crédito privado;
 5. nível de taxa de emissão primária por parte das instituições financeiras;
 6. nível de taxa de emissão primária e mercado secundário para títulos de empresas não financeiras.

Por fim, as operações realizadas por fundos em mercados de balcão são verificadas diariamente pela área de risco e controle interno por meio de sistema interno, que compara os preços negociados com o túnel de preços da ANBIMA.

8.12 Existe algum agente externo (ex.: consultoria), além do administrador, envolvido na verificação da adesão a limites de risco, limites legais ou regulamentares das posições dos fundos sob gestão da Empresa?

Sim, custodiantes externos. A Vice-Presidência Fundos de Investimento possui uma área de risco que tem como principal atividade o controle, monitoramento e gerenciamento dos riscos dos fundos de investimento sob sua administração. Os parâmetros para cálculo do risco de mercado bem como os procedimentos a serem adotados no processo de gerenciamento de risco são submetidos para aprovação a um comitê interno constituído por: Vice-Presidente Fundos de Investimento, Diretor de Administração Fiduciária, Diretor e Superintendentes da Gestão de Ativos e Gerente de Risco. A política de risco é compreendida pelos princípios gerais, e diretrizes específicas de ações relativas ao risco. Também determina os processos operacionais mais importantes, limites, objetivos de performance baseados no risco e os procedimentos para o gerenciamento de risco.

8.13 Descreva como são tratados os conflitos de interesse resultantes da participação ou atuação dos sócios ou executivos em outros negócios, bem como de sua eventual participação em Conselhos Fiscais e de Administração.

A VIART é uma vice-presidência segregada das demais e não integra o Conselho Diretor, conforme artigo 13, § 4º e artigo 28 do Estatuto da CAIXA. Dessa forma, eventuais situações de conflito de interesse relacionadas às demais atividades desempenhadas pela instituição são mitigadas por meio de estruturas de governança que contam com comitês segregados, assegurando que a tomada de decisão ocorra de forma colegiada e independente. Além disso, o estatuto prevê a existência do Conselho de Administração e Gestão de Ativos de Terceiros, órgão colegiado deliberativo, responsável pela gestão e representação da CAIXA quanto às atividades da VIART.

O Código de Ética da CAIXA, o Código de Conduta de Empregados e Dirigentes da CAIXA e o Código de Conduta dos Empregados da VIART, além das Diretrizes de nomeação de representantes em participações acionárias ou instrumentos de dívidas detidos por fundos de investimento ou carteiras administradas, geridos e/ou administrados pela Vice-presidência de Fundos de Investimento (VIART) dispõem sobre situações de potenciais conflitos de interesse.

A Política de Governança Corporativa da CAIXA e suas subsidiárias é pautada por diretrizes que visam mitigar potenciais ocorrências de conflitos de interesses, com monitoramento constante e criterioso da exposição a riscos, onde conflitos de interesse apresentem alta probabilidade de ocorrência. Norteadas pela aplicação de regras de governança corporativa que privilegiem a deliberação colegiada, evitem o conflito de interesses e resguardecem os interesses da CAIXA e de suas subsidiárias. Os tomadores de decisão conduzem-se de forma a prevenir a ocorrência de quaisquer situações que possam, de alguma forma, caracterizar conflito de interesses e afetar os negócios, serviços e demais operações da CAIXA e de suas subsidiárias. Os papéis e responsabilidades de todos os tomadores de decisão da CAIXA são claramente definidos, assegurada a apropriada segregação de funções, inclusive com a definição das alçadas de decisão de cada instância, de forma a minimizar possíveis focos de conflitos de interesses.

Qualquer situação gerada pelo confronto entre interesses da CAIXA e interesse pessoal, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar o desempenho da função pública, é pautada no Código de Conduta dos empregados e dirigentes da CAIXA, ao qual todos estão submetidos, e sua eventual violação ocasionará a abertura de procedimento de apuração de responsabilidade civil e disciplinar. A participação em Conselhos Fiscais e de Administração também está pautada no Código de Conduta e ocorrerá somente mediante indicação aprovada por órgãos deliberativos da CAIXA, na representação dos interesses dos fundos de investimento, administrados ou geridos pela CAIXA, nos termos da Lei nº 6.404, de 15/12/1976,.

8.14 Descreva as regras para o tratamento de *soft dollar* tais como recebimento de presentes, cursos, viagens etc.

É vedado, no Código de Conduta, aos empregados e dirigentes, em razão de suas atribuições, aceitar favores, comissões, gratificações, vantagens financeiras ou materiais, doações, brindes ou presentes de qualquer natureza, para si ou para outras pessoas, que possam influenciar decisões, facilitar negócios, beneficiar terceiros, ou causar prejuízo de imagem à Empresa.

8.15 A empresa recebe comissões para alocação por investimentos em títulos e valores mobiliários distribuídos em balcão? Quais as regras? Favor tratar o assunto de rebates de taxas de administração e performance sobre fundos investidos pagos ao gestor de forma específica.

Não.

8.16 São realizados testes periódicos para verificação de conformidade com políticas internas? Com que frequência?

A Conformidade para verificação das políticas internas é efetuada de acordo com o produto/processo envolvido, podendo ser diária ou mensal. São realizados testes periódicos pela área de Controle Interno da VIART, relacionados às atividades/rotinas críticas executadas pelas áreas vinculadas à Vice-Presidência de Fundos de Investimento da CAIXA.

9 - Questões Jurídicas e Legais

9.1 Descreva como são tratadas as questões jurídicas e legais da empresa (departamento jurídico próprio ou consultoria de terceiros)

As questões jurídicas e legais da empresa são tratadas por um departamento jurídico próprio.

9.2 A empresa ou algum de seus dirigentes já foram punidos pela CVM, pelo Banco Central ou pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro? Se positivo, informar o número do processo.

Não.

9.3 Existe algum processo contra a Empresa ou algum de seus dirigentes na CVM, no Banco Central ou no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro?

Não.

10 - Anexos

	Marcar Anexos Abaixo
10.1	Resumo Profissional
10.2	Manual de Risco
10.3	Manuais de Marcação a Mercado
10.4	Manual de Compliance
10.5	Código de Ética e Conduta
10.6	Manual de Política de Exercício de Direito de Voto (Proxy Voting)
10.7	Relatório de Rating
10.8	Manual de Liquidez
10.9	Política de Suitability



2) Declaração

Declaramos que este questionário foi preenchido, revisado e assinado por pessoas devidamente autorizadas a fazê-lo, respondendo esta instituição pela sua exatidão, veracidade e integridade da informação de todo o conteúdo prestado neste documento e de seus anexos.

Comprometemo-nos a manter todas as informações deste questionário devidamente atualizadas semestralmente, enviando nova versão do questionário aos distribuidores e alocadores nos meses de janeiro e julho, com data-base dezembro e junho, com exceção das informações contidas no Item 3 – Eventos Importantes, as quais serão atualizadas e comunicadas imediatamente após a sua ocorrência.

Local: SÃO PAULO	Data:
Nome:	
Cargo:	

Assinatura: _____

3) Eventos Importantes

1 - Qualquer alteração em alguma questão dessa seção deve ser informada imediatamente após sua efetivação, com a indicação da referida data.

1.1	Mudança societária que altere o controle acionário da empresa.
N/A	
1.2	Entrada e saída dos principais sócios.
	Posse do novo presidente da Caixa Econômica Federal – 07/01/2019 – Pedro Guimarães.
1.3	Alteração no quadro de profissionais responsáveis pelas atividades da empresa gestora, incluindo compliance e risco.
N/A	
2 - Alterações desde a última atualização	
2.1	Data da última atualização.
	30/06/2020.
2.2	Quais foram os fatos relevantes da empresa gestora desde a última atualização?
N/A	
2.3	Liste os itens alterados desde a última atualização do questionário.
(Devido a ampla revisão do Questionário, sugerimos a leitura integral do documento)	

TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO DE INVESTIMENTO

TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO DE INVESTIMENTO¹

Número do Termo de Análise de Credenciamento	02/2022
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)	02/2022

I - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

Ente Federativo		CNPJ	
Unidade Gestora do RPPS		CNPJ	

Possui critérios preestabelecidos para credenciamento ou alocação de recursos do RPPS? () SIM (X) NÃO
 (Esses critérios, caso existentes, podem ser mais seletivos que os previstos na Resolução CMN nº 4.963/2021, mas devem se relacionar a questões objetivas relativas às características de atuação da instituição, tais como, posição em ranking de volume de recursos sob a administração, patrimônio da instituição, tempo e experiência de atuação, diversificação da base de investidores, evitando-se a exigência de documentação que extrapole a comprovação desses critérios).

1. Tipo de ato normativo/edital _____ Data _____

2. Critérios:

a.

b.

c.

II - Instituição a ser credenciada:

Administrador: ☒ Gestor: ☒

Razão Social	CAIXA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A	CNPJ	42.040.639/0001-40
Endereço	AV. PAULISTA, 2300/11º ANDAR CJ 112 E 114 - CERQUEIRA CESAR - SÃO PAULO/SP	Data Constituição	14/04/2021
E-mail (s)	gerdi@caixa.gov.br	Telefone (s)	(11) 3572-4600
Data do registro na CVM	30/08/2021	Categoria (s)	DISTRIBUIDORA / GESTOR / ADMINISTRADOR DE CARTEIRA
Data do registro no BACEN	27/09/2021	Categoria (s)	DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Principais contatos com RPPS	Cargo	E-mail	Telefone
Júlio Alves Bittencourt	Gerente Executivo	julio.bittencourt@caixa.gov.br	(11) 3572-4600
Ciro Augusto Miguel	Gerente Executivo	ciro.miguel@caixa.gov.br	(11) 3572-4600
Gilmar Chapiewsky	Gerente Executivo	gilmar.chapiewsky@caixa.gov.br	(11) 3572-4600
Vinicius Tonidandel Borini	Gerente Executivo	vinicius.borini@caixa.gov.br	(11) 3572-4600

Atende ao previsto nos incisos I e II do § 2º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021?	SIM
Atende ao previsto no art. 20 da Resolução CMN nº 4.963/2021?	SIM
Em caso de FIP, atende ao previsto no § 1º do art. 10 da Resolução CMN nº 4.963/2021?	SIM
Em caso de FIDC, atende ao previsto no inc. III do § 6º do art. 7º da Res. CMN nº 4.963/2021?	SIM

II.1 - Relação dos documentos referentes à análise da Instituição (art. 6º-E, III, Portaria MPS nº 519/2011):

¹ Este formulário tem por objetivo colher informações para a análise do credenciamento de instituições pelos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Não representa garantia ou compromisso de alocação de recursos sob a gestão ou administração da instituição, devendo o RPPS, ao efetuar a aplicação de recursos, certificar-se da observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e os requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, a aderência à Política Anual de Investimentos e ao perfil das obrigações presentes e futuras do RPPS.

Identificação do documento analisado	Data do doc.	Data de validade das certidões*	Página da internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição
1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social			https://www.caixa.gov.br/caixadtvm/Paginas/default.aspx
2. Certidão da Fazenda Municipal*			https://www.caixa.gov.br/caixadtvm/Paginas/default.aspx
3. Certidão da Fazenda Estadual ou Distrital*			https://www.caixa.gov.br/caixadtvm/Paginas/default.aspx
4. Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União*			https://www.caixa.gov.br/caixadtvm/Paginas/default.aspx
5. Certidão quanto a Contribuições para o FGTS*			https://www.caixa.gov.br/caixadtvm/Paginas/default.aspx
6. Relatórios de Gestão de Qualidade			https://www.caixa.gov.br/caixadtvm/Paginas/default.aspx
7. Relatórios de Rating			https://www.caixa.gov.br/caixadtvm/Paginas/default.aspx
8. Questionário Padrão Due Diligence para Fundos de Investimento – Seção 1 e seus Anexos			https://www.caixa.gov.br/caixadtvm/Paginas/default.aspx

II.2 - Classificação do Rating de Gestão ou outra forma de avaliação, pelo dirigente do RPPS, da boa qualidade de gestão e de ambiente de controle da instituição (art. 21, III, da Resolução CMN nº 4.963/2021):

Tipo de Nota	Agência	Classificação obtida	Data
Principais riscos associados à Instituição:	VIDE RELATÓRIO DE RATING		
Outra forma de avaliação da boa qualidade de gestão	VIDE RELATÓRIO DE RATING		

II.3 - Informações relativas à pesquisa de padrão ético de conduta (art. 3º, §1º, Portaria MPS nº 519/2011):

Resultado de pesquisas ao site da CVM (ex.: <http://sistemas.cvm.gov.br/>) sobre Processos Administrativos e Processos Administrativos Sancionadores, no site do Bacen (ex.: <http://www.bcb.gov.br/crsfn/crsfn.htm>) sobre Processos Administrativos Punitivos, além de outras pesquisas de processos administrativos, judiciais, ou informações de conhecimento público que possam caracterizar indício de irregularidades na atuação da Instituição, seus controladores, sócios ou executivos:

Processo/Decisão	Assunto/objeto	Data	Fonte da informação

Resultado da análise destas informações:

Nada que desabone o relacionamento com a instituição.

II.4 - Dados Gerais da Instituição e do Portfólio sob sua Administração/Gestão (art. 3º, §2º, I, "b", Portaria MPS nº 519/2011):

Mês/Ano	Patrimônio da Instituição (R\$)	Patrimônio total sob admin/ gestão (R\$)	Patrimônio total dos RPPS sob admin/ gestão (R\$)	Nº de fundos sob admin/ gestão	Nº de cotistas dos fundos sob admin/ gestão	Nº de cotistas RPPS dos fundos sob admin/ gestão
Dez/2021						
Dez/2020						
Dez/2019						
Dez/2018						

Dez/2017							
II.5 - Política de Distribuição - Integrantes do sistema de distribuição que atuam na abrangência do RPPS (art. 3º, § 2º, II, da Portaria MPS nº 519/2011)							
Nome/Razão Social:							
CPF/CNPJ:							
Informações sobre a Política de Distribuição:							
II.6 - Dados gerais de Fundos cujas carteiras estão sob sua adm/gestão (art. 3º, §2º, I, "b", Port. MPS 519/2011):							
Fundos de Investimento sob administração/gestão por classificação Resolução CMN	Nº de fundos	Patrimônio total dos fundos (R\$)	Nº total de cotistas	Nº de cotistas RPPS	Total investido por RPPS	Desde quando gere fundos dessas classes	Observações sobre performance/ histórico) da instituição com relação a esses tipos de fundos (texto)
Art. 7º, I, "b"							
Art. 7º, I, "c"							
Art. 7º, II							
Art. 7º, III, "a"							
Art. 7º, III, "b"							
Art. 7º, IV							
Art. 7º, V, "a"							
Art. 7º, V, "b"							
Art. 7º, V, "c"							
Art. 8º, I							
Art. 8º, II							
Art. 9º, I							
Art. 9º, II							
Art. 9º, III							
Art. 10, I							
Art. 10, II							
Art. 10, III							
Art. 11							
Art. 12							
III - FUNDO(S) DE INVESTIMENTO ADM/GERIDO PELA INSTITUIÇÃO P/ FUTURA DECISÃO DE INVESTIMENTO							
Nome do(s) Fundo(s) de Investimento(s)	CNPJ do Fundo	Classificação Resolução CMN	Aderência ao benchmarking do mercado, ao perfil da carteira do RPPS e às estratégias da política de investimentos				
CAIXA AÇÕES MULTIGESTOR FIC AÇÕES	30.068.224/0001-04						
CAIXA ALIANÇA TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	05.164.358/0001-73						
CAIXA ALOCAÇÃO MACRO FIC MULTIMERCADO LP	08.070.841/0001-87						
CAIXA BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP	30.036.235/0001-02						
CAIXA BRASIL 2022 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	18.598.117/0001-84						
CAIXA BRASIL 2023 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	44.683.378/0001-02						
CAIXA BRASIL 2024 II TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	18.598.088/0001-50						

CAIXA BRASIL 2024 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	18.598.288/0001-03		
CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	20.139.595/0001-78		
CAIXA BRASIL 2024 VI TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	22.791.074/0001-26		
CAIXA BRASIL 2024 V TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	19.768.682/0001-05		
CAIXA BRASIL 2030 III TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	20.139.534/0001-00		
CAIXA BRASIL 2030 II TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	19.769.046/0001-06		
CAIXA BRASIL 2030 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	18.598.042/0001-31		
CAIXA BRASIL AÇÕES LIVRE FIC AÇÕES	30.068.169/0001-44		
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RENDA FIXA	14.508.643/0001-55		
CAIXA BRASIL ESTRATÉGIA LIVRE FIC MULTIMERCADO LP	34.660.276/0001-18		
CAIXA BRASIL ETF IBOVESPA FI AÇÕES	15.154.236/0001-50		
CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	03.737.206/0001-97		
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	23.215.097/0001-55		
CAIXA BRASIL IBOVESPA FI AÇÕES	13.058.816/0001-18		
CAIXA BRASIL IBX-50 FI AÇÕES	03.737.217/0001-77		
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	14.386.926/0001-71		
CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	10.577.503/0001-88		
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	11.060.913/0001-10		
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	10.740.658/0001-93		
CAIXA BRASIL IMA-GERAL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	11.061.217/0001-28		
CAIXA BRASIL IPCA XVI FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	21.918.896/0001-62		
CAIXA BRASIL IRF-M 1+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	10.577.519/0001-90		
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	10.740.670/0001-06		
CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	14.508.605/0001-00		
CAIXA BRASIL MATRIZ FI RENDA FIXA	23.215.008/0001-70		
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84		
CAIXA CONSTRUÇÃO CIVIL FI AÇÕES	10.551.375/0001-01		

CAIXA CONSUMO FI AÇÕES	10.577.512/0001-79		
CAIXA DIVIDENDOS FI AÇÕES	05.900.798/0001-41		
CAIXA EXPERT CLARITAS VALOR FI AÇÕES	30.068.060/0001-07		
CAIXA IBOVESPA FIC AÇÕES	01.525.057/0001-77		
CAIXA INFRAESTRUTURA FI AÇÕES	10.551.382/0001-03		
CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	17.502.937/0001-68		
CAIXA JUROS E MOEDAS FI MULTIMERCADO LP	14.120.520/0001-42		
CAIXA NOVO BRASIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO IMA-B LP	10.646.895/0001-90		
CAIXA MULTIGESTOR GLOBAL EQUITIES INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC MULTIMERCADO	39.528.038/0001-77		
CAIXA PETROBRAS FI AÇÕES	03.914.671/0001-56		
CAIXA PETROBRAS PRÉ-SAL FI AÇÕES	11.060.594/0001-42		
CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII - CXRI11	17.098.794/0001-70		
CAIXA RS TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	05.164.364/0001-20		
CAIXA RV 30 FI MULTIMERCADO LP	03.737.188/0001-43		
CAIXA SMALL CAPS ATIVO FI AÇÕES	15.154.220/0001-47		
CAIXA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL ISE FI AÇÕES	08.070.838/0001-63		
CAIXA VALE DO RIO DOCE FI AÇÕES	04.885.820/0001-69		
CAIXA VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES	15.154.441/0001-15		
CAIXA VALOR RPPS FIC AÇÕES	14.507.699/0001-95		
CAIXA HEDGE FIC MULTIMERCADO LP	30.068.135/0001-50		
CAIXA INDEXA SHORT DÓLAR FI MULTIMERCADO LP	29.157.511/0001-01		
CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES III FIC MULTIMERCADO	18.007.358/0001-01		
CAIXA BRASIL ATIVA FIC RENDA FIXA LP	35.536.532/0001-22		

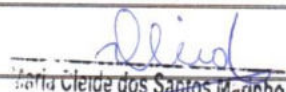
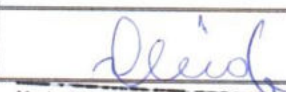
IV - COMPARAÇÃO COM OUTRAS INSTITUIÇÕES ADM/GESTORAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

Nome da Instituição	CNPJ	Principais produtos (texto)	Principais vantagens/problemas em geral identificados com essas outras instituições (texto)

Comparação histórico, experiência, de volume de recursos, rentabilidade e riscos com outras Instituições credenciadas que ofertam mesma classe de produtos/fundos (texto conclusivo):

V - CONCLUSÃO DA ANÁLISE da Instituição administradora/gestora objeto do presente Credenciamento			
		Data	11/02/2022
Responsáveis pela Análise:	Cargo	CPF	Assinatura

ATESTADO DE CREDENCIAMENTO²			
Ente Federativo		CNPJ	
Unidade Gestora do RPPS		CNPJ	
Instituição Credenciada:			
Razão Social	CAIXA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A	CNPJ	42.040.639/0001-40
Número do Termo de Análise de Credenciamento		02/2022	
Data do Termo de Análise de Credenciamento		02/2022	

Parecer final quanto ao credenciamento da Instituição:	Recebemos todos os documentos necessários para o credenciamento da instituição, apesar de algumas certidões estarem inválidas, entendemos que isso não desabone o credenciamento, tendo em vista que as certidões têm curto prazo de validade e até poucos meses atrás estavam todas válidas. Realizamos uma análise criteriosa da instituição e do referido fundo de investimento, com a opinião de uma consultoria contratada, que respalda a nossa tomada de decisão quanto a essa aplicação. Ademais, registramos todo o processo e arquivamos os documentos destacando a solidez patrimonial, o histórico de gestão, os controles de riscos, entre outros procedimentos adotados pela instituição, destacadas no Questionário Due Diligence Seção I e Seção II.		
Data:			
Responsáveis pelo Credenciamento:	Cargo	CPF	Assinatura
		060209763-00	

Maria Cleide dos Santos Marinho
Diretora Administrativa
CPF: 060.209.763-00

Maria Cleide dos Santos Marinho
Diretora Administrativa
CPF: 060.209.763-00

² Mantido o Termo de Credenciamento e o Termo de Análise de Credenciamento, pois o Termo de Análise de Credenciamento pode ser substituído pela análise dos formulários QDD Anbima, conforme anteriormente divulgado no site da SPREV (<http://www.previdencia.gov.br/regimes-propios/investimentos-do-rpps/credenciamento-pelos-rpps-das-instituicoes-e-produtos-de-investimento/>).

Jordas de Souza Alencar	Gestor de Recursos	048086153-63	Jordas

ANEXO I – FUNDOS DE INVESTIMENTO

1. Alterações desde a última atualização

1.1	Nome do fundo	FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA LONGO PRAZO														
1.2	CNPJ	10.740.658/0001-93														
1.3	Data de início	08/03/2010														
1.4	Classificação ANBIMA	Renda Fixa Indexados														
1.5	Código ANBIMA	244120														
1.6	O fundo já sofreu alteração com perda de histórico de informação do mesmo?	Não														
1.7	Classificação tributária (CP/LP/Ações)	Previdência														
1.8	Descreva o público-alvo.	Exclusivo previdenciário														
1.9	O regulamento prevê, explicitamente, adequação a alguma legislação específica aplicável ao cotista, p. ex., Resolução do CMN?	Este Regulamento está adequado às normas estabelecidas para os RPPS.														
1.10	Conta corrente (banco, agência, nº)	0238-050-00000205/5														
1.11	Conta CETIP (nº)	N/A														
1.12	Administração (indique contato para informações).	Caixa Econômica Federal														
1.13	Custódia (indique contato para informações).	Caixa Econômica Federal														
1.14	Auditoria externa	KPMG														
1.15	Caso se aplique, informar:	<table border="1"> <tr><td>Escriturador</td><td></td></tr> <tr><td>Custodiante</td><td></td></tr> <tr><td>Consultor Especializado</td><td></td></tr> <tr><td>Assessor Jurídico</td><td></td></tr> <tr><td>Co-gestor</td><td></td></tr> <tr><td>Distribuidor</td><td></td></tr> <tr><td>Outros</td><td></td></tr> </table>	Escriturador		Custodiante		Consultor Especializado		Assessor Jurídico		Co-gestor		Distribuidor		Outros	
Escriturador																
Custodiante																
Consultor Especializado																
Assessor Jurídico																
Co-gestor																
Distribuidor																
Outros																
1.16	Cotização: abertura ou fechamento?	Fechamento														

Regras para aplicação e resgate:		
1.17	Aplicação (datas, horários, cotação e liquidação)	16:00 D+0 D+0
	Carência/Tempo mínimo para permanência (lock-up period) e eventuais penalidades para resgates antes do término desse período.	Não há
	Resgate (datas, horários, cotação e liquidação)	16:00 D+0 D+0
	Aplicação inicial mínima	1.000,00
	Aplicação máxima por cotista	N/A
	Aplicação adicional mínima	0,00
	Resgate mínimo	0,00
1.18	Taxa de Entrada (upfront fee)	
	N/A	
1.19	Taxa de Saída (redemption fee)	
	Não possui	
1.20	Taxa de administração	
	0,20%	
1.21	Taxa de administração máxima	
	0,20%	
1.22	Taxa de custódia máxima	
	N/A	
1.23	Taxa de Performance	
	% (Percentual)	Não possui
	Benchmark	Não possui
	Frequência	Não se aplica
	Linha-d'água (sim ou não)	Não se aplica
	Método de cálculo (ativo/passivo/ajuste)	Não se aplica
1.24	Despesas do fundo pagas ao grupo econômico do administrador (e da gestora, se este for diferente) excluindo-se as taxas de Administração e de Performance.	
	N/A	
1.25	Há acordo de remuneração com cláusula de reversão de rebate para o fundo? (pagamento e/ou recebimento).	
	N/A	

2. Perfil

2.1	Descreva o fundo no que tange à estratégia, ao objetivo de rentabilidade e à política de investimento. Aplica 100% dos seus recursos em títulos do Tesouro Nacional em operações finais e/ou compromissadas tendo como parâmetro de rentabilidade o subíndice IMA-B.
2.2	Descreva as alterações significativas na estratégia ou na política de investimento no histórico do fundo.
	N/A
2.3	Descreva o processo decisório de investimento deste fundo de investimento.
As decisões de alocação são tomadas em comitê, que se reúne para avaliar as tendências do mercado e as condições macroeconômicas e microeconômicas, levando em consideração os níveis e limites de risco definidos no regulamento do fundo.	

2.4

Cite as premiações, ratings e rankings dos últimos 05 anos.

Guia Exame 2010 - Melhor gestor de fundos de varejo e melhor gestor de fundos de renda fixa ativa.

Guia Exame 2011 - 2º melhor gestor de fundos de varejo e 3º melhor gestor de fundos de renda fixa ativa.

Star Ranking Valor Econômico 2013 - 22 fundos premiados, sendo o principal critério de avaliação a relação risco x retorno.

Revista Investidor Institucional - Os Melhores Fundos para Institucionais - Nov./2013- A CAIXA conquistou o topo do ranking com o maior número de fundos excelentes.

Star Ranking Valor Econômico 2014 - 22 fundos premiados, sendo o principal critério de avaliação a relação risco x retorno.

Revista Investidor Institucional - Top Asset - Mar./2014 - Presente no Ranking Top Asset em 18 categorias do ranking

Exame - Onde Investir em 2015 - Os Melhores Gestores - Nov./2014 - 2º Melhor Gestor de Fundos de Renda Fixa

Revista Investidor Institucional - Top Asset - Mar./2015 - Presente no Ranking Top Asset em 20 categorias

Fundo FI CAIXA Brasil IDKA IPCA 2A RF LP destinado aos RPPS foi eleito pelo jornal Valor Econômico em matéria de 21/01/2015 como o melhor fundo de renda fixa em 2015.

Exame - Onde Investir em 2016 - Os Melhores Gestores - Dez./2015 - 2º Melhor Gestor de Fundos de Renda Fixa

Revista Investidor Institucional - Os Melhores Fundos para Institucionais - Abr./2016- A CAIXA

conquistou o topo do ranking com oito fundos classificados como excelentes.

Premiada pelo Guia EXAME -Investimentos Pessoais - por 13 anos consecutivos (2004 - 2016) também, foi eleita uma das maiores gestoras de fundos de investimento do mercado pelo ranking Top Asset - AGO 17, realizado pela revista Investidor Institucional.

Conquistou a posição de maior gestora em duas categorias:

- Maior Gestor de FIPs;
- Maior Gestor de RPPS;

Prêmio MBI Melhor Banco para Investir - Melhor Gestor de Renda Fixa e Melhor Gestor de Ações - Fev./2018

Guia de Previdência Valor/Fundação Getúlio Vargas - 2º Melhor Gestor Geral e Melhor Gestor em Fundos Balanceados até 15 - edição 2018 do Guia de Previdência Valor/FGV;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional - Março/2018) - 5 Fundos Classificados como excelentes;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional - Agosto/2018) - 4 Fundos Classificados como excelentes;

Ranking Exame - Onde Investir 2019 - 2º Melhor Gestor de Varejo;

Prêmio MBI/FGV - Melhor Banco para Investir - 2º melhor gestor em Fundos Money Market e 2º melhor gestor de fundos multimercados FEV/19;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional - Edição 312 - Março/2019) -9 Fundos classificados como excelentes;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional - Edição 317 -Agosto/2019) - CAIXA no 2º lugar no Ranking de Gestores com 22 Fundos classificados como excelentes;

Guia de Previdência Valor/Fundação Getúlio Vargas - CAIXA como Gestora Destaque em Fundos Balanceados até 15 - Edição 2019

Ranking Exame - Onde Investir 2020 - 3º Melhor Gestor de Renda Fixa, 3º Melhor Gestor de Fundos DI e Curto Prazo e 3º Melhor Gestor de Fundos de Varejo;

Prêmio MBI/FGV - Melhor Banco para Investir - 1º melhor gestor de fundos multimercados. 1º melhor gestor de fundos de ações. 2º

melhor gestor em Fundos Money Market e 2º melhor gestor em Fundos de Renda Fixa FEV/20;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional – Edição 323 – Março/2020) – 10 Fundos classificados como excelentes.

Valor Investe – Julho/2020 -

A CAIXA teve 3 fundos de renda fixa listados pelo Valor Investe dentre os melhores do semestre. No grupo “Renda Fixa Ativa”: CAIXA FIC Brasil Gestão Estratégica RF e o CAIXA FIC Objetivo Prefixado RF LP. No grupo “Juro Real”: CAIXA FIC Foco Índice de Preços RF LP

Ratings Morningstar - Agosto/2020

CAIXA Alocação Macro FIC FIM LP considerado 5 estrelas no ranking

Premiação Valor – Agosto/Setembro/2020

Fundos CAIXA listados no Ranking do Guia de Fundos Valor entre os 10 fundos com melhor retorno do mercado: CAIXA FIC Alocação Macro Multimercado LP, CAIXA FIC Pré Objetivo RF LP, CAIXA FI Fidelidade RF LP, CAIXA FI Ações BDR nível I e CAIXA FI FIDELIDADE II Crédito Privado LP

Os Melhores Fundos Para Institucionais - Ranking – Revista Investidor Institucional – Agosto/Setembro

A CAIXA teve 16 fundos premiados como EXCELENTE pelo ranking “Os Melhores Fundos para Institucionais”, da revista Investidor Institucional em agosto/20.

Além do destaque positivo no Ranking Os Melhores Fundos Para Institucionais, a edição de setembro da publicação consolida a liderança CAIXA no segmento RPPS, através do Ranking TOP Asset.

3. Equipe de gestão do fundo

3.1 Cite os profissionais envolvidos na gestão

Carlos Eduardo Biteli (Gerente Nacional), Raimunda Rosandir Máximo Viana (Gerente Executivo) e Daniel Cunha Gracio (Gerente Executivo)

3.2 Cite o histórico de alterações significativas na equipe nos últimos 05 anos.

Em 2021 foi designado como Gerente Nacional da GEFIX, o Sr. Carlos Eduardo Biteli

Em 2021 foi designado como Gerente Executivo da GEFIX, o Sr. Daniel Cunha Gracio

4. Estratégias e carteiras

4.1 Descreva as regras, procedimentos e limites específicos de gestão para o fundo, em cenários de stress.

N/A

4.2 O fundo pode realizar operações de day trade?

Não.

5. Uso de derivativos

5.1	Com que objetivo(s) são utilizados derivativos:		
	Proteção de carteira ou de posição	SIM X	NÃO
	Mudança de remuneração/indexador	SIM X	NÃO
	Estratégias combinadas (floors, caps, collars, spreads, straddles, box, financiamentos com termo etc.)	SIM	NÃO X
	Alavancagem	SIM	NÃO X
5.2	Mercados em que são utilizados derivativos:		
	Juros	SIM X	NÃO
	Câmbio	SIM	NÃO X
	Ações	SIM	NÃO X
	Commodities	SIM	NÃO X
	Em Bolsas:		
	Com garantia	SIM	NÃO X
	Sem garantia	SIM	NÃO X
	Em Balcão:		
	Com garantia	SIM	NÃO X
	Sem garantia	SIM	NÃO X
5.3	Qual a abordagem da gestora no investimento em ativos de crédito privado? N/A		

6. Compra de cotas de fundos de investimento

6.1	De fundos de terceiros?	SIM	NÃO X
6.2	De fundos da gestora?	SIM	NÃO X

7. Informações adicionais

7.1	PL atual.	4.861.179.939,42
7.2	PL médio em 12 (doze) meses.	5.773.771.090,12
7.3	PL atual da mesma estratégia sob gestão da gestora.	2.570.692.590,06
7.4	Qual a capacidade máxima estimada de captação de recursos do fundo e de sua estratégia? Quais são os critérios de definição?	
N/A		
7.5	Número de cotistas.	847
7.6	Qual percentual do passivo do fundo representa aplicações da gestora, controladores, coligadas, subsidiárias, de seus sócios e principais executivos?	
N/A		
7.7	Descreva as regras de concentração de passivo.	
N/A		
7.8	Percentuais detidos pelos dez maiores cotistas.	16,92%
7.9	Houve alguma mudança de prestadores de serviços de administração fiduciária e/ou de custódia nos últimos 05 anos da operação do fundo? Quando?	
Não		
7.10	A última demonstração financeira foi emitida com obteve algum parecer modificado (com ressalva, com abstenção de opinião, ênfase, parecer adverso opinião) pelo auditor independente?	
Não		

8. Gestão de risco

8.1	Descreva as regras de exposição a risco de crédito específicas do fundo.	
	Conforme regulamento do Fundo	
8.2	Descreva as regras de liquidez para ativos específicas do fundo.	
	Conforme regulamento do Fundo	
8.3	Caso o Fundo opere derivativos sem garantia, descreva como é realizado o controle.	
	Conforme regulamento do Fundo	
8.4	Se houver na carteira do fundo, ativos/derivativos ilíquidos/exóticos, como a gestora realiza o acompanhamento?	
	Conforme regulamento do Fundo	
8.5	Qual(is) a(s) metodologia(s) de controle de risco utilizada(s) (por ex.: VaR, Tracking Error e Expected Shortfall)?	
	VaR Paramétrico	
8.6	Existem limites adicionais àqueles que constam no regulamento/regulação (por ex: concentração por setor, emissor, contraparte, tipo de risco)? Quais?	
N/A		
8.7	Descreva o processo decisório utilizado em caso de violação dos limites citados no item 8.5	
	Convocação da instância de governança cabível, baseado no nível de extrapolação do limite	
8.8	Qual o limite da(s) metodologia(s) citada no item 8.5?	
	Limite baseado no nível de risco da carteira proposta pelo regulamento do fundo	
8.9	De que forma é apurado o consumo dos limites dados pela(s) metodologia(s) citada(s) no item 8.5?	
	Acompanhamento diário através de relatórios	
8.10	Considerando o período dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, quando o limite da(s) metodologia(s) citadas no item 8.5 foi excedido, por qual motivo e qual o máximo atingido? Comente.	

N/A	
8.11	Qual o VaR/B-VaR/TE médio do Fundo nos últimos: 3 (três) meses? 34.896.519,49 6 (seis) meses? 37.543.461,70 12 (doze) meses? 60.204.541,35 24 (vinte e quatro) meses? 56.346.642,82
8.12	Qual a alavancagem nocional máxima (exposição bruta) atingida pelo fundo e em qual(is) ativo(s) nos últimos 24 (vinte e quatro) meses?
N/A	
8.13	Qual o limite para perdas em cenário de stress? Como são definidos os cenários (ex. Utiliza o cenário elaborado pela B³ ou o próprio)? Cenário próprio para monitoramento, sem limite de perda estabelecido
8.14	Considerando o período dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, quando o limite de stress foi excedido e por quê?
N/A	
8.15	Qual o stress médio do fundo nos últimos 3 (três) meses? -1.011.022.602,81 6 (seis) meses? -1.009.528.615,04 12 (doze) meses? -1.089.580.410,79 24 (vinte e quatro) meses? -1.427.982.134,82
8.16	Comente o último stop loss relevante do fundo.
N/A	

9. Comportamento do fundo em crises

Período*	Evento	Comportamento (variação do fundo)	Explicação
mai/06	Crise das Bolsas norteamericanas	N/A	N/A
Jul – Ago/07	Crise das hipotecas	N/A	N/A
Out/08 – Mar/09	Crise no Sistema Financeiro norteamericano	N/A	N/A
Jan/10 – Jun/10	Crise de endividamento dos PIGS	N/A	N/A
Abril/11 – Set/11	Segunda crise da dívida na Europa	16.744.362,35	cp_NTNB8A
Abril/15 – Ago/16	Crise política / recessão no Brasil	32.345.640,09	cp_NTNB7A

* Para o período solicitado deve ser informado o comportamento (variação do fundo) de acordo com o mês fechado (ex. 01/01 a 31/01).

10. Três períodos de maior perda do fundo

	Período	Evento	Perda	Explicação	Tempo para recuperação
1	Entre 23/01/13 e 03/02/14	Tapering FED + Política Contracionista BACEN	-14,29%	Associado ao IMA-B	139
2	Entre 14/02/20 e 23/03/20	Pandemia COVID-19	-12,80%	Associado ao IMA-B	89
3	Entre 23/06/15 e 23/09/15	Crise fiscal Brasil	-8,52%	Associado ao IMA-B	89

11. Atribuição de performance do fundo nos últimos 5 (cinco) anos

11.1	Atribuição:	Contribuição:
	N/A	N/A
11.2	Comente as mudanças em estratégias em razão de fluxo de recursos (aplicações ou resgates).	
N/A		
11.3	O fundo já esteve fechado temporariamente para aplicação por deliberação da gestora, do administrador fiduciário ou órgão regulador? Quando? Por quê?	
Não		

12. Relacionamento com distribuidores/alocadores

12.1	Com que grau de detalhamento e com que frequência a carteira pode ser disponibilizada para distribuidores/alocadores?
	Pode ser disponibilizada mensalmente.
12.2	Com que frequência é possível realizar conference calls com a gestora dos fundos?
	A qualquer momento, apenas sujeito a disponibilidade do gestor.
12.3	Por quais canais o fundo é distribuído?
	Rede agências CAIXA, Internet Banking e Mobile.
12.4	Considerando o montante total de ativos sob gestão, qual o percentual detido pelos cinco maiores distribuidores ou alocadores, individualmente?
N/A	

13. Atendimento aos cotistas

13.1	Quais os relatórios disponíveis aos cotistas do fundo? Fornecer detalhes. Qual sua periodicidade? Com que defasagem?
	Boletim Comercial Disponibilizado mensalmente, informa a rentabilidade, parâmetros, histórico de rentabilidade e as estratégias permitidas. Defasagem de um mês. Extrato do Fundo Disponibilizado mensalmente, posição individualizada do cotista. Defasagem de um mês. Relatório de Cota Disponibilizado diariamente, caso o cotista tenha cadastrado seu endereço eletrônico previamente. informa a variação da cota do fundo. Defasagem de um dia. Relatório da Carteira do Fundo Disponibilizado mensalmente, dados referente a composição dos ativos do fundo. Defasagem de um mês.
13.2	Qual (is) é (são) o(s) veículo(s) disponível(is) para acessar informações sobre o Fundo e com qual frequência seu conteúdo é atualizado?
	Página da internet e o conteúdo é atualizado sempre que necessário.
13.3	Existe algum canal de atendimento dedicado ao cotista? De que forma pode ser acessado e qual o horário para atendimento?
	A Rede de agências CAIXA, principal canal de atendimento ao cotista. O atendimento conta ainda com a GERDI, como unidade de suporte a fundos junto à rede.

14. Investimento no exterior

14.1	Qual o produto (tipo de ativo ou fundo investido) e sua estrutura, incluindo os veículos utilizados (se houver)? Descreva a estratégia, os principais ativos e instrumentos utilizados.											
14.2	Quais os riscos envolvidos?											
14.3	Quais são os mercados em que o fundo opera?											
14.4	Em relação ao veículo local, o fundo utiliza estratégias para proteção cambial?											
14.5	Caso o fundo de investimento local tenha por objetivo o investimento em único fundo de investimento ou veículo no exterior (fundo espelho), enumerar os prestadores de serviços e demais informações dos fundos de investimento ou veículo no exterior (administrador, custodiante, RTA, prime broker, entre outros). <table border="1"> <tr><td>Administrador Fiduciário</td></tr> <tr><td>Custodiante</td></tr> <tr><td>Auditor</td></tr> <tr><td>RTA</td></tr> <tr><td>Prime Brokers</td></tr> <tr><td>NAV Calculator</td></tr> <tr><td>Domicílio do fundo</td></tr> <tr><td>Taxa de administração</td></tr> <tr><td>Código ISIN do fundo</td></tr> <tr><td>Moeda do domicílio fundo no exterior</td></tr> <tr><td>Outros prestadores de serviço, dos investimentos no exterior, caso exista.</td></tr> </table>	Administrador Fiduciário	Custodiante	Auditor	RTA	Prime Brokers	NAV Calculator	Domicílio do fundo	Taxa de administração	Código ISIN do fundo	Moeda do domicílio fundo no exterior	Outros prestadores de serviço, dos investimentos no exterior, caso exista.
Administrador Fiduciário												
Custodiante												
Auditor												
RTA												
Prime Brokers												
NAV Calculator												
Domicílio do fundo												
Taxa de administração												
Código ISIN do fundo												
Moeda do domicílio fundo no exterior												
Outros prestadores de serviço, dos investimentos no exterior, caso exista.												
14.6	Caso o investimento no exterior possua subclasses, favor descrever os riscos de contaminação entre elas.											
14.7	Caso a gestora tenha influência direta/indireta na gestão do fundo no exterior, descreva como foi constituída a diretoria do fundo.											

15. Anexos (quando aplicável)

15	Anexos (quando aplicável)	Marcar Anexos ou link para acesso ao documento
15.1	Regulamento	Link de acesso
15.2	Formulário de informações complementares	Link de acesso
15.3	Última lâmina de informações essenciais	Link de acesso
15.4	Relatório de Gestão e/ou materiais de divulgação	Link de acesso

[ASSINATURA DO PROFISSIONAL QUE PREENCHEU O

QUESTIONÁRIO]

[NOME DO PROFISSIONAL QUE PREENCHEU O QUESTIONÁRIO]

[CARGO]

[TELEFONE]

[E-MAIL CORPORATIVO]

[ASSINATURA DO(S) REPRESENTANTE(S)

LEGAL(IS) DA
INSTITUIÇÃO]

[NOME DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA
INSTITUIÇÃO]

[CARGO]

[TELEFONE]

[E-MAIL CORPORATIVO]

ANEXO I – FUNDOS DE INVESTIMENTO

1. Alterações desde a última atualização

1.1	Nome do fundo	FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA LONGO PRAZO														
1.2	CNPJ	11.060.913/0001-10														
1.3	Data de início	09/07/2010														
1.4	Classificação ANBIMA	Renda Fixa Indexados														
1.5	Código ANBIMA	251496														
1.6	O fundo já sofreu alteração com perda de histórico de informação do mesmo?	Não														
1.7	Classificação tributária (CP/LP/Ações)	Previdência														
1.8	Descreva o público-alvo.	Exclusivo previdenciário														
1.9	O regulamento prevê, explicitamente, adequação a alguma legislação específica aplicável ao cotista, p. ex., Resolução do CMN?	Este Regulamento está adequado às normas estabelecidas para os RPPS.														
1.10	Conta corrente (banco, agência, nº)	0238-050-00000209/8														
1.11	Conta CETIP (nº)	N/A														
1.12	Administração (indique contato para informações).	Caixa Econômica Federal														
1.13	Custódia (indique contato para informações).	Caixa Econômica Federal														
1.14	Auditoria externa	KPMG														
1.15	Caso se aplique, informar:	<table border="1"> <tr><td>Escriturador</td><td></td></tr> <tr><td>Custodiante</td><td></td></tr> <tr><td>Consultor Especializado</td><td></td></tr> <tr><td>Assessor Jurídico</td><td></td></tr> <tr><td>Co-gestor</td><td></td></tr> <tr><td>Distribuidor</td><td></td></tr> <tr><td>Outros</td><td></td></tr> </table>	Escriturador		Custodiante		Consultor Especializado		Assessor Jurídico		Co-gestor		Distribuidor		Outros	
Escriturador																
Custodiante																
Consultor Especializado																
Assessor Jurídico																
Co-gestor																
Distribuidor																
Outros																
1.16	Cotização: abertura ou fechamento?	Fechamento														

1.17	Regras para aplicação e resgate:	
	Aplicação (datas, horários, cotização e liquidação)	16:00 D+0 D+0
	Carência/Tempo mínimo para permanência (lock-up period) e eventuais penalidades para resgates antes do término desse período.	Não há
	Resgate (datas, horários, cotização e liquidação)	16:00 D+0 D+0
	Aplicação inicial mínima	1.000,00
	Aplicação máxima por cotista	N/A
1.18	Aplicação adicional mínima	0,00
	Resgate mínimo	0,00
1.18	Taxa de Entrada (upfront fee)	
	N/A	
1.19	Taxa de Saída (redemption fee)	
	Não possui	
1.20	Taxa de administração	
	0,20%	
1.21	Taxa de administração máxima	
	0,20%	
1.22	Taxa de custódia máxima	
	N/A	
1.23	Taxa de Performance	
	% (Percentual)	Não possui
	Benchmark	Não possui
	Frequência	Não se aplica
	Linha-d'água (sim ou não)	Não se aplica
	Método de cálculo (ativo/passivo/ajuste)	Não se aplica
1.24	Despesas do fundo pagas ao grupo econômico do administrador (e da gestora, se este for diferente) excluindo-se as taxas de Administração e de Performance.	
	N/A	
1.25	Há acordo de remuneração com cláusula de reversão de rebate para o fundo? (pagamento e/ou recebimento).	
	N/A	

2. Perfil

2.1 Descreva o fundo no que tange à estratégia, ao objetivo de rentabilidade e à política de investimento. Aplica 100% dos recursos em títulos públicos federais, em operações finais e/ou compromissadas, tendo como parâmetro de rentabilidade o IMA-R 5.

2.2 Descreva as alterações significativas na estratégia ou na política de investimento no histórico do fundo.

N/A

2.3 Descreva o processo decisório de investimento deste fundo de investimento.

As decisões de alocação são tomadas em comitê, que se reúne para avaliar as tendências do mercado e as condições macroeconômicas e microeconômicas, levando em consideração os níveis e limites de risco definidos no regulamento do fundo.

2.4

Cite as premiações, ratings e rankings dos últimos 05 anos.

Guia Exame 2010 - Melhor gestor de fundos de varejo e melhor gestor de fundos de renda fixa ativa.

Guia Exame 2011 - 2º melhor gestor de fundos de varejo e 3º melhor gestor de fundos de renda fixa ativa.

Star Ranking Valor Econômico 2013 – 22 fundos premiados, sendo o principal critério de avaliação a relação risco x retorno.

Revista Investidor Institucional - Os Melhores Fundos para Institucionais – Nov./2013– A CAIXA conquistou o topo do ranking com o maior número de fundos excelentes.

Star Ranking Valor Econômico 2014 – 22 fundos premiados, sendo o principal critério de avaliação a relação risco x retorno.

Revista Investidor Institucional – Top Asset – Mar./2014 – Presente no Ranking Top Asset em 18 categorias do ranking

Exame - Onde Investir em 2015 - Os Melhores Gestores – Nov./2014 - 2º Melhor Gestor de Fundos de Renda Fixa

Revista Investidor Institucional – Top Asset – Mar./2015 – Presente no Ranking Top Asset em 20 categorias

Fundo FI CAIXA Brasil IDKA IPCA 2A RF LP destinado aos RPPS foi eleito pelo jornal Valor Econômico em matéria de 21/01/2015 como o melhor fundo de renda fixa em 2015.

Exame - Onde Investir em 2016 - Os Melhores Gestores – Dez./2015 - 2º Melhor Gestor de Fundos de Renda Fixa

Revista Investidor Institucional - Os Melhores Fundos para Institucionais – Abr./2016– A CAIXA

conquistou o topo do ranking com oito fundos classificados como excelentes.

Premiada pelo Guia EXAME –Investimentos Pessoais – por 13 anos consecutivos (2004 – 2016) também, foi eleita uma das maiores gestoras de fundos de investimento do mercado pelo ranking Top Asset – AGO 17, realizado pela revista Investidor Institucional.

Conquistou a posição de maior gestora em duas categorias:

- Maior Gestor de FIPs;
- Maior Gestor de RPPS;

Prêmio MBI Melhor Banco para Investir – Melhor Gestor de Renda Fixa e Melhor Gestor de Ações – Fev./2018

Guia de Previdência Valor/Fundação Getúlio Vargas - 2º Melhor Gestor Geral e Melhor Gestor em Fundos Balanceados até 15 - edição 2018 do Guia de Previdência Valor/FGV;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional - Março/2018) - 5 Fundos Classificados como excelentes;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional - Agosto/2018) - 4 Fundos Classificados como excelentes;

Ranking Exame – Onde Investir 2019 - 2º Melhor Gestor de Varejo;

Prêmio MBI/FGV – Melhor Banco para Investir - 2º melhor gestor em Fundos Money Market e 2º melhor gestor de fundos multimercados FEV/19;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional – Edição 312 – Março/2019) –9 Fundos classificados como excelentes;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional – Edição 317 –Agosto/2019) – CAIXA no 2º lugar no Ranking de Gestores com 22 Fundos classificados como excelentes;

Guia de Previdência Valor/Fundação Getúlio Vargas – CAIXA como Gestora Destaque em Fundos Balanceados até 15 - Edição 2019

Ranking Exame – Onde Investir 2020 – 3º Melhor Gestor de Renda Fixa, 3º Melhor Gestor de Fundos DI e Curto Prazo e 3º Melhor Gestor de Fundos de Varejo;

Prêmio MBI/FGV – Melhor Banco para Investir - 1º melhor gestor de fundos multimercados. 1º melhor gestor de fundos de ações. 2º

melhor gestor em Fundos Money Market e 2º melhor gestor em Fundos de Renda Fixa FEV/20;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional – Edição 323 – Março/2020) – 10 Fundos classificados como excelentes.

Valor Investe – Julho/2020 -

A CAIXA teve 3 fundos de renda fixa listados pelo Valor Investe dentre os melhores do semestre. No grupo “Renda Fixa Ativa”: CAIXA FIC Brasil Gestão Estratégica RF e o CAIXA FIC Objetivo Prefixado RF LP. No grupo “Juro Real”: CAIXA FIC Foco Índice de Preços RF LP

Ratings Morningstar - Agosto/2020

CAIXA Alocação Macro FIC FIM LP considerado 5 estrelas no ranking

Premiação Valor – Agosto/Setembro/2020

Fundos CAIXA listados no Ranking do Guia de Fundos Valor entre os 10 fundos com melhor retorno do mercado: CAIXA FIC Alocação Macro Multimercado LP, CAIXA FIC Pré Objetivo RF LP, CAIXA FI Fidelidade RF LP, CAIXA FI Ações BDR nível I e CAIXA FI FIDELIDADE II Crédito Privado LP

Os Melhores Fundos Para Institucionais - Ranking – Revista Investidor Institucional – Agosto/Setembro

A CAIXA teve 16 fundos premiados como EXCELENTES pelo ranking “Os Melhores Fundos para Institucionais”, da revista Investidor Institucional em agosto/20.

Além do destaque positivo no Ranking Os Melhores Fundos Para Institucionais, a edição de setembro da publicação consolida a liderança CAIXA no segmento RPPS, através do Ranking TOP Asset.

3. Equipe de gestão do fundo

3.1 Cite os profissionais envolvidos na gestão

Carlos Eduardo Biteli (Gerente Nacional), Raimunda Rosandir Máximo Viana (Gerente Executivo) e Daniel Cunha Gracio (Gerente Executivo)

3.2 Cite o histórico de alterações significativas na equipe nos últimos 05 anos.

Em 2021 foi designado como Gerente Nacional da GEFIX, o Sr. Carlos Eduardo Biteli

Em 2021 foi designado como Gerente Executivo da GEFIX, o Sr. Daniel Cunha Gracio

4. Estratégias e carteiras

4.1 Descreva as regras, procedimentos e limites específicos de gestão para o fundo, em cenários de stress.

N/A

4.2 O fundo pode realizar operações de day trade?

Não.

5. Uso de derivativos

5.1	Com que objetivo(s) são utilizados derivativos:		
	Proteção de carteira ou de posição	SIM X	NÃO
	Mudança de remuneração/indexador	SIM X	NÃO
	Estratégias combinadas (floors, caps, collars, spreads, straddles, box, financiamentos com termo etc.)	SIM	NÃO X
	Alavancagem	SIM	NÃO X
5.2	Mercados em que são utilizados derivativos:		
	Juros	SIM X	NÃO
	Câmbio	SIM	NÃO X
	Ações	SIM	NÃO X
	Commodities	SIM	NÃO X
	Em Bolsas:		
	Com garantia	SIM	NÃO X
	Sem garantia	SIM	NÃO X
	Em Balcão:		
	Com garantia	SIM	NÃO X
	Sem garantia	SIM	NÃO X
5.3	Qual a abordagem da gestora no investimento em ativos de crédito privado? N/A		

6. Compra de cotas de fundos de investimento

6.1	De fundos de terceiros?	SIM	NÃO X
6.2	De fundos da gestora?	SIM	NÃO X

7. Informações adicionais

7.1	PL atual.	11.851.305.492,36
7.2	PL médio em 12 (doze) meses.	13.811.584.635,70
7.3	PL atual da mesma estratégia sob gestão da gestora.	2.570.692.590,06
7.4	Qual a capacidade máxima estimada de captação de recursos do fundo e de sua estratégia? Quais são os critérios de definição?	
N/A		
7.5	Número de cotistas.	1019
7.6	Qual percentual do passivo do fundo representa aplicações da gestora, controladores, coligadas, subsidiárias, de seus sócios e principais executivos?	
N/A		
7.7	Descreva as regras de concentração de passivo.	
N/A		
7.8	Percentuais detidos pelos dez maiores cotistas.	27,48%
7.9	Houve alguma mudança de prestadores de serviços de administração fiduciária e/ou de custódia nos últimos 05 anos da operação do fundo? Quando?	
Não		
7.10	A última demonstração financeira foi emitida com obteve algum parecer modificado (com ressalva, com abstenção de opinião, ênfase, parecer adverso opinião) pelo auditor independente?	
Não		

8. Gestão de risco

8.1	Descreva as regras de exposição a risco de crédito específicas do fundo.	
	Conforme regulamento do Fundo	
8.2	Descreva as regras de liquidez para ativos específicas do fundo.	
	Conforme regulamento do Fundo	
8.3	Caso o Fundo opere derivativos sem garantia, descreva como é realizado o controle.	
	Conforme regulamento do Fundo	
8.4	Se houver na carteira do fundo, ativos/derivativos ilíquidos/exóticos, como a gestora realiza o acompanhamento?	
	Conforme regulamento do Fundo	
8.5	Qual(is) a(s) metodologia(s) de controle de risco utilizada(s) (por ex.: VaR, Tracking Error e Expected Shortfall)?	
	VaR Paramétrico	
8.6	Existem limites adicionais àqueles que constam no regulamento/regulação (por ex: concentração por setor, emissor, contraparte, tipo de risco)? Quais?	
N/A		
8.7	Descreva o processo decisório utilizado em caso de violação dos limites citados no item 8.5	
	Convocação da instância de governança cabível, baseado no nível de extrapolação do limite	
8.8	Qual o limite da(s) metodologia(s) citada no item 8.5?	
	Limite baseado no nível de risco da carteira proposta pelo regulamento do fundo	
8.9	De que forma é apurado o consumo dos limites dados pela(s) metodologia(s) citada(s) no item 8.5?	
	Acompanhamento diário através de relatórios	
8.10	Considerando o período dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, quando o limite da(s) metodologia(s) citadas no item 8.5 foi excedido, por qual motivo e qual o máximo atingido? Comente.	

N/A	Qual o VaR/B-VaR/TE médio do Fundo nos últimos:	
8.11	3 (três) meses?	47.553.148,01
	6 (seis) meses?	39.986.972,68
	12 (doze) meses?	46.234.065,26
	24 (vinte e quatro) meses?	35.095.188,59
8.12	Qual a alavancagem nocional máxima (exposição bruta) atingida pelo fundo e em qual(is) ativo(s) nos últimos 24 (vinte e quatro) meses?	
N/A	Qual o limite para perdas em cenário de stress? Como são definidos os cenários (ex. Utiliza o cenário elaborado pela B³ ou o próprio)?	
	Cenário próprio para monitoramento, sem limite de perda estabelecido	
8.14	Considerando o período dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, quando o limite de stress foi excedido e por quê?	
N/A	Qual o stress médio do fundo nos últimos	
8.15	3 (três) meses?	-865.781.994,27
	6 (seis) meses?	-705.159.456,02
	12 (doze) meses?	-583.585.119,03
	24 (vinte e quatro) meses?	-551.136.509,02
8.16	Comente o último stop loss relevante do fundo.	
N/A		

9. Comportamento do fundo em crises

Período*	Evento	Comportamento (variação do fundo)		Explicação
mai/06	Crise das Bolsas norte-americanas	N/A	N/A	
Jul – Ago/07	Crise das hipotecas	N/A	N/A	
Out/08 – Mar/09	Crise no Sistema Financeiro norte-americano	N/A	N/A	
Jan/10 – Jun/10	Crise de endividamento dos PIGS	N/A	N/A	
Abril/11 – Set/11	Segunda crise da dívida na Europa	1.143.738,49	cp_NTNB42M	
Abril/15 – Ago/16	Crise política / recessão no Brasil	13.542.454,44	cp_NTNB54M	

* Para o período solicitado deve ser informado o comportamento (variação do fundo) de acordo com o mês fechado (ex. 01/01 a 31/01).

10. Três períodos de maior perda do fundo

	Período	Evento	Perda	Explicação	Tempo para recuperação
1	Entre 04/03/20 e 23/03/20	Pandemia COVID-19	-5,40%	Associado ao IMA-B 5	48
2	Entre 08/05/13 e 20/06/13	Tapering FED + Política Contracionista BACEN	-4,01%	Associado ao IMA-B 5	79
3	Entre 27/04/18 e 14/06/18	Greve dos caminhoneiros	-3,09%	Associado ao IMA-B 5	29

11. Atribuição de performance do fundo nos últimos 5 (cinco) anos

11.1	Atribuição:	Contribuição:
	N/A	N/A
11.2	Comente as mudanças em estratégias em razão de fluxo de recursos (aplicações ou resgates).	
N/A		
11.3	O fundo já esteve fechado temporariamente para aplicação por deliberação da gestora, do administrador fiduciário ou órgão regulador? Quando? Por quê?	
Não		

12. Relacionamento com distribuidores/alocadores

12.1	Com que grau de detalhamento e com que frequência a carteira pode ser disponibilizada para distribuidores/alocadores?
	Pode ser disponibilizada mensalmente.
12.2	Com que frequência é possível realizar conference calls com a gestora dos fundos?
	A qualquer momento, apenas sujeito a disponibilidade do gestor.
12.3	Por quais canais o fundo é distribuído?
	Rede agências CAIXA, Internet Banking e Mobile.
12.4	Considerando o montante total de ativos sob gestão, qual o percentual detido pelos cinco maiores distribuidores ou alocadores, individualmente?
N/A	

13. Atendimento aos cotistas

13.1	Quais os relatórios disponíveis aos cotistas do fundo? Fornecer detalhes. Qual sua periodicidade? Com que defasagem?
	Boletim Comercial Disponibilizado mensalmente, informa a rentabilidade, parâmetros, histórico de rentabilidade e as estratégias permitidas. Defasagem de um mês. Extrato do Fundo Disponibilizado mensalmente, posição individualizada do cotista. Defasagem de um mês. Relatório de Cota Disponibilizado diariamente, caso o cotista tenha cadastrado seu endereço eletrônico previamente. informa a variação da cota do fundo. Defasagem de um dia. Relatório da Carteira do Fundo Disponibilizado mensalmente, dados referente a composição dos ativos do fundo. Defasagem de um mês.
13.2	Qual (is) é (são) o(s) veículo(s) disponível(is) para acessar informações sobre o Fundo e com qual frequência seu conteúdo é atualizado?
	Página da internet e o conteúdo é atualizado sempre que necessário.
13.3	Existe algum canal de atendimento dedicado ao cotista? De que forma pode ser acessado e qual o horário para atendimento?
	A Rede de agências CAIXA, principal canal de atendimento ao cotista. O atendimento conta ainda com a GERDI, como unidade de suporte a fundos junto à rede.

14. Investimento no exterior

14.1	Qual o produto (tipo de ativo ou fundo investido) e sua estrutura, incluindo os veículos utilizados (se houver)? Descreva a estratégia, os principais ativos e instrumentos utilizados.
14.2	Quais os riscos envolvidos?
14.3	Quais são os mercados em que o fundo opera?
14.4	Em relação ao veículo local, o fundo utiliza estratégias para proteção cambial?
14.5	Caso o fundo de investimento local tenha por objetivo o investimento em único fundo de investimento ou veículo no exterior (fundo espelho), enumerar os prestadores de serviços e demais informações dos fundo de investimento ou veículo no exterior (administrador, custodiante, RTA, prime broker, entre outros). Administrador Fiduciário Custodiante Auditor RTA Prime Brokers NAV Calculator Domicílio do fundo Taxa de administração Código ISIN do fundo Moeda do domicílio fundo no exterior Outros prestadores de serviço, dos investimentos no exterior, caso exista.
14.6	Caso o investimento no exterior possua subclasses, favor descrever os riscos de contaminação entre elas.
14.7	Caso a gestora tenha influência direta/indireta na gestão do fundo no exterior, descreva como foi constituída a diretoria do fundo.

15. Anexos (quando aplicável)

15	Anexos (quando aplicável)	Marcar Anexos ou link para acesso ao documento
15.1	Regulamento	Link de acesso
15.2	Formulário de informações complementares	Link de acesso
15.3	Última lâmina de informações essenciais	Link de acesso
15.4	Relatório de Gestão e/ou materiais de divulgação	Link de acesso

[ASSINATURA DO PROFISSIONAL QUE PREENCHEU O
QUESTIONÁRIO]

[NOME DO PROFISSIONAL QUE PREENCHEU O QUESTIONÁRIO]

[CARGO]
[TELEFONE]
[E-MAIL CORPORATIVO]

[ASSINATURA DO(S) REPRESENTANTE(S)
LEGAL(IS) DA
INSTITUIÇÃO]

[NOME DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA
INSTITUIÇÃO]

[CARGO]
[TELEFONE]
[E-MAIL CORPORATIVO]

ANEXO I – FUNDOS DE INVESTIMENTO

1. Alterações desde a última atualização

1.1	Nome do fundo	FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA														
1.2	CNPJ	10.740.670/0001-06														
1.3	Data de início	28/05/2010														
1.4	Classificação ANBIMA	Renda Fixa Indexados														
1.5	Código ANBIMA	248975														
1.6	O fundo já sofreu alteração com perda de histórico de informação do mesmo?	Não														
1.7	Classificação tributária (CP/LP/Ações)	Previdência														
1.8	Descreva o público-alvo.	Exclusivo previdenciário														
1.9	O regulamento prevê, explicitamente, adequação a alguma legislação específica aplicável ao cotista, p. ex., Resolução do CMN?	Este Regulamento está adequado às normas estabelecidas para os RPPS.														
1.10	Conta corrente (banco, agência, nº)	0238-050-00000216/0														
1.11	Conta CETIP (nº)	N/A														
1.12	Administração (indique contato para informações).	Caixa Econômica Federal														
1.13	Custódia (indique contato para informações).	Caixa Econômica Federal														
1.14	Auditoria externa	KPMG														
1.15	Caso se aplique, informar:	<table border="1"> <tr> <td>Escriturador</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Custodiante</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Consultor Especializado</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Assessor Jurídico</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Co-gestor</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Distribuidor</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td></td> </tr> </table>	Escriturador		Custodiante		Consultor Especializado		Assessor Jurídico		Co-gestor		Distribuidor		Outros	
Escriturador																
Custodiante																
Consultor Especializado																
Assessor Jurídico																
Co-gestor																
Distribuidor																
Outros																
1.16	Cotização: abertura ou fechamento?	Fechamento														

1.17	Regras para aplicação e resgate:	
	Aplicação (datas, horários, cotação e liquidação)	17:00 D+0 D+0
	Carência/Tempo mínimo para permanência (lock-up period) e eventuais penalidades para resgates antes do término desse período.	Não há
	Resgate (datas, horários, cotação e liquidação)	17:00 D+0 D+0
	Aplicação inicial mínima	1.000,00
	Aplicação máxima por cotista	N/A
	Aplicação adicional mínima	0,00
	Resgate mínimo	0,00
1.18	Taxa de Entrada (upfront fee)	
N/A		
1.19	Taxa de Saída (redemption fee)	
Não possui		
1.20	Taxa de administração	
0,20%		
1.21	Taxa de administração máxima	
0,20%		
1.22	Taxa de custódia máxima	
N/A		
1.23	Taxa de Performance	
	% (Percentual)	Não possui
	Benchmark	Não possui
	Frequência	Não se aplica
	Linha-d'água (sim ou não)	Não se aplica
	Método de cálculo (ativo/passivo/ajuste)	Não se aplica
1.24	Despesas do fundo pagas ao grupo econômico do administrador (e da gestora, se este for diferente) excluindo-se as taxas de Administração e de Performance.	
N/A		
1.25	Há acordo de remuneração com cláusula de reversão de rebate para o fundo? (pagamento e/ou recebimento).	
N/A		

2. Perfil

2.1 Descreva o fundo no que tange à estratégia, ao objetivo de rentabilidade e à política de investimento.

Investe seus recursos em títulos públicos federais, indexados a taxas prefixadas e/ou pós-fixadas SELIC/CDI.

2.2 Descreva as alterações significativas na estratégia ou na política de investimento no histórico do fundo.

N/A

2.3 Descreva o processo decisório de investimento deste fundo de investimento.

As decisões de alocação são tomadas em comitê, que se reúne para avaliar as tendências do mercado e as condições macroeconômicas e microeconômicas, levando em consideração os níveis e limites de risco definidos no regulamento do fundo.

2.4

Cite as premiações, ratings e rankings dos últimos 05 anos.

Guia Exame 2010 - Melhor gestor de fundos de varejo e melhor gestor de fundos de renda fixa ativa.

Guia Exame 2011 - 2º melhor gestor de fundos de varejo e 3º melhor gestor de fundos de renda fixa ativa.

Star Ranking Valor Econômico 2013 – 22 fundos premiados, sendo o principal critério de avaliação a relação risco x retorno.

Revista Investidor Institucional - Os Melhores Fundos para Institucionais – Nov./2013– A CAIXA conquistou o topo do ranking com o maior número de fundos excelentes.

Star Ranking Valor Econômico 2014 – 22 fundos premiados, sendo o principal critério de avaliação a relação risco x retorno.

Revista Investidor Institucional – Top Asset – Mar./2014 – Presente no Ranking Top Asset em 18 categorias do ranking

Exame - Onde Investir em 2015 - Os Melhores Gestores – Nov./2014 - 2º Melhor Gestor de Fundos de Renda Fixa

Revista Investidor Institucional – Top Asset – Mar./2015 – Presente no Ranking Top Asset em 20 categorias

Fundo FI CAIXA Brasil IDKA IPCA 2A RF LP destinado aos RPPS foi eleito pelo jornal Valor Econômico em matéria de 21/01/2015 como o melhor fundo de renda fixa em 2015.

Exame - Onde Investir em 2016 - Os Melhores Gestores – Dez./2015 - 2º Melhor Gestor de Fundos de Renda Fixa

Revista Investidor Institucional - Os Melhores Fundos para Institucionais – Abr./2016– A CAIXA

conquistou o topo do ranking com oito fundos classificados como excelentes.

Premiada pelo Guia EXAME –Investimentos Pessoais – por 13 anos consecutivos (2004 – 2016) também, foi eleita uma das maiores gestoras de fundos de investimento do mercado pelo ranking Top Asset – AGO 17, realizado pela revista Investidor Institucional.

Conquistou a posição de maior gestora em duas categorias:

- Maior Gestor de FIPs;
- Maior Gestor de RPPS;

Prêmio MBI Melhor Banco para Investir – Melhor Gestor de Renda Fixa e Melhor Gestor de Ações – Fev./2018

Guia de Previdência Valor/Fundação Getúlio Vargas - 2º Melhor Gestor Geral e Melhor Gestor em Fundos Balanceados até 15 - edição 2018 do Guia de Previdência Valor/FGV;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional - Março/2018) - 5 Fundos Classificados como excelentes;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional - Agosto/2018) - 4 Fundos Classificados como excelentes;

Ranking Exame – Onde Investir 2019 - 2º Melhor Gestor de Varejo;

Prêmio MBI/FGV – Melhor Banco para Investir - 2º melhor gestor em Fundos Money Market e 2º melhor gestor de fundos multimercados FEV/19;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional – Edição 312 – Março/2019) –9 Fundos classificados como excelentes;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional – Edição 317 –Agosto/2019) – CAIXA no 2º lugar no Ranking de Gestores com 22 Fundos classificados como excelentes;

Guia de Previdência Valor/Fundação Getúlio Vargas – CAIXA como Gestora Destaque em Fundos Balanceados até 15 - Edição 2019

Ranking Exame – Onde Investir 2020 – 3º Melhor Gestor de Renda Fixa, 3º Melhor Gestor de Fundos DI e Curto Prazo e 3º Melhor Gestor de Fundos de Varejo;

Prêmio MBI/FGV – Melhor Banco para Investir - 1º melhor gestor de fundos multimercados. 1º melhor gestor de fundos de ações. 2º

melhor gestor em Fundos Money Market e 2º melhor gestor em Fundos de Renda Fixa FEV/20;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional – Edição 323 – Março/2020) – 10 Fundos classificados como excelentes.

Valor Investe – Julho/2020 -

A CAIXA teve 3 fundos de renda fixa listados pelo Valor Investe dentre os melhores do semestre. No grupo “Renda Fixa Ativa”: CAIXA FIC Brasil Gestão Estratégica RF e o CAIXA FIC Objetivo Prefixado RF LP. No grupo “Juro Real”: CAIXA FIC Foco Índice de Preços RF LP

Ratings Morningstar - Agosto/2020

CAIXA Alocação Macro FIC FIM LP considerado 5 estrelas no ranking

Premiação Valor – Agosto/Setembro/2020

Fundos CAIXA listados no Ranking do Guia de Fundos Valor entre os 10 fundos com melhor retorno do mercado: CAIXA FIC Alocação Macro Multimercado LP, CAIXA FIC Pré Objetivo RF LP, CAIXA FI Fidelidade RF LP, CAIXA FI Ações BDR nível I e CAIXA FI FIDELIDADE II Crédito Privado LP

Os Melhores Fundos Para Institucionais - Ranking – Revista Investidor Institucional – Agosto/Setembro

A CAIXA teve 16 fundos premiados como EXCELENTE pelo ranking “Os Melhores Fundos para Institucionais”, da revista Investidor Institucional em agosto/20.

Além do destaque positivo no Ranking Os Melhores Fundos Para Institucionais, a edição de setembro da publicação consolida a liderança CAIXA no segmento RPPS, através do Ranking TOP Asset.

3. Equipe de gestão do fundo

3.1 Cite os profissionais envolvidos na gestão

Carlos Eduardo Biteli (Gerente Nacional), Raimunda Rosandir Máximo Viana (Gerente Executivo) e Daniel Cunha Gracio (Gerente Executivo)

3.2 Cite o histórico de alterações significativas na equipe nos últimos 05 anos.

Em 2021 foi designado como Gerente Nacional da GEFIX, o Sr. Carlos Eduardo Biteli

Em 2021 foi designado como Gerente Executivo da GEFIX, o Sr. Daniel Cunha Gracio

4. Estratégias e carteiras

4.1 Descreva as regras, procedimentos e limites específicos de gestão para o fundo, em cenários de stress.

N/A

4.2 O fundo pode realizar operações de day trade?

Não.

5. Uso de derivativos

5.1	Com que objetivo(s) são utilizados derivativos:		
	Proteção de carteira ou de posição	SIM X	NÃO
	Mudança de remuneração/indexador	SIM X	NÃO
	Estratégias combinadas (floors, caps, collars, spreads, straddles, box, financiamentos com termo etc.)	SIM	NÃO X
	Alavancagem	SIM	NÃO X
5.2	Mercados em que são utilizados derivativos:		
	Juros	SIM X	NÃO
	Câmbio	SIM	NÃO X
	Ações	SIM	NÃO X
	Commodities	SIM	NÃO X
	Em Bolsas:		
	Com garantia	SIM	NÃO X
	Sem garantia	SIM	NÃO X
	Em Balcão:		
	Com garantia	SIM	NÃO X
	Sem garantia	SIM	NÃO X
5.3	Qual a abordagem da gestora no investimento em ativos de crédito privado? N/A		

6. Compra de cotas de fundos de investimento

6.1	De fundos de terceiros?	SIM	NÃO X
6.2	De fundos da gestora?	SIM	NÃO X

7. Informações adicionais

7.1	PL atual.	6.711.544.237,52
7.2	PL médio em 12 (doze) meses.	9.459.780.821,86
7.3	PL atual da mesma estratégia sob gestão da gestora.	2.570.692.590,06
7.4	Qual a capacidade máxima estimada de captação de recursos do fundo e de sua estratégia? Quais são os critérios de definição?	
N/A		
7.5	Número de cotistas.	1243
7.6	Qual percentual do passivo do fundo representa aplicações da gestora, controladores, coligadas, subsidiárias, de seus sócios e principais executivos?	
N/A		
7.7	Descreva as regras de concentração de passivo.	
N/A		
7.8	Percentuais detidos pelos dez maiores cotistas.	22,90%
7.9	Houve alguma mudança de prestadores de serviços de administração fiduciária e/ou de custódia nos últimos 05 anos da operação do fundo? Quando?	
Não		
7.10	A última demonstração financeira foi emitida com obteve algum parecer modificado (com ressalva, com abstenção de opinião, ênfase, parecer adverso opinião) pelo auditor independente?	
Não		

8. Gestão de risco

8.1	Descreva as regras de exposição a risco de crédito específicas do fundo.	
	Conforme regulamento do Fundo	
8.2	Descreva as regras de liquidez para ativos específicas do fundo.	
	Conforme regulamento do Fundo	
8.3	Caso o Fundo opere derivativos sem garantia, descreva como é realizado o controle.	
	Conforme regulamento do Fundo	
8.4	Se houver na carteira do fundo, ativos/derivativos ilíquidos/exóticos, como a gestora realiza o acompanhamento?	
	Conforme regulamento do Fundo	
8.5	Qual(is) a(s) metodologia(s) de controle de risco utilizada(s) (por ex.: VaR, Tracking Error e Expected Shortfall)?	
	VaR Paramétrico	
8.6	Existem limites adicionais àqueles que constam no regulamento/regulação (por ex: concentração por setor, emissor, contraparte, tipo de risco)? Quais?	
N/A		
8.7	Descreva o processo decisório utilizado em caso de violação dos limites citados no item 8.5	
	Convocação da instância de governança cabível, baseado no nível de extrapolação do limite	
8.8	Qual o limite da(s) metodologia(s) citada no item 8.5?	
	Limite baseado no nível de risco da carteira proposta pelo regulamento do fundo	
8.9	De que forma é apurado o consumo dos limites dados pela(s) metodologia(s) citada(s) no item 8.5?	
	Acompanhamento diário através de relatórios	
8.10	Considerando o período dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, quando o limite da(s) metodologia(s) citadas no item 8.5 foi excedido, por qual motivo e qual o máximo atingido? Comente.	

N/A	Qual o VaR/B-VaR/TE médio do Fundo nos últimos:	
	3 (três) meses?	4.336.230,07
8.11	6 (seis) meses?	4.077.775,02
	12 (doze) meses?	5.698.549,65
	24 (vinte e quatro) meses?	5.150.257,09
8.12	Qual a alavancagem nocional máxima (exposição bruta) atingida pelo fundo e em qual(is) ativo(s) nos últimos 24 (vinte e quatro) meses?	
N/A	Qual o limite para perdas em cenário de stress? Como são definidos os cenários (ex. Utiliza o cenário elaborado pela B ³ ou o próprio)?	
8.13	Cenário próprio para monitoramento, sem limite de perda estabelecido	
8.14	Considerando o período dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, quando o limite de stress foi excedido e por quê?	
N/A	Qual o stress médio do fundo nos últimos	
8.15	3 (três) meses?	-78.677.234,78
	6 (seis) meses?	-72.735.234,90
	12 (doze) meses?	-65.391.006,79
	24 (vinte e quatro) meses?	-89.126.787,48
8.16	Comente o último stop loss relevante do fundo.	
N/A		

9. Comportamento do fundo em crises

Período*	Evento	Comportamento (variação do fundo)	Explicação
mai/06	Crise das Bolsas norteamericanas	N/A	N/A
Jul – Ago/07	Crise das hipotecas	N/A	N/A
Out/08 – Mar/09	Crise no Sistema Financeiro norteamericano	N/A	N/A
Jan/10 – Jun/10	Crise de endividamento dos PIGS	N/A	N/A
Abril/11 – Set/11	Segunda crise da dívida na Europa	361.990,33	PREDI1A
Abril/15 – Ago/16	Crise política / recessão no Brasil	4.080.504,33	PREDI6M

* Para o período solicitado deve ser informado o comportamento (variação do fundo) de acordo com o mês fechado (ex. 01/01 a 31/01).

10. Três períodos de maior perda do fundo

	Período	Evento	Perda	Explicação	Tempo para recuperação
1	Entre 17/05/17 e 18/05/17	Denúncia Joesley Batista	-0,49%	Associado ao IRF-M 1	6
2	Entre 04/06/18 e 07/06/18	Greve dos caminhoneiros	-0,34%	Associado ao IRF-M 1	7
3	Entre 10/03/20 e 12/03/20	Pandemia COVID-19	-0,25%	Associado ao IRF-M 1	2

11. Atribuição de performance do fundo nos últimos 5 (cinco) anos

11.1	Atribuição:	Contribuição:
	N/A	N/A
11.2	Comente as mudanças em estratégias em razão de fluxo de recursos (aplicações ou resgates).	
N/A		
11.3	O fundo já esteve fechado temporariamente para aplicação por deliberação da gestora, do administrador fiduciário ou órgão regulador? Quando? Por quê?	
Não		

12. Relacionamento com distribuidores/alocadores

12.1	Com que grau de detalhamento e com que frequência a carteira pode ser disponibilizada para distribuidores/alocadores?
	Pode ser disponibilizada mensalmente.
12.2	Com que frequência é possível realizar conference calls com a gestora dos fundos?
	A qualquer momento, apenas sujeito a disponibilidade do gestor.
12.3	Por quais canais o fundo é distribuído?
	Rede agências CAIXA, Internet Banking e Mobile.
12.4	Considerando o montante total de ativos sob gestão, qual o percentual devido pelos cinco maiores distribuidores ou alocadores, individualmente?
N/A	

13. Atendimento aos cotistas

13.1	Quais os relatórios disponíveis aos cotistas do fundo? Fornecer detalhes. Qual sua periodicidade? Com que defasagem?
	Boletim Comercial Disponibilizado mensalmente, informa a rentabilidade, parâmetros, histórico de rentabilidade e as estratégias permitidas. Defasagem de um mês. Extrato do Fundo Disponibilizado mensalmente, posição individualizada do cotista. Defasagem de um mês. Relatório de Cota Disponibilizado diariamente, caso o cotista tenha cadastrado seu endereço eletrônico previamente. Informa a variação da cota do fundo. Defasagem de um dia. Relatório da Carteira do Fundo Disponibilizado mensalmente, dados referente a composição dos ativos do fundo. Defasagem de um mês.
13.2	Qual (is) é (são) o(s) veículo(s) disponível(is) para acessar informações sobre o Fundo e com qual frequência seu conteúdo é atualizado?
	Página da internet e o conteúdo é atualizado sempre que necessário.
13.3	Existe algum canal de atendimento dedicado ao cotista? De que forma pode ser acessado e qual o horário para atendimento?
	A Rede de agências CAIXA, principal canal de atendimento ao cotista. O atendimento conta ainda com a GERDI, como unidade de suporte a fundos junto à rede.

14. Investimento no exterior

14.1	Qual o produto (tipo de ativo ou fundo investido) e sua estrutura, incluindo os veículos utilizados (se houver)? Descreva a estratégia, os principais ativos e instrumentos utilizados.																						
14.2	Quais os riscos envolvidos?																						
14.3	Quais são os mercados em que o fundo opera?																						
14.4	Em relação ao veículo local, o fundo utiliza estratégias para proteção cambial?																						
14.5	Caso o fundo de investimento local tenha por objetivo o investimento em único fundo de investimento ou veículo no exterior (fundo espelho), enumerar os prestadores de serviços e demais informações dos fundo de investimento ou veículo no exterior (administrador, custodiante, RTA, prime broker, entre outros). <table border="1"> <tr><td>Administrador Fiduciário</td><td></td></tr> <tr><td>Custodiante</td><td></td></tr> <tr><td>Auditor</td><td></td></tr> <tr><td>RTA</td><td></td></tr> <tr><td>Prime Brokers</td><td></td></tr> <tr><td>NAV Calculator</td><td></td></tr> <tr><td>Domicílio do fundo</td><td></td></tr> <tr><td>Taxa de administração</td><td></td></tr> <tr><td>Código ISIN do fundo</td><td></td></tr> <tr><td>Moeda do domicílio fundo no exterior</td><td></td></tr> <tr><td>Outros prestadores de serviço, dos investimentos no exterior, caso exista.</td><td></td></tr> </table>	Administrador Fiduciário		Custodiante		Auditor		RTA		Prime Brokers		NAV Calculator		Domicílio do fundo		Taxa de administração		Código ISIN do fundo		Moeda do domicílio fundo no exterior		Outros prestadores de serviço, dos investimentos no exterior, caso exista.	
Administrador Fiduciário																							
Custodiante																							
Auditor																							
RTA																							
Prime Brokers																							
NAV Calculator																							
Domicílio do fundo																							
Taxa de administração																							
Código ISIN do fundo																							
Moeda do domicílio fundo no exterior																							
Outros prestadores de serviço, dos investimentos no exterior, caso exista.																							
14.6	Caso o investimento no exterior possua subclasses, favor descrever os riscos de contaminação entre elas.																						
14.7	Caso a gestora tenha influência direta/indireta na gestão do fundo no exterior, descreva como foi constituída a diretoria do fundo.																						

15. Anexos (quando aplicável)

15	Anexos (quando aplicável)	Marcar Anexos ou link para acesso ao documento
15.1	Regulamento	Link de acesso
15.2	Formulário de informações complementares	Link de acesso
15.3	Última lâmina de informações essenciais	Link de acesso
15.4	Relatório de Gestão e/ou materiais de divulgação	Link de acesso

[ASSINATURA DO PROFISSIONAL QUE PREENCHEU O
QUESTIONÁRIO]

[NOME DO PROFISSIONAL QUE PREENCHEU O QUESTIONÁRIO]

[CARGO]
[TELEFONE]
[E-MAIL CORPORATIVO]

[ASSINATURA DO(S) REPRESENTANTE(S)
LEGAL(IS) DA
INSTITUIÇÃO]

[NOME DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA
INSTITUIÇÃO]

[CARGO]
[TELEFONE]
[E-MAIL CORPORATIVO]

11. Atribuição de performance do fundo nos últimos 5 (cinco) anos

11.1	Atribuição:	Contribuição:
	N/A	N/A
11.2	Comente as mudanças em estratégias em razão de fluxo de recursos (aplicações ou resgates).	
N/A		
11.3	O fundo já esteve fechado temporariamente para aplicação por deliberação da gestora, do administrador fiduciário ou órgão regulador? Quando? Por quê?	
Não		

12. Relacionamento com distribuidores/alocadores

12.1	Com que grau de detalhamento e com que frequência a carteira pode ser disponibilizada para distribuidores/alocadores?
	Pode ser disponibilizada mensalmente.
12.2	Com que frequência é possível realizar conference calls com a gestora dos fundos?
	A qualquer momento, apenas sujeito a disponibilidade do gestor.
12.3	Por quais canais o fundo é distribuído?
	Rede agências CAIXA, Internet Banking e Mobile.
12.4	Considerando o montante total de ativos sob gestão, qual o percentual detido pelos cinco maiores distribuidores ou alocadores, individualmente?
N/A	

13. Atendimento aos cotistas

13.1	Quais os relatórios disponíveis aos cotistas do fundo? Fornecer detalhes. Qual sua periodicidade? Com que defasagem?
	Boletim Comercial Disponibilizado mensalmente, informa a rentabilidade, parâmetros, histórico de rentabilidade e as estratégias permitidas. Defasagem de um mês. Extrato do Fundo Disponibilizado mensalmente, posição individualizada do cotista. Defasagem de um mês. Relatório de Cota Disponibilizado diariamente, caso o cotista tenha cadastrado seu endereço eletrônico previamente. Informa a variação da cota do fundo. Defasagem de um dia. Relatório da Carteira do Fundo Disponibilizado mensalmente, dados referente a composição dos ativos do fundo. Defasagem de um mês.
13.2	Qual (is) é (são) o(s) veículo(s) disponível(is) para acessar informações sobre o Fundo e com qual frequência seu conteúdo é atualizado?
	Página da internet e o conteúdo é atualizado sempre que necessário.
13.3	Existe algum canal de atendimento dedicado ao cotista? De que forma pode ser acessado e qual o horário para atendimento?
	A Rede de agências CAIXA, principal canal de atendimento ao cotista. O atendimento conta ainda com a GERDI, como unidade de suporte a fundos junto à rede.

14. Investimento no exterior

14.1	Qual o produto (tipo de ativo ou fundo investido) e sua estrutura, incluindo os veículos utilizados (se houver)? Descreva a estratégia, os principais ativos e instrumentos utilizados.																						
14.2	Quais os riscos envolvidos?																						
14.3	Quais são os mercados em que o fundo opera?																						
14.4	Em relação ao veículo local, o fundo utiliza estratégias para proteção cambial?																						
14.5	Caso o fundo de investimento local tenha por objetivo o investimento em único fundo de investimento ou veículo no exterior (fundo espelho), enumerar os prestadores de serviços e demais informações dos fundo de investimento ou veículo no exterior (administrador, custodiante, RTA, prime broker, entre outros). <table border="1"> <tr><td>Administrador Fiduciário</td><td></td></tr> <tr><td>Custodiante</td><td></td></tr> <tr><td>Auditor</td><td></td></tr> <tr><td>RTA</td><td></td></tr> <tr><td>Prime Brokers</td><td></td></tr> <tr><td>NAV Calculator</td><td></td></tr> <tr><td>Domicílio do fundo</td><td></td></tr> <tr><td>Taxa de administração</td><td></td></tr> <tr><td>Código ISIN do fundo</td><td></td></tr> <tr><td>Moeda do domicílio fundo no exterior</td><td></td></tr> <tr><td>Outros prestadores de serviço, dos investimentos no exterior, caso exista.</td><td></td></tr> </table>	Administrador Fiduciário		Custodiante		Auditor		RTA		Prime Brokers		NAV Calculator		Domicílio do fundo		Taxa de administração		Código ISIN do fundo		Moeda do domicílio fundo no exterior		Outros prestadores de serviço, dos investimentos no exterior, caso exista.	
Administrador Fiduciário																							
Custodiante																							
Auditor																							
RTA																							
Prime Brokers																							
NAV Calculator																							
Domicílio do fundo																							
Taxa de administração																							
Código ISIN do fundo																							
Moeda do domicílio fundo no exterior																							
Outros prestadores de serviço, dos investimentos no exterior, caso exista.																							
14.6	Caso o investimento no exterior possua subclasses, favor descrever os riscos de contaminação entre elas.																						
14.7	Caso a gestora tenha influência direta/indireta na gestão do fundo no exterior, descreva como foi constituída a diretoria do fundo.																						

15. Anexos (quando aplicável)

15	Anexos (quando aplicável)	Marcar Anexos ou link para acesso ao documento
15.1	Regulamento	Link de acesso
15.2	Formulário de informações complementares	Link de acesso
15.3	Última lâmina de informações essenciais	Link de acesso
15.4	Relatório de Gestão e/ou materiais de divulgação	Link de acesso

[ASSINATURA DO PROFISSIONAL QUE PREENCHEU O

QUESTIONÁRIO]

[NOME DO PROFISSIONAL QUE PREENCHEU O QUESTIONÁRIO]

[CARGO]

[TELEFONE]

[E-MAIL CORPORATIVO]

[ASSINATURA DO(S) REPRESENTANTE(S)

LEGAL(IS) DA

INSTITUIÇÃO]

[NOME DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA
INSTITUIÇÃO]

[CARGO]

[TELEFONE]

[E-MAIL CORPORATIVO]

ANEXO I – FUNDOS DE INVESTIMENTO

1. Alterações desde a última atualização

1.1	Nome do fundo	FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL IMA B 5+ TITULOS PÚBLICOS RENDA FIXA LONGO PRAZO														
1.2	CNPJ	10.577.503/0001-88														
1.3	Data de início	18/04/2012														
1.4	Classificação ANBIMA	Renda Fixa Indexados														
1.5	Código ANBIMA	301884														
1.6	O fundo já sofreu alteração com perda de histórico de informação do mesmo?	Não														
1.7	Classificação tributária (CP/LP/Ações)	Previdência														
1.8	Descreva o público-alvo.	Exclusivo previdenciário														
1.9	O regulamento prevê, explicitamente, adequação a alguma legislação específica aplicável ao cotista, p. ex., Resolução do CMN?	Este Regulamento está adequado às normas estabelecidas para os RPPS.														
1.10	Conta corrente (banco, agência, nº)	0238-050-00001816/4														
1.11	Conta CETIP (nº)	N/A														
1.12	Administração (indique contato para informações).	Caixa Econômica Federal														
1.13	Custódia (indique contato para informações).	Caixa Econômica Federal														
1.14	Auditoria externa	KPMG														
1.15	Caso se aplique, informar:	<table border="1"> <tr><td>Escriturador</td><td></td></tr> <tr><td>Custodiante</td><td></td></tr> <tr><td>Consultor Especializado</td><td></td></tr> <tr><td>Assessor Jurídico</td><td></td></tr> <tr><td>Co-gestor</td><td></td></tr> <tr><td>Distribuidor</td><td></td></tr> <tr><td>Outros</td><td></td></tr> </table>	Escriturador		Custodiante		Consultor Especializado		Assessor Jurídico		Co-gestor		Distribuidor		Outros	
Escriturador																
Custodiante																
Consultor Especializado																
Assessor Jurídico																
Co-gestor																
Distribuidor																
Outros																
1.16	Cotização: abertura ou fechamento?	Fechamento														

Regras para aplicação e resgate:															
1.17	<table> <tr> <td>Aplicação (datas, horários, cotização e liquidação)</td><td>16:00 D+0 D+0</td></tr> <tr> <td>Carência/Tempo mínimo para permanência (lock-up period) e eventuais penalidades para resgates antes do término desse período.</td><td>Não há</td></tr> <tr> <td>Resgate (datas, horários, cotização e liquidação)</td><td>16:00 D+0 D+0</td></tr> <tr> <td>Aplicação inicial mínima</td><td>1.000,00</td></tr> <tr> <td>Aplicação máxima por cotista</td><td>N/A</td></tr> <tr> <td>Aplicação adicional mínima</td><td>0,00</td></tr> <tr> <td>Resgate mínimo</td><td>0,00</td></tr> </table>	Aplicação (datas, horários, cotização e liquidação)	16:00 D+0 D+0	Carência/Tempo mínimo para permanência (lock-up period) e eventuais penalidades para resgates antes do término desse período.	Não há	Resgate (datas, horários, cotização e liquidação)	16:00 D+0 D+0	Aplicação inicial mínima	1.000,00	Aplicação máxima por cotista	N/A	Aplicação adicional mínima	0,00	Resgate mínimo	0,00
Aplicação (datas, horários, cotização e liquidação)	16:00 D+0 D+0														
Carência/Tempo mínimo para permanência (lock-up period) e eventuais penalidades para resgates antes do término desse período.	Não há														
Resgate (datas, horários, cotização e liquidação)	16:00 D+0 D+0														
Aplicação inicial mínima	1.000,00														
Aplicação máxima por cotista	N/A														
Aplicação adicional mínima	0,00														
Resgate mínimo	0,00														
1.18	Taxa de Entrada (upfront fee)														
N/A															
1.19	Taxa de Saída (redemption fee)														
Não possui															
1.20	Taxa de administração														
0,20%															
1.21	Taxa de administração máxima														
0,20%															
1.22	Taxa de custódia máxima														
N/A															
1.23	<table> <tr> <td>Taxa de Performance</td><td></td></tr> <tr> <td>% (Percentual)</td><td>Não possui</td></tr> <tr> <td>Benchmark</td><td>Não possui</td></tr> <tr> <td>Frequência</td><td>Não se aplica</td></tr> <tr> <td>Linha-d'água (sim ou não)</td><td>Não se aplica</td></tr> <tr> <td>Método de cálculo (ativo/passivo/ajuste)</td><td>Não se aplica</td></tr> </table>	Taxa de Performance		% (Percentual)	Não possui	Benchmark	Não possui	Frequência	Não se aplica	Linha-d'água (sim ou não)	Não se aplica	Método de cálculo (ativo/passivo/ajuste)	Não se aplica		
Taxa de Performance															
% (Percentual)	Não possui														
Benchmark	Não possui														
Frequência	Não se aplica														
Linha-d'água (sim ou não)	Não se aplica														
Método de cálculo (ativo/passivo/ajuste)	Não se aplica														
1.24	Despesas do fundo pagas ao grupo econômico do administrador (e da gestora, se este for diferente) excluindo-se as taxas de Administração e de Performance.														
N/A															
1.25	Há acordo de remuneração com cláusula de reversão de rebate para o fundo? (pagamento e/ou recebimento).														
N/A															

2. Perfil

2.1	Descreva o fundo no que tange à estratégia, ao objetivo de rentabilidade e à política de investimento.
	Investe em carteira composta por títulos públicos federais, indexados a taxas prefixadas, pos-fixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de referência.
2.2	Descreva as alterações significativas na estratégia ou na política de investimento no histórico do fundo.
N/A	
2.3	Descreva o processo decisório de investimento deste fundo de investimento.
	As decisões de alocação são tomadas em comitê, que se reúne para avaliar as tendências do mercado e as condições macroeconômicas e microeconômicas, levando em consideração os níveis e limites de risco definidos no regulamento do fundo.

2.4

Cite as premiações, ratings e rankings dos últimos 05 anos.

Guia Exame 2010 - Melhor gestor de fundos de varejo e melhor gestor de fundos de renda fixa ativa.

Guia Exame 2011 - 2º melhor gestor de fundos de varejo e 3º melhor gestor de fundos de renda fixa ativa.

Star Ranking Valor Econômico 2013 – 22 fundos premiados, sendo o principal critério de avaliação a relação risco x retorno.

Revista Investidor Institucional - Os Melhores Fundos para Institucionais – Nov./2013– A CAIXA conquistou o topo do ranking com o maior número de fundos excelentes.

Star Ranking Valor Econômico 2014 – 22 fundos premiados, sendo o principal critério de avaliação a relação risco x retorno.

Revista Investidor Institucional – Top Asset – Mar./2014 – Presente no Ranking Top Asset em 18 categorias do ranking

Exame - Onde Investir em 2015 - Os Melhores Gestores – Nov./2014 - 2º Melhor Gestor de Fundos de Renda Fixa

Revista Investidor Institucional – Top Asset – Mar./2015 – Presente no Ranking Top Asset em 20 categorias

Fundo FI CAIXA Brasil IDKA IPCA 2A RF LP destinado aos RPPS foi eleito pelo jornal Valor Econômico em matéria de 21/01/2015 como o melhor fundo de renda fixa em 2015.

Exame - Onde Investir em 2016 - Os Melhores Gestores – Dez./2015 - 2º Melhor Gestor de Fundos de Renda Fixa

Revista Investidor Institucional - Os Melhores Fundos para Institucionais – Abr./2016– A CAIXA

conquistou o topo do ranking com oito fundos classificados como excelentes.

Premiada pelo Guia EXAME –Investimentos Pessoais – por 13 anos consecutivos (2004 – 2016) também, foi eleita uma das maiores gestoras de fundos de investimento do mercado pelo ranking Top Asset – AGO 17, realizado pela revista Investidor Institucional.

Conquistou a posição de maior gestora em duas categorias:

- Maior Gestor de FIPs;
- Maior Gestor de RPPS;

Prêmio MBI Melhor Banco para Investir – Melhor Gestor de Renda Fixa e Melhor Gestor de Ações – Fev./2018

Guia de Previdência Valor/Fundação Getúlio Vargas - 2º Melhor Gestor Geral e Melhor Gestor em Fundos Balanceados até 15 - edição 2018 do Guia de Previdência Valor/FGV;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional - Março/2018) - 5 Fundos Classificados como excelentes;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional - Agosto/2018) - 4 Fundos Classificados como excelentes;

Ranking Exame – Onde Investir 2019 - 2º Melhor Gestor de Varejo;

Prêmio MBI/FGV – Melhor Banco para Investir - 2º melhor gestor em Fundos Money Market e 2º melhor gestor de fundos multimercados FEV/19;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional – Edição 312 – Março/2019) –9 Fundos classificados como excelentes;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional – Edição 317 –Agosto/2019) – CAIXA no 2º lugar no Ranking de Gestores com 22 Fundos classificados como excelentes;

Guia de Previdência Valor/Fundação Getúlio Vargas – CAIXA como Gestora Destaque em Fundos Balanceados até 15 - Edição 2019

Ranking Exame – Onde Investir 2020 – 3º Melhor Gestor de Renda Fixa, 3º Melhor Gestor de Fundos DI e Curto Prazo e 3º Melhor Gestor de Fundos de Varejo;

Prêmio MBI/FGV – Melhor Banco para Investir - 1º melhor gestor de fundos multimercados. 1º melhor gestor de fundos de ações. 2º

melhor gestor em Fundos Money Market e 2º melhor gestor em Fundos de Renda Fixa FEV/20;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional – Edição 323 – Março/2020) – 10 Fundos classificados como excelentes.

Valor Investe – Julho/2020 -

A CAIXA teve 3 fundos de renda fixa listados pelo Valor Investe dentre os melhores do semestre. No grupo “Renda Fixa Ativa”: CAIXA FIC Brasil Gestão Estratégica RF e o CAIXA FIC Objetivo Prefixado RF LP. No grupo “Juro Real”: CAIXA FIC Foco Índice de Preços RF LP

Ratings Morningstar - Agosto/2020

CAIXA Alocação Macro FIC FIM LP considerado 5 estrelas no ranking

Premiação Valor – Agosto/Setembro/2020

Fundos CAIXA listados no Ranking do Guia de Fundos Valor entre os 10 fundos com melhor retorno do mercado: CAIXA FIC Alocação Macro Multimercado LP, CAIXA FIC Pré Objetivo RF LP, CAIXA FI Fidelidade RF LP, CAIXA FI Ações BDR nível I e CAIXA FI FIDELIDADE II Crédito Privado LP

Os Melhores Fundos Para Institucionais - Ranking – Revista Investidor Institucional – Agosto/Setembro

A CAIXA teve 16 fundos premiados como EXCELENTES pelo ranking “Os Melhores Fundos para Institucionais”, da revista Investidor Institucional em agosto/20.

Além do destaque positivo no Ranking Os Melhores Fundos Para Institucionais, a edição de setembro da publicação consolida a liderança CAIXA no segmento RPPS, através do Ranking TOP Asset.

3. Equipe de gestão do fundo

3.1 Cite os profissionais envolvidos na gestão

Carlos Eduardo Biteli (Gerente Nacional), Raimunda Rosandir Máximo Viana (Gerente Executivo) e Daniel Cunha Gracio (Gerente Executivo)

3.2 Cite o histórico de alterações significativas na equipe nos últimos 05 anos.

Em 2021 foi designado como Gerente Nacional da GEFIX, o Sr. Carlos Eduardo Biteli

Em 2021 foi designado como Gerente Executivo da GEFIX, o Sr. Daniel Cunha Gracio

4. Estratégias e carteiras

4.1 Descreva as regras, procedimentos e limites específicos de gestão para o fundo, em cenários de stress.

N/A

4.2 O fundo pode realizar operações de day trade?

Não.

5. Uso de derivativos

5.1	Com que objetivo(s) são utilizados derivativos:		
	Proteção de carteira ou de posição	SIM X	NÃO
	Mudança de remuneração/indexador	SIM X	NÃO
	Estratégias combinadas (floors, caps, collars, spreads, straddles, box, financiamentos com termo etc.)	SIM	NÃO X
	Alavancagem	SIM	NÃO X
5.2	Mercados em que são utilizados derivativos:		
	Juros	SIM X	NÃO
	Câmbio	SIM	NÃO X
	Ações	SIM	NÃO X
	Commodities	SIM	NÃO X
	Em Bolsas:		
	Com garantia	SIM	NÃO X
	Sem garantia	SIM	NÃO X
	Em Balcão:		
	Com garantia	SIM	NÃO X
	Sem garantia	SIM	NÃO X
5.3	Qual a abordagem da gestora no investimento em ativos de crédito privado? N/A		

6. Compra de cotas de fundos de investimento

6.1	De fundos de terceiros?	SIM	NÃO X
6.2	De fundos da gestora?	SIM	NÃO X

7. Informações adicionais

7.1	PL atual.	1.303.352.364,07
7.2	PL médio em 12 (doze) meses.	1.554.342.481,73
7.3	PL atual da mesma estratégia sob gestão da gestora.	2.570.692.590,06
7.4	Qual a capacidade máxima estimada de captação de recursos do fundo e de sua estratégia? Quais são os critérios de definição?	
N/A		
7.5	Número de cotistas.	300
7.6	Qual percentual do passivo do fundo representa aplicações da gestora, controladores, coligadas, subsidiárias, de seus sócios e principais executivos?	
N/A		
7.7	Descreva as regras de concentração de passivo.	
N/A		
7.8	Percentuais detidos pelos dez maiores cotistas.	32,74%
7.9	Houve alguma mudança de prestadores de serviços de administração fiduciária e/ou de custódia nos últimos 05 anos da operação do fundo? Quando?	
Não		
7.10	A última demonstração financeira foi emitida com obteve algum parecer modificado (com ressalva, com abstenção de opinião, ênfase, parecer adverso opinião) pelo auditor independente?	
Não		

8. Gestão de risco

8.1	Descreva as regras de exposição a risco de crédito específicas do fundo.	
	Conforme regulamento do Fundo	
8.2	Descreva as regras de liquidez para ativos específicas do fundo.	
	Conforme regulamento do Fundo	
8.3	Caso o Fundo opere derivativos sem garantia, descreva como é realizado o controle.	
	Conforme regulamento do Fundo	
8.4	Se houver na carteira do fundo, ativos/derivativos ilíquidos/exóticos, como a gestora realiza o acompanhamento?	
	Conforme regulamento do Fundo	
8.5	Qual(is) a(s) metodologia(s) de controle de risco utilizada(s) (por ex.: VaR, Tracking Error e Expected Shortfall)?	
	VaR Paramétrico	
8.6	Existem limites adicionais àqueles que constam no regulamento/regulação (por ex: concentração por setor, emissor, contraparte, tipo de risco)? Quais?	
N/A		
8.7	Descreva o processo decisório utilizado em caso de violação dos limites citados no item 8.5	
	Convocação da instância de governança cabível, baseado no nível de extrapolação do limite	
8.8	Qual o limite da(s) metodologia(s) citada no item 8.5?	
	Limite baseado no nível de risco da carteira proposta pelo regulamento do fundo	
8.9	De que forma é apurado o consumo dos limites dados pela(s) metodologia(s) citada(s) no item 8.5?	
	Acompanhamento diário através de relatórios	
8.10	Considerando o período dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, quando o limite da(s) metodologia(s) citadas no item 8.5 foi excedido, por qual motivo e qual o máximo atingido? Comente.	

N/A	Qual o VaR/B-VaR/TE médio do Fundo nos últimos:	
8.11	3 (três) meses?	15.936.994,82
	6 (seis) meses?	18.092.984,60
	12 (doze) meses?	29.979.017,39
	24 (vinte e quatro) meses?	25.430.917,05
8.12	Qual a alavancagem nocional máxima (exposição bruta) atingida pelo fundo e em qual(is) ativo(s) nos últimos 24 (vinte e quatro) meses?	
N/A	Qual o limite para perdas em cenário de stress? Como são definidos os cenários (ex. Utiliza o cenário elaborado pela B³ ou o próprio)?	
8.13	Cenário próprio para monitoramento, sem limite de perda estabelecido	
8.14	Considerando o período dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, quando o limite de stress foi excedido e por quê?	
N/A	Qual o stress médio do fundo nos últimos	
8.15	3 (três) meses?	-470.728.690,18
	6 (seis) meses?	-487.036.724,73
	12 (doze) meses?	-555.244.732,33
	24 (vinte e quatro) meses?	-644.101.754,56
8.16	Comente o último stop loss relevante do fundo.	
N/A		

9. Comportamento do fundo em crises

Período*	Evento	Comportamento (variação do fundo)	Explicação
mai/06	Crise das Bolsas norteamericanas	N/A	N/A
Jul – Ago/07	Crise das hipotecas	N/A	N/A
Out/08 – Mar/09	Crise no Sistema Financeiro norteamericano	N/A	N/A
Jan/10 – Jun/10	Crise de endividamento dos PIGS	N/A	N/A
Abril/11 – Set/11	Segunda crise da dívida na Europa	N/A	N/A
Abril/15 – Ago/16	Crise política / recessão no Brasil	4.892.008,18	cp_NTNB8A

* Para o período solicitado deve ser informado o comportamento (variação do fundo) de acordo com o mês fechado (ex. 01/01 a 31/01).

10. Três períodos de maior perda do fundo

	Período	Evento	Perda	Explicação	Tempo para recuperação
1	Entre 23/01/13 e 28/01/14	Tapering FED + Política Contracionista BACEN	-22,47%	Associado ao IMA-B 5+	304
2	Entre 14/02/20 e 23/03/20	Pandemia COVID-19	-18,69%	Associado ao IMA-B 5+	184
3	Entre 22/05/15 e 23/09/15	Crise fiscal Brasil	-12,22%	Associado ao IMA-B 5+	110

11. Atribuição de performance do fundo nos últimos 5 (cinco) anos

11.1	Atribuição:	Contribuição:
	N/A	N/A
11.2	Comente as mudanças em estratégias em razão de fluxo de recursos (aplicações ou resgates).	
N/A		
11.3	O fundo já esteve fechado temporariamente para aplicação por deliberação da gestora, do administrador fiduciário ou órgão regulador? Quando? Por quê?	
Não		

12. Relacionamento com distribuidores/alocadores

12.1	Com que grau de detalhamento e com que frequência a carteira pode ser disponibilizada para distribuidores/alocadores?
	Pode ser disponibilizada mensalmente.
12.2	Com que frequência é possível realizar conference calls com a gestora dos fundos?
	A qualquer momento, apenas sujeito a disponibilidade do gestor.
12.3	Por quais canais o fundo é distribuído?
	Rede agências CAIXA, Internet Banking e Mobile.
12.4	Considerando o montante total de ativos sob gestão, qual o percentual detido pelos cinco maiores distribuidores ou alocadores, individualmente?
N/A	

13. Atendimento aos cotistas

13.1	Quais os relatórios disponíveis aos cotistas do fundo? Fornecer detalhes. Qual sua periodicidade? Com que defasagem?
	Boletim Comercial Disponibilizado mensalmente, informa a rentabilidade, parâmetros, histórico de rentabilidade e as estratégias permitidas. Defasagem de um mês. Extrato do Fundo Disponibilizado mensalmente, posição individualizada do cotista. Defasagem de um mês. Relatório de Cota Disponibilizado diariamente, caso o cotista tenha cadastrado seu endereço eletrônico previamente. informa a variação da cota do fundo. Defasagem de um dia. Relatório da Carteira do Fundo Disponibilizado mensalmente, dados referente a composição dos ativos do fundo. Defasagem de um mês.
13.2	Qual (is) é (são) o(s) veículo(s) disponível(is) para acessar informações sobre o Fundo e com qual frequência seu conteúdo é atualizado?
	Página da internet e o conteúdo é atualizado sempre que necessário.
13.3	Existe algum canal de atendimento dedicado ao cotista? De que forma pode ser acessado e qual o horário para atendimento?
	A Rede de agências CAIXA, principal canal de atendimento ao cotista. O atendimento conta ainda com a GERDI, como unidade de suporte a fundos junto à rede.

14. Investimento no exterior

14.1	Qual o produto (tipo de ativo ou fundo investido) e sua estrutura, incluindo os veículos utilizados (se houver)? Descreva a estratégia, os principais ativos e instrumentos utilizados.																						
14.2	Quais os riscos envolvidos?																						
14.3	Quais são os mercados em que o fundo opera?																						
14.4	Em relação ao veículo local, o fundo utiliza estratégias para proteção cambial?																						
14.5	Caso o fundo de investimento local tenha por objetivo o investimento em único fundo de investimento ou veículo no exterior (fundo espelho), enumerar os prestadores de serviços e demais informações dos fundo de investimento ou veículo no exterior (administrador, custodiante, RTA, prime broker, entre outros). <table border="1"> <tr> <td>Administrador Fiduciário</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Custodiante</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Auditor</td> <td></td> </tr> <tr> <td>RTA</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Prime Brokers</td> <td></td> </tr> <tr> <td>NAV Calculator</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Domicílio do fundo</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Taxa de administração</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Código ISIN do fundo</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Moeda do domicílio fundo no exterior</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outros prestadores de serviço, dos investimentos no exterior, caso exista.</td> <td></td> </tr> </table>	Administrador Fiduciário		Custodiante		Auditor		RTA		Prime Brokers		NAV Calculator		Domicílio do fundo		Taxa de administração		Código ISIN do fundo		Moeda do domicílio fundo no exterior		Outros prestadores de serviço, dos investimentos no exterior, caso exista.	
Administrador Fiduciário																							
Custodiante																							
Auditor																							
RTA																							
Prime Brokers																							
NAV Calculator																							
Domicílio do fundo																							
Taxa de administração																							
Código ISIN do fundo																							
Moeda do domicílio fundo no exterior																							
Outros prestadores de serviço, dos investimentos no exterior, caso exista.																							
14.6	Caso o investimento no exterior possua subclasses, favor descrever os riscos de contaminação entre elas.																						
14.7	Caso a gestora tenha influência direta/indireta na gestão do fundo no exterior, descreva como foi constituída a diretoria do fundo.																						

15. Anexos (quando aplicável)

15	Anexos (quando aplicável)	Marcar Anexos ou link para acesso ao documento
15.1	Regulamento	Link de acesso
15.2	Formulário de informações complementares	Link de acesso
15.3	Última lâmina de informações essenciais	Link de acesso
15.4	Relatório de Gestão e/ou materiais de divulgação	Link de acesso

[ASSINATURA DO PROFISSIONAL QUE PREENCHEU O
QUESTIONÁRIO]

[NOME DO PROFISSIONAL QUE PREENCHEU O QUESTIONÁRIO]

[CARGO]
[TELEFONE]
[E-MAIL CORPORATIVO]

[ASSINATURA DO(S) REPRESENTANTE(S)
LEGAL(IS) DA
INSTITUIÇÃO]

[NOME DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA
INSTITUIÇÃO]

[CARGO]
[TELEFONE]
[E-MAIL CORPORATIVO]

ANEXO I – FUNDOS DE INVESTIMENTO

1. Alterações desde a última atualização

1.1	Nome do fundo	FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA RENDA FIXA
1.2	CNPJ	23.215.097/0001-55
1.3	Data de início	04/11/2016
1.4	Classificação ANBIMA	Renda Fixa Duração Livre Soberano
1.5	Código ANBIMA	427683
1.6	O fundo já sofreu alteração com perda de histórico de informação do mesmo?	Não
1.7	Classificação tributária (CP/LP/Ações)	Previdência
1.8	Descreva o público-alvo.	Exclusivo previdenciário
1.9	O regulamento prevê, explicitamente, adequação a alguma legislação específica aplicável ao cotista, p. ex., Resolução do CMN?	Este Regulamento está adequado às normas estabelecidas para os RPPS.
1.10	Conta corrente (banco, agência, nº)	0238-050-00001987/0
1.11	Conta CETIP (nº)	N/A
1.12	Administração (indique contato para informações).	Caixa Econômica Federal
1.13	Custódia (indique contato para informações).	Caixa Econômica Federal
1.14	Auditoria externa	KPMG
1.15	Caso se aplique, informar: Escriturador Custodiante Consultor Especializado Assessor Jurídico Co-gestor Distribuidor Outros	
1.16	Cotização: abertura ou fechamento?	Fechamento

Regras para aplicação e resgate:															
1.17	<table> <tr> <td>Aplicação (datas, horários, cotização e liquidação)</td><td>16:00 D+0 D+0</td></tr> <tr> <td>Carência/Tempo mínimo para permanência (lock-up period) e eventuais penalidades para resgates antes do término desse período.</td><td>Não há</td></tr> <tr> <td>Resgate (datas, horários, cotização e liquidação)</td><td>16:00 D+0 D+0</td></tr> <tr> <td>Aplicação inicial mínima</td><td>1.000,00</td></tr> <tr> <td>Aplicação máxima por cotista</td><td>N/A</td></tr> <tr> <td>Aplicação adicional mínima</td><td>0,00</td></tr> <tr> <td>Resgate mínimo</td><td>0,00</td></tr> </table>	Aplicação (datas, horários, cotização e liquidação)	16:00 D+0 D+0	Carência/Tempo mínimo para permanência (lock-up period) e eventuais penalidades para resgates antes do término desse período.	Não há	Resgate (datas, horários, cotização e liquidação)	16:00 D+0 D+0	Aplicação inicial mínima	1.000,00	Aplicação máxima por cotista	N/A	Aplicação adicional mínima	0,00	Resgate mínimo	0,00
Aplicação (datas, horários, cotização e liquidação)	16:00 D+0 D+0														
Carência/Tempo mínimo para permanência (lock-up period) e eventuais penalidades para resgates antes do término desse período.	Não há														
Resgate (datas, horários, cotização e liquidação)	16:00 D+0 D+0														
Aplicação inicial mínima	1.000,00														
Aplicação máxima por cotista	N/A														
Aplicação adicional mínima	0,00														
Resgate mínimo	0,00														
1.18	Taxa de Entrada (upfront fee)														
N/A															
1.19	Taxa de Saída (redemption fee)														
Não possui															
1.20	Taxa de administração														
0,40%															
1.21	Taxa de administração máxima														
0,40%															
1.22	Taxa de custódia máxima														
N/A															
1.23	<table> <tr> <td>Taxa de Performance</td><td></td></tr> <tr> <td>% (Percentual)</td><td>Não possui</td></tr> <tr> <td>Benchmark</td><td>Não possui</td></tr> <tr> <td>Frequência</td><td>Não se aplica</td></tr> <tr> <td>Linha-d'água (sim ou não)</td><td>Não se aplica</td></tr> <tr> <td>Método de cálculo (ativo/passivo/ajuste)</td><td>Não se aplica</td></tr> </table>	Taxa de Performance		% (Percentual)	Não possui	Benchmark	Não possui	Frequência	Não se aplica	Linha-d'água (sim ou não)	Não se aplica	Método de cálculo (ativo/passivo/ajuste)	Não se aplica		
Taxa de Performance															
% (Percentual)	Não possui														
Benchmark	Não possui														
Frequência	Não se aplica														
Linha-d'água (sim ou não)	Não se aplica														
Método de cálculo (ativo/passivo/ajuste)	Não se aplica														
1.24	Despesas do fundo pagas ao grupo econômico do administrador (e da gestora, se este for diferente) excluindo-se as taxas de Administração e de Performance.														
N/A															
1.25	Há acordo de remuneração com cláusula de reversão de rebate para o fundo? (pagamento e/ou recebimento).														
N/A															

2. Perfil

2.1	Descreva o fundo no que tange à estratégia, ao objetivo de rentabilidade e à política de investimento.
Aplica seus recursos, principalmente, em cotas do CAIXA MASTER SOBERANO ATIVA FI RENDA FIXA, CNPJ: 10.948.555/0001-13.	
2.2	Descreva as alterações significativas na estratégia ou na política de investimento no histórico do fundo.
N/A	
2.3	Descreva o processo decisório de investimento deste fundo de investimento.
As decisões de alocação são tomadas em comitê, que se reúne para avaliar as tendências do mercado e as condições macroeconômicas e microeconômicas, levando em consideração os níveis e limites de risco definidos no regulamento do fundo.	

Guia Exame 2010 - Melhor gestor de fundos de varejo e melhor gestor de fundos de renda fixa ativa.

Guia Exame 2011 - 2º melhor gestor de fundos de varejo e 3º melhor gestor de fundos de renda fixa ativa.

Star Ranking Valor Econômico 2013 – 22 fundos premiados, sendo o principal critério de avaliação a relação risco x retorno.

Revista Investidor Institucional - Os Melhores Fundos para Institucionais – Nov./2013– A CAIXA conquistou o topo do ranking com o maior número de fundos excelentes.

Star Ranking Valor Econômico 2014 – 22 fundos premiados, sendo o principal critério de avaliação a relação risco x retorno.

Revista Investidor Institucional – Top Asset – Mar./2014 – Presente no Ranking Top Asset em 18 categorias do ranking

Exame - Onde Investir em 2015 - Os Melhores Gestores – Nov./2014 - 2º Melhor Gestor de Fundos de Renda Fixa

Revista Investidor Institucional – Top Asset – Mar./2015 – Presente no Ranking Top Asset em 20 categorias

Fundo FI CAIXA Brasil IDKA IPCA 2A RF LP destinado aos RPPS foi eleito pelo jornal Valor Econômico em matéria de 21/01/2015 como o melhor fundo de renda fixa em 2015.

Exame - Onde Investir em 2016 - Os Melhores Gestores – Dez./2015 - 2º Melhor Gestor de Fundos de Renda Fixa

Revista Investidor Institucional - Os Melhores Fundos para Institucionais – Abr./2016– A CAIXA

conquistou o topo do ranking com oito fundos classificados como excelentes.

Premiada pelo Guia EXAME –Investimentos Pessoais – por 13 anos consecutivos (2004 – 2016) também, foi eleita uma das maiores gestoras de fundos de investimento do mercado pelo ranking Top Asset – AGO 17, realizado pela revista Investidor Institucional.

Conquistou a posição de maior gestora em duas categorias:

- Maior Gestor de FIPs;
- Maior Gestor de RPPS;

Prêmio MBI Melhor Banco para Investir – Melhor Gestor de Renda Fixa e Melhor Gestor de Ações – Fev./2018

Guia de Previdência Valor/Fundação Getúlio Vargas - 2º Melhor Gestor Geral e Melhor Gestor em Fundos Balanceados até 15 - edição 2018 do Guia de Previdência Valor/FGV;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional - Março/2018) - 5 Fundos Classificados como excelentes;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional - Agosto/2018) - 4 Fundos Classificados como excelentes;

Ranking Exame – Onde Investir 2019 - 2º Melhor Gestor de Varejo;

Prêmio MBI/FGV – Melhor Banco para Investir - 2º melhor gestor em Fundos Money Market e 2º melhor gestor de fundos multimercados FEV/19;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional – Edição 312 – Março/2019) –9 Fundos classificados como excelentes;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional – Edição 317 –Agosto/2019) – CAIXA no 2º lugar no Ranking de Gestores com 22 Fundos classificados como excelentes;

Guia de Previdência Valor/Fundação Getúlio Vargas – CAIXA como Gestora Destaque em Fundos Balanceados até 15 - Edição 2019

Ranking Exame – Onde Investir 2020 – 3º Melhor Gestor de Renda Fixa, 3º Melhor Gestor de Fundos DI e Curto Prazo e 3º Melhor Gestor de Fundos de Varejo;

Prêmio MBI/FGV – Melhor Banco para Investir - 1º melhor gestor de fundos multimercados, 1º melhor gestor de fundos de ações, 2º

melhor gestor em Fundos Money Market e 2º melhor gestor em Fundos de Renda Fixa FEV/20;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional – Edição 323 – Março/2020) – 10 Fundos classificados como excelentes.

Valor Investe – Julho/2020 -

A CAIXA teve 3 fundos de renda fixa listados pelo Valor Investe dentre os melhores do semestre. No grupo “Renda Fixa Ativa”: CAIXA FIC Brasil Gestão Estratégica RF e o CAIXA FIC Objetivo Prefixado RF LP. No grupo “Juro Real”: CAIXA FIC Foco Índice de Preços RF LP

Ratings Morningstar - Agosto/2020

CAIXA Alocação Macro FIC FIM LP considerado 5 estrelas no ranking

Premiação Valor – Agosto/Setembro/2020

Fundos CAIXA listados no Ranking do Guia de Fundos Valor entre os 10 fundos com melhor retorno do mercado: CAIXA FIC Alocação Macro Multimercado LP, CAIXA FIC Pré Objetivo RF LP, CAIXA FI Fidelidade RF LP, CAIXA FI Ações BDR nível I e CAIXA FI FIDELIDADE II Crédito Privado LP

Os Melhores Fundos Para Institucionais - Ranking – Revista Investidor Institucional – Agosto/Setembro

A CAIXA teve 16 fundos premiados como EXCELENTE pelo ranking “Os Melhores Fundos para Institucionais”, da revista Investidor Institucional em agosto/20.

Além do destaque positivo no Ranking Os Melhores Fundos Para Institucionais, a edição de setembro da publicação consolida a liderança CAIXA no segmento RPPS, através do Ranking TOP Asset.

3. Equipe de gestão do fundo

3.1 Cite os profissionais envolvidos na gestão

Carlos Eduardo Biteli (Gerente Nacional), Raimunda Rosandir Máximo Viana (Gerente Executivo) e Daniel Cunha Gracio (Gerente Executivo)

3.2 Cite o histórico de alterações significativas na equipe nos últimos 05 anos.

Em 2021 foi designado como Gerente Nacional da GEFIX, o Sr. Carlos Eduardo Biteli

Em 2021 foi designado como Gerente Executivo da GEFIX, o Sr. Daniel Cunha Gracio

4. Estratégias e carteiras

4.1 Descreva as regras, procedimentos e limites específicos de gestão para o fundo, em cenários de stress.

N/A

4.2 O fundo pode realizar operações de day trade?

Não.

5. Uso de derivativos

5.1	Com que objetivo(s) são utilizados derivativos:		
	Proteção de carteira ou de posição	SIM X	NÃO
	Mudança de remuneração/indexador	SIM X	NÃO
	Estratégias combinadas (floors, caps, collars, spreads, straddles, box, financiamentos com termo etc.)	SIM	NÃO X
	Alavancagem	SIM	NÃO X
5.2	Mercados em que são utilizados derivativos:		
	Juros	SIM X	NÃO
	Câmbio	SIM	NÃO X
	Ações	SIM	NÃO X
	Commodities	SIM	NÃO X
	Em Bolsas:		
	Com garantia	SIM	NÃO X
	Sem garantia	SIM	NÃO X
	Em Balcão:		
	Com garantia	SIM	NÃO X
	Sem garantia	SIM	NÃO X
5.3	Qual a abordagem da gestora no investimento em ativos de crédito privado? N/A		

6. Compra de cotas de fundos de investimento

6.1	De fundos de terceiros?	SIM	NÃO X
6.2	De fundos da gestora?	SIM X	NÃO

7. Informações adicionais

7.1	PL atual.	13.139.339.071,42
7.2	PL médio em 12 (doze) meses.	15.115.899.144,87
7.3	PL atual da mesma estratégia sob gestão da gestora.	22.918.378.179,49
7.4	Qual a capacidade máxima estimada de captação de recursos do fundo e de sua estratégia? Quais são os critérios de definição?	
N/A		
7.5	Número de cotistas.	955
7.6	Qual percentual do passivo do fundo representa aplicações da gestora, controladores, coligadas, subsidiárias, de seus sócios e principais executivos?	
N/A		
7.7	Descreva as regras de concentração de passivo.	
N/A		
7.8	Percentuais detidos pelos dez maiores cotistas.	26,14%
7.9	Houve alguma mudança de prestadores de serviços de administração fiduciária e/ou de custódia nos últimos 05 anos da operação do fundo? Quando?	
Não		
7.10	A última demonstração financeira foi emitida com obteve algum parecer modificado (com ressalva, com abstenção de opinião, ênfase, parecer adverso opinião) pelo auditor independente?	
Não		

8. Gestão de risco

8.1	Descreva as regras de exposição a risco de crédito específicas do fundo.	
	Conforme regulamento do Fundo	
8.2	Descreva as regras de liquidez para ativos específicas do fundo.	
	Conforme regulamento do Fundo	
8.3	Caso o Fundo opere derivativos sem garantia, descreva como é realizado o controle.	
	Conforme regulamento do Fundo	
8.4	Se houver na carteira do fundo, ativos/derivativos ilíquidos/exóticos, como a gestora realiza o acompanhamento?	
	Conforme regulamento do Fundo	
8.5	Qual(is) a(s) metodologia(s) de controle de risco utilizada(s) (por ex.: VaR, Tracking Error e Expected Shortfall)?	
	VaR Paramétrico	
8.6	Existem limites adicionais àqueles que constam no regulamento/regulação (por ex: concentração por setor, emissor, contraparte, tipo de risco)? Quais?	
N/A		
8.7	Descreva o processo decisório utilizado em caso de violação dos limites citados no item 8.5	
	Convocação da instância de governança cabível, baseado no nível de extrapolação do limite	
8.8	Qual o limite da(s) metodologia(s) citada no item 8.5?	
	Limite baseado no nível de risco da carteira proposta pelo regulamento do fundo	
8.9	De que forma é apurado o consumo dos limites dados pela(s) metodologia(s) citada(s) no item 8.5?	
	Acompanhamento diário através de relatórios	
8.10	Considerando o período dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, quando o limite da(s) metodologia(s) citadas no item 8.5 foi excedido, por qual motivo e qual o máximo atingido? Comente.	

N/A	
8.11	Qual o VaR/B-VaR/TE médio do Fundo nos últimos: 3 (três) meses? 30.893.136,77 6 (seis) meses? 34.873.021,67 12 (doze) meses? 55.916.218,38 24 (vinte e quatro) meses? 40.210.991,69
8.12	Qual a alavancagem nocional máxima (exposição bruta) atingida pelo fundo e em qual(is) ativo(s) nos últimos 24 (vinte e quatro) meses?
N/A	
8.13	Qual o limite para perdas em cenário de stress? Como são definidos os cenários (ex. Utiliza o cenário elaborado pela B³ ou o próprio)? Cenário próprio para monitoramento, sem limite de perda estabelecido
8.14	Considerando o período dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, quando o limite de stress foi excedido e por quê?
N/A	
8.15	Qual o stress médio do fundo nos últimos 3 (três) meses? -598.192.834,95 6 (seis) meses? -677.811.738,84 12 (doze) meses? -712.792.314,29 24 (vinte e quatro) meses? -747.785.272,56
8.16	Comente o último stop loss relevante do fundo.
N/A	

9. Comportamento do fundo em crises

Período*	Evento	Comportamento (variação do fundo)	Explicação
mai/06	Crise das Bolsas norteamericanas	N/A	N/A
Jul – Ago/07	Crise das hipotecas	N/A	N/A
Out/08 – Mar/09	Crise no Sistema Financeiro norteamericano	N/A	N/A
Jan/10 – Jun/10	Crise de endividamento dos PIGS	N/A	N/A
Abril/11 – Set/11	Segunda crise da dívida na Europa	N/A	N/A
Abril/15 – Ago/16	Crise política / recessão no Brasil	N/A	N/A

* Para o período solicitado deve ser informado o comportamento (variação do fundo) de acordo com o mês fechado (ex. 01/01 a 31/01).

10. Três períodos de maior perda do fundo

	Período	Evento	Perda	Explicação	Tempo para recuperação
1	Entre 04/03/20 e 23/03/20	Pandemia COVID-19	-4,27%	Abertura da curva de juros nominais	15
2	Entre 16/05/17 e 22/05/17	Denúncia Joesley Batista	-3,65%	Abertura da curva de juros nominais	39
3	Entre 22/04/20 e 27/04/20	Pandemia COVID-19	-2,76%	Abertura da curva de juros nominais	19

11. Atribuição de performance do fundo nos últimos 5 (cinco) anos

11.1	Atribuição:	Contribuição:
	N/A	N/A
11.2	Comente as mudanças em estratégias em razão de fluxo de recursos (aplicações ou resgates).	
N/A		
11.3	O fundo já esteve fechado temporariamente para aplicação por deliberação da gestora, do administrador fiduciário ou órgão regulador? Quando? Por quê?	
Não		

12. Relacionamento com distribuidores/alocadores

12.1	Com que grau de detalhamento e com que frequência a carteira pode ser disponibilizada para distribuidores/alocadores?
	Pode ser disponibilizada mensalmente.
12.2	Com que frequência é possível realizar conference calls com a gestora dos fundos?
	A qualquer momento, apenas sujeito a disponibilidade do gestor.
12.3	Por quais canais o fundo é distribuído?
	Rede agências CAIXA, Internet Banking e Mobile.
12.4	Considerando o montante total de ativos sob gestão, qual o percentual detido pelos cinco maiores distribuidores ou alocadores, individualmente?
N/A	

13. Atendimento aos cotistas

13.1	Quais os relatórios disponíveis aos cotistas do fundo? Fornecer detalhes. Qual sua periodicidade? Com que defasagem?
	Boletim Comercial Disponibilizado mensalmente, informa a rentabilidade, parâmetros, histórico de rentabilidade e as estratégias permitidas. Defasagem de um mês. Extrato do Fundo Disponibilizado mensalmente, posição individualizada do cotista. Defasagem de um mês. Relatório de Cota Disponibilizado diariamente, caso o cotista tenha cadastrado seu endereço eletrônico previamente. informa a variação da cota do fundo. Defasagem de um dia. Relatório da Carteira do Fundo Disponibilizado mensalmente, dados referente a composição dos ativos do fundo. Defasagem de um mês.
13.2	Qual (is) é (são) o(s) veículo(s) disponível(is) para acessar informações sobre o Fundo e com qual frequência seu conteúdo é atualizado?
	Página da internet e o conteúdo é atualizado sempre que necessário.
13.3	Existe algum canal de atendimento dedicado ao cotista? De que forma pode ser acessado e qual o horário para atendimento?
	A Rede de agências CAIXA, principal canal de atendimento ao cotista. O atendimento conta ainda com a GERDI, como unidade de suporte a fundos junto à rede.

14. Investimento no exterior

14.1	Qual o produto (tipo de ativo ou fundo investido) e sua estrutura, incluindo os veículos utilizados (se houver)? Descreva a estratégia, os principais ativos e instrumentos utilizados.																						
14.2	Quais os riscos envolvidos?																						
14.3	Quais são os mercados em que o fundo opera?																						
14.4	Em relação ao veículo local, o fundo utiliza estratégias para proteção cambial?																						
14.5	Caso o fundo de investimento local tenha por objetivo o investimento em único fundo de investimento ou veículo no exterior (fundo espelho), enumerar os prestadores de serviços e demais informações dos fundo de investimento ou veículo no exterior (administrador, custodiante, RTA, prime broker, entre outros). <table border="1"> <tr><td>Administrador Fiduciário</td><td></td></tr> <tr><td>Custodiante</td><td></td></tr> <tr><td>Auditor</td><td></td></tr> <tr><td>RTA</td><td></td></tr> <tr><td>Prime Brokers</td><td></td></tr> <tr><td>NAV Calculator</td><td></td></tr> <tr><td>Domicílio do fundo</td><td></td></tr> <tr><td>Taxa de administração</td><td></td></tr> <tr><td>Código ISIN do fundo</td><td></td></tr> <tr><td>Moeda do domicílio fundo no exterior</td><td></td></tr> <tr><td>Outros prestadores de serviço, dos investimentos no exterior, caso exista.</td><td></td></tr> </table>	Administrador Fiduciário		Custodiante		Auditor		RTA		Prime Brokers		NAV Calculator		Domicílio do fundo		Taxa de administração		Código ISIN do fundo		Moeda do domicílio fundo no exterior		Outros prestadores de serviço, dos investimentos no exterior, caso exista.	
Administrador Fiduciário																							
Custodiante																							
Auditor																							
RTA																							
Prime Brokers																							
NAV Calculator																							
Domicílio do fundo																							
Taxa de administração																							
Código ISIN do fundo																							
Moeda do domicílio fundo no exterior																							
Outros prestadores de serviço, dos investimentos no exterior, caso exista.																							
14.6	Caso o investimento no exterior possua subclasses, favor descrever os riscos de contaminação entre elas.																						
14.7	Caso a gestora tenha influência direta/indireta na gestão do fundo no exterior, descreva como foi constituída a diretoria do fundo.																						

15. Anexos (quando aplicável)

15	Anexos (quando aplicável)	Marcar Anexos ou link para acesso ao documento
15.1	Regulamento	Link de acesso
15.2	Formulário de informações complementares	Link de acesso
15.3	Última lâmina de informações essenciais	Link de acesso
15.4	Relatório de Gestão e/ou materiais de divulgação	Link de acesso

[ASSINATURA DO PROFISSIONAL QUE PREENCHEU O
QUESTIONÁRIO]

[NOME DO PROFISSIONAL QUE PREENCHEU O QUESTIONÁRIO]

[CARGO]
[TELEFONE]
[E-MAIL CORPORATIVO]

[ASSINATURA DO(S) REPRESENTANTE(S)
LEGAL(IS) DA
INSTITUIÇÃO]

[NOME DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA
INSTITUIÇÃO]

[CARGO]
[TELEFONE]
[E-MAIL CORPORATIVO]

ANEXO I – FUNDOS DE INVESTIMENTO

1. Alterações desde a última atualização

1.1	Nome do fundo	FDO DE INV EM COTAS DE FDO DE INV EM AÇÕES CAIXA EXPERT VINCI VALOR DIVIDENDOS RPPS
1.2	CNPJ	15.154.441/0001-15
1.3	Data de início	23/08/2012
1.4	Classificação ANBIMA	Ações Dividendos
1.5	Código ANBIMA	311383
1.6	O fundo já sofreu alteração com perda de histórico de informação do mesmo?	Não
1.7	Classificação tributária (CP/LP/Ações)	Ações
1.8	Descreva o público-alvo.	Investidores em geral
1.9	O regulamento prevê, explicitamente, adequação a alguma legislação específica aplicável ao cotista, p. ex., Resolução do CMN?	Este Regulamento está adequado às normas estabelecidas para os RPPS.
1.10	Conta corrente (banco, agência, nº)	0238-050-00001829/6
1.11	Conta CETIP (nº)	N/A
1.12	Administração (indique contato para informações).	Caixa Econômica Federal
1.13	Custódia (indique contato para informações).	Caixa Econômica Federal
1.14	Auditoria externa	KPMG
1.15	Caso se aplique, informar: Escriturador Custodiante Consultor Especializado Assessor Jurídico Co-gestor Distribuidor Outros	
1.16	Cotização: abertura ou fechamento?	Fechamento

Regras para aplicação e resgate:															
1.17	<table> <tr> <td>Aplicação (datas, horários, cotização e liquidação)</td><td>15:00 D+1 du D+0</td></tr> <tr> <td>Carência/Tempo mínimo para permanência (lock-up period) e eventuais penalidades para resgates antes do término desse período.</td><td>Não há</td></tr> <tr> <td>Resgate (datas, horários, cotização e liquidação)</td><td>15:00 D+30 du D+32 du</td></tr> <tr> <td>Aplicação inicial mínima</td><td>10.000,00</td></tr> <tr> <td>Aplicação máxima por cotista</td><td>N/A</td></tr> <tr> <td>Aplicação adicional mínima</td><td>100,00</td></tr> <tr> <td>Resgate mínimo</td><td>100,00</td></tr> </table>	Aplicação (datas, horários, cotização e liquidação)	15:00 D+1 du D+0	Carência/Tempo mínimo para permanência (lock-up period) e eventuais penalidades para resgates antes do término desse período.	Não há	Resgate (datas, horários, cotização e liquidação)	15:00 D+30 du D+32 du	Aplicação inicial mínima	10.000,00	Aplicação máxima por cotista	N/A	Aplicação adicional mínima	100,00	Resgate mínimo	100,00
Aplicação (datas, horários, cotização e liquidação)	15:00 D+1 du D+0														
Carência/Tempo mínimo para permanência (lock-up period) e eventuais penalidades para resgates antes do término desse período.	Não há														
Resgate (datas, horários, cotização e liquidação)	15:00 D+30 du D+32 du														
Aplicação inicial mínima	10.000,00														
Aplicação máxima por cotista	N/A														
Aplicação adicional mínima	100,00														
Resgate mínimo	100,00														
1.18	Taxa de Entrada (upfront fee)														
N/A															
1.19	Taxa de Saída (redemption fee)														
Não possui															
1.20	Taxa de administração														
1,72%															
1.21	Taxa de administração máxima														
1,72%															
1.22	Taxa de custódia máxima														
N/A															
1.23	<table> <tr> <td>Taxa de Performance</td><td></td></tr> <tr> <td>% (Percentual)</td><td>Não possui</td></tr> <tr> <td>Benchmark</td><td>Não possui</td></tr> <tr> <td>Frequência</td><td>Não se aplica</td></tr> <tr> <td>Linha-d'água (sim ou não)</td><td>Não se aplica</td></tr> <tr> <td>Método de cálculo (ativo/passivo/ajuste)</td><td>Não se aplica</td></tr> </table>	Taxa de Performance		% (Percentual)	Não possui	Benchmark	Não possui	Frequência	Não se aplica	Linha-d'água (sim ou não)	Não se aplica	Método de cálculo (ativo/passivo/ajuste)	Não se aplica		
Taxa de Performance															
% (Percentual)	Não possui														
Benchmark	Não possui														
Frequência	Não se aplica														
Linha-d'água (sim ou não)	Não se aplica														
Método de cálculo (ativo/passivo/ajuste)	Não se aplica														
1.24	Despesas do fundo pagas ao grupo econômico do administrador (e da gestora, se este for diferente) excluindo-se as taxas de Administração e de Performance.														
N/A															
1.25	Há acordo de remuneração com cláusula de reversão de rebate para o fundo? (pagamento e/ou recebimento).														
N/A															

2. Perfil

2.1	Descreva o fundo no que tange à estratégia, ao objetivo de rentabilidade e à política de investimento.
Aplica, no mínimo, 95% dos seus recursos em cotas do CAIXA VINCI VALOR DIVIDENDOS FI AÇÕES, CNPJ: 15.154.458/0001-72.	
2.2	Descreva as alterações significativas na estratégia ou na política de investimento no histórico do fundo.
2.3	Descreva o processo decisório de investimento deste fundo de investimento.
As decisões de alocação são tomadas em comitê, que se reúne para avaliar as tendências do mercado e as condições macroeconômicas e microeconômicas, levando em consideração os níveis e limites de risco definidos no regulamento do fundo.	

Guia Exame 2010 - Melhor gestor de fundos de varejo e melhor gestor de fundos de renda fixa ativa.

Guia Exame 2011 - 2º melhor gestor de fundos de varejo e 3º melhor gestor de fundos de renda fixa ativa.

Star Ranking Valor Econômico 2013 – 22 fundos premiados, sendo o principal critério de avaliação a relação risco x retorno.

Revista Investidor Institucional - Os Melhores Fundos para Institucionais – Nov./2013– A CAIXA conquistou o topo do ranking com o maior número de fundos excelentes.

Star Ranking Valor Econômico 2014 – 22 fundos premiados, sendo o principal critério de avaliação a relação risco x retorno.

Revista Investidor Institucional – Top Asset – Mar./2014 – Presente no Ranking Top Asset em 18 categorias do ranking

Exame - Onde Investir em 2015 - Os Melhores Gestores – Nov./2014 - 2º Melhor Gestor de Fundos de Renda Fixa

Revista Investidor Institucional – Top Asset – Mar./2015 – Presente no Ranking Top Asset em 20 categorias

Fundo FI CAIXA Brasil IDKA IPCA 2A RF LP destinado aos RPPS foi eleito pelo jornal Valor Econômico em matéria de 21/01/2015 como o melhor fundo de renda fixa em 2015.

Exame - Onde Investir em 2016 - Os Melhores Gestores – Dez./2015 - 2º Melhor Gestor de Fundos de Renda Fixa

Revista Investidor Institucional - Os Melhores Fundos para Institucionais – Abr./2016– A CAIXA

conquistou o topo do ranking com oito fundos classificados como excelentes.

Premiada pelo Guia EXAME –Investimentos Pessoais – por 13 anos consecutivos (2004 – 2016) também, foi eleita uma das maiores gestoras de fundos de investimento do mercado pelo ranking Top Asset – AGO 17, realizado pela revista Investidor Institucional.

Conquistou a posição de maior gestora em duas categorias:

- Maior Gestor de FIPs;
- Maior Gestor de RPPS;

Prêmio MBI Melhor Banco para Investir – Melhor Gestor de Renda Fixa e Melhor Gestor de Ações – Fev./2018

Guia de Previdência Valor/Fundação Getúlio Vargas - 2º Melhor Gestor Geral e Melhor Gestor em Fundos Balanceados até 15 - edição 2018 do Guia de Previdência Valor/FGV;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional - Março/2018) - 5 Fundos Classificados como excelentes;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional - Agosto/2018) - 4 Fundos Classificados como excelentes;

Ranking Exame – Onde Investir 2019 - 2º Melhor Gestor de Varejo;

Prêmio MBI/FGV – Melhor Banco para Investir - 2º melhor gestor em Fundos Money Market e 2º melhor gestor de fundos multimercados FEV/19;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional – Edição 312 – Março/2019) –9 Fundos classificados como excelentes;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional – Edição 317 –Agosto/2019) – CAIXA no 2º lugar no Ranking de Gestores com 22 Fundos classificados como excelentes;

Guia de Previdência Valor/Fundação Getúlio Vargas – CAIXA como Gestora Destaque em Fundos Balanceados até 15 - Edição 2019

Ranking Exame – Onde Investir 2020 – 3º Melhor Gestor de Renda Fixa, 3º Melhor Gestor de Fundos DI e Curto Prazo e 3º Melhor Gestor de Fundos de Varejo;

Prêmio MBI/FGV – Melhor Banco para Investir - 1º melhor gestor de fundos multimercados. 1º melhor gestor de fundos de ações. 2º

melhor gestor em Fundos Money Market e 2º melhor gestor em Fundos de Renda Fixa FEV/20;

Os Melhores Fundos para Institucionais (Revista Investidor Institucional – Edição 323 – Março/2020) – 10 Fundos classificados como excelentes.

Valor Investe – Julho/2020 -

A CAIXA teve 3 fundos de renda fixa listados pelo Valor Investe dentre os melhores do semestre. No grupo “Renda Fixa Ativa”: CAIXA FIC Brasil Gestão Estratégica RF e o CAIXA FIC Objetivo Prefixado RF LP. No grupo “Juro Real”: CAIXA FIC Foco Índice de Preços RF LP

Ratings Morningstar - Agosto/2020

CAIXA Alocação Macro FIC FIM LP considerado 5 estrelas no ranking

Premiação Valor – Agosto/Setembro/2020

Fundos CAIXA listados no Ranking do Guia de Fundos Valor entre os 10 fundos com melhor retorno do mercado: CAIXA FIC Alocação Macro Multimercado LP, CAIXA FIC Pré Objetivo RF LP, CAIXA FI Fidelidade RF LP, CAIXA FI Ações BDR nível I e CAIXA FI FIDELIDADE II Crédito Privado LP

Os Melhores Fundos Para Institucionais - Ranking – Revista Investidor Institucional – Agosto/Setembro

A CAIXA teve 16 fundos premiados como EXCELENTES pelo ranking “Os Melhores Fundos para Institucionais”, da revista Investidor Institucional em agosto/20.

Além do destaque positivo no Ranking Os Melhores Fundos Para Institucionais, a edição de setembro da publicação consolida a liderança CAIXA no segmento RPPS, através do Ranking TOP Asset.

3. Equipe de gestão do fundo

3.1 Cite os profissionais envolvidos na gestão

3.2 Cite o histórico de alterações significativas na equipe nos últimos 05 anos.

4. Estratégias e carteiras

4.1 Descreva as regras, procedimentos e limites específicos de gestão para o fundo, em cenários de stress.

4.2 O fundo pode realizar operações de day trade?

Não.

5. Uso de derivativos

5.1	Com que objetivo(s) são utilizados derivativos:		
	Proteção de carteira ou de posição	SIM X	NÃO
	Mudança de remuneração/indexador	SIM	NÃO
	Estratégias combinadas (floors, caps, collars, spreads, straddles, box, financiamentos com termo etc.)	SIM	NÃO
	Alavancagem	SIM	NÃO X
5.2	Mercados em que são utilizados derivativos:		
	Juros	SIM	NÃO
	Câmbio	SIM	NÃO
	Ações	SIM	NÃO
	Commodities	SIM	NÃO
	Em Bolsas:		
	Com garantia	SIM	NÃO
	Sem garantia	SIM	NÃO
	Em Balcão:		
	Com garantia	SIM	NÃO
Sem garantia	SIM	NÃO	
5.3	Qual a abordagem da gestora no investimento em ativos de crédito privado?		

6. Compra de cotas de fundos de investimento

6.1	De fundos de terceiros?	SIM	NÃO
6.2	De fundos da gestora?	SIM	NÃO

7. Informações adicionais

7.1	PL atual.	957.730.885,47
7.2	PL médio em 12 (doze) meses.	1.004.951.654,26
7.3	PL atual da mesma estratégia sob gestão da gestora.	0,00
7.4	Qual a capacidade máxima estimada de captação de recursos do fundo e de sua estratégia? Quais são os critérios de definição?	
7.5	Número de cotistas.	177
7.6	Qual percentual do passivo do fundo representa aplicações da gestora, controladores, coligadas, subsidiárias, de seus sócios e principais executivos?	
N/A		
7.7	Descreva as regras de concentração de passivo.	
7.8	Percentuais detidos pelos dez maiores cotistas.	45,48%
7.9	Houve alguma mudança de prestadores de serviços de administração fiduciária e/ou de custódia nos últimos 05 anos da operação do fundo? Quando?	
Não		
7.10	A última demonstração financeira foi emitida com obove algum parecer modificado (com ressalva, com abstenção de opinião, ênfase, parecer adverso opinião) pelo auditor independente?	
Não		

8. Gestão de risco

8.1	Descreva as regras de exposição a risco de crédito específicas do fundo.	
	Conforme regulamento do Fundo	
8.2	Descreva as regras de liquidez para ativos específicas do fundo.	
	Conforme regulamento do Fundo	
8.3	Caso o Fundo opere derivativos sem garantia, descreva como é realizado o controle.	
	Conforme regulamento do Fundo	
8.4	Se houver na carteira do fundo, ativos/derivativos ilíquidos/exóticos, como a gestora realiza o acompanhamento?	
	Conforme regulamento do Fundo	
8.5	Qual(is) a(s) metodologia(s) de controle de risco utilizada(s) (por ex.: VaR, Tracking Error e Expected Shortfall)?	
	VaR Paramétrico	
8.6	Existem limites adicionais àqueles que constam no regulamento/regulação (por ex: concentração por setor, emissor, contraparte, tipo de risco)? Quais?	
	N/A	
8.7	Descreva o processo decisório utilizado em caso de violação dos limites citados no item 8.5	
	Convocação da instancia de governança cabivel, baseado no nivel de extrapolação do limite	
8.8	Qual o limite da(s) metodologia(s) citada no item 8.5?	
	Limite baseado no nivel de risco da carteira proposta pelo regulamento do fundo	
8.9	De que forma é apurado o consumo dos limites dados pela(s) metodologia(s) citada(s) no item 8.5?	
	Acompanhamento diário através de relatórios	
8.10	Considerando o período dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, quando o limite da(s) metodologia(s) citadas no item 8.5 foi excedido, por qual motivo e qual o máximo atingido? Comente.	

N/A	Qual o VaR/B-VaR/TE médio do Fundo nos últimos:	
	3 (três) meses?	17.965.122,29
8.11	6 (seis) meses?	18.762.547,72
	12 (doze) meses?	26.885.545,99
	24 (vinte e quatro) meses?	18.457.989,17
8.12	Qual a alavancagem nocional máxima (exposição bruta) atingida pelo fundo e em qual(is) ativo(s) nos últimos 24 (vinte e quatro) meses?	
N/A		
8.13	Qual o limite para perdas em cenário de stress? Como são definidos os cenários (ex. Utiliza o cenário elaborado pela B ³ ou o próprio)?	
	Cenário próprio para monitoramento, sem limite de perda estabelecido	
8.14	Considerando o período dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, quando o limite de stress foi excedido e por quê?	
N/A		
8.15	Qual o stress médio do fundo nos últimos	
	3 (três) meses?	-221.918.878,92
	6 (seis) meses?	-232.010.684,72
	12 (doze) meses?	-214.422.169,30
	24 (vinte e quatro) meses?	-167.338.615,56
8.16	Comente o último stop loss relevante do fundo.	
N/A		

9. Comportamento do fundo em crises

Período*	Evento	Comportamento (variação do fundo)		Explicação
mai/06	Crise das Bolsas norteamericanas	N/A	N/A	
Jul – Ago/07	Crise das hipotecas	N/A	N/A	
Out/08 – Mar/09	Crise no Sistema Financeiro norteamericano	N/A	N/A	
Jan/10 – Jun/10	Crise de endividamento dos PIGS	N/A	N/A	
Abril/11 – Set/11	Segunda crise da dívida na Europa	N/A	N/A	
Abril/15 – Ago/16	Crise política / recessão no Brasil	5.131.244,28	TRPL4 Gamma	

* Para o período solicitado deve ser informado o comportamento (variação do fundo) de acordo com o mês fechado (ex. 01/01 a 31/01).

10. Três períodos de maior perda do fundo

	Período	Evento	Perda	Explicação	Tempo para recuperação
1	Entre 23/01/20 e 23/03/20		-42,98%		
2	Entre 26/02/18 e 13/09/18		-19,45%		72
3	Entre 29/07/20 e 29/09/20		-10,31%		32

11. Atribuição de performance do fundo nos últimos 5 (cinco) anos

11.1	Atribuição:	Contribuição:
11.2	Comente as mudanças em estratégias em razão de fluxo de recursos (aplicações ou resgates).	
11.3	O fundo já esteve fechado temporariamente para aplicação por deliberação da gestora, do administrador fiduciário ou órgão regulador? Quando? Por quê?	
Sim. Deliberação do administrador. Fechamento em 31/10/2012 e reabertura em 23/08/2017		

12. Relacionamento com distribuidores/alocadores

12.1	Com que grau de detalhamento e com que frequência a carteira pode ser disponibilizada para distribuidores/alocadores?
Pode ser disponibilizada mensalmente.	
12.2	Com que frequência é possível realizar conference calls com a gestora dos fundos?
A qualquer momento, apenas sujeito a disponibilidade do gestor.	
12.3	Por quais canais o fundo é distribuído?
Rede agências CAIXA, Internet Banking e Mobile.	
12.4	Considerando o montante total de ativos sob gestão, qual o percentual detido pelos cinco maiores distribuidores ou alocadores, individualmente?
N/A	

13. Atendimento aos cotistas

13.1	Quais os relatórios disponíveis aos cotistas do fundo? Fornecer detalhes. Qual sua periodicidade? Com que defasagem?
Boletim Comercial Disponibilizado mensalmente, informa a rentabilidade, parâmetros, histórico de rentabilidade e as estratégias permitidas. Defasagem de um mês. Extrato do Fundo Disponibilizado mensalmente, posição individualizada do cotista. Defasagem de um mês. Relatório de Cota Disponibilizado diariamente, caso o cotista tenha cadastrado seu endereço eletrônico previamente. Informa a variação da cota do fundo. Defasagem de um dia. Relatório da Carteira do Fundo Disponibilizado mensalmente, dados referente a composição dos ativos do fundo. Defasagem de um mês.	
13.2	Qual (is) é (são) o(s) veículo(s) disponível(is) para acessar informações sobre o Fundo e com qual frequência seu conteúdo é atualizado?
Página da internet e o conteúdo é atualizado sempre que necessário.	
13.3	Existe algum canal de atendimento dedicado ao cotista? De que forma pode ser acessado e qual o horário para atendimento?
A Rede de agências CAIXA, principal canal de atendimento ao cotista. O atendimento conta ainda com a GERDI, como unidade de suporte a fundos junto à rede.	

14. Investimento no exterior

14.1	Qual o produto (tipo de ativo ou fundo investido) e sua estrutura, incluindo os veículos utilizados (se houver)? Descreva a estratégia, os principais ativos e instrumentos utilizados.																						
14.2	Quais os riscos envolvidos?																						
14.3	Quais são os mercados em que o fundo opera?																						
14.4	Em relação ao veículo local, o fundo utiliza estratégias para proteção cambial?																						
14.5	Caso o fundo de investimento local tenha por objetivo o investimento em único fundo de investimento ou veículo no exterior (fundo espelho), enumerar os prestadores de serviços e demais informações dos fundo de investimento ou veículo no exterior (administrador, custodiante, RTA, prime broker, entre outros). <table border="1"> <tr> <td>Administrador Fiduciário</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Custodiante</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Auditor</td> <td></td> </tr> <tr> <td>RTA</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Prime Brokers</td> <td></td> </tr> <tr> <td>NAV Calculator</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Domicílio do fundo</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Taxa de administração</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Código ISIN do fundo</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Moeda do domicílio fundo no exterior</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outros prestadores de serviço, dos investimentos no exterior, caso exista.</td> <td></td> </tr> </table>	Administrador Fiduciário		Custodiante		Auditor		RTA		Prime Brokers		NAV Calculator		Domicílio do fundo		Taxa de administração		Código ISIN do fundo		Moeda do domicílio fundo no exterior		Outros prestadores de serviço, dos investimentos no exterior, caso exista.	
Administrador Fiduciário																							
Custodiante																							
Auditor																							
RTA																							
Prime Brokers																							
NAV Calculator																							
Domicílio do fundo																							
Taxa de administração																							
Código ISIN do fundo																							
Moeda do domicílio fundo no exterior																							
Outros prestadores de serviço, dos investimentos no exterior, caso exista.																							
14.6	Caso o investimento no exterior possua subclasses, favor descrever os riscos de contaminação entre elas.																						
14.7	Caso a gestora tenha influência direta/indireta na gestão do fundo no exterior, descreva como foi constituída a diretoria do fundo.																						

15. Anexos (quando aplicável)

15	Anexos (quando aplicável)	Marcar Anexos ou link para acesso ao documento
15.1	Regulamento	Link de acesso
15.2	Formulário de informações complementares	Link de acesso
15.3	Última lâmina de informações essenciais	Link de acesso
15.4	Relatório de Gestão e/ou materiais de divulgação	Link de acesso

[ASSINATURA DO PROFISSIONAL QUE PREENCHEU O
QUESTIONÁRIO]

[NOME DO PROFISSIONAL QUE PREENCHEU O QUESTIONÁRIO]

[CARGO]
[TELEFONE]
[E-MAIL CORPORATIVO]

[ASSINATURA DO(S) REPRESENTANTE(S)
LEGAL(IS) DA
INSTITUIÇÃO]

[NOME DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA
INSTITUIÇÃO]

[CARGO]
[TELEFONE]
[E-MAIL CORPORATIVO]

ANEXO 1 - ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTO¹

[A ser anexado ao Atestado de Credenciamento da Instituição Administradora e Gestora do Fundo de Investimento e atualizado quando da alocação]

¹ Este formulário tem por objetivo colher informações para a análise do credenciamento de instituições pelos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Não representa garantia ou compromisso de alocação de recursos sob a gestão ou administração da instituição, devendo o RPPS, ao efetuar a aplicação de recursos, certificar-se da observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência e os requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, a aderência à Política Anual de Investimentos e ao perfil das obrigações presentes e futuras do RPPS.

Nome Fundo	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP			CNPJ FUNDO	11.060.913/0001-10
Administrador	Caixa Econômica Federal	Nº Termo Credenciamento		CNPJ ADM	00.360.305/0001-04
Gestor	Caixa DTVM	Nº Termo Credenciamento		CNPJ GES	42.040.639/0001-40
Custodiante	Caixa Econômica Federal			CNPJ CUST	00.360.305/0001-04

Classificação do Fundo Resolução CMN 4.963/2021

	Títulos Públicos - Art. 7º, I, "a"	FI de Ações - Geral - Art. 8º, I
X	FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, b	ETF - Índice Ações - Art. 8º, II
	ETF - 100% Títulos Públicos - Art. 7º, I, c	Renda Fixa - Dívida Externa - Art. 9º, I
	Operações Compromissadas - Art. 7º, II	Fundo Investimento - Sufixo Investimento no Exterior - Art. 9º, II
	FI Renda Fixa - Geral - Art. 7º, III, a	Fundo de Ações BDR Nível 1 - Art. 9º, III
	ETF - Demais Indicadores de RF - Art. 7º, III, b	FI Multimercado - Aberto - Art. 10º, I
	Ativos Financeiros de RF - Art. 7º, IV	FI em Participações - Art. 10º, II
	FI em Direitos Creditórios - Cota Sênior - Art. 7º, V, a	Ações - Mercado de Acesso - Art. 10º, III
	FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, V, b	FI Imobiliário - Art. 11º
	FI Debêntures de Infraestrutura - Art. 7º, V, c	Empréstimos Consignados - Art. 12º

Identificação dos documentos analisados referentes ao Fundo:	Data do Documento	Página na internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição
1. Questionário ANBIMA de due diligence para contratação de gestor de recursos de terceiros - ANEXO I - Fundos de Investimento	31/12/2021	
2. Regulamento	19/11/2021	
3. Lâmina de Informações essenciais	25/02/2022	
4. Formulário de informações complementares	03/06/2019	
5. Perfil Mensal	25/02/2022	
6. Demonstração de Desempenho	31/12/2021	
7. Relatórios de Rating		
8. Demonstrações Contábeis	01/04/2022	

II.5 - Forma de Distribuição do Fundo (art. 3º, § 2º, II, da Portaria MPS nº 519/2011)

Nome/Razão Social do distribuidor:	N/A
CPF/CNPJ:	N/A
Informações sobre a Política de Distribuição:	N/A

Resumo das informações do Fundo de Investimento

Data de Constituição:	30/07/2009	Data de Início das Atividades:	09/07/2010
Política de Investimentos do Fundo	Índice de referência/objetivo de rentabilidade	IMA-B5	
	Aplica 100% dos recursos em títulos públicos federais, em operações finais e/ou compromissadas, tendo como parâmetro de rentabilidade o IMA-B 5.		
Público-alvo do Fundo:	Exclusivo previdenciário		
Condições de Investimento (Prazos/ Condições para resgate)	Prazo Duração do Fundo	Indeterminado	
	Prazo de carência	Não há	
	Prazo para conversão de cotas (dias)	D+0 dias úteis	
	Prazo para pagamento dos resgates (dias)	D+0 dias úteis	
	Prazo Total (dias)	0 dias úteis	
Condições de Investimento (Custos/Taxas)	Taxa de entrada	Não há	
	Taxa de saída	Não há	
	Taxa de administração	0,20%	
	Taxa de Performance		
	Índice de referência	Frequência	Linha-d'água
Não possui	Não se aplica	Não se aplica	

Aderência do Fundo aos quesitos estabelecidos na Resolução do CMN relativos, dentre outros, aos gestores e administradores do fundo, aos ativos de crédito privado que compõem sua carteira:	Fundo enquadrado na Resolução CMN nº 4.963/2021 e alterações posteriores.
Alterações ocorridas relativas às instituições administradoras e gestoras do fundo:	Alteração do Gestor - De CAIXA / Para CAIXA DTVM em 19/11/2021
Análise de fatos relevantes divulgados:	
Análise da aderência do fundo ao perfil da carteira do RPPS e à sua Política de Investimentos:	
Principais riscos associados ao Fundo:	RISCO DE MERCADO ; RISCO DE CRÉDITO ; RISCO DE LIQUIDEZ ; RISCO DE DERIVATIVOS ; RISCO DE CONCENTRAÇÃO (Vide Regulamento)

Histórico de Rentabilidade do Fundo:

Ano	Nº de Cotistas	Patrimônio Líquido (PL) (R\$)	Valor da Cota do Fundo (R\$)	Rentabilidade (%)	Variação % do índice de referência	Contribuição em relação ao índice de referência/ ou Desempenho do fundo como % do índice de referência
2021	1023	12.444.051.491,75	3,368083	4,31%		
2020	976	20.761.505.098,56	3,228834	7,75%		
2019	923	9.819.854.122,58	2,996681	12,85%		
2018	724	11.498.930.142,73	2,655342	9,67%		
2017	703	6.666.405.048,53	2,421265	12,38%		

Análise da Carteira do Fundo de Investimento			
Composição da carteira (atual)	Espécie de ativos		% do PL
	Títulos Federais		96,25%
	Operação compromissada		3,75%
	Derivativos		0,00%
	Valores a pagar/receber		0,00%
Caso o Fundo aplique em cotas de outros Fundos de Investimento	CNPJ desse(s) Fundo(s)	Classificação Resolução CMN	% do PL do Fundo
	1.		
	2.		
	3.		
	4.		
	5.		
Maiores emissores de títulos de crédito privado em estoque do Fundo	Emissor (CPF/CNPJ)	Tipo de Emissor	% do PL do Fundo
Carteira do Fundo é aderente à Política de Investimentos estabelecida em seu regulamento e com a classificação na Resolução CMN		Sim	
Prazo médio da carteira de títulos do fundo (em meses (30) dias)		24,3	
Compatibilidade do Fundo com as obrigações presentes e futuras do RPPS			
Nota de Risco de Crédito	Agência de risco		Nota
	N/A		N/A
Análise conclusiva e comparativa com outros fundos:			
Comentários Adicionais			

Declaro que tenho conhecimento dos aspectos que caracterizam este Fundo de Investimento, em relação ao conteúdo de seu Regulamento e de fatos relevantes que possam contribuir para seu desempenho, além de sua compatibilidade ao perfil da carteira e à Política de Investimentos do RPPS.

Responsáveis pela Análise:	Cargo	CPF	Assinatura
Maria Cleide dos Santos	Dir. adm.	060209763-00	Cleide
Henrique de Sousa	Gestor de Recursos	048.086.153-0	Henrique

ANEXO 1 - ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTO¹

(A ser anexado ao Atestado de Credenciamento da Instituição Administradora e Gestora do Fundo de Investimento e atualizado quando da alocação)

Este formulário tem por objetivo colher informações para a análise do credenciamento de instituições pelos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Não representa garantia ou compromisso de alocação de recursos sob a gestão ou administração da Instituição, devendo o RPPS, ao efetuar a aplicação de recursos, certificar-se da observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência e os requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, a aderência à Política Anual de Investimentos e ao perfil das obrigações presentes e futuras do RPPS.

Nome Fundo	CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP			CNPJ FUNDO	10.577.503/0001-88
Administrador	Caixa Econômica Federal	Nº Termo Credenciamento		CNPJ ADM	00.360.305/0001-04
Gestor	Caixa DTVM	Nº Termo Credenciamento		CNPJ GES	42.040.639/0001-40
Custodiante	Caixa Econômica Federal			CNPJ CUST	00.360.305/0001-04

Classificação do Fundo Resolução CMN 4.963/2021

	Títulos Públicos - Art. 7º, I, "a"	FI de Ações - Geral - Art. 8º, I
X	FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, b	ETF - Índice Ações - Art. 8º, II
	ETF - 100% Títulos Públicos - Art. 7º, I, c	Renda Fixa - Dívida Externa - Art. 9º, I
	Operações Compromissadas - Art. 7º, II	Fundo Investimento - Sufixo Investimento no Exterior - Art. 9º, II
	FI Renda Fixa - Geral - Art. 7º, III, a	Fundo de Ações BDR Nível 1 - Art. 9º, III
	ETF - Demais Indicadores de RF - Art. 7º, III, b	FI Multimercado - Aberto - Art. 10º, I
	Ativos Financeiros de RF - Art. 7º, IV	FI em Participações - Art. 10º, II
	FI em Direitos Creditórios - Cota Sênior - Art. 7º, V, a	Ações - Mercado de Acesso - Art. 10º, III
	FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, V, b	FII Imobiliário - Art. 11º
	FI Debêntures de Infraestrutura - Art. 7º, V, c	Empréstimos Consignados - Art. 12º

Identificação dos documentos analisados referentes ao Fundo:

	Data do Documento	Página na Internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição
1. Questionário ANBIMA de due diligence para contratação de gestor de recursos de terceiros – ANEXO I – Fundos de Investimento	31/12/2021	
2. Regulamento	22/11/2021	
3. Lâmina de Informações essenciais	25/02/2022	
4. Formulário de Informações complementares	03/06/2019	
5. Perfil Mensal	25/02/2022	
6. Demonstração de Desempenho	31/12/2021	
7. Relatórios de Rating		
8. Demonstrações Contábeis	01/04/2022	
II.5 - Forma de Distribuição do Fundo (art. 3º, § 2º, II, da Portaria MPS nº 519/2011)		

Nome/Razão Social do distribuidor:	N/A
CPF/CNPJ:	N/A
Informações sobre a Política de Distribuição:	N/A

Resumo das informações do Fundo de Investimento

Data de Constituição:	05/12/2008	Data de Início das Atividades:	18/04/2012
Política de Investimentos do Fundo	Índice de referência/objetivo de rentabilidade		IMA-B 5+
	Investe em carteira composta por títulos públicos federais, indexados a taxas prefixadas, pós-fixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços.		
Público-alvo do Fundo:	Exclusivo previdenciário		
Condições de Investimento (Prazos/ Condições para resgate)	Prazo Duração do Fundo	Indeterminado	
	Prazo de carência	Não há	
	Prazo para conversão de cotas (dias)	D+0 dias úteis	
	Prazo para pagamento dos resgates (dias)	D+0 dias úteis	
	Prazo Total (dias)	0 dias úteis	
Condições de Investimento (Custos/Taxas)	Taxa de entrada	Não há	
	Taxa de saída	Não há	
	Taxa de administração	0,20%	
	Taxa de Performance		
	Índice de referência	Frequência	Linha-d água
Não possui	Não se aplica	Não se aplica	

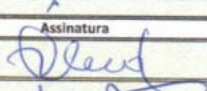
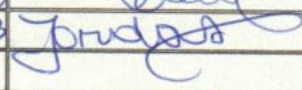
Aderência do Fundo aos quesitos estabelecidos na Resolução do CMN relativos, dentre outros, aos gestores e administradores do fundo, aos ativos de crédito privado que compõem sua carteira:	Fundo enquadrado na Resolução CMN nº 4.963/2021 e alterações posteriores.
Alterações ocorridas relativas às instituições administradoras e gestoras do fundo:	Alteração do Gestor - De CAIXA / Para CAIXA DTVM em 22/11/2021
Análise de fatos relevantes divulgados:	
Análise da aderência do fundo ao perfil da carteira do RPPS e à sua Política de Investimentos:	
Principais riscos associados ao Fundo:	RISCO DE MERCADO ; RISCO DE DERIVATIVOS ; RISCO DE LIQUIDEZ ; RISCO DE CONCENTRAÇÃO ; RISCO DE SISTÊMICO (Vide Regulamento)

Histórico de Rentabilidade do Fundo:

Ano	Nº de Cotistas	Patrimônio Líquido (PL) (R\$)	Valor da Cota do Fundo (R\$)	Rentabilidade (%)	Variação % do índice de referência	Contribuição em relação ao índice de referência/ ou Desempenho do fundo como % do índice de referência
2021	301	1.353.637.713,77	2.614919	-7,00%	-6,55%	
2020	322	1.733.830.686,04	2.811806	5,23%	5,50%	95,09%
2019	362	2.752.338.613,28	2.671975	29,73%	30,37%	97,89%
2018	197	1.231.561.219,42	2.059570	14,98%	15,41%	97,21%
2017	198	915.100.426,22	1.791286	12,44%	12,75%	97,57%

Análise da Carteira do Fundo de Investimento			
Composição da carteira (atual)	Espécie de ativos		% do PL
	Títulos Federais		96,84%
	Operação compromissada		3,16%
	Derivativos		0,00%
	Valores a pagar/receber		0,00%
Caso o Fundo aplique em cotas de outros Fundos de Investimento	CNPJ desse(s) Fundo(s)	Classificação Resolução CMN	% do PL do Fundo
	1.		
	2.		
	3.		
	4.		
	5.		
Maiores emissores de títulos de crédito privado em estoque do Fundo	Emissor (CPF/CNPJ)	Tipo de Emissor	% do PL do Fundo
Carteira do Fundo é aderente à Política de Investimentos estabelecida em seu regulamento e com a classificação na Resolução CMN		Sim	
Prazo médio da carteira de títulos do fundo (em meses (30) dias)		133,6	
Compatibilidade do Fundo com as obrigações presentes e futuras do RPPS			
Nota de Risco de Crédito	Agência de risco	Nota	
	N/A	N/A	
Análise conclusiva e comparativa com outros fundos:			
Comentários Adicionais			

Declaro que tenho conhecimento dos aspectos que caracterizam este Fundo de Investimento, em relação ao conteúdo de seu Regulamento e de fatos relevantes que possam contribuir para seu desempenho, além de sua compatibilidade ao perfil da carteira e à Política de Investimentos do RPPS.

Responsáveis pela Análise:	Cargo	CPF	Assinatura
Maria Vilela de Sant'Anna	Dir. Admin	060209763-00	
José Carlos de Sousa	Coordenador de Recursos	048.086.153-63	
Seu nome			

ANEXO 1 - ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTO¹

(A ser anexado ao Atestado de Credenciamento da Instituição Administradora e Gestora do Fundo de Investimento e atualizado quando da alocação)

¹ Este formulário tem por objetivo colher informações para a análise do credenciamento de instituições pelos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Não representa garantia ou compromisso de alocação de recursos sob a gestão ou administração da Instituição, devendo o RPPS, ao efetuar a aplicação de recursos, certificar-se da observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência e os requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, e aderência à Política Anual de Investimentos e ao perfil das obrigações presentes e futuras do RPPS.

Nome Fundo	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA			CNPJ FUNDO	10.740.670/0001-06
Administrador	Caixa Econômica Federal	Nº Termo Credenciamento		CNPJ ADM	00.360.305/0001-04
Gestor	Caixa DTVM	Nº Termo Credenciamento		CNPJ GES	42.040.639/0001-40
Custodiante	Caixa Econômica Federal			CNPJ CUST	00.360.305/0001-04

Classificação do Fundo Resolução CMN 4.963/2021

	Títulos Públicos - Art. 7º, I, "a"		FI de Ações - Geral - Art. 8º, I
X	FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, b		ETF - Índice Ações - Art. 8º, II
	ETF - 100% Títulos Públicos - Art. 7º, I, c		Renda Fixa - Dívida Externa - Art. 9º, I
	Operações Compromissadas - Art. 7º, II		Fundo Investimento - Sufixo Investimento no Exterior - Art. 9º, II
	FI Renda Fixa - Geral - Art. 7º, III, a		Fundo de Ações BDR Nível 1 - Art. 9º, III
	ETF - Demais Indicadores de RF - Art. 7º, III, b		FI Multimercado - Aberto - Art. 10º, I
	Ativos Financeiros de RF - Art. 7º, IV		FI em Participações - Art. 10º, II
	FI em Direitos Creditórios - Cota Sênior - Art. 7º, V, a		Ações - Mercado de Acesso - Art. 10º, III
	FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, V, b		FII Imobiliário - Art. 11º
	FI Debêntures de Infraestrutura - Art. 7º, V, c		Empréstimos Consignados - Art. 12º

Identificação dos documentos analisados referentes ao Fundo:

	Data do Documento	Página na internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição
1. Questionário ANBIMA de due diligence para contratação de gestor de recursos de terceiros – ANEXO I – Fundos de Investimento	31/12/2021	
2. Regulamento	19/11/2021	
3. Lâmina de Informações essenciais	25/02/2022	
4. Formulário de informações complementares	03/06/2019	
5. Perfil Mensal	25/02/2022	
6. Demonstração de Desempenho	31/12/2021	
7. Relatórios de Rating		
8. Demonstrações Contábeis	31/03/2022	
II.5 - Forma de Distribuição do Fundo (art. 3º, § 2º, II, da Portaria MPS nº 519/2011)		

Nome/Razão Social do distribuidor:	N/A
CPF/CNPJ:	N/A
Informações sobre a Política de Distribuição:	N/A

Resumo das informações do Fundo de Investimento

Data de Constituição:	03/03/2009	Data de Início das Atividades:	28/05/2010
Política de Investimentos do Fundo	Índice de referência/objetivo de rentabilidade		
	IRF-M 1		
	Investe seus recursos em títulos públicos federais, indexados a taxas prefixadas e/ou pós-fixadas SELIC/CDI.		
Público-alvo do Fundo:	Exclusivo previdenciário		
Condições de Investimento (Prazos/ Condições para resgate)	Prazo Duração do Fundo	Indeterminado	
	Prazo de carência	Não há	
	Prazo para conversão de cotas (dias)	D+0 dias úteis	
	Prazo para pagamento dos resgates (dias)	D+0 dias úteis	
	Prazo Total (dias)	0 dias úteis	
Condições de Investimento (Custos/Taxas)	Taxa de entrada	Não há	
	Taxa de saída	Não há	
	Taxa de administração	0,20%	
	Taxa de Performance		
	Índice de referência	Frequência	Linha-d'água
Não possui	Não se aplica	Não se aplica	

Aderência do Fundo aos quesitos estabelecidos na Resolução do CMN relativos, dentre outros, aos gestores e administradores do fundo, aos ativos de crédito privado que compõem sua carteira:	Fundo enquadrado na Resolução CMN nº 4.963/2021 e alterações posteriores.
Alterações ocorridas relativas às instituições administradoras e gestoras do fundo:	Alteração do Gestor - De CAIXA / Para CAIXA DTVM em 19/11/2021
Análise de fatos relevantes divulgados:	
Análise da aderência do fundo ao perfil da carteira do RPPS e à sua Política de Investimentos:	
Principais riscos associados ao Fundo:	RISCO DE MERCADO ; RISCO DE CREDITO ; RISCO DE LIQUIDEZ ; RISCO DE DERIVATIVOS ; RISCO DE CONCENTRAÇÃO (Vide Regulamento)

Histórico de Rentabilidade do Fundo:

Ano	Nº de Cotistas	Patrimônio Líquido (PL) (R\$)	Valor da Cota do Fundo (R\$)	Rentabilidade (%)	Variação % do índice de referência	Contribuição em relação ao índice de referência/ ou Desempenho do fundo como % do índice de referência
2021	1241	6.465.382.741,43	2.683589	2,70%	2,93%	92,15%
2020	1361	16.753.976.831,37	2.613017	3,63%	3,84%	94,53%
2019	1361	10.910.469.036,62	2.521460	6,55%	6,76%	96,89%
2018	1477	18.338.157.565,12	2.366414	6,81%	6,97%	97,70%
2017	1412	17.173.437.880,47	2.215635	10,93%	11,12%	98,29%

Análise da Carteira do Fundo de Investimento			
Composição da carteira (atual)	Espécie de ativos		% do PL
	Operação compromissada		51,13%
	Títulos Federais		48,86%
	Valores a pagar/receber		0,02%
	Derivativos		-0,01%
Caso o Fundo aplique em cotas de outros Fundos de Investimento	CNPJ desse(s) Fundo(s)	Classificação Resolução CMN	% do PL do Fundo
	1.		
	2.		
	3.		
	4.		
	5.		
Maiores emissores de títulos de crédito privado em estoque do Fundo	Emissor (CPF/CNPJ)	Tipo de Emissor	% do PL do Fundo
Carteira do Fundo é aderente à Política de Investimentos estabelecida em seu regulamento e com a classificação na Resolução CMN		Sim	
Prazo médio da carteira de títulos do fundo (em meses (30) dias)		2,5	
Compatibilidade do Fundo com as obrigações presentes e futuras do RPPS			
Nota de Risco de Crédito	Agência de risco		Nota
	N/A		N/A
Análise conclusiva e comparativa com outros fundos:			
Comentários Adicionais			

Declaro que tenho conhecimento dos aspectos que caracterizam este Fundo de Investimento, em relação ao conteúdo de seu Regulamento e de fatos relevantes que possam contribuir para seu desempenho, além de sua compatibilidade ao perfil da carteira e à Política de Investimentos do RPPS.

Responsáveis pela Análise:	Cargo	CPF	Assinatura
Marcelo de Jesus Santos	Dir. Adm.	060.209.763-00	Marcelo
Jonatas de Sousa	Sector de Recursos	048.086.153-63	Jonatas
Alencar			

ANEXO 1 - ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTO¹

(A ser anexado ao Atestado de Credenciamento da Instituição Administradora e Gestora do Fundo de Investimento e atualizado quando da alocação)

Nome Fundo	CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA			CNPJ: 23.215.097/0001-55
Administrador	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	Nº Termo Cred.	02/2022	CNPJ: 00.360.305/0001-04
Gestor	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	Nº Termo Cred.	02/2022	CNPJ: 00.360.305/0001-04
Custodiante	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			CNPJ:

Classificação do Fundo Resolução CMN 4.963/2021: 7º, I, "b"

Art. 7º, I, "b"	Art. 8º, II
Art. 7º, I, "c"	Art. 9º, I
Art. 7º, II	Art. 9º, II
Art. 7º, III, "a"	Art. 9º, III
Art. 7º, III, "b"	Art. 10, I
Art. 7º, IV	Art. 10, II
Art. 7º, V, "a"	Art. 10, III
Art. 7º, V, "b"	Art. 11
Art. 7º, V, "c"	Art. 12
Art. 8º, I	

Identificação dos documentos analisados referentes ao Fundo:	Data do doc.	Página na internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição
1. Questionário Padrão Due Diligence para Fundo de Investimento – Seção 2 da ANBIMA	12/2021	Enviado por e-mail
2. Regulamento		
3. Lâmina de Informações essenciais		
4. Formulário de informações complementares		
5. Perfil Mensal		
6. Demonstração de Desempenho	05/2021	Enviado por e-mail
7. Relatórios de Rating	05/2021	Enviado por e-mail
8. Demonstrações Contábeis		

II.5 - Forma de Distribuição do Fundo (art. 3º, § 2º, II, da Portaria MPS nº 519/2011)

Nome/Razão Social do distribuidor:	N/A
CPF/CNPJ:	N/A
Informações sobre a Política de Distribuição:	N/A

Resumo das informações do Fundo de Investimento

Data de Constituição:	18/08/2015	Data de Início das Atividades:	04/11/2016
Política de Investimentos do Fundo	Índice de referência/objetivo de rentabilidade: IPCA Aplica seus recursos, principalmente, em cotas do CAIXA MASTER SOBERANO ATIVA FI RENDA FIXA, CNPJ: 10.948.555/0001-13		
Público-alvo:	Exclusivo previdenciário		
Prazo de Duração do Fundo	Indeterminado		

¹ Este formulário tem por objetivo colher informações para a análise do credenciamento de instituições pelos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Não representa garantia ou compromisso de alocação de recursos sob a gestão ou administração da instituição, devendo o RPPS, ao efetuar a aplicação de recursos, certificar-se da observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência e os requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, a aderência à Política Anual de Investimentos e ao perfil das obrigações presentes e futuras do RPPS.

Condições de Investimento (Prazos/ Condições para resgate)	Prazo de Carência (dias)		Não há			
	Prazo para Conversão de Cotas (dias)		D+0 dias úteis			
	Prazo para Pagamento dos Resgates (dias)		D+0 dias úteis			
	Prazo Total (dias)		0 dias úteis			
Condições de Investimento (Custos/Taxas)	Taxa de entrada (%)		Não há			
	Taxa de saída (%)		Não há			
	Taxa de administração (%)		0,40%			
	Taxa de Performance					
	Índice de referência	Frequência	Linha-d'água			
	Não Possui	Não Possui	Não Possui			
Aderência do Fundo aos quesitos estabelecidos na Resolução do CMN relativos, dentre outros, aos gestores e administradores do fundo, aos ativos de crédito privado que compõem sua carteira	Fundo enquadrado na Resolução CMN nº4.963/2021					
Alterações ocorridas relativas às instituições administradoras e gestoras do fundo:	Não houve.					
Análise de fatos relevantes divulgados:	Não houve.					
Análise da aderência do fundo ao perfil da carteira do RPPS e à sua Política de Investimentos:	Aderente.					
Principais riscos associados ao Fundo:	RISCO DE MERCADO; RISCO DE LIQUIDEZ; RISCO DE CREDITO; RISCO DE DERIVATIVOS ; RISCO DE CONCENTRAÇÃO (Vide Regulamento)					
Histórico de Rentabilidade do Fundo						
Ano	Nº de Cotistas	Patrimônio Líquido (R\$)	Valor da Cota do Fundo (R\$)	Rentabilidade (%)	Variação % do índice de referência	Contribuição em relação ao índice de referência/ ou Desempenho do fundo como % do índice de referência
2020	885	14.722.139.597,34	1,514367	6,66%	4,52%	147,53%
2019	695	9.818.666.120,10	1,419747	16,43%	4,31%	381,62%
2018	345	3.163.516.828,54	1,219372	7,82%	3,75%	208,65%
2017	114	685.593.312,38	1,130984	11,22%	2,95%	380,58%
2016	29	135.615.483,49	1,016913			
Análise da Carteira do Fundo de Investimento						
Composição da carteira (atual)	Espécie de ativos			% do PL		
	Fundos de Investimento			99,73%		
	Operação compromissada			0,27%		
	Valores a pagar/receber			0,00%		
Caso o Fundo aplique em cotas	CNPJ Fundo(s)		Classificação Resolução CMN		% do PL	
	1.					

de outros Fundos de Investimento	2.		
	3.		
			
Maiores emissores de títulos de crédito privado em estoque do Fundo	Emissor (CPF/CNPJ)	Tipo de Emissor	% do PL
Carteira do Fundo é aderente à Política de Investimentos estabelecida em seu regulamento e com a classificação na Resolução CMN		Sim	
Prazo médio da carteira de títulos do Fundo (em meses (30) dias)		6,9	
Compatibilidade do Fundo com as obrigações presentes e futuras do RPPS		Compatível	
Nota de Risco de Crédito	Agência de risco		Nota
	Não aplicável		-
Análise conclusiva e comparativa com outros fundos:	O fundo tem desempenho compatível com o seu benchmark		
Comentários Adicionais	Fundo multimercado que mantém estratégia de alocar de 25% a 30% dos seus recursos em renda variável. Por conta disto, o fundo apresenta volatilidade superior aos demais fundos multimercado, sendo indicado para o perfil de investidor agressivo.		

Declaro que tenho conhecimento dos aspectos que caracterizam este Fundo de Investimento, em relação ao conteúdo de seu Regulamento e de fatos relevantes que possam contribuir para seu desempenho, além de sua compatibilidade ao perfil da carteira e à Política de Investimentos do RPPS.

		Data:	
Responsáveis pela Análise:	Cargo	CPF	Assinatura
<i>Marcelo de Sousa</i>	Dir. Adm.	060209763.00	<i>Marcelo</i>
<i>Jonatas de Sousa</i>	Gestor de	048.686.15363	<i>Jonatas</i>
<i>Alencar</i>	Recursos		

ANEXO 1 - ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTO¹

(A ser anexado ao Atestado de Credenciamento da Instituição Administradora e Gestora do Fundo de Investimento e atualizado quando da alocação)

¹ Este formulário tem por objetivo colher informações para a análise do credenciamento de instituições pelos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Não representa garantia ou compromisso de alocação de recursos sob a gestão ou administração da instituição, devendo o RPPS, ao efetuar a aplicação de recursos, certificar-se da observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência e os requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, a aderência à Política Anual de Investimentos e ao perfil das obrigações presentes e futuras do RPPS.

Nome Fundo	CAIXA EXPERT VINCI VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES			CNPJ FUNDO	15.154.441/0001-15
Administrador	Caixa Econômica Federal	Nº Termo Credenciamento		CNPJ ADM	00.360.305/0001-04
Gestor	Caixa DTVM	Nº Termo Credenciamento		CNPJ GES	42.040.639/0001-40
Custodiante	Caixa Econômica Federal			CNPJ CUST	00.360.305/0001-04

Classificação do Fundo Resolução CMN 4.963/2021

	Títulos Públicos - Art. 7º, I, "a"	X	FI de Ações - Geral - Art. 8º, I
	FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, b		ETF - Índice Ações - Art. 8º, II
	ETF - 100% Títulos Públicos - Art. 7º, I, c		Renda Fixa - Dívida Externa - Art. 9º, I
	Operações Compromissadas - Art. 7º, II		Fundo Investimento - Sufixo Investimento no Exterior - Art. 9º, II
	FI Renda Fixa - Geral - Art. 7º, III, a		Fundo de Ações BDR Nível 1 - Art. 9º, III
	ETF - Demais Indicadores de RF - Art. 7º, III, b		FI Multimercado - Aberto - Art. 10º, I
	Ativos Financeiros de RF - Art. 7º, IV		FI em Participações - Art. 10º, II
	FI em Direitos Creditórios - Cota Sênior - Art. 7º, V, a		Ações - Mercado de Acesso - Art. 10º, III
	FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, V, b		FI Imobiliário - Art. 11º
	FI Debêntures de Infraestrutura - Art. 7º, V, c		Empréstimos Consignados - Art. 12º

Identificação dos documentos analisados referentes ao Fundo:	Data do Documento	Página na internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição
1. Questionário ANBIMA de due diligence para contratação de gestor de recursos de terceiros - ANEXO I - Fundos de Investimento	31/12/2021	
2. Regulamento	01/12/2021	
3. Lâmina de Informações essenciais	25/02/2022	
4. Formulário de informações complementares	01/12/2021	
5. Perfil Mensal	25/02/2022	
6. Demonstração de Desempenho	31/12/2021	
7. Relatórios de Rating		
8. Demonstrações Contábeis	29/12/2021	
II.5 - Forma de Distribuição do Fundo (art. 3º, § 2º, II, da Portaria MPS nº 519/2011)		
Nome/Razão Social do distribuidor:		N/A
CPF/CNPJ:		N/A
Informações sobre a Política de Distribuição:		N/A

Resumo das informações do Fundo de Investimento

Data de Constituição:	26/01/2012	Data de Início das Atividades:	23/08/2012
Política de Investimentos do Fundo	Índice de referência/objetivo de rentabilidade		IDIV
	Aplica, no mínimo, 95% dos seus recursos em cotas do CAIXA VINCI VALOR DIVIDENDOS FI AÇÕES, CNPJ: 15.154.458/0001-72.		
Público-alvo do Fundo:	Investidores em geral		
Condições de Investimento (Prazos/ Condições para resgate)	Prazo Duração do Fundo	Indeterminado	
	Prazo de carência	Não há	
	Prazo para conversão de cotas (dias)	D+30 dias úteis	
	Prazo para pagamento dos resgates (dias)	D+32 dias úteis	
	Prazo Total (dias)	D+32 dias úteis	
Condições de Investimento (Custos/Taxas)	Taxa de entrada	Não há	
	Taxa de saída	Não há	
	Taxa de administração	1,72%	
	Taxa de Performance		
	Índice de referência	Frequência	Linha-d'água
Não possui	Não se aplica	Não se aplica	

Aderência do Fundo aos quesitos estabelecidos na Resolução do CMN relativos, dentre outros, aos gestores e administradores do fundo, aos ativos de crédito privado que compõem sua carteira:	Fundo enquadrado na Resolução CMN nº 4.963/2021 e alterações posteriores.
Alterações ocorridas relativas às instituições administradoras e gestoras do fundo:	Alteração do Gestor - De CAIXA / Para CAIXA DTVM em 01/12/2021
Análise de fatos relevantes divulgados:	
Análise da aderência do fundo ao perfil da carteira do RPPS e à sua Política de Investimentos:	
Principais riscos associados ao Fundo:	RISCO DE MERCADO ; RISCO DE CREDITO ; RISCO DE LIQUIDEZ ; RISCO DE DERIVATIVOS ; RISCO DE CONCENTRAÇÃO (Vide Regulamento)

Histórico de Rentabilidade do Fundo:

Ano	Nº de Cotistas	Patrimônio Líquido (PL) (R\$)	Valor da Cota do Fundo (R\$)	Rentabilidade (%)	Variação % do índice de referência	Contribuição em relação ao índice de referência/ ou Desempenho do fundo como % do índice de referência
2021	177	924.501.793,20	1,963227	-10,50%	-6,41%	
2020	160	1.002.176.394,28	2,193542	3,05%	-1,00%	-305,00%
2019	141	842.981.450,04	2,128652	42,07%	45,16%	93,16%
2018	113	449.315.909,25	1,498316	10,75%	15,95%	67,40%
2017	116	382.439.702,61	1,352916	19,71%	25,30%	77,91%

Análise da Carteira do Fundo de Investimento			
Composição da carteira (atual)	Espécie de ativos		% do PL
	Fundos de Investimento		100,06%
	Valores a pagar/receber		-1,01%
Caso o Fundo aplique em cotas de outros Fundos de Investimento	CNPJ desse(s) Fundo(s)	Classificação Resolução CMN	% do PL do Fundo
	1. 15.154.458/0001-72	FI de Ações - Geral - Art. 8º, I	99,74%
	2. 05.164.353/0001-40	FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, b	0,33%
	3.		
	4.		
	5.		
Maiores emissores de títulos de crédito privado em estoque do Fundo	Emissor (CPF/CNPJ)	Tipo de Emissor	% do PL do Fundo
Carteira do Fundo é aderente à Política de Investimentos estabelecida em seu regulamento e com a classificação na Resolução CMN		Sim	
Prazo médio da carteira de títulos do fundo (em meses (30) dias)		12,2	
Compatibilidade do Fundo com as obrigações presentes e futuras do RPPS			
Nota de Risco de Crédito	Agência de risco		Nota
	N/A		N/A
Análise conclusiva e comparativa com outros fundos:			
Comentários Adicionais			

Dedaro que tenho conhecimento dos aspectos que caracterizam este Fundo de Investimento, em relação ao conteúdo de seu Regulamento e de fatos relevantes que possam contribuir para seu desempenho, além de sua compatibilidade ao perfil da carteira e à Política de Investimentos do RPPS.

Responsáveis pela Análise:	Cargo	CPF	Assinatura
Maria Cleide de Sousa	Dir. Adm.	06020976300	Maria Cleide de Sousa
Yandara de Sousa	Gestora de	04808615363	Yandara de Sousa
Alencar	Sousa Alencar		

ANEXO 1 - ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTO¹

(A ser anexado ao Atestado de Credenciamento da Instituição Administradora e Gestora do Fundo de Investimento e atualizado quando da alocação)

¹ Este formulário tem por objetivo colher informações para a análise do credenciamento de instituições pelas Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Não representa garantia ou comprometimento de alocação de recursos sob a gestão ou administração da Instituição, devendo o RPPS, ao efetuar a aplicação de recursos, certificar-se da observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência e os requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, a aderência à Política Anual de Investimentos e ao perfil das obrigações presentes e futuras do RPPS.

Nome Fundo	CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP			CNPJ FUNDO	10.740.658/0001-93
Administrador	Caixa Econômica Federal	Nº Termo Credenciamento		CNPJ ADM	00.360.305/0001-04
Gestor	Caixa DTVM	Nº Termo Credenciamento		CNPJ GES	42.040.639/0001-40
Custodiante	Caixa Econômica Federal			CNPJ CUST	00.360.305/0001-04

Classificação do Fundo Resolução CMN 4.963/2021

	Títulos Públicos - Art. 7º, I, "a"	FI de Ações - Geral - Art. 8º, I
X	FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, b	ETF - Índice Ações - Art. 8º, II
	ETF - 100% Títulos Públicos - Art. 7º, I, c	Renda Fixa - Dívida Externa - Art. 9º, I
	Operações Compromissadas - Art. 7º, II	Fundo Investimento - Sufixo Investimento no Exterior - Art. 9º, II
	FI Renda Fixa - Geral - Art. 7º, III, a	Fundo de Ações BDR Nível 1 - Art. 9º, III
	ETF - Demais Indicadores de RF - Art. 7º, III, b	FI Multimercado - Aberto - Art. 10º, I
	Ativos Financeiros de RF - Art. 7º, IV	FI em Participações - Art. 10º, II
	FI em Direitos Creditórios - Cota Sênior - Art. 7º, V, a	Ações - Mercado de Acesso - Art. 10º, III
	FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, V, b	FI Imobiliário - Art. 11º
	FI Debêntures de Infraestrutura - Art. 7º, V, c	Empréstimos Consignados - Art. 12º

Identificação dos documentos analisados referentes ao Fundo:	Data do Documento	Página na internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição
1. Questionário ANBIMA de due diligence para contratação de gestor de recursos de terceiros - ANEXO I - Fundos de Investimento	31/12/2021	
2. Regulamento	22/11/2021	
3. Lâmina de informações essenciais	25/02/2022	
4. Formulário de informações complementares	03/06/2019	
5. Perfil Mensal	25/02/2022	
6. Demonstração de Desempenho	31/12/2021	
7. Relatórios de Rating		
8. Demonstrações Contábeis	31/03/2022	
II.5 - Forma de Distribuição do Fundo (art. 3º, § 2º, II, da Portaria MPS nº 519/2011)		
Nome/Razão Social do distribuidor:	N/A	
CPF/CNPJ:	N/A	
Informações sobre a Política de Distribuição:	N/A	

Resumo das informações do Fundo de Investimento

Data de Constituição:	03/03/2009	Data de Início das Atividades:	08/03/2010
Política de Investimentos do Fundo	Índice de referência/objetivo de rentabilidade IMA-B		
	Aplica 100% dos seus recursos em títulos do Tesouro Nacional em operações finais e/ou compromissadas tendo como parâmetro de rentabilidade o subíndice IMA-B.		
Público-alvo do Fundo:	Exclusivo previdenciário		
Condições de Investimento (Prazos/ Condições para resgate)	Prazo Duração do Fundo	Indeterminado	
	Prazo de carência	Não há	
	Prazo para conversão de cotas (dias)	D+0 dias úteis	
	Prazo para pagamento dos resgates (dias)	D+0 dias úteis	
	Prazo Total (dias)	0 dias úteis	
Condições de Investimento (Custos/Taxas)	Taxa de entrada	Não há	
	Taxa de saída	Não há	
	Taxa de administração	0,20%	
	Taxa de Performance		
	Índice de referência	Frequência	Linha-d'água
Não possui	Não se aplica	Não se aplica	

Aderência do Fundo aos quesitos estabelecidos na Resolução do CMN relativos, dentre outros, aos gestores e administradores do fundo, aos ativos de crédito privado que compõem sua carteira:	Fundo enquadrado na Resolução CMN nº 4.963/2021 e alterações posteriores.
Alterações ocorridas relativas às instituições administradoras e gestoras do fundo:	Alteração do Gestor - De CAIXA / Para CAIXA DTVM em 22/11/2021
Análise de fatos relevantes divulgados:	
Análise da aderência do fundo ao perfil da carteira do RPPS e à sua Política de Investimentos:	
Principais riscos associados ao Fundo:	RISCO DE MERCADO ; RISCO DE CREDITO ; RISCO DE LIQUIDEZ ; RISCO DE DERIVATIVOS ; RISCO DE CONCENTRAÇÃO (Vide Regulamento)

Histórico de Rentabilidade do Fundo:

Ano	Nº de Cotistas	Patrimônio Líquido (PL) (R\$)	Valor da Cota do Fundo (R\$)	Rentabilidade (%)	Variação % do índice de referência	Contribuição em relação ao índice de referência/ ou Desempenho do fundo como % do índice de referência
2021	840	4.689.992.155,11	3,637518	-1,53%	-1,26%	
2020	899	6.193.173.925,17	3,694048	6,06%	6,41%	94,54%
2019	949	6.698.026.543,95	3,482918	22,59%	22,95%	98,43%
2018	643	3.494.713.719,64	2,841117	12,84%	13,06%	98,32%
2017	722	4.084.421.859,82	2,517896	12,55%	12,79%	98,12%

Análise da Carteira do Fundo de Investimento			
Composição da carteira (atual)	Espécie de ativos		% do PL
	Títulos Federais		97,18%
	Operação compromissada		2,81%
	Valores a pagar/receber		0,01%
	Derivativos		0,00%
Caso o Fundo aplique em cotas de outros Fundos de Investimento	CNPJ desse(s) Fundo(s)	Classificação Resolução CMN	% do PL do Fundo
	1.		
	2.		
	3.		
	4.		
	5.		
Maiores emissores de títulos de crédito privado em estoque do Fundo	Emissor (CPF/CNPJ)	Tipo de Emissor	% do PL do Fundo
Carteira do Fundo é aderente à Política de Investimentos estabelecida em seu regulamento e com a classificação na Resolução CMN		Sim	
Prazo médio da carteira de títulos do fundo (em meses (30) dias)		79,0	
Compatibilidade do Fundo com as obrigações presentes e futuras do RPPS			
Nota de Risco de Crédito	Agência de risco	Nota	
	N/A	N/A	
Análise conclusiva e comparativa com outros fundos:			
Comentários Adicionais			

Dedaro que tenho conhecimento dos aspectos que caracterizam este Fundo de Investimento, em relação ao conteúdo de seu Regulamento e de fatos relevantes que possam contribuir para seu desempenho, além de sua compatibilidade ao perfil da carteira e à Política de Investimentos do RPPS.

Responsáveis pela Análise:	Cargo	CPF	Assinatura
Maria Helena de Jesus Aguiar	Dir. Adm.	060.209.763.00	[Assinatura]
Jordana de Sousa	Gestora de	048.086.153.63	[Assinatura]
Alencar	Recursos		

saldo das aplicações no último dia do mês da posição

3.0.0.0000-1 QUANTO II-LIBERAÇÕES POR FINALIDADE/PRODUTO NO MÊS

3.1.1.0000-3 OPERAÇÕES DE CUSTEIO
valor correspondente à soma das importâncias lançadas nos códigos 3.1.1.0030-2 e 3.1.1.0270-5

3.1.1.0030-2 LIBERAÇÃO/CUSTEIO/ALCOOL
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.1.0045-0 LIBERAÇÃO/CUSTEIO/ARROZ
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.1.0060-1 LIBERAÇÃO/CUSTEIO/BANANA
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.1.0070-4 LIBERAÇÃO/CUSTEIO/BATATA-INGLÊSA
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.1.0085-2 LIBERAÇÃO/CUSTEIO/CAFÉ
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.1.0095-5 LIBERAÇÃO/CUSTEIO/CARNE-DE-ACÚCAR
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.1.0096-2 LIBERAÇÃO/CUSTEIO/CANOLA
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.1.0115-0 LIBERAÇÃO/CUSTEIO/CENOURA
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.1.0125-3 LIBERAÇÃO/CUSTEIO/CEVADA
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.1.0135-2 LIBERAÇÃO/CUSTEIO/FEIJÃO
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.1.0185-1 LIBERAÇÃO/CUSTEIO/GIRASSOL
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.1.0250-6 LIBERAÇÃO/CUSTEIO/MANDIOCA
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.1.0270-2 LIBERAÇÃO/CUSTEIO/MILHO
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.1.0310-3 LIBERAÇÃO/CUSTEIO/SOJA
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.1.0320-6 LIBERAÇÃO/CUSTEIO/TOMATE
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.1.0325-1 LIBERAÇÃO/CUSTEIO/TRIGO
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.1.0326-8 LIBERAÇÃO/CUSTEIO/TRITICALE
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.1.0345-7 LIBERAÇÃO/CUSTEIO/Sementes
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.1.0347-1 LIBERAÇÃO/CUSTEIO/OUTROS CUSTEIOS LÍQUIDOS
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.1.0435-6 LIBERAÇÃO/CUSTEIO/OUTROS CUSTEIOS
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.1.0705-1 LIBERAÇÃO/CUSTEIO/AVICULTURA
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.1.0710-9 LIBERAÇÃO/CUSTEIO/PECUÁRIA DE CORTE
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.1.0715-4 LIBERAÇÃO/CUSTEIO/PECUÁRIA LEITEIRA
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.1.0775-2 LIBERAÇÃO/CUSTEIO/PESCA
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.1.0790-3 LIBERAÇÃO/CUSTEIO/SILVICULTURA
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.1.0901-1 LIBERAÇÃO/CUSTEIO/CULTIVAS COMERCIAIS
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.1.0902-8 LIBERAÇÃO/CUSTEIO/INDÚSTRIA
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.1.0903-1 LIBERAÇÃO/CUSTEIO/REPARO/RECONSTRUÇÃO
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.1.0920-5 LIBERAÇÃO/CUSTEIO/MILHO-AQUIÇÃO
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.2.0000-6 OPERAÇÕES DE INVESTIMENTO
valor correspondente à soma das importâncias lançadas nos códigos 3.1.2.0095-8 e 3.1.2.0901-5

3.1.2.0095-8 LIBERAÇÃO/INVESTIMENTO/RENOVAÇÃO DE LAVOIRAS DE CARNE-DE-ACÚCAR
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.2.0435-9 LIBERAÇÃO/INVESTIMENTO/OUTROS INVESTIMENTOS
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.2.0500-1 LIBERAÇÃO/INVESTIMENTO/ADMINISTRAÇÃO À NÍVEL DE FAZENDA
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.2.0503-2 LIBERAÇÃO/INVESTIMENTO/CONSERVAÇÃO DO SOLO
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.2.0545-8 LIBERAÇÃO/INVESTIMENTO/PROTEÇÃO, CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO SOLO
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.2.0904-5 LIBERAÇÃO/INVESTIMENTO/RELAZAMENTO DEFERIDO
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.3.0000-9 OPERAÇÕES DE COMERCIALIZAÇÃO
valor correspondente à soma das importâncias lançadas nos códigos 3.1.3.1000-6, 3.1.3.2000-3, 3.1.3.3000-0, 3.1.3.4000-7 e 3.1.3.5000-4

3.1.3.1000-6 LIBERAÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO/PRÉ-COMERCIALIZAÇÃO
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.3.2000-3 LIBERAÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO/DESCONTO DE NFA
valor correspondente à soma das importâncias lançadas nos códigos 3.1.3.2030-2 e 3.1.3.2347-1

3.1.3.2030-2 LIBERAÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO/DESCONTO DE NFA/ALCOOL
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.3.2045-0 LIBERAÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO/DESCONTO DE NFA/ARROZ
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.3.2155-5 LIBERAÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO/DESCONTO DE NFA/FEIJÃO
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.3.2250-6 LIBERAÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO/DESCONTO DE NFA/MANDIOCA
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.3.2270-2 LIBERAÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO/DESCONTO DE NFA/MILHO
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.3.2310-3 LIBERAÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO/DESCONTO DE NFA/SOJA
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.3.2325-1 LIBERAÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO/DESCONTO DE NFA/TRIGO
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.3.2326-8 LIBERAÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO/DESCONTO DE NFA/TRITICALE
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.3.2347-1 LIBERAÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO/DESCONTO DE NFA/OUTROS PRODUTOS
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.3.3000-0 LIBERAÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO/DESCONTO DE NFA/SEMENTES
valor correspondente à soma das importâncias lançadas nos códigos 3.1.3.3030-9 e 3.1.3.3347-4

3.1.3.3030-9 LIBERAÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO/DESCONTO DE NFA/SEMENTES
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.3.3045-7 LIBERAÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO/DESCONTO DE NFA/AVICULTURA
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.3.3155-9 LIBERAÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO/DESCONTO DE NFA/PECUÁRIA DE CORTE
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.3.3250-3 LIBERAÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO/DESCONTO DE NFA/PECUÁRIA LEITEIRA
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.3.3270-9 LIBERAÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO/DESCONTO DE NFA/MILHO
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.3.3310-0 LIBERAÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO/DESCONTO DE NFA/SOJA
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.3.3325-8 LIBERAÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO/DESCONTO DE NFA/TRIGO
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.3.3326-5 LIBERAÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO/DESCONTO DE NFA/TRITICALE
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.3.3347-8 LIBERAÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO/DESCONTO DE NFA/OUTROS PRODUTOS
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.3.4000-7 LIBERAÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO/ADIANTAMENTO A COOPERADOS
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

3.1.3.5000-4 LIBERAÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO/OUTRAS APLICAÇÕES DE COMERCIALIZAÇÃO
valor efetivamente liberado aos autôrrios no mês da posição

(Of. nº 54/95)

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS Superintendência de Relações com Investidores

ATO DECLARATÓRIO Nº 3.238, DE 4 DE JANEIRO DE 1995

O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21.07.93, resolveu autorizar VICTÓRIA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., CGC Nº 00.243.507/0001-99, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1989.

ANTONIO CARLOS SOUSA

ATO DECLARATÓRIO Nº 3.239, DE 4 DE JANEIRO DE 1995

O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21.07.93, resolveu autorizar SO BANCO DE INVESTIMENTO S/A, CGC Nº 24.933.800/0001-30 para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1989.

ANTONIO CARLOS SOUSA

ATO DECLARATÓRIO Nº 3.240, DE 4 DE JANEIRO DE 1995

O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21.07.93, resolveu autorizar JOSÉ ERNESTO AZZOLIN PASQUETTO, CPF Nº 07.604.7850-34 para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1989.

ANTONIO CARLOS SOUSA

ATO DECLARATÓRIO Nº 3.241, DE 4 DE JANEIRO DE 1995

O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21.07.93, resolveu autorizar CAIXA ECONOMICA FEDERAL, CGC Nº 00.200.305/0001-04 para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1989.

ANTONIO CARLOS SOUSA

ATO DECLARATÓRIO Nº 3.242, DE 4 DE JANEIRO DE 1995

O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21.07.93, resolveu autorizar ORIVAL CORRETORES DE CAMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., CGC Nº 00.037.519/0001-19 para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1989.

ANTONIO CARLOS SOUSA

ATO DECLARATÓRIO Nº 3.243, DE 4 DE JANEIRO DE 1995

O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21.07.93, resolveu autorizar FAUSTO ALBERTO CAMARGO, CPF Nº 009.180.166/53 para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1989.

ANTONIO CARLOS SOUSA

 [Nova Pesquisa](#)

DADOS CADASTRAIS DE CAIXAS ECONÔMICAS

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Endereço	: SETOR BANCÁRIO SUL QD 4 BL A LOTES 3 E 4
Bairro	: ASA SUL
Cidade	: BRASÍLIA
UF	: DF
CEP	: 70092-900
DDD	: 11
TEL	: 3555-6350
FAX	: 3555-9621
CNPJ	: 00.360.305/0001.04
Data de Registro	: 05/11/2002
Patrimonio Líquido	: 3.891.469.813,73
Data Patrimonio Líquido	: 31/12/2001
Situação	: EM FUNCIONAMENTO NORMAL

[Fale com a CVM](#)

Também cadastrado como:

ADMINISTRADORES DE
FUNDO DE INV.
IMOBILIÁRIOS

CUSTÓDIA DE VALORES
MOBILIÁRIOS

INSTITUIÇÕES
FINANCEIRAS

AUTORIZADAS PELO
BACEN

PREST. SERVIÇOS DE
ADMINISTRAÇÃO DE
CARTEIRAS

ADMINISTRADOR DE
FUNDO FIDC



CERTIDÃO

Certifica-se que, nesta data, o (a) CAIXA ECONOMICA FEDERAL (CNPJ 00.360.305/0001-04) encontra-se na situação **Autorizada em Atividade**, estando habilitada, nos termos da legislação em vigor, a praticar operações permitidas às instituições da espécie, possuindo, também, autorização para operar com crédito rural.

2. Certifica-se, ainda, que, quando da emissão desta certidão, constava em nossos cadastros que a instituição não se encontrava submetida a regime de administração especial temporária, de intervenção ou de liquidação extrajudicial por parte deste Banco Central.

3. Certidão emitida eletronicamente às 10:58:49 do dia 2/8/2019, com base na Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995. Para verificar a autenticidade deste documento acesse o endereço <https://www3.bcb.gov.br/certiaut/validar>.

Código de validação: pQLHq2YKKXQKyQKU58bP

Certidão emitida gratuitamente.



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO-LEI Nº 759, DE 12 DE AGOSTO DE 1969.

Autoriza o Poder Executivo a constituir a empresa pública Caixa Econômica Federal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1969,

DECRETA:

Art 1º Fica o Poder Executivo autorizado a constituir a Caixa Econômica Federal - CEF, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculada ao Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. A CEF terá sede e fóro na Capital da República e jurisdição em todo o território nacional.

Art 2º A CEF terá por finalidade:

- a) receber em depósito sob a garantia da União, economias populares, incentivando os hábitos de poupança;
- b) conceder empréstimos e financiamentos de natureza assistencial, cooperando com as entidades de direito público e privado na solução dos problemas sociais e econômicos;
- c) operar no setor habitacional, como sociedade de crédito imobiliário e principal agente do Banco Nacional de Habitação, com o objetivo de facilitar e promover a aquisição de sua casa própria, especialmente pelas classes de menor renda da população;
- d) explorar, com exclusividade, os serviços da Loteria Federal do Brasil e da Loteria Esportiva Federal nos termos da legislação pertinente;
- e) exercer o monopólio das operações sobre penhores civis, com caráter permanente e da continuidade;
- f) prestar serviços que se adaptem à sua estrutura de natureza financeira, delegados pelo Governo Federal ou por convênio com outras entidades ou empresas.
- g) realizar, no mercado financeiro, como entidade integrante do Sistema Financeiro Nacional, quaisquer outras operações, no plano interno ou externo, podendo estipular cláusulas de correção monetária, observadas as condições normativas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional; [\(Incluído pelo Decreto-Lei nº 1.259, de 1973\)](#)
- h) realizar, no mercado de capitais, para investimento ou revenda, as operações de subscrição, aquisição e distribuição de ações, obrigações e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, observadas as condições normativas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional; [\(Incluído pelo Decreto-Lei nº 1.259, de 1973\)](#)
- i) realizar, na qualidade de Agente do Governo Federal, pôr conta e ordem deste, e sob a supervisão do Conselho Monetário Nacional, quaisquer operações ou serviços nos mercados financeiro e de capitais, que lhe forem delegados, mediante convênio. [\(Incluído pelo Decreto-Lei nº 1.259, de 1973\)](#)

~~Parágrafo único. A CEF poderá, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, realizar quaisquer outras operações no mercado de capital, restrita a subscrição para revenda e a distribuição no mercado de títulos ou valores mobiliários aos papéis emitidos por pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas e sociedades de economia mista. [\(Revogado pelo Decreto-Lei nº 1.259, de 1973\)](#)~~

Art 3º O capital inicial da CFF pertencerá integralmente à União e será constituído pelo total do patrimônio líquido do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais e de todas as Caixas Econômicas Federais ora existentes, devidamente avaliados e cujo montante se estabelecerá através de ato do Ministro da Fazenda.

Art 4º O patrimônio da CEF será constituído pelo acervo de tôdas as Caixas Econômicas Federais e do seu Conselho Superior, incluídos em tal acervo os haveres, direitos, obrigações e ações, bens móveis e documentos e papéis de seu arquivo que lhe serão automaticamente incorporados.

Art 5º O pessoal da CEF será obrigatoriamente admitido mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 1º O regime legal do pessoal da CEF será o da Consolidação das Leis Trabalhistas.

§ 2º Poderão eventualmente ser requisitados pela CEF servidores dos quadros do serviço público federal, das autarquias federais ou das empresas públicas e sociedades de economia mista, exclusivamente para o exercício de funções técnicas, mediante o ressarcimento, pela CEF, aos órgãos de origem ou entidades de origem, dos proventos globais a que fizerem jus os servidores requisitados.

Art 6º Como instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional, a CEF estará sujeita às normas gerais, às decisões e a disciplina normativa estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional e à fiscalização do Banco Central do Brasil.

Art 7º Os recursos das Agências Estaduais da CEF serão aplicados obrigatoriamente nas respectivas jurisdições, de forma proporcional aos depósitos ali captados e aos resultados da venda de bilhetes de loteria no Estado.

Parágrafo único. Tendo em vista a instalação de novas Agências ou Filiais e o desenvolvimento dos negócios da empresa, poderão ser feitas aplicações, até o limite de 10% (dez por cento) das aplicações totais da CEF, em áreas diversas da origem dos depósitos.

Art 8º Os diretores da CEF, respeitados os princípios da legislação em vigor, serão solidariamente responsáveis pelos prejuízos ou danos causados pelo não cumprimento das obrigações ou deveres impostos pela lei ou regulamentos que lhes definam os encargos e atribuições.

Art 9º Os estatutos da CEF, expedidos pelo Ministro da Fazenda e aprovados por Decreto do Presidente da República, estabelecerão a constituição, atribuições e funcionamento dos órgãos que compõem sua estrutura básica.

Parágrafo único. Tanto na elaboração dos estatutos, quanto na plantação da estrutura geral e normas de funcionamento da CEF, serão observadas, entre outras, os seguintes princípios fundamentais:

- I - programação e coordenação das atividades em todos os níveis administrativos;
- II - desconcentração da autoridade executiva, objetivando encurtar os canais processuais e assegurar rapidez à solução das operações;
- III - descentralização e desburocratização dos serviços e operações, eliminando-se as tramitações desnecessárias e os controles supérfluos;
- IV - economia dos gastos administrativos, reduzindo-se as despesas de pessoal ao estritamente necessário;
- V - simplificação das estruturas, evitando-se o excesso de chefias e níveis hierárquicos;
- VI - incentivo ao aumento de produtividade de seus serviços.

Art 10. Os resultados da exploração da Loteria Federal e da Loteria Esportiva Federal que couberem à CEF como executora desses serviços públicos serão destinados ao fortalecimento do patrimônio da empresa, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

§ 1º A CEF terá direito a uma comissão de venda a título de remuneração fixa pelos serviços de distribuição nacional dos bilhetes de loteria, cujo saldo líquido será anualmente levado à conta do Fundo de Reserva, para futuro aproveitamento em aumentos de capital.

§ 2º A CEF contabilizará em separado tôdas as operações relativas à exploração dos serviços da Loteria Federal e da Loteria Esportiva Federal, não podendo os resultados financeiros decorrentes dessa exploração inclusive os referidos no parágrafo anterior, ser consideradas sob forma alguma para o cálculo de gratificações e de quaisquer vantagens devidas a empregados ou administradores.

§ 3º O limite máximo para as despesas efetivas de custeio e manutenção dos serviços lotéricos e para a comissão de venda referida no § 1º assim como as normas sobre a contabilização da renda líquida decorrente da exploração dos mesmos serviços serão estabelecidos em regulamento.

Art 11. Fica vedado às instituições financeiras em geral e a quaisquer outras empresas, ressalvadas as Caixas Econômicas Estaduais já em funcionamento, o uso da denominação "Caixa Econômica".

Art 12. As atuais Caixas Econômicas Estaduais não poderão realizar operações vedadas à CEF.

Art 13. Considerar-se-ão extintos em 31 de dezembro de 1970 o Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais e as Caixas Econômicas Federais dos Estados e no Distrito Federal.

Art 14. Os atuais servidores do Conselho Superior e das Caixas Econômicas Federais serão aproveitados como empregados da CEF, de preferência nas respectivas jurisdições, em conformidade com o que for estabelecido pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Os dispositivos do artigo 461 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, não prevalecerão para efeito de equiparação entre os novos empregados da CEF e os antigos servidores dos órgãos públicos indicados neste artigo.

Art 15. O Poder Executivo poderá baixar os atos que se fizerem necessários a assegurar a continuidade administrativa do Conselho Superior e dos Conselhos Administrativos das Caixas Econômicas Federais, em fase de extinção, bem como antecipar a extinção prevista no artigo 13.

Art 16. Os depósitos judiciais em dinheiro relativos a processos de competência dos juizes federais serão obrigatoriamente feitos na CEF, ficando sujeitos à correção monetária a contar do segundo trimestre civil posterior à data do depósito, ressalvadas as disposições legais que fixem momento anterior para essa correção.

Art 17. Fica constituído a partir da data deste Decreto-lei o Fundo de instalação da CEF, que será administrado e aplicado de acordo com instruções baixadas pelo Ministro da Fazenda.

§ 1º O Fundo a que se refere este artigo receberá, entre outras contribuições, depósitos correspondentes à percentagem que vier a ser fixada em regulamento sobre o preço do plano de cada bilhete de loteria vendido pelas Agências das Caixas Econômicas Federais nos Estados e no Distrito Federal.

§ 2º Os recursos do Fundo criado por este artigo serão aplicados na aquisição ou construção de prédio destinado aos serviços centrais da CEF, bem como para pagamento de serviços e materiais indispensáveis à criação e instalações da empresa.

Art 18. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de agosto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 26.8.1969

Declaração de vínculo de adesão à Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA

A **Caixa Econômica Federal** faz parte do nosso quadro de associados e, até a presente data, segue as regras dos nossos códigos de autorregulação listados abaixo:

- ABVCAP/ANBIMA FIP e FIEE
- Distribuição de Produtos no Varejo
- Ética
- Fundos de Investimento
- Fundos de Investimento – categoria Distribuidor
- Negociação de Instrumentos Financeiros
- Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Val. Mobiliários
- Processos de Regulação e Melhores Práticas
- Programa de Certificação Continuada
- Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais

A ANBIMA, como autorreguladora dos mercados financeiro e de capitais, supervisiona as instituições aderentes aos seus códigos para garantir o cumprimento das regras. Porém, não se responsabiliza sobre a atuação das empresas fora deste âmbito.

A adesão, a partir da data dessa declaração, pode ser verificada em nosso site na internet em http://www.anbima.com.br/pt_br/autorregular/autorregulacao-e-adesao/instituicoes-autorreguladas.htm.

São Paulo, 28 de dezembro de 2018


Eliana Marino
Gerente de Recursos Humanos
Thiago Baptista
Gerente de Controladoria e
Administração

Missão e Valores

Missão

Atuar na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável do País, como instituição financeira, agente de políticas públicas e parceira estratégica do Estado brasileiro.

Valores

- Nosso trabalho é importante para a sociedade
- Temos orgulho de trabalhar na CAIXA
- Juntos podemos mais
- Nossas atividades são pautadas pela ética
- Respeitamos as ideias, as opções e as diferenças de toda a sociedade
- A liderança se faz pelo exemplo
- Somos inovadores no que fazemos

VALORES DO CÓDIGO DE ÉTICA DA CAIXA

RESPEITO

- As pessoas na CAIXA são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade.
- Exigimos de dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.
- Repudiamos todas as atitudes de preconceitos relacionadas à origem, raça, gênero, cor, idade, religião, credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação.
- Respeitamos e valorizamos nossos clientes e seus direitos de consumidores, com a prestação de informações corretas, cumprimento dos prazos acordados e oferecimento de alternativa para satisfação de suas necessidades de negócios com a CAIXA.
- Preservamos a dignidade de dirigentes, empregados e parceiros, em qualquer circunstância, com a determinação de eliminar situações de provocação e constrangimento no ambiente de trabalho que diminuam o seu amor próprio e a sua integridade moral.
- Os nossos patrocínios atentam para o respeito aos costumes, tradições e valores da sociedade, bem como a preservação do meio ambiente.

HONESTIDADE

- No exercício profissional, os interesses da CAIXA estão em 1º lugar nas mentes dos nossos empregados e dirigentes, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros, de forma a resguardar a lisura dos seus processos e de sua imagem.

- Gerimos com honestidade nossos negócios, os recursos da sociedade e dos fundos e programas que administramos, oferecendo oportunidades iguais nas transações e relações de emprego.
- Não admitimos qualquer relacionamento ou prática desleal de comportamento que resulte em conflito de interesses e que estejam em desacordo com o mais alto padrão ético.
- Não admitimos práticas que fragilizem a imagem da CAIXA e comprometam o seu corpo funcional.
- Condenamos atitudes que privilegiem fornecedores e prestadores de serviços, sob qualquer pretexto.
- Condenamos a solicitação de doações, contribuições de bens materiais ou valores a parceiros comerciais ou institucionais em nome da CAIXA, sob qualquer pretexto.

COMPROMISSO

- Os dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA estão comprometidos com a uniformidade de procedimentos e com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais.
- Temos compromisso permanente com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a nossa Instituição.
- Pautamos nosso relacionamento com clientes, fornecedores, correspondentes, coligadas, controladas, patrocinadas, associações e entidades de classe dentro dos princípios deste Código de Ética.
- Temos o compromisso de oferecer produtos e serviços de qualidade que atendam ou superem as expectativas dos nossos clientes.
- Prestamos orientações e informações corretas aos nossos clientes para que tomem decisões conscientes em seus negócios.
- Preservamos o sigilo e a segurança das informações.
- Buscamos a melhoria das condições de segurança e saúde do ambiente de trabalho, preservando a qualidade de vida dos que nele convivem.
- Incentivamos a participação voluntária em atividades sociais destinadas a resgatar a cidadania do povo brasileiro.

TRANSPARÊNCIA

- As relações da CAIXA com os segmentos da sociedade são pautadas no princípio da transparência e na adoção de critérios técnicos.
- Como empresa pública, estamos comprometidos com a prestação de contas de nossas atividades, dos recursos por nós geridos e com a integridade dos nossos controles.
- Aos nossos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia dispensamos tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento dos normativos a que estamos subordinados.

- Oferecemos aos nossos empregados oportunidades de ascensão profissional, com critérios claros e do conhecimento de todos.
- Valorizamos o processo de comunicação interna, disseminando informações relevantes relacionadas aos negócios e às decisões corporativas.

RESPONSABILIDADE

- Devemos pautar nossas ações nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a resguardar a CAIXA de ações e atitudes inadequadas à sua missão e imagem e a não prejudicar ou comprometer dirigentes e empregados, direta ou indiretamente.
- Zelamos pela proteção do patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens, equipamentos e demais recursos colocados à nossa disposição para a gestão eficaz dos nossos negócios.
- Buscamos a preservação ambiental nos projetos dos quais participamos, por entendermos que a vida depende diretamente da qualidade do meio ambiente.
- Garantimos proteção contra qualquer forma de represália ou discriminação profissional a quem denunciar as violações a este Código, como forma de preservar os valores da CAIXA.

DECLARAÇÃO

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, com sede na cidade de Brasília - DF, no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lotes 3/4, por meio da Vice-Presidência de Administração e Gestão de Ativos de Terceiros, sita na Avenida Paulista nº 2.300, 11º andar, São Paulo - SP, CEP 01310-300, doravante designada ADMINISTRADORA, autorizada a exercer a atividade de Administração de Carteira de Valores Mobiliários nos termos do Ato Declaratório nº 3.241, de 05 de janeiro de 1995, declara que:

- a) os regulamentos dos fundos de investimento cujos RPPS estejam incluídos como público-alvo, estão em conformidade com a Resolução CMN nº 3.922/2010, e alterações posteriores, ciente da obrigatoriedade de declarar eventuais ocorrências posteriores.
- b) não possui em seu quadro de empregados menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, consoante o inciso XXXIII, do artigo 70 da Constituição Federal e o que se estabeleceu no artigo 1º, da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.
- c) não se encontra impedida, nem suspensa, nem foi Declarada inidônea para participar de licitações, ou contratar com o Poder Público. Informará, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo ou suspensivo da manutenção do Credenciamento.
- d) possui aptidão técnica para desempenhar as atividades de administração e gestão de fundos de investimentos destinados aos Regimes Próprios de Previdência Social — RPPS.
- e) é possuidora de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselham um relacionamento seguro.
- f) as informações contidas nos documentos apresentados para credenciamento são verdadeiras e autênticas.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2021.

MARIO ERBOLATO NETO
Gerente Nacional S.E.
Matrícula 067.111-9
CNI Investidores Corporativos
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Vice-Presidência de Administração e Gestão de Ativos de Terceiros

RICARDO TROES
Gerente Nacional
Matr.: 068.723-8
CNI Administração Fiduciária
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



Demonstrações Contábeis BrGaap

31 de Dezembro de 2018

ÍNDICE GERAL

Página

Demonstrativos Contábeis	02
Notas Explicativas da Administração	13
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	121
Relatório do Auditor Independente	126
Parecer do Conselho Fiscal	136
Parecer do Conselho da Administração	137

Balanco Patrimonial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	Individual		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017 (Nota 3(n))	31/12/2018	31/12/2017 (Nota 3(n))
CIRCULANTE	551.386.205	577.523.068	552.419.598	578.542.521
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	9.272.424	11.451.832	9.272.455	11.451.854
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	174.659.802	144.232.795	174.659.802	144.232.795
Aplicações no mercado aberto	164.876.464	130.911.089	164.876.464	130.911.089
Aplicações em depósitos interfinanceiros	9.783.495	13.322.183	9.783.495	13.322.183
Provisões para perdas	(157)	(477)	(157)	(477)
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	111.082.578	122.016.771	111.814.359	123.013.495
Carteira própria - livre	27.070.063	33.815.580	27.801.844	34.812.304
Vinculados a compromissos de recompra	77.277.422	83.718.783	77.277.422	83.718.783
Instrumentos financeiros derivativos	609.587	35.581	609.587	35.581
Vinculados ao Banco Central	1.254.771	1.178.579	1.254.771	1.178.579
Vinculados a prestação de garantias	4.870.735	3.268.248	4.870.735	3.268.248
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	101.729.372	127.568.940	101.729.372	127.568.940
Pagamentos e recebimentos a liquidar	26.568	25.515	26.568	25.515
Créditos vinculados - depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	100.173.985	126.690.810	100.173.985	126.690.810
Correspondentes	1.528.839	852.615	1.528.839	852.615
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	62.961	28.068	62.961	28.068
Recursos em trânsito de terceiros	642	326	642	326
Transferências internas de recursos	62.319	27.742	62.319	27.742
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	118.803.716	129.931.721	118.803.716	129.931.721
Setor público	8.374.876	8.044.383	8.374.876	8.044.383
Setor privado	123.649.345	136.716.197	123.649.345	136.716.197
Operações de crédito vinculadas à cessão	1.543.036	1.752.600	1.543.036	1.752.600
Provisão para operações de crédito	(14.763.541)	(16.581.459)	(14.763.541)	(16.581.459)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	26.614.706	34.005.778	26.916.247	34.028.485
Créditos por avais e fianças honrados	27.329	31.336	27.329	31.336
Carteira de câmbio	2.381.808	3.549.748	2.381.808	3.549.748
Rendas a receber	2.242.495	2.275.189	2.488.743	2.294.687
Negociação e intermediação de valores	2.234	813	2.234	813
Créditos específicos	1.061.581	1.001.150	1.061.581	1.001.150
Diversos	21.432.773	27.724.085	21.488.066	27.727.294
Provisão para outros créditos	(533.514)	(576.543)	(533.514)	(576.543)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	9.160.646	8.287.163	9.160.686	8.287.163
Outros valores e bens	11.533.510	7.948.678	11.533.510	7.948.678
Provisões para perdas	(3.113.143)	(272.551)	(3.113.143)	(272.551)
Despesas antecipadas	740.279	611.036	740.319	611.036

Balanco Patrimonial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	Individual		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017 (Nota 3(n))	31/12/2018	31/12/2017 (Nota 3(n))
NÃO CIRCULANTE	713.263.370	683.886.939	711.635.530	682.156.264
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	700.198.945	670.455.883	700.198.945	670.455.883
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	87.984.906	65.121.666	87.984.906	65.121.666
Carteira própria - livre	47.682.792	35.972.597	47.682.792	35.972.597
Vinculados a compromissos de recompra	34.114.752	27.006.500	34.114.752	27.006.500
Instrumentos financeiros derivativos	621.871	961.631	621.871	961.631
Vinculados a prestação de garantias	5.565.491	1.180.938	5.565.491	1.180.938
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	28.394.694	27.919.116	28.394.694	27.919.116
Créditos vinculados - SFH (Nota 7 (b))	28.394.694	27.919.116	28.394.694	27.919.116
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	528.757.168	528.303.295	528.757.168	528.303.295
Setor público	50.727.751	49.600.219	50.727.751	49.600.219
Setor privado	490.931.956	488.681.532	490.931.956	488.681.532
Operações de crédito vinculadas à cessão	8.778.625	10.355.526	8.778.625	10.355.526
Provisão para operações de crédito	(21.681.164)	(20.333.982)	(21.681.164)	(20.333.982)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	55.062.177	49.111.806	55.062.177	49.111.806
Diversos	55.074.115	49.122.461	55.074.115	49.122.461
Provisão para outros créditos	(11.939)	(10.655)	(11.939)	(10.655)
PERMANENTE	13.064.425	13.431.056	11.436.585	11.700.381
INVESTIMENTOS (Nota 11)	7.707.679	7.271.226	6.079.792	5.540.551
Participações em coligadas e controladas:	6.936.086	6.528.097	5.399.492	4.869.969
No país	6.936.086	6.528.097	5.399.492	4.869.969
Outros investimentos	782.681	782.680	782.681	782.680
Provisão para perdas	(11.088)	(39.551)	(102.381)	(112.098)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	2.912.530	3.065.388	2.912.577	3.065.388
Imóveis de uso	2.667.293	2.292.598	2.667.293	2.292.598
Reavaliações de imóveis de uso	689.161	693.987	689.161	693.987
Outras imobilizações de uso	8.159.551	7.776.973	8.159.602	7.776.974
Depreciações acumuladas	(8.603.475)	(7.698.170)	(8.603.479)	(7.698.171)
INTANGÍVEL (Nota 13)	2.444.216	3.094.442	2.444.216	3.094.442
Ativos intangíveis	4.548.250	5.115.260	4.548.250	5.115.260
Amortizações acumuladas	(2.104.034)	(2.020.818)	(2.104.034)	(2.020.818)
TOTAL	1.264.649.575	1.261.410.007	1.264.055.128	1.260.698.785

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanco Patrimonial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Individual		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017 (Nota 3(n))	31/12/2018	31/12/2017 (Nota 3(n))
CIRCULANTE	680.466.507	679.790.867	680.556.584	679.973.805
DEPÓSITOS (Nota 14)	449.089.982	412.992.412	448.984.816	412.992.266
Depósitos à vista	30.445.640	32.398.853	30.445.598	32.398.707
Depósitos de poupança	298.352.534	276.693.320	298.352.534	276.693.320
Depósitos interfinanceiros	361.264	425.953	361.264	425.953
Depósitos a prazo	106.616.942	92.561.172	106.511.818	92.561.172
Depósitos especiais e de fundos e programas	13.313.602	10.913.088	13.313.602	10.913.088
Outros depósitos		26		26
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	145.253.664	140.622.710	145.253.664	140.486.574
Carteira própria	99.051.372	102.057.420	99.051.372	101.921.284
Carteira de terceiros	46.202.292	38.565.290	46.202.292	38.565.290
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	24.816.140	62.515.796	24.816.140	62.515.796
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	19.646.327	62.361.482	19.646.327	62.361.482
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	5.169.813	154.314	5.169.813	154.314
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	8.412.997	80.162	8.412.997	80.162
Recebimentos e pagamentos a liquidar	8.385.786	58.113	8.385.786	58.113
Correspondentes	27.211	22.049	27.211	22.049
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.394.379	1.366.748	1.394.379	1.366.748
Recursos em trânsito de terceiros	953.763	1.260.046	953.763	1.260.046
Transferências internas de recursos	440.616	106.702	440.616	106.702
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	1.245.461	1.507.793	1.245.461	1.507.793
Tesouro Nacional - PIS	157.628	399.970	157.628	399.970
BNDES	731.015	1.024.075	731.015	1.024.075
FGTS	355.200	81.972	355.200	81.972
Outras	1.618	1.776	1.618	1.776
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (h))	381.282	230.448	381.282	230.448
Instrumentos financeiros derivativos	381.282	230.448	381.282	230.448
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	49.872.602	60.474.798	50.067.845	60.794.018
Cobrança e arrecadações de tributos e semelhantes	367.371	416.763	367.371	416.763
Carteira de câmbio	62.909	149.371	62.909	149.371
Sociais e estatutárias	2.550.058	3.685.388	2.551.813	3.686.370
Fiscais e previdenciárias	1.959.769	1.997.470	2.101.419	2.285.716
Negociação e intermediação de valores	9.396	45.770	9.396	45.770
Recursos para destinação específica:	9.141.185	13.766.453	9.141.185	13.766.453
Obrigações de operações com loterias	1.615.888	944.164	1.615.888	944.164
Obrigações por fundos e programas sociais	6.689.352	6.076.527	6.689.352	6.076.527
Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	835.945	6.745.762	835.945	6.745.762
Instrumentos híbridos de capital e dívida	1.594.388	54.115	1.594.388	54.115
Dívidas subordinadas	1.037.859	1.047.814	1.037.859	1.047.814
Diversas	33.149.647	39.311.654	33.201.505	39.341.646

Balanco Patrimonial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Individual		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017 (Nota 3(n))	31/12/2018	31/12/2017 (Nota 3(n))
NÃO CIRCULANTE	543.183.991	548.010.043	502.256.849	510.140.181
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	543.183.991	548.010.043	502.256.849	510.140.181
DEPÓSITOS (Nota 14)	72.437.889	94.127.457	71.753.365	93.233.297
Depósitos interfinanceiros	10.686	151.448	10.686	151.448
Depósitos a prazo	72.427.203	93.976.009	71.742.679	93.081.849
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	12.959.269	8.040.692	12.959.269	8.040.692
Carteira própria	12.959.269	8.040.692	12.959.269	8.040.692
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	45.700.201	65.694.389	45.700.201	65.694.389
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	43.903.878	55.166.852	43.903.878	55.166.852
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	1.796.323	10.527.537	1.796.323	10.527.537
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	2.011.774	2.147.951	2.011.774	2.147.951
Empréstimos no exterior	2.011.774	2.147.951	2.011.774	2.147.951
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	296.982.722	268.046.149	296.982.722	268.046.149
Tesouro Nacional - PIS	211.735		211.735	
BNDES	27.932.554	29.790.078	27.932.554	29.790.078
FGTS	265.838.912	235.538.406	265.838.912	235.538.406
Outras	2.999.521	2.717.665	2.999.521	2.717.665
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (h))	729.964	1.130.727	729.964	1.130.727
Instrumentos financeiros derivativos	729.964	1.130.727	729.964	1.130.727
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 17)	343.558	55.530	343.558	55.530
Repasse do exterior	343.558	55.530	343.558	55.530
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	112.018.614	108.767.148	71.775.996	71.791.446
Fiscais e previdenciárias	117.876	127.958	117.876	127.958
Recursos para destinação específica:	6.205.414	4.083.821	6.205.414	4.083.821
Obrigações por fundos e programas sociais	6.205.414	4.083.821	6.205.414	4.083.821
Instrumentos híbridos de capital e dívida	1.367.351	3.266.583	1.367.351	3.266.583
Dívidas subordinadas	9.310.984	9.695.095	9.310.984	9.695.095
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	66.238.006	61.931.912	25.995.388	24.956.210
Diversas	28.778.983	29.661.779	28.778.983	29.661.779
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	40.999.077	33.609.097	81.241.695	70.584.799
Capital social:	30.193.024	29.630.119	30.193.024	29.630.119
Capital de domiciliados no país	45.000.000	45.000.000	45.000.000	45.000.000
Aumento de capital		4.792.948		4.792.948
Capital a realizar	(14.806.976)	(20.162.829)	(14.806.976)	(20.162.829)
Instrumento elegível ao capital principal			40.242.618	36.975.702
Reserva de reavaliação	336.365	352.348	336.365	352.348
Reservas de lucros	19.633.902	13.923.642	19.633.902	13.923.642
Ajuste de avaliação patrimonial	(9.164.214)	(9.498.258)	(9.164.214)	(9.498.258)
Lucros/Prejuízos Acumulados		(798.754)		(798.754)
TOTAL	1.264.649.575	1.261.410.007	1.264.055.128	1.260.698.785

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Individual			Consolidado		
	2018		2017 (Nota 3 (n))	2018		2017 (Nota 3 (n))
	2º semestre	Exercício		2º semestre	Exercício	
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	55.502.530	111.363.781	62.409.214	55.835.651	111.717.435	62.434.470
Operações de crédito (Nota 8 (e))	39.509.558	78.950.486	42.824.834	39.509.558	78.950.486	42.824.834
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (b) e 6 (d))	13.786.948	25.671.161	16.235.634	14.119.969	26.024.815	16.250.890
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (i))	(1.453.505)	(1.280.828)	(1.082.928)	(1.453.505)	(1.280.828)	(1.082.928)
Resultado de câmbio (Nota 9 (d.1))	208.551	1.056.492	90.200	208.551	1.056.492	90.200
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	3.430.257	6.922.027	4.311.489	3.430.257	6.922.027	4.311.489
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (Nota 8 (f.1))	20.821	44.443	29.985	20.821	44.443	29.985
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(37.686.357)	(75.749.778)	(46.051.337)	(37.653.614)	(75.680.983)	(45.920.559)
Operações de captação no mercado (Notas 14 (b), 15 (b), 16 (b) e 16 (d))	(20.288.620)	(41.989.041)	(28.071.124)	(20.255.986)	(41.920.355)	(27.940.821)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (d))	(9.112.373)	(17.925.771)	(8.439.858)	(9.112.284)	(17.925.682)	(8.439.183)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (Nota 8 (f.2))	(436.685)	(908.856)	(530.952)	(436.685)	(908.856)	(530.952)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (i))	(7.848.679)	(14.926.110)	(9.009.603)	(7.848.679)	(14.926.110)	(9.009.603)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	17.816.273	35.614.003	16.357.877	18.182.037	36.036.452	16.513.911
OUTRAS RECETAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(11.034.066)	(20.643.272)	(5.990.009)	(10.387.168)	(19.110.712)	(5.993.720)
Receitas de prestação de serviços (Nota 21 (a))	10.417.674	20.069.978	9.634.827	10.447.698	20.100.002	9.634.827
Rendidas de tarifas bancárias (Nota 21 (b))	3.377.719	6.749.350	3.176.726	3.377.718	6.749.348	3.176.725
Despesas de pessoal (Nota 22)	(11.195.878)	(21.591.563)	(11.158.608)	(11.218.435)	(21.635.133)	(11.178.955)
Outras despesas administrativas (Nota 23)	(6.309.082)	(11.948.809)	(6.181.359)	(6.325.412)	(11.970.720)	(6.191.197)
Despesas tributárias (Nota 27)	(1.991.418)	(3.987.681)	(1.863.885)	(2.046.627)	(4.079.727)	(1.893.937)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11)	1.079.056	2.012.922	629.390	685.859	1.382.643	468.668
Outras receitas operacionais (Nota 24)	4.205.306	7.782.875	11.147.107	4.557.942	8.505.144	11.348.285
Outras despesas operacionais (Nota 25)	(10.617.443)	(19.730.344)	(11.374.206)	(9.865.911)	(18.162.269)	(11.358.136)
RESULTADO OPERACIONAL	6.782.207	14.970.731	10.367.868	7.794.869	16.925.740	10.520.191
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 26)	(2.614.553)	(3.361.586)	(389.513)	(2.614.553)	(3.361.586)	(389.513)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	4.167.654	11.609.145	9.978.355	5.180.316	13.564.154	10.130.678
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (a))	(756.742)	(1.361.928)	(608.139)	(996.185)	(1.720.799)	(705.490)
Tributos correntes	(332.943)	(2.461.371)	738.069	(550.705)	(2.798.498)	640.683
Ativo fiscal diferido	(124.068)	603.021	(1.307.040)	(877.485)	607.031	(1.307.005)
Passivo fiscal diferido	(299.731)	496.422	(39.168)	(325.485)	470.668	(39.168)
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	(482.613)	(1.486.261)	(1.010.613)	(483.824)	(1.488.024)	(1.011.471)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	2.928.299	8.760.956	8.359.603	3.700.307	10.355.331	8.413.717
12.488.061						

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

INDIVIDUAL								
EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL	
			LEGAL	ESTATUTÁRIAS				
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Nota 3(n))	24.837.171	379.098	2.802.528	6.272.182	(7.111.035)	(770.696)	26.409.248 (2.387.223)	
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL								
AUMENTO DE CAPITAL	4.792.948		(1.401.264)	(3.391.684)		-	-	
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO		(6.143)				(6.143)	(6.143)	
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO						(16.014)	(16.014)	
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(20.607)				14.983	(5.614)	
OUTROS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS						75	75	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						12.433.401	12.433.401	
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			623.073			(623.073)		
Reserva de Jínterias (Reservas de Lucros)				562.905		(562.905)		
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)				8.455.902		(8.455.902)		
Juros sobre o capital próprio propostos						(2.294.881)	(2.294.881)	
Dividendos propostos						(523.752)	(523.752)	
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Nota 3(n))	29.630.119	352.348	2.024.337	11.899.305	(9.488.258)	(798.754)	33.609.097 334.044	
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL								
AUMENTO DE CAPITAL	562.905					(562.905)		
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO		10.082					10.082	
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO						(8.905)	(8.905)	
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(24.533)				24.533		
AJUSTE DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO		(1.532)					(1.532)	
OUTROS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS						(949)	(949)	
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (NE 3(n))						55.556	55.556	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						8.760.956	8.760.956	
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			438.048			(438.048)		
Reserva de Jínterias (Reservas de Lucros)				(5.604)		5.604		
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)				5.277.816		(5.277.816)		
Juros sobre o capital próprio propostos						(1.740.942)	(1.740.942)	
Dividendos propostos						(18.330)	(18.330)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	30.193.024	336.365	2.462.385	17.171.517	(9.164.214)	0	40.999.077	

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 (Nota 3(n))	24.837.171	364.105	3.006.218	8.520.858	(8.439.954)	2.612.740	28.901.138
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL					(1.058.304)		(1.058.304)
AUMENTO DE CAPITAL	4.792.948						
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO		(6.143)	(1.401.204)	(3.391.684)			(5.143)
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO						(11.198)	(11.198)
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(5.614)				(5.614)	(5.614)
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (NE 3(n))						(770.696)	(770.696)
OUTROS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS						75	75
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						8.359.603	8.359.603
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			419.383			(419.383)	
Reserva de Jovens (Reservas de Lucros)				314.229		(314.229)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)				8.455.902		(8.455.902)	
Juros sobre o capital próprio propostos						(1.276.012)	(1.276.012)
Dividendos propostos						(523.752)	(523.752)
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Nota 3(n))	29.630.119	352.348	2.024.337	11.899.305	(9.498.258)	(798.754)	33.609.097

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	29.630.119	345.933	2.315.970	12.157.130	(8.200.875)	3.222.873	39.381.150
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL					(873.339)		(873.339)
AUMENTO DE CAPITAL	562.905					(562.905)	
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO		4.802					4.802
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO						(3.371)	(3.371)
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(12.838)				12.838	
AJUSTE DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO		(1.532)					(1.532)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						2.928.269	2.928.269
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			146.415			(146.415)	
Reserva de Jovens (Reservas de Lucros)				(263.429)		263.429	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)				5.277.816		(5.277.816)	
Juros sobre o capital próprio propostos						(433.889)	(433.889)
Dividendos propostos						(3.043)	(3.043)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	30.193.024	336.365	2.462.385	17.171.517	(9.164.214)	0	40.999.077

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO									
EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELIGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL	
				LEGAL	ESTATUTÁRIAS				
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Nota 3(n))	24.837.171	36.453.645	379.098	2.802.528	6.272.182	(7.111.035)	(770.696)	62.862.893	
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						(2.387.223)			
AUMENTO DE CAPITAL	4.792.948				(3.391.684)				
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO			(6.143)				(16.013)	(6.143)	
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO							14.993	(5.014)	
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(20.607)				75	75	
OUTROS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS									
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE INCD		522.057						522.057	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO									
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				623.073			(623.073)		
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)					562.905		(562.905)		
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)					8.455.902		(8.455.902)		
Juros sobre o capital próprio propostos							(2.294.881)	(2.294.881)	
Dividendos propostos							(523.752)	(523.752)	
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(54.661)	(54.661)	
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Nota 3(n))	29.630.119	36.975.702	352.348	2.024.337	11.899.305	(9.498.258)	(798.754)	70.584.799	
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						334.044		334.044	
AUMENTO DE CAPITAL	562.905						(562.905)		
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO			10.082					10.082	
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO							(8.907)	(8.907)	
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(24.533)				24.533		
AJUSTE DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO			(1.532)					(1.532)	
OUTROS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS							(949)	(949)	
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (NE 3(n))							55.556	55.556	
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE INCD		3.266.916						3.266.916	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							10.355.331	10.355.331	
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				438.048			(438.048)		
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)					(5.604)		5.604		
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)					5.277.816		(5.277.816)		
Juros sobre o capital próprio propostos							(1.740.942)	(1.740.942)	
Dividendos propostos							(18.330)	(18.330)	
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(1.594.373)	(1.594.373)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	30.193.024	40.242.618	336.305	2.462.385	17.171.517	(9.164.214)	0	81.241.695	

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE REVALUAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
				LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 (Nota 3(n))	24.837.171	36.975.702	364.105	3.006.218	6.520.859	(8.439.954)	2.612.740	65.876.840
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						(1.058.304)		(1.058.304)
AUMENTO DE CAPITAL	4.792.948							
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REVALUAÇÃO			(6.143)	(1.401.264)	(3.391.584)		(6.143)	(6.143)
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REVALUAÇÃO							(11.197)	(11.197)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(5.614)				(5.614)	(5.614)
OUTROS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS							75	75
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (NE 3(n))							(770.696)	(770.696)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							8.413.717	8.413.717
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				419.383			(419.383)	
Reserva de Juntas (Reservas de Lucros)					314.229		(314.229)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)					8.455.902		(8.455.902)	
Juros sobre o capital próprio propostos							(1.276.012)	(1.276.012)
Dividendos propostos							(523.752)	(523.752)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(54.115)	(54.115)
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	29.630.119	36.975.702	352.346	2.024.337	11.899.305	(9.498.258)	(798.754)	70.584.799

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE REVALUAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
				LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	29.630.119	40.242.618	345.933	2.315.976	12.157.130	(8.290.875)	3.222.873	79.623.768
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						(873.339)		(873.339)
AUMENTO DE CAPITAL	502.905						(562.905)	
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REVALUAÇÃO			4.802				4.802	4.802
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REVALUAÇÃO			(12.838)				(3.373)	(3.373)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(1.532)				12.838	
AJUSTE DA RESERVA DE REVALUAÇÃO								
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							3.700.307	3.700.307
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				146.415			(146.415)	
Reserva de Juntas (Reservas de Lucros)					(263.429)		263.429	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)					5.277.818		(5.277.818)	
Juros sobre o capital próprio propostos							(433.889)	(433.889)
Dividendos propostos							(3.043)	(3.043)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(772.006)	(772.006)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	30.193.024	40.242.618	336.365	2.462.385	17.171.517	(9.164.214)	0	81.241.695

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DESCRIÇÃO	INDIVIDUAL				CONSOLIDADO			
	2018		2017 (Nota 3(n))		2018		2017 (Nota 3(n))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS								
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	13.633.677	28.860.216	23.820.296	37.371.949	13.694.878	28.833.782	23.893.695	37.432.991
Lucro Líquido	2.928.299	8.760.956	8.359.503	12.433.401	3.700.307	10.355.331	8.413.717	12.488.051
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/Pa	10.705.378	20.099.260	15.460.583	24.937.548	9.094.571	18.478.451	15.479.978	24.944.840
(Ganho)/Perda em Investimentos	(672.806)	(1.440.760)	(282.867)	(2.482.572)	(872.806)	(1.440.760)	(282.867)	(2.482.572)
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	672.895	1.532.035	187.400	712.678	264.608	898.358	100.114	413.718
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	358	444	1.133	1.123	358	444	1.133	1.123
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	86.500	192.994	143.060	202.850	86.500	192.994	143.079	202.849
Ativo/Passivo Avaliado (Benefícios a empregados)	7.848.679	14.926.110	9.009.503	19.256.576	7.848.679	14.926.110	9.009.503	19.256.576
Depreciações e Amortizações	864.800	1.556.718	1.276.708	2.393.729	864.800	1.556.718	1.276.708	2.393.729
Impostos Diferidos	912.036	1.802.776	948.018	1.857.032	912.036	1.802.776	948.018	1.857.032
Despesas com provisões para causas judiciais	369.190	(1.154.052)	1.346.208	(568.863)	445.480	(1.077.699)	1.346.173	(568.897)
Resultado de Participação em Coligadas	525.683	1.290.614	891.219	1.366.916	525.683	1.290.614	891.219	1.366.916
Despesas com Dúvidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	(1.079.056)	(2.012.922)	(629.390)	(1.140.503)	(685.859)	(1.382.643)	(468.858)	(780.255)
	1.377.099	2.963.313	2.569.381	3.339.282	605.092	1.368.839	2.515.266	3.284.521
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(8.649.452)	23.087.590	(16.665.743)	(35.857.327)	(9.245.841)	22.384.814	(16.881.259)	(36.006.344)
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.135.217	(8.952.897)	1.599.444	3.679.920	3.135.217	(8.952.897)	1.599.444	3.679.920
(Aumento) Redução em TVM para negociação	5.082.455	18.639.054	8.778.896	1.753.151	4.818.127	18.174.726	8.513.384	1.487.819
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Bra	2.581.108	26.516.845	1.059.540	(7.032.034)	2.581.108	26.516.845	1.059.540	(7.032.034)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	6.098.648	7.179.980	384.391	(297.481)	6.098.648	7.179.980	384.391	(297.481)
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	610.415	(7.262)	732.883	120.492	610.415	(7.262)	732.883	120.492
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(5.482.372)	(4.035.336)	1.117.940	(15.998.724)	(5.482.372)	(4.035.336)	1.117.940	(15.998.724)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(1.373.552)	2.378.111	(2.254.957)	(3.747.401)	(1.681.124)	2.022.324	(2.200.588)	(3.840.281)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(89.311)	(1.066.477)	(1.876.964)	(3.306.794)	(99.230)	(1.596.517)	(1.875.933)	(3.306.793)
(Redução) Aumento em Depósitos	10.011.480	14.408.002	(21.814.276)	(5.878.356)	10.215.760	14.512.218	(21.806.718)	(5.964.948)
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	7.951.079	9.549.531	2.511.539	(10.882.347)	7.951.079	9.549.531	2.499.822	(10.900.731)
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	(34.367.873)	(57.893.844)	(17.108.982)	(25.884.244)	(34.367.873)	(57.893.844)	(17.108.982)	(25.884.244)
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	(122.859)	(249.929)	(375.203)	(441.600)	(122.859)	(249.929)	(375.203)	(441.600)
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	12.517.685	28.826.092	14.766.824	27.311.256	12.517.685	28.826.092	14.766.824	27.311.256
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	(17.350.577)	(15.388.375)	(4.727.733)	3.701.598	(17.378.927)	(15.512.348)	(4.727.728)	3.715.788
Imposto de renda e contribuição social pagos	1.257.305	2.984.095	540.095	1.145.237	1.257.305	2.984.095	540.095	1.145.237
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.884.225	51.847.896	7.154.553	1.513.722	4.449.037	51.216.596	7.012.436	1.426.557
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS								
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	(27.560.387)	(28.585.967)	(11.217.321)	(16.873.3e1)	(27.068.761)	(27.556.897)	(11.075.181)	(16.588.194)
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	2.280.884	(207.329)	(859.378)	8.402.672	2.280.884	(207.329)	(859.378)	8.402.672
Alienação de Imobilizado de Uso	39.351	64.365	66.882	60.435	39.351	64.365	66.882	60.435
Alienação de Imobilizado de Uso	(501.106)	(832.417)	(517.212)	(881.553)	(501.157)	(832.468)	(517.212)	(881.553)
Alienação de Intangível	65.334	67.124	183.107	479.758	65.334	67.124	183.106	479.757
Aquisição de Intangível	(171.258)	(299.208)	(843.895)	(1.061.957)	(171.258)	(299.208)	(843.895)	(1.061.957)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(25.867.782)	(29.793.432)	(13.207.567)	(9.454.929)	(25.355.687)	(29.064.213)	(13.065.429)	(9.366.640)
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS								
Dividendos pagos antecipadamente			(73.130)	(73.130)			(73.130)	(73.130)
Dividendos/Juros sobre o capital próprio pagos		(2.804.317)				(2.804.317)		
Remuneração IJCD pago		(55.355)		(460.789)		(55.355)		(460.789)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(2.859.672)		(533.919)		(2,859.672)		(533.919)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(20.883.557)	19.294.792	(6,126.144)	(8,474.214)	(20,906.570)	19,294,711	(6,126,122)	(8,474,193)
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA								
Caixa e Equivalentes no início do período	182.541.179	142.362.920	148.489.054	150.837.134	182.544.223	142.362.942	148.489.054	150.837.135
Caixa e Equivalentes no fim do período	161.657.622	161.657.622	142.362.920	142.362.920	161.657.653	161.657.653	142.362.942	142.362.942
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(20,883,557)	19,294,792	(6,126,144)	(8,474,214)	(20,906,570)	19,294,711	(6,126,122)	(8,474,193)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DESCRIÇÃO	INDIVIDUAL						CONSOLIDADO						
	2018			2017 (Nota 3/n)			2018			2017 (Nota 3/n)			
	2º semestre		Exercício	2º semestre		Exercício	2º semestre		Exercício	2º semestre		Exercício	
	R\$	%		R\$	%		R\$	%		R\$	%		
1. RECEITAS	83.040.097		127.678.286	62.409.214		153.587.846	76.988.758		128.784.233	77.195.191		153.880.365	
Intermediação financeira	55.502.630		111.363.781	52.409.214		133.362.447	55.835.651		111.717.435	62.434.470		133.400.619	
Prestação de serviços com tarifas	13.795.393		26.819.328	12.811.553		25.041.084	13.825.418		26.849.250	12.811.552		25.041.082	
Provisão para devedores duvidosos - constituição	(7.848.676)		(14.926.110)	(9.000.603)		(19.256.576)	(7.848.676)		(14.926.110)	(9.000.603)		(19.256.576)	
Outras	1.590.753		4.421.289	10.757.594		14.220.891	1.943.389		5.143.558	10.958.772		14.895.240	
2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	29.837.678		60.823.866	37.041.734		83.128.014	28.804.935		60.754.873	36.910.956		82.934.728	
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	15.275.062		28.394.727	15.895.778		28.079.652	14.539.812		26.847.910	15.849.546		28.083.128	
Materiais, energia e outros	1.318.429		2.588.064	1.305.681		2.529.488	1.321.111		2.591.679	1.306.601		2.531.490	
Processamento de dados e comunicações	1.161.607		2.135.371	1.043.480		2.057.550	1.161.607		2.135.371	1.043.480		2.057.550	
Propaganda, publicidade e promoções	488.987		682.523	442.088		668.412	468.987		662.523	442.088		668.412	
Serviços de terceiros e especializados	1.258.698		2.389.866	1.227.650		1.227.655	1.227.650		2.407.242	1.236.451		2.431.876	
Serviços de vigilância e segurança	449.898		888.759	462.673		902.840	449.845		888.826	462.700		902.892	
Outras	10.817.443		19.730.344	11.374.208		19.499.707	9.885.911		16.162.289	11.358.136		19.490.908	
- Serviços delegados pelo Governo Federal	809.553		1.447.751	1.149.436		2.248.077	809.553		1.447.751	1.149.436		2.248.077	
- Despesa com insumos e parcelas comerciais	1.781.405		3.217.137	1.339.332		2.561.296	1.781.405		3.217.137	1.339.332		2.561.296	
- Descontos de operações de crédito	282.652		704.838	281.497		596.756	282.652		704.838	281.497		596.756	
- Despesas com cartão de crédito/débito	536.967		1.030.344	491.167		922.094	536.967		1.030.344	491.167		922.094	
- Benefício pós-emprego	864.600		1.889.718	1.276.709		2.393.730	864.600		1.889.718	1.276.709		2.393.730	
- Provisões operacionais diversas	3.066.808		4.733.596	2.208.628		4.560.807	3.066.808		4.733.596	2.208.628		4.560.267	
- Demais	3.305.158		6.697.960	4.527.449		6.219.947	2.553.626		5.129.895	4.811.379		6.209.688	
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	17.827.357		38.459.893	24.071.246		42.160.180	19.411.030		41.181.450	24.434.889		42.882.509	
5. RETENÇÕES	912.036		1.802.776	948.018		1.857.032	912.036		1.802.776	948.018		1.857.032	
Depreciação, amortização e exaustão	912.036		1.802.776	948.018		1.857.032	912.036		1.802.776	948.018		1.857.032	
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	17.015.321		36.657.117	23.123.228		40.303.148	18.498.992		39.378.672	23.486.871		41.025.477	
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.079.856		2.012.922	629.390		1.140.503	685.859		1.382.843	468.668		780.255	
Resultado de equivalência patrimonial	1.079.856		2.012.922	629.390		1.140.503	685.859		1.382.843	468.668		780.255	
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	18.094.377		38.670.039	23.752.618		41.443.651	19.184.851		40.761.515	23.955.539		41.785.732	
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	18.094.377	100,00	38.670.039	23.752.618	100,00	41.443.651	100,00	40.761.515	100,00	41.785.732	100,00	41.785.732	
Pessoal	10.204.677	56,40	20.228.781	52,31	10.768.846	45,34	21.037.087	50,76	20.267.158	49,72	10.786.939	45,03	21.059.181
- Remuneração direta	7.582.318		15.238.133	8,311.548		16.185.893	7.588.933		15.268.727	8,326.925		16.204.955	
- Benefícios	2.134.297		4.054.146	1,990.889		3.918.370	2.136.997		4.060.285	1,992.405		3.970.086	
- FGTS	488.362		958.502	466.609		932.914	480.025		940.146	467.609		934.140	
Impostos, taxas e contribuições	4.221.674	23,33	8.198.652	21,20	3.872.400	16,30	6.452.983	15,57	6.656.525	21,24	4.002.914	16,71	6.718.290
- Federais	3.810.362		7.325.417	3,473.192		5.601.550	4.117.805		7.783.291	3,603.705		5.868.861	
- Estaduais	375		1.194	523		1.037	375		1.194	523		1.037	
- Municipais	401.837		872.041	388.885		850.376	401.836		872.040	388.686		850.402	
Remuneração de capitais de terceiros	739.427	4,09	1.481.650	3,83	751.769	3,16	1.520.200	3,67	1.482.301	3,64	751.769	3,14	1.520.200
- Agência	739.427		1.481.650	751.769		1.520.200	739.473		1.482.301	751.769		1.520.200	
Remuneração de capitais próprios	433.888	2,40	1.740.942	4,50	1.276.012	5,37	2.284.881	5,54	1.205.887	6,28	3.335.317	5,55	2.348.542
- Juros sobre o capital próprio e dividendos	433.889		1.740.942	1.276.012		2.284.881	433.889		1.740.942	1.276.012		2.284.881	
- Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis e capital							772.008		1.594.375	64.115		54.561	
Lucros retidos	2.494.410	13,78	7.020.014	18,15	7.083.591	29,82	10.138.520	24,46	7.020.014	17,22	7.083.590	29,57	10.138.519
													24,26

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice das Notas Explicativas	Página
Nota 1 – Contexto operacional.....	14
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis.....	16
Nota 3 – Principais práticas contábeis	17
Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa	29
Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	29
Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	31
Nota 7 – Relações interfinanceiras.....	46
Nota 8 – Carteira de crédito	48
Nota 9 – Outros créditos.....	55
Nota 10 – Outros valores e bens.....	58
Nota 11 – Investimentos	59
Nota 12 – Imobilizado de uso	61
Nota 13 – Intangível.....	63
Nota 14 – Depósitos	64
Nota 15 – Captações no mercado aberto	67
Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos	68
Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses	70
Nota 18 – Outras obrigações.....	71
Nota 19 – Patrimônio líquido	77
Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).....	79
Nota 21 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	82
Nota 22 – Despesas com pessoal.....	83
Nota 23 – Outras despesas administrativas.....	84
Nota 24 – Outras receitas operacionais	85
Nota 25 – Outras despesas operacionais	86
Nota 26 – Resultado não operacional	88
Nota 27 – Despesas tributárias	89
Nota 28 – Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias	89
Nota 29 – Benefícios a empregados	94
Nota 30 – Partes relacionadas	110
Nota 31 – Gerenciamento de riscos e de capital	117
Nota 32 – Outras informações.....	118
Nota 33 - Eventos subsequentes	119

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal é uma instituição financeira com mais de 150 anos, constituída por meio do Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal. Em conformidade com o art. 173 da Constituição Federal e com o art. 2º, §1º da Lei 13.303, de 30/06/2016, sua constituição como empresa pública é justificada pelo relevante interesse coletivo marcado pela promoção da cidadania e do desenvolvimento do país, seja como instituição financeira ou agente de políticas públicas e principal parceira estratégica do Estado brasileiro.

A Instituição oferece aos seus clientes rede de atendimento de 54,9 mil pontos em todo o território nacional. São 4,2 mil agências e postos de atendimento, 29,2 mil máquinas nos postos e salas de autoatendimento, 8,5 mil correspondentes CAIXA Aqui, 13,0 mil unidades lotéricas e 8 unidades-caminhão. Além disso, mantém canais eletrônicos e digitais para ampliar o atendimento e a comodidade de seus clientes e, reforçando o seu compromisso com a inclusão bancária, conta com 3 agências-barco, levando desenvolvimento e cidadania às populações ribeirinhas. No exterior, opera por meio de escritório de representação nos Estados Unidos.

Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação, em especial da poupança, e aplicação de recursos em diversas operações das carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários, dos negócios com cartões de débito e crédito, da administração de fundos e carteiras de investimento e das atividades relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários. Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios por intermédio da sua subsidiária CAIXA Seguridade S.A.

Como forma de financiamento de longo prazo de suas operações, a CAIXA emite títulos de dívida no mercado internacional por meio de Notas Sênior e de Bônus Subordinados elegíveis a compor o Capital de Nível II sob as regras de Basileia III.

Por determinação do Governo Federal, a CAIXA administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. As Loterias CAIXA constituem uma importante fonte de recursos para o desenvolvimento social do país e até dezembro arrecadaram R\$ 13,9 bilhões, dos quais R\$ 5,2 bilhões foram transferidos aos programas sociais do Governo Federal, nas áreas de seguridade social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde.

Lidera o mercado de crédito habitacional com saldo da carteira de R\$ 444,7 bilhões, e atua como principal agente financeiro do programa Minha Casa Minha Vida.

A Caixa possui tradição e liderança no mercado de Poupança, importante fonte de recursos para o crédito imobiliário e para formação de patrimônio da população brasileira, em dezembro as 78,0 milhões de cadernetas mantidas na CAIXA atingiram saldo de R\$ 298,4 bilhões.

A Instituição proporciona importantes avanços no desenvolvimento econômico do País nos segmentos de crédito destinados ao Saneamento e Infraestrutura, que alcançaram saldo de R\$ 84,3 bilhões em dezembro. Incentiva o desenvolvimento sustentável local e melhoria de vida dos produtores rurais através do crédito rural que registrou, em dezembro, saldo de R\$ 7,5 bilhões.

Como principal parceiro do Governo Federal na execução dos programas sociais, a CAIXA contribui ativamente para a erradicação da pobreza e para a melhoria da distribuição de renda da população brasileira. A Instituição atua no pagamento do Programa Bolsa Família que é fundamental para a redução da mortalidade infantil e da evasão escolar, além de operacionalizar o Seguro Desemprego, FGTS, Abono Salarial, PIS e aposentadoria e pensões-INSS.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No quadro a seguir, é demonstrada a quantidade de benefícios pagos no período, bem como o montante repassado aos beneficiários dos programas:

Programa Social	31/12/2018		31/12/2017	
	Quantidade milhares	Valor	Quantidade milhares	Valor
FGTS	35.877	107.542.786	160.930	166.904.878
Bolsa Família	158.821	29.169.488	153.755	27.773.061
Seguro Desemprego, Abono Salarial, PIS e outros benefícios voltados ao trabalhador	67.304	65.627.935	59.620	1.941.316
Total	262.002	202.340.209	374.305	196.619.255

Por delegação do Governo Federal, a CAIXA exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), sendo o principal agente financeiro, do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), do Programa de Integração Social (PIS), do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), entre outros. Os fundos são entidades jurídicas independentes, geridas por regulamentação e estrutura de governança específica e contabilidade própria, não gerando efeitos no balanço da CAIXA. Por conseguinte, a informação apresentada não é auditada pela auditoria independente.

Principais Fundos e Programas Sociais:

Descrição	31/12/2018 (1)	31/12/2017
FGTS	524.296.266	489.114.370
PIS	18.256.079	31.240.929
FAR	37.582.065	39.844.589
FCVS	14.386.156	13.800.682
FDS	3.403.387	3.011.455
FGCN	49.166	50.440
FGHAB	2.124.039	1.868.767
FGS	2.651.244	1.901.419
Outros	23.683	25.252
Total	602.772.085	580.857.903

(1) Posição dos recursos em 30/11/2018 de acordo com o Balanço dos Fundos.

A CAIXA investe em projetos que visam estimular a prática desportiva e inclusão social de crianças e adolescentes através do esporte e das atividades artístico-culturais e patrocina várias modalidades como o Atletismo, Ginástica, Basquete, Futebol, esportes Olímpicos e Paralímpicos. Reforçando o seu compromisso em ser um banco para todos os brasileiros, promove a acessibilidade em LIBRAS em seus canais digitais e físicos, possuindo profissionais treinados para prestar esse tipo de atendimento inclusivo.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis**a) Contexto**

As demonstrações contábeis individuais (INDIVIDUAL) e consolidadas (CONSOLIDADO) da CAIXA são de responsabilidade da Administração.

As demonstrações contábeis de 31/12/2018 foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 26/03/2019 e pelo Conselho de Administração em 27/03/2019.

b) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da CAIXA foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor de mercado.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ativos fiscais diferidos; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; a perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros; aos planos de previdência complementar; a ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas, e somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

c) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a CAIXA e suas subsidiárias CAIXAPAR, CAIXA Instantânea e CAIXA Seguridade e foram elaboradas considerando a eliminação dos saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR, da CAIXA Instantânea, da CAIXA Seguridade e da CAIXA são preparadas utilizando práticas contábeis consistentes. As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

O resultado das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação na investida. O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura. Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

As principais empresas que o conglomerado CAIXA detém participação direta ou indireta e que estão incluídas nas demonstrações consolidadas são apresentadas nas Notas 11 e 30.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Em razão das notícias divulgadas na imprensa a partir de 2015, em conexão com a operação "A Origem" e, a partir de 2017, em conexão com as operações "Cui Bono?", "Sepsis" e "Patmos", deflagradas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, a Administração da CAIXA adotou ações acautelatórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos, e os eventuais impactos sobre os controles internos e as demonstrações contábeis da CAIXA, por parte de seus empregados, administradores e fornecedores e passou a colaborar ativamente com as autoridades públicas responsáveis por aquelas investigações.

Adicionalmente, em agosto de 2017, o Conselho de Administração da CAIXA decidiu contratar uma investigação independente, conduzida por escritório de advocacia com reconhecida capacidade na matéria e com apoio de outros especialistas externos e supervisionada por um Comitê Independente com a finalidade de garantir que os trabalhos fossem desenvolvidos sem quaisquer interferências indevidas.

A primeira fase da investigação independente gerou diversas recomendações que foram adotadas ou estão em processo de adoção pela CAIXA, com destaque para as alterações estatutárias aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 19/01/2018, que incluíram um novo processo para escolha e nomeação de Vice-presidentes bem como a inclusão de membros independentes no Conselho de Administração. Essa investigação independente não indicou, até o momento, a existência de qualquer evento capaz de gerar impacto material nas demonstrações contábeis.

Uma investigação independente está em andamento, sendo conduzida por escritório de advocacia com reconhecida capacidade na matéria e supervisionada pelo Comitê Independente. A CAIXA continuará acompanhando e apoiando os processos de investigação das autoridades competentes até a sua conclusão e avaliando, sistematicamente, qualquer nova informação que possa demandar providências adicionais.

Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada entidade do grupo são mensurados com a mesma moeda funcional.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do balanço patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração do seu fato gerador, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Caixa e equivalentes de caixa

O montante da disponibilidade em moeda nacional é apresentado pelo seu valor de face, enquanto os valores em moeda estrangeira são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis.

Os equivalentes de caixa (aplicações interfinanceiras de liquidez) caracterizam-se por sua alta liquidez. Possuem prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e apresentam risco insignificante de mudança no valor justo.

A composição de caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota 5.

(e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para composição de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001, e são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção da Administração:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** são instrumentos mantidos por prazo indefinido e que podem ser vendidos em reposta à necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado. São ajustados a valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta de "Ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido. As valorizações ou desvalorizações a valor de mercado são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
- **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com intenção e capacidade financeira da instituição em mantê-los em carteira até o vencimento, sendo registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificados de outra categoria. São acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independentemente de sua classificação, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado.

As perdas com títulos para negociação são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

As perdas com títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, que não sejam consideradas temporárias, são reconhecidas no resultado do período como perdas realizadas.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota 6.

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de hedge (contábil ou financeiro), direcional, arbitragem ou obtenção de benefícios dos movimentos de preços efetivos ou esperados, contabilizados conforme a Circular BACEN nº 3.082/2002.

Os ajustes são contabilizados pelo valor de mercado e mantidos como ativos, quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor de mercado com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, com exceção da parcela eficaz de hedge de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes de variações cambiais e variações nas taxas de juros e impostos de passivos financeiros qualificados para hedge contábil são classificados como Hedge de Risco de Mercado. Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como os ativos e passivos financeiros relacionados, são ajustados ao valor de mercado com os ganhos e as perdas, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota 6.

(g) Determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros

O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor de mercado é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

O valor de mercado de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis, como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

(h) Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas para prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível "H". Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, ocorrerá a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.

De acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.533/2008 as cessões de operações de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios permanecem registradas no ativo "Operações de crédito". Os recursos recebidos por meio de contratos de cessão são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado, conforme prazo remanescente das operações.

As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para créditos de liquidação duvidosa são apresentados na Nota 8.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, considerando as alíquotas tributárias vigentes no período de realização destes ativos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários em "Outros créditos – Diversos", de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006.

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do patrimônio líquido.

A provisão para IRPJ é constituída no passivo à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. Para o banco, a CSLL foi calculada considerando a alíquota de 15%, até agosto de 2015, e no período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/2015, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Para as demais empresas, a contribuição social é calculada considerando a alíquota de 9%.

Em virtude do aumento de alíquota da CSLL a partir de setembro/2015, vigente até dezembro/2018, a CAIXA promoveu a constituição de créditos tributários de CSLL complementares, considerando os créditos tributários realizáveis no período de vigência a alíquota majorada, os quais foram estimados de acordo com os estudos técnicos que suportam o registro de tais ativos.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentados na Nota 20.

(j) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata die*.

Os depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses tem seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado e seus encargos são apropriados mensalmente em razão da fluência de seus prazos, conforme demonstrado nas Notas 14, 15, 16 e 17, respectivamente.

Para as operações de captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, considerando tratar-se de taxa prefixada, as despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

(k) Passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências passivas, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Passivos contingentes:** conforme preceitua o CPC 25, os passivos contingentes não são provisionados, as causas administrativas ou judiciais classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas notas explicativas quando individualmente relevantes, e aquelas classificadas como perdas remotas não requerem provisão e tampouco divulgação. A análise e classificação das perdas é realizada com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião da Diretoria Jurídica e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** envolvem processos judiciais em andamento, cujo objeto de contestação é a legalidade e constitucionalidade da obrigação, e que, independente da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota 28.

(l) Provisão para garantias financeiras prestadas

A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída com base no modelo de perda esperada, a qual é suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e reconhecida no passivo em contrapartida ao resultado do período, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.

(m) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), recepcionado pelo Banco Central por meio da Resolução CMN nº 4.424/2015. As avaliações atuariais são semestrais.

Destaca-se que o Pronunciamento CPC 33 (R1) estipula para a empresa patrocinadora os parâmetros específicos para mensuração dos ativos, obrigações e, por consequência, do superávit e déficit de planos de aposentadoria. Todavia, devido às disposições legais presentes no Brasil, as demonstrações contábeis dos respectivos planos devem ser elaboradas com a observância das disposições instituídas pelo órgão competente nacional, o que conduz a apurações de superávit e déficit distintas.

Tendo-se em vista que a CAIXA já constitui provisão atuarial, atendendo às disposições do Pronunciamento CPC 33 (R1), apenas existe prerrogativa de complemento dessa provisão na hipótese de o déficit, objeto de plano de equacionamento, apurado em conformidade à legislação local apresentar montante superior ao provisionado pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).

Nesta hipótese, a complementação dá-se em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme consta da Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) Mínimo e sua Interação.

O detalhamento dos benefícios a empregados e sua movimentação são apresentados na Nota 29.

(n) Reapresentação de saldos comparativos

As posições comparativas das Demonstrações Contábeis estão sendo reapresentadas com os ajustes dos valores apurados.

(n.1) FGTS

A CAIXA exerce a função de agente operador dos recursos de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, assegurando uma *garantia mínima de remuneração ao Fundo pela administração dos recursos*. Em dezembro de 2018 a CAIXA realizou a revisão dos procedimentos contábeis acerca da mensuração e reconhecimento da rentabilidade mínima exigida, visando manter a eficácia de proteção das carteiras e assegurar o retorno requerido pelo Fundo.

Essa revisão culminou na alteração de procedimentos contábeis referentes à rentabilidade mínima classificando-a como “Instrumento Financeiro Derivativo”, pois na essência, a cláusula de remuneração mínima vincula tais partes por direitos e obrigações mútuas, nas quais estão presentes as características essenciais para a qualificação como um derivativo.

Por conseguinte, o referencial normativo quanto aos procedimentos contábeis foi alterado da Resolução CMN nº 4.512/16 para a Circular BACEN nº 3.082/02 que estabelece e consolida critérios para registro e avaliação contábil de instrumentos financeiros derivativos.

(n.2) Intangível de Software

As posições patrimoniais de abertura do Balanço Patrimonial relativas a 31/12/2017 estão sendo reapresentadas nas Demonstrações Contábeis divulgadas a partir de 31/12/2018 em virtude de ajustes na

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

baixa e amortização de intangível de software em atendimento aos requisitos do pronunciamento contábil "CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

(n.3) Detalhamento dos ajustes de reapresentação nas demonstrações contábeis

Conforme estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, as retificações mencionadas nos itens acima foram aplicadas de forma retrospectiva, produzindo efeitos nas Demonstrações Contábeis comparativas, conforme apresentado a seguir:

▪ Demonstração do Resultado

Os resultados comparativos (individual e consolidado) relativos ao 2º semestre de 2016 e exercício de 2016, bem como os relativos ao 2º Semestre de 2017 e ao Exercício 2017 estão sendo reapresentadas em função das retificações descritas nos itens (n.1) e (n.2), conforme demonstrado a seguir:

2º semestre de 2016						
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
RESULTADO	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Receitas da intermediação financeira	76.958.680	76.971.826	(729.964)	(729.964)	76.228.716	76.241.862
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(1.129.903)	(1.129.903)	(729.964)	(729.964)	(1.859.867)	(1.859.867)
Resultado bruto da intermediação financeira	13.059.384	13.138.545	(729.964)	(729.964)	12.329.420	12.408.581
Outras receitas/despesas operacionais	(9.870.265)	(9.878.934)	(69.826)	(69.826)	(9.940.091)	(9.948.760)
Outras despesas administrativas	(6.332.480)	(6.334.967)	(69.826)	(69.826)	(6.402.306)	(6.404.793)
Resultado operacional	3.189.119	3.259.611	(799.790)	(799.790)	2.389.329	2.459.821
Resultado antes da tributação sobre o lucro	3.030.496	3.100.988	(799.790)	(799.790)	2.230.706	2.301.198
Imposto de renda e contribuição social	(535.277)	(625.959)	17.411	17.411	(517.866)	(608.548)
Tributos correntes	(523.654)	(614.319)	14.475	14.475	(509.179)	(599.844)
Ativo fiscal diferido	480.859	480.842	2.936	2.936	483.795	483.778
Lucro líquido do período	1.710.519	1.689.148	(782.379)	(782.379)	928.140	906.769

Exercício 2016						
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
RESULTADO	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Receitas da intermediação financeira	149.675.170	149.697.220	(729.964)	(729.964)	148.945.206	148.967.256
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(8.892.854)	(8.892.854)	(729.964)	(729.964)	(9.622.818)	(9.622.818)
Resultado bruto da intermediação financeira	19.554.613	24.101.170	(729.964)	(729.964)	18.824.649	23.371.206
Outras receitas/despesas operacionais	(16.120.994)	(20.066.458)	(69.826)	(69.826)	(16.190.820)	(20.136.284)
Outras despesas administrativas	(12.192.839)	(12.199.538)	(69.826)	(69.826)	(12.262.665)	(12.269.364)
Resultado operacional	3.433.619	4.034.712	(799.790)	(799.790)	2.633.829	3.234.922
Resultado antes da tributação sobre o lucro	3.160.848	3.761.941	(799.790)	(799.790)	2.361.058	2.962.151
Imposto de renda e contribuição social	1.715.066	1.549.447	17.411	17.411	1.732.477	1.566.858
Tributos correntes	(574.431)	(740.053)	14.475	14.475	(559.956)	(725.578)
Ativo fiscal diferido	1.519.912	1.519.915	2.936	2.936	1.522.848	1.522.851
Lucro líquido do período	3.702.365	4.136.658	(782.379)	(782.379)	2.919.986	3.354.279

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2º semestre de 2017						
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
RESULTADO	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Outras receitas/despesas operacionais	(5.939.378)	(5.943.089)	(50.631)	(50.631)	(5.990.009)	(5.993.720)
Outras despesas administrativas	(6.130.728)	(6.140.566)	(50.631)	(50.631)	(6.181.359)	(6.191.197)
Resultado operacional	10.418.499	10.570.822	(50.631)	(50.631)	10.367.868	10.520.191
Resultado antes da tributação sobre o lucro	10.028.986	10.181.309	(50.631)	(50.631)	9.978.355	10.130.678
Imposto de renda e contribuição social	(630.710)	(728.061)	22.571	22.571	(608.139)	(705.490)
Tributos correntes	719.295	621.909	18.774	18.774	738.069	640.683
Ativo fiscal diferido	(1.310.837)	(1.310.802)	3.797	3.797	(1.307.040)	(1.307.005)
Lucro líquido do período	8.387.663	8.441.777	(28.060)	(28.060)	8.359.603	8.413.717

Exercício 2017						
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
RESULTADO	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Outras receitas/despesas operacionais	(16.641.626)	(16.615.534)	(50.631)	(50.631)	(16.692.257)	(16.666.165)
Outras despesas administrativas	(11.906.546)	(11.918.821)	(50.631)	(50.631)	(11.957.177)	(11.969.452)
Resultado operacional	14.336.231	14.593.781	(50.631)	(50.631)	14.285.600	14.543.150
Resultado antes da tributação sobre o lucro	13.739.563	13.997.113	(50.631)	(50.631)	13.688.932	13.946.482
Imposto de renda e contribuição social	148.207	(53.825)	22.571	22.571	170.778	(31.254)
Tributos correntes	(416.859)	(618.925)	18.774	18.774	(398.085)	(600.151)
Ativo fiscal diferido	873.688	873.722	3.797	3.797	877.485	877.519
Lucro líquido do período	12.461.461	12.516.121	(28.060)	(28.060)	12.433.401	12.488.061

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

▪ Balanço Patrimonial

As posições patrimoniais comparativas estão sendo reapresentadas em função das retificações descritas nos itens (n.1) e (n.2), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2016		31/12/2017		2016		2017		31/12/2016		31/12/2017	
	Conforme apresentado anteriormente		Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Ajustes		Valor ajustado		Valor ajustado (4)	
Ativo	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Não Circulante	655.184.837	653.516.050	683.955.729	682.225.054	(40.732)	(40.732)	(28.058)	(28.058)	655.144.105	653.475.318	683.886.939	682.156.264
Realizável a longo prazo	641.437.543	641.437.543	670.404.216	670.404.216	29.094	29.094	22.573	22.573	641.466.637	641.466.637	670.455.883	670.455.883
Outros Créditos	42.433.528	42.433.528	49.060.139	49.060.139	29.094	29.094	22.573	22.573	42.462.622	42.462.622	49.111.806	49.111.806
Diversos (1)	42.461.465	42.461.465	49.070.794	49.070.794	29.094	29.094	22.573	22.573	42.490.559	42.490.559	49.122.461	49.122.461
Permanente	13.747.294	12.078.507	13.551.513	11.820.838	(69.826)	(69.826)	(50.631)	(50.631)	13.677.468	12.008.681	13.431.056	11.700.381
Intangível	3.484.859	3.484.859	3.214.899	3.214.899	(69.826)	(69.826)	(50.631)	(50.631)	3.415.033	3.415.033	3.094.442	3.094.442
Amortizações acumuladas (2)	(1.684.229)	(1.684.229)	(1.900.361)	(1.900.361)	(69.826)	(69.826)	(50.631)	(50.631)	(1.754.055)	(1.754.055)	(2.020.818)	(2.020.818)
Total do Ativo	1.256.172.165	1.255.451.751	1.261.478.797	1.260.767.575	(40.732)	(40.732)	(28.058)	(28.058)	1.256.131.433	1.255.411.019	1.261.410.007	1.260.698.785
Passivo e Patrimônio Líquido	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Não Circulante	558.790.758	521.429.525	547.280.079	509.410.217	729.964	729.964	-	-	559.520.722	522.159.489	548.010.043	510.140.181
Instrumentos Financeiros Derivativos (3)	822.422	822.422	400.763	400.763	729.964	729.964	-	-	1.552.386	1.552.386	1.130.727	1.130.727
Patrimônio Líquido (Nota 19)	27.179.944	63.633.599	34.407.851	71.383.553	(770.696)	(770.696)	(28.058)	(28.058)	26.409.248	62.862.893	33.609.097	70.584.799
Lucros/Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	(770.696)	(770.696)	(28.058)	(28.058)	(770.696)	(770.696)	(798.754)	(798.754)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.256.172.165	1.255.451.751	1.261.478.797	1.260.767.575	(40.732)	(40.732)	(28.058)	(28.058)	1.256.131.433	1.255.411.019	1.261.410.007	1.260.698.785

(1) O ajuste de R\$ 22.573 em 2017 (R\$ 29.094 - 2016) reflete o impacto no crédito tributário do reconhecimento da despesa tributária referente a amortização do intangível;

(2) O montante de (R\$ 50.631) em 2017 ((R\$ 69.826) - 2016) reflete o ajuste na amortização do intangível (n.2);

(3) O montante de R\$ 729.964 em 2016 se refere ao reconhecimento de derivativo relativo ao FGTS (n.1);

(4) O valor ajustado em 31/12/2017 contempla os ajustes em 2016 e 2017.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

▪ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

As posições patrimoniais da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL relativas a 31/12/2016 (Patrimônio Líquido Individual R\$ 27.179.944 e Patrimônio Líquido Consolidado R\$ 63.633.589) estão sendo reapresentadas nas Demonstrações Contábeis (Patrimônio Líquido Individual Ajustado R\$ 26.409.248 e Patrimônio Líquido Consolidado Ajustado R\$ 62.862.893).

O montante de R\$ 770 milhões de ajuste nas demonstrações individual e consolidada se refere ao reconhecimento em LPA de derivativo relativo ao FGTS (n.1) e aos ajustes na baixa e amortização de intangível de software (n.2).

As posições patrimoniais da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL relativas a 31/12/2017 (Patrimônio Líquido Individual R\$ 34.407.851 e Patrimônio Líquido Consolidado R\$ 71.383.553) estão sendo reapresentadas nas demonstrações contábeis (Patrimônio Líquido Individual Ajustado R\$ 33.609.097 e Patrimônio Líquido Consolidado Ajustado R\$ 70.584.799).

A variação em 31/12/2017 contempla, além dos ajustes apresentados da DMPL relativos a 31/12/2016, a variação de 28 milhões nas demonstrações individual e consolidada referente aos ajustes na baixa e amortização de intangível de software (n.2).

▪ Demonstração dos Fluxos de Caixa

Descrição	2º semestre de 2016					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	13.181.462	13.255.658	(715.489)	(715.489)	12.465.973	12.540.169
Lucro Líquido	1.710.519	1.689.148	(782.379)	(782.379)	928.140	906.769
Ajustes ao Lucro Líquido:	11.470.943	11.566.510	66.890	66.890	11.537.833	11.633.400
Depreciações e Amortizações	917.951	917.951	69.826	69.826	987.777	987.777
Impostos Diferidos	11.623	11.640	(2.936)	(2.936)	8.687	8.704
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(2.283.364)	(2.500.989)	715.489	715.489	(1.567.875)	(1.785.500)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(1.895.056)	(1.965.031)	(14.475)	(14.475)	(1.909.531)	(1.979.506)
(Aumento) Redução em Instrumentos Financeiros Derivativos	180.573	180.573	729.964	729.964	910.537	910.537
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	10.898.098	10.754.669	-	-	10.898.098	10.754.669

Descrição	Exercício de 2016					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	28.278.649	29.100.272	(715.489)	(715.489)	27.563.160	28.384.783
Lucro Líquido	3.702.365	4.136.658	(782.379)	(782.379)	2.919.986	3.354.279
Ajustes ao Lucro Líquido:	24.576.284	24.963.614	66.890	66.890	24.643.174	25.030.504
Depreciações e Amortizações	1.800.932	1.800.932	69.826	69.826	1.870.758	1.870.758
Impostos Diferidos	(2.289.497)	(2.289.500)	(2.936)	(2.936)	(2.292.433)	(2.292.436)
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(31.921.727)	(33.041.141)	715.489	715.489	(31.206.238)	(32.325.652)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(1.851.894)	(2.359.018)	(14.475)	(14.475)	(1.866.369)	(2.373.493)
(Aumento) Redução em Instrumentos Financeiros Derivativos	915.029	915.029	729.964	729.964	1.644.993	1.644.993
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(3.643.078)	(3.940.869)	-	-	(3.643.078)	(3.940.869)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	2º semestre de 2017					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	23.788.932	23.863.328	18.774	18.774	23.807.706	23.882.102
Lucro Líquido	8.387.663	8.441.777	(28.060)	(28.060)	8.359.603	8.413.717
Ajustes ao Lucro Líquido:	15.401.269	15.421.551	46.834	46.834	15.448.103	15.468.385
Depreciações e Amortizações	897.387	897.387	50.631	50.631	948.018	948.018
Impostos Diferidos	1.350.005	1.349.970	(3.797)	(3.797)	1.346.208	1.346.173
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(16.537.756)	(16.488.937)	(18.774)	(18.774)	(16.556.530)	(16.507.711)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(2.236.183)	(2.182.213)	(18.774)	(18.774)	(2.254.957)	(2.200.987)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	7.265.865	7.389.080	-	-	7.265.865	7.389.080

Descrição	Exercício de 2017					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	37.354.374	37.416.227	18.774	18.774	37.373.148	37.435.001
Lucro Líquido	12.461.461	12.516.121	(28.060)	(28.060)	12.433.401	12.488.061
Ajustes ao Lucro Líquido:	24.892.913	24.900.106	46.834	46.834	24.939.747	24.946.940
Depreciações e Amortizações	1.806.401	1.806.401	50.631	50.631	1.857.032	1.857.032
Impostos Diferidos	(565.066)	(565.100)	(3.797)	(3.797)	(568.863)	(568.897)
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(35.729.340)	(36.135.083)	(18.774)	(18.774)	(35.748.114)	(36.153.857)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(3.728.627)	(3.621.506)	(18.774)	(18.774)	(3.747.401)	(3.640.280)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.625.034	1.281.144	-	-	1.625.034	1.281.144

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

▪ Demonstração de Valor Adicionado

As Demonstrações de Valor Adicionado – DVA comparativas (individuais e consolidadas) relativas ao 2º Semestre de 2016 e 2017 e aos Exercícios de 2016 e 2017 estão sendo reapresentados em função das retificações descritas nos itens (n.1) e (n.2), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2º semestre de 2016					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
1. Receitas	82.534.126	82.771.093	(729.964)	(729.964)	81.804.162	82.041.129
2. Despesas da intermediação financeira	53.857.287	53.791.272	-	-	53.857.287	53.791.272
3. Insumos adquiridos de terceiros	11.428.727	11.484.651	-	-	11.428.727	11.484.651
4. Valor adicionado bruto (1-2-3)	17.248.112	17.495.170	(729.964)	(729.964)	16.518.148	16.765.206
5. Retenções	917.951	917.951	69.826	69.826	987.777	987.777
6. Valor adicionado líquido (4-5)	16.330.161	16.577.219	(799.790)	(799.790)	15.530.371	15.777.429
7. Valor adicionado recebido em transferência	315.594	168.320	-	-	315.594	168.320
8. Valor adicionado a distribuir (6+7)	16.645.755	16.745.539	(799.790)	(799.790)	15.845.965	15.945.749
9. Distribuição do valor adicionado	16.645.755	16.745.539	(799.790)	(799.790)	15.845.965	15.945.749
Impostos, taxas e contribuições	3.832.547	3.948.955	(17.411)	(17.411)	3.815.136	3.931.544
Lucros retidos	1.710.519	1.710.519	(782.379)	(782.379)	928.140	928.140

Descrição	Exercício de 2016					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
1. Receitas	163.437.374	159.020.258	(729.964)	(729.964)	162.707.410	158.290.294
2. Despesas da intermediação financeira	109.014.294	104.261.397	-	-	109.014.294	104.261.397
3. Insumos adquiridos de terceiros	23.948.384	23.331.937	-	-	23.948.384	23.331.937
4. Valor adicionado bruto (1-2-3)	30.474.696	31.426.924	(729.964)	(729.964)	29.744.732	30.696.960
5. Retenções	1.800.931	1.800.931	69.826	69.826	1.870.757	1.870.757
6. Valor adicionado líquido (4-5)	28.673.765	29.625.993	(799.790)	(799.790)	27.873.975	28.826.203
7. Valor adicionado recebido em transferência	740.517	443.605	-	-	740.517	443.605
8. Valor adicionado a distribuir (6+7)	29.414.282	30.069.598	(799.790)	(799.790)	28.614.492	29.269.808
9. Distribuição do valor adicionado	29.414.282	30.069.598	(799.790)	(799.790)	28.614.492	29.269.808
Impostos, taxas e contribuições	4.752.118	4.965.475	(17.411)	(17.411)	4.734.707	4.948.064
Lucros retidos	2.528.615	2.528.615	(782.379)	(782.379)	1.746.236	1.746.236

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	2º semestre de 2017					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
1. Receitas	76.968.758	77.195.191	-	-	76.968.758	77.195.191
2. Despesas da intermediação financeira	37.041.734	36.910.956	-	-	37.041.734	36.910.956
3. Insumos adquiridos de terceiros	15.855.778	15.849.546	-	-	15.855.778	15.849.546
4. Valor adicionado bruto (1-2-3)	24.071.246	24.434.689	-	-	24.071.246	24.434.689
5. Retenções	897.387	897.387	50.631	50.631	948.018	948.018
6. Valor adicionado líquido (4-5)	23.173.859	23.537.302	(50.631)	(50.631)	23.123.228	23.486.671
7. Valor adicionado recebido em transferência	629.390	468.668	-	-	629.390	468.668
8. Valor adicionado a distribuir (6+7)	23.803.249	24.005.970	(50.631)	(50.631)	23.752.618	23.955.339
9. Distribuição do valor adicionado	23.803.249	24.005.970	(50.631)	(50.631)	23.752.618	23.955.339
Impostos, taxas e contribuições	3.894.971	4.025.485	(22.571)	(22.571)	3.872.400	4.002.914
Lucros retidos	7.111.651	7.111.650	(28.060)	(28.060)	7.083.591	7.083.590

Descrição	Exercício de 2017					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
1. Receitas	153.367.846	153.880.365	-	-	153.367.846	153.880.365
2. Despesas da intermediação financeira	83.128.014	82.934.728	-	-	83.128.014	82.934.728
3. Insumos adquiridos de terceiros	28.079.652	28.083.128	-	-	28.079.652	28.083.128
4. Valor adicionado bruto (1-2-3)	42.160.180	42.862.509	-	-	42.160.180	42.862.509
5. Retenções	1.806.401	1.806.401	50.631	50.631	1.857.032	1.857.032
6. Valor adicionado líquido (4-5)	40.353.779	41.056.108	(50.631)	(50.631)	40.303.148	41.005.477
7. Valor adicionado recebido em transferência	1.140.503	780.255	-	-	1.140.503	780.255
8. Valor adicionado a distribuir (6+7)	41.494.282	41.836.363	(50.631)	(50.631)	41.443.651	41.785.732
9. Distribuição do valor adicionado	41.494.282	41.836.363	(50.631)	(50.631)	41.443.651	41.785.732
Impostos, taxas e contribuições	6.475.534	6.740.861	(22.571)	(22.571)	6.452.963	6.718.290
Lucros retidos	10.166.580	10.166.579	(28.060)	(28.060)	10.138.520	10.138.519

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez adquiridas com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e com risco insignificante de mudança no valor justo.

Os itens de Caixa e equivalentes de caixa são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Disponibilidade em moeda nacional" que em 31/12/2018 apresenta na demonstração consolidada o montante de R\$ 8.916.708 (R\$ 10.054.701 em 31/12/2017).

INDIVIDUAL			
Descrição	31/12/2018	31/12/2017	
Total de disponibilidades (caixa)	9.272.424	11.451.832	
Disponibilidade em moeda nacional	8.916.677	10.054.679	
Disponibilidade em moeda estrangeira	355.747	1.397.153	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	152.385.198	130.911.088	
Total	161.657.622	142.362.920	

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

Os títulos de renda fixa utilizados para lastrear as operações compromissadas (venda com compromisso de recompra) são registrados no ativo, na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel.

Os financiamentos concedidos por meio de lastro com títulos de renda fixa de terceiros (compra com compromisso de revenda) são registrados pelo valor de liquidação.

Para as operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, quando da venda definitiva do título, o passivo referente à obrigação de devolução do título é avaliado pelo valor de mercado.

O resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez é obtido da despesa constituída nas operações compromissadas (diferença entre os valores de recompra e de venda) e da receita constituída nas operações de financiamentos concedidos por meio de lastro com títulos de renda fixa de terceiros (diferença entre os valores de revenda e de compra).

(a) Composição e classificação da carteira por prazo

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
Descrição	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	118.667.522	-	-	118.667.522	92.345.976
Letras Financeiras do Tesouro	27.177.918	-	-	27.177.918	70.444.087
Letras do Tesouro Nacional	13.000	-	-	13.000	392.350
Notas do Tesouro Nacional	91.476.604	-	-	91.476.604	21.509.539
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	43.694.778	2.514.164	-	46.208.942	38.565.113
Letras do Tesouro Nacional	26.909.210	2.514.164	-	29.423.374	38.565.113
Notas do Tesouro Nacional	16.785.568	-	-	16.785.568	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.335.066	584.627	1.863.645	9.783.338	13.321.706
Depósitos Interfinanceiros	7.233.179	225.881	-	7.459.060	8.570.039
Depósitos Interfinanceiros - Crédito Rural	101.899	358.746	1.863.790	2.324.435	4.752.144
Provisão para Perdas em Depósitos Interfinanceiros	(12)	-	(145)	(157)	(477)
Total - ativo circulante	169.697.366	3.098.791	1.863.645	174.659.802	144.232.795

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a.1) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações

Os saldos das aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e em Depósitos Interfinanceiros incluem acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações firmados entre a CAIXA e o Bancoob, Sicredi e Cresol conforme Resolução CMN nº 3.263/2005, nos montantes discriminados abaixo:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Letras Financeiras do Tesouro	135.144	273.670
Bancoob	135.144	201.504
Sicredi	-	72.166
Depósitos Interfinanceiros	207.545	156.246
Bancoob	-	85.416
Sicredi	207.545	36.500
Cresol	-	34.330
Total	342.689	429.916

(b) Resultado com Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2018		2017	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Resultado de Aplicações no Mercado Aberto	5.877.853	11.294.786	6.286.714	15.468.985
Posição bancada	2.541.527	5.586.892	3.181.753	6.732.730
Posição financiada	3.336.326	5.707.894	3.104.961	8.736.255
Resultado de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	300.207	639.549	497.249	1.222.787
Total	6.178.060	11.934.335	6.783.963	16.691.772

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

A marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários são registradas conforme Circular BACEN nº 3.068/2001. Seguindo as melhores práticas contábeis, o valor dos instrumentos financeiros deve ser com base no valor justo, que consiste no preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo estabeleceu-se uma hierarquia de valor justo que classifica em três níveis as informações aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo.

A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade a preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos e a mais baixa prioridade a dados não observáveis:

Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 - são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1;

Nível 3 - são dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Os dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo à medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Contudo, o objetivo da mensuração do valor justo permanece o mesmo, ou seja, preço de saída na data de mensuração do ponto de vista do participante do mercado que detém o ativo ou deve o passivo. Portanto, dados não observáveis refletem as premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar o ativo ou o passivo, incluindo premissas sobre risco.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo variam de acordo com a natureza dos ativos.

O valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial como disponibilidades, depósitos compulsórios no Banco Central, aplicações no mercado aberto e outros ativos financeiros se aproxima de seu valor justo.

Os valores justos das aplicações em depósitos interfinanceiros são estimados, efetuando-se o desconto dos fluxos de caixa estimados com a adoção das taxas de juros do mercado.

Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos para ativos financeiros mantidos para negociação (inclusive derivativos - ativos e passivos), ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros mantidos até o vencimento. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço.

Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas indicativas fornecidas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - Andima.

Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima.

Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado.

Os valores justos dos instrumentos derivativos do tipo swaps são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na B3, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior, e podem ser utilizadas para obter o valor justo de swaps de moeda, swaps de taxa de juros e swaps com base em outros fatores de risco como commodities e índices de bolsas.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição

INDIVIDUAL									
Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados				Instrumentos Financeiros Derivativos	31/12/2018	31/12/2017	
		Compromisso de Recompria	Prestação de Garantias	Banco Central					
Títulos públicos	64.729.996	107.314.275	10.436.226	1.254.771	-	183.735.268	172.278.830		
Letras Financeiras do Tesouro	45.440.431	25.754.328	8.666.261	1.254.066	-	81.115.086	39.835.858		
Letras do Tesouro Nacional	3.959.246	68.073.192	1.766.611	705	-	73.799.754	97.987.021		
Notas do Tesouro Nacional	14.985.675	13.486.755	3.354	-	-	28.475.784	34.171.028		
Tesouro Nacional/Securitização	344.644	-	-	-	-	344.644	284.923		
Títulos – empresas	10.022.859	4.077.899	-	-	-	14.100.758	13.862.395		
Debêntures	1.482.840	1.435.218	-	-	-	2.918.058	4.596.011		
Cotas de Fundos	80.838	-	-	-	-	80.838	82.552		
Certificado de Recebíveis Imobiliários	900.202	2.642.681	-	-	-	3.542.883	3.486.702		
Ações	7.558.979	-	-	-	-	7.558.979	5.697.130		
Outros	-	-	-	-	1.231.458	1.231.458	997.212		
Total	74.752.855	111.392.174	10.436.226	1.254.771	1.231.458	199.067.484	187.138.437		

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO							
Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	31/12/2018	31/12/2017
		Compromisso de Recompra	Prestação de Garantias	Banco Central			
Títulos públicos	64.729.996	107.314.275	10.436.226	1.254.771	-	183.735.268	172.278.830
Letras Financeiras do Tesouro	45.440.431	25.754.328	8.666.261	1.254.066	-	81.115.086	39.835.858
Letras do Tesouro Nacional	3.959.246	68.073.192	1.766.611	705	-	73.799.754	97.987.021
Notas do Tesouro Nacional	14.985.675	13.486.755	3.354	-	-	28.475.784	34.171.028
Tesouro Nacional/Securitização	344.644	-	-	-	-	344.644	284.923
Títulos – empresas	10.754.640	4.077.899	-	-	-	14.832.539	14.859.119
Debêntures	1.482.840	1.435.218	-	-	-	2.918.058	4.596.011
Cotas de Fundos	812.619	-	-	-	-	812.619	350.075
Certificado de Recebíveis Imobiliários	900.202	2.642.681	-	-	-	3.542.883	3.486.702
Ações	7.558.979	-	-	-	-	7.558.979	6.426.331
Outros	-	-	-	-	1.231.458	1.231.458	997.212
Total	75.484.636	111.392.174	10.436.226	1.254.771	1.231.458	199.799.265	188.135.161

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Classificação da carteira por prazo

Os títulos da categoria "I – Títulos para negociação" são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

O efeito no patrimônio líquido da marcação a mercado dos títulos "Disponíveis para venda" – posição individual – é de R\$ 806.545 em 31/12/2018 (31/12/2017 – R\$ 233.203), líquido dos efeitos tributários. Na posição consolidada, o efeito é de R\$ 806.545 em 31/12/2018 (31/12/2017 – R\$ 285.677), líquido dos efeitos tributários.

Posição em 31/12/2018		INDIVIDUAL									
Descrição	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor contábil	Valor de mercado	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Títulos públicos	182.424.784	1.214.858	95.626	183.735.268	187.969.403	-	3.722.717	5.088.931	13.911.685	161.011.935	
Letras Financeiras do Tesouro	81.065.080	26.155	23.851	81.115.086	81.119.651	-	48.622	-	-	81.066.464	
Letras do Tesouro Nacional	72.547.689	1.188.603	63.462	73.799.754	73.804.771	-	3.674.095	5.088.931	13.911.685	51.125.043	
Notas do Tesouro Nacional	28.434.758	100	40.926	28.475.784	32.700.337	-	-	-	-	28.475.784	
Tesouro Nacional/Securitização	377.257	-	(32.613)	344.644	344.644	-	-	-	-	344.644	
Títulos – empresas	13.398.183	(8.344)	710.919	14.100.758	13.703.168	7.639.817	3.124	-	-	6.457.817	
Debêntures	3.344.891	2.044	(428.877)	2.918.058	2.068.436	-	-	-	-	2.918.058	
Cotas de Fundos	79.137	-	1.701	80.838	80.838	80.838	-	-	-	-	
Certificado de Recebíveis Imobiliários	3.384.112	-	158.771	3.542.883	3.994.915	-	3.124	-	-	3.539.759	
Ações	6.590.043	(10.388)	979.324	7.558.979	7.558.979	7.558.979	-	-	-	-	
Total – TVM	195.822.967	1.206.514	806.545	197.836.026	201.672.571	7.639.817	3.725.841	5.088.931	13.911.685	167.469.752	
Para negociação	90.318.373	1.206.514	-	91.524.887	91.524.887	90.902	3.674.569	-	7.652.699	80.106.717	
Disponíveis para venda	64.208.343	-	806.545	65.014.888	65.014.888	7.548.915	48.148	984.909	6.258.986	50.173.930	
Mantidos até o vencimento	41.296.251	-	-	41.296.251	45.132.796	-	3.124	4.104.022	-	37.189.105	
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.232.039	(581)	-	1.231.458	1.231.458	-	2.794	548.012	58.781	621.871	
Total – TVM e Derivativos	197.055.006	1.205.933	806.545	199.067.484	202.904.029	7.639.817	3.728.635	5.636.943	13.970.466	168.091.623	

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Posição em 31/12/2018		CONSOLIDADO										
		Descrição	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor contábil	Valor de mercado	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos públicos			182.424.784	1.214.858	95.626	183.735.268	187.969.403	-	3.722.717	5.088.931	13.911.685	161.011.935
Letras Financeiras do Tesouro			81.065.080	26.155	23.851	81.115.086	81.119.651	-	48.622	-	-	81.066.464
Letras do Tesouro Nacional			72.547.689	1.188.603	63.462	73.799.754	73.804.771	-	3.674.095	5.088.931	13.911.685	51.125.043
Notas do Tesouro Nacional			28.434.758	100	40.926	28.475.784	32.700.337	-	-	-	-	28.475.784
Tesouro Nacional/Securitização			377.257	-	(32.613)	344.644	344.644	-	-	-	-	344.644
Títulos – empresas			14.129.964	(8.344)	710.919	14.832.539	14.434.949	8.371.598	3.124	-	-	6.457.817
Debêntures			3.344.891	2.044	(428.877)	2.918.058	2.068.436	-	-	-	-	2.918.058
Cotas de Fundos			810.918	-	1.701	812.619	812.619	812.619	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários			3.384.112	-	158.771	3.542.883	3.994.915	-	3.124	-	-	3.539.759
Ações			6.590.043	(10.388)	979.324	7.558.979	7.558.979	7.558.979	-	-	-	-
Total – TVM			196.554.748	1.206.514	806.545	198.567.807	202.404.352	8.371.598	3.725.841	5.088.931	13.911.685	167.469.752
Para negociação			91.048.033	1.206.514	-	92.254.547	92.254.547	820.562	3.674.569	-	7.652.699	80.106.717
Disponíveis para venda			64.210.464	-	806.545	65.017.009	65.017.009	7.551.036	48.148	984.909	6.258.986	50.173.930
Mantidos até o vencimento			41.296.251	-	-	41.296.251	45.132.796	-	3.124	4.104.022	-	37.189.105
Instrumentos Financeiros Derivativos			1.232.039	(581)	-	1.231.458	1.231.458	-	2.794	548.012	58.781	621.871
Total – TVM e Derivativos			197.786.787	1.205.933	806.545	199.799.265	203.635.810	8.371.598	3.728.635	5.636.943	13.970.466	168.091.623

(c) Classificação da carteira por categoria e por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	CONSOLIDADO										
	31/12/2018					31/12/2017					
	Sem Vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado
Títulos públicos	-	3.674.569	-	7.652.699	79.800.975	89.913.385	1.214.858	91.128.243	106.098.596	2.384.756	108.483.352
Letras Financeiras do Tesouro	-	474	-	-	30.113.376	30.087.695	26.155	30.113.850	24.818.073	39.203	24.857.276
Letras do Tesouro Nacional	-	3.674.095	-	7.652.699	49.676.607	59.814.798	1.188.603	61.003.401	78.394.500	2.316.936	80.711.436
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	10.992	10.892	100	10.992	2.886.023	28.617	2.914.640
Títulos – empresas	820.562	-	-	-	305.742	1.134.648	(8.344)	1.126.304	759.988	(20.581)	739.407
Debêntures	-	-	-	-	305.742	303.698	2.044	305.742	385.318	(22.687)	362.631
Cotas de Fundos	729.660	-	-	-	-	729.660	-	729.660	265.332	-	265.332
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	125	6	131
Ações	90.902	-	-	-	-	101.290	(10.388)	90.902	109.213	2.100	111.313
Total	820.562	3.674.569	-	7.652.699	80.106.717	91.048.033	1.206.514	92.254.547	106.858.584	2.364.175	109.222.759

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

As ações classificadas na Categoria II são passíveis de aplicação de testes de *impairment* periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001. O custo ajustado ao valor recuperável apresentado em 31/12/2018 inclui uma perda no valor recuperável destes títulos de R\$ 308.106.

Os demais papéis que compõem a carteira de TVM Disponíveis para venda não sofreram ajustes por perda no valor recuperável (*Impairment*), desta forma o custo ajustado ao valor recuperável apresentado em 31/12/2018 corresponde ao custo de aquisição do título.

Os ajustes de mercado nesta categoria impactam diretamente o patrimônio líquido da instituição.

INDIVIDUAL											
Descrição	31/12/2018						31/12/2017				
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado
Títulos públicos	-	48.148	984.909	6.258.986	47.066.641	54.263.058	95.626	54.358.684	24.705.498	268.029	24.973.527
Letras Financeiras do Tesouro	-	48.148	-	-	44.142.019	44.166.316	23.851	44.190.167	8.558.151	22.810	8.580.961
Letras do Tesouro Nacional	-	-	984.909	6.258.986	1.448.436	8.628.869	63.462	8.692.331	11.699.517	221.062	11.920.579
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.131.542	1.090.616	40.926	1.131.542	4.133.402	53.662	4.187.064
Tesouro Nacional/ Securitizados	-	-	-	-	344.644	377.257	(32.613)	344.644	314.428	(29.505)	284.923
Títulos – empresas	7.548.915	-	-	-	3.107.289	9.945.285	710.919	10.656.204	13.099.017	(1.977.668)	11.121.349
Debêntures	-	-	-	-	1.679.017	2.107.894	(428.877)	1.679.017	4.698.936	(616.760)	4.082.176
Cotas de Fundos	80.838	-	-	-	-	79.137	1.701	80.838	82.552	-	82.552
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	1.428.272	1.269.501	158.771	1.428.272	1.297.227	73.577	1.370.804
Ações	7.468.077	-	-	-	-	6.488.753	979.324	7.468.077	7.020.302	(1.434.485)	5.585.817
Total	7.548.915	48.148	984.909	6.258.986	50.173.930	64.208.343	806.545	65.014.888	37.804.515	(1.709.639)	36.094.876

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO											
Descrição	31/12/2018						31/12/2017				
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado patrimonial líquido	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado patrimonial líquido	Valor de mercado
Títulos públicos	-	48.148	984.909	6.258.986	47.066.641	54.263.058	95.626	54.358.684	24.705.498	268.029	24.973.527
Letras Financeiras do Tesouro	-	48.148	-	-	44.142.019	44.166.316	23.851	44.190.167	8.558.151	22.810	8.580.961
Letras do Tesouro Nacional	-	-	984.909	6.258.986	1.448.436	8.628.869	63.462	8.692.331	11.699.517	221.062	11.920.579
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.131.542	1.090.616	40.926	1.131.542	4.133.402	53.662	4.187.064
Tesouro Nacional/ Securitizados	-	-	-	-	344.644	377.257	(32.613)	344.644	314.428	(29.505)	284.923
Títulos – empresas	7.551.036	-	-	-	3.107.289	9.947.406	710.919	10.658.325	13.167.033	(1.314.292)	11.852.741
Debêntures	-	-	-	-	1.679.017	2.107.894	(428.877)	1.679.017	4.698.936	(616.760)	4.082.176
Cotas de Fundos	82.959	-	-	-	-	81.258	1.701	82.959	84.743	-	84.743
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	1.428.272	1.269.501	158.771	1.428.272	1.297.227	73.577	1.370.804
Ações	7.468.077	-	-	-	-	6.488.753	979.324	7.468.077	7.086.127	(771.109)	6.315.018
Total	7.551.036	48.148	984.909	6.258.986	50.173.930	64.210.464	806.545	65.017.009	37.872.531	(1.046.263)	36.826.268

(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

As debêntures classificadas na Categoria III são passíveis de aplicação de testes de *impairment* periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001. O custo ajustado ao valor recuperável apresentado em 31/12/2018 inclui uma perda no valor recuperável destes títulos de R\$ 1.411.441.

Os demais papéis que compõem a carteira de TVM Mantidos até o vencimento não sofreram ajustes por perda no valor recuperável (*Impairment*), desta forma o custo ajustado ao valor recuperável apresentado em 31/12/2018 corresponde ao custo de aquisição do título.

Os títulos desta categoria foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no Resultado ou no Patrimônio Líquido.

Os ativos que estiverem nesta categoria sensibilizam o balanço da CAIXA apenas com o seu valor contábil atualizado.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
	31/12/2018				31/12/2017		
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Valor de mercado
Títulos públicos	-	4.104.022	34.144.319	38.248.341	42.482.476	38.821.951	41.444.149
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	6.811.069	6.811.069	6.815.634	6.397.621	6.404.650
Letras do Tesouro Nacional	-	4.104.022	-	4.104.022	4.109.039	5.355.006	5.432.564
Notas do Tesouro Nacional	-	-	27.333.250	27.333.250	31.557.803	27.069.324	29.606.935
Títulos – empresas	3.124	-	3.044.786	3.047.910	2.650.320	2.266.971	2.554.497
Debêntures	-	-	933.299	933.299	83.677	151.204	8.173
Certificado de Recebíveis Imobiliários	3.124	-	2.111.487	2.114.611	2.566.643	2.115.767	2.546.324
Total	3.124	4.104.022	37.189.105	41.296.251	45.132.796	41.088.922	43.998.646

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	INDIVIDUAL				CONSOLIDADO			
	2018		2017		2018		2017	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Ativos financeiros mantidos para negociação	4.702.152	7.735.997	5.991.935	13.081.011	4.717.984	7.751.829	5.992.571	13.087.416
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.090.141	2.218.144	1.622.793	2.677.392	1.407.330	2.555.966	1.647.413	2.709.159
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.813.474	3.783.577	1.840.948	4.146.715	1.813.474	3.783.577	1.840.948	4.146.715
Outros	3.121	(892)	(4.005)	7.218	3.121	(892)	(4.005)	7.218
Total	7.608.888	13.736.826	9.451.671	19.912.336	7.941.909	14.090.480	9.476.927	19.950.508

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

A CAIXA utiliza duas estratégias de atuação no mercado de instrumento derivativos:

1. Hedge de outros instrumentos financeiros tanto da carteira de negociação quanto da carteira bancária;
2. Rentabilização da carteira de negociação.

O principal risco de mercado associado à essa segunda estratégia é a variação no preço dos instrumentos derivativos. Essas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

Não há risco de mercado associado à primeira estratégia.

A CAIXA atualmente não opera com derivativos sujeitos a variações de preços não lineares, o que torna essas variações menos amplas.

A Instituição gerencia o risco de mercado no contexto da carteira de negociação, objetivando controlar a exposição a esse risco, a perda esperada e o consumo de capital para cobrir esse risco.

Diariamente são apuradas a exposição líquida a risco de mercado, o VaR – *Value at Risk*, a concentração em fatores de risco, a estrutura a termo, a *duration* e a alocação de capital da carteira de negociação. Além disso, semanalmente são realizados testes de estresse.

A CAIXA possui uma estrutura de limites para esses indicadores, que são acompanhados diariamente e reportados à governança de riscos quando ocorre alguma extrapolação.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, ou para comprar/vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de swap são registrados com ou sem garantia na B3.

No caso do registro com garantia, há uma *clearing* que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a *clearing* que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma *clearing* que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos; os valores são calculados entre as partes. Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrada pelas partes. Neste caso, há risco de crédito até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

A CAIXA não possui instrumento derivativo que tenha ganhos ou perdas registrados em conta destacada do patrimônio líquido, fato que ocorre somente em estruturas de hedge *account* de fluxo de caixa.

(f) Hedge Contábil

A CAIXA estabeleceu estruturas de hedge de valor justo para proteger-se da exposição à variação no risco de mercado no pagamento de juros e principal das emissões externas e das emissões em letras financeiras indexadas ao IPCA.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O hedge contábil das emissões externas tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar no pagamento do principal, dos juros e do imposto de 15% sobre o pagamento dos juros, objeto do hedge.

A estrutura é construída para os saldos internalizados e a proteção ocorre por meio de contratos de *swap*, conforme descrito:

- Ponta Ativa *Swap*: variação do Dólar + cupom;
- Ponta Passiva *Swap*: % da variação do DI.

O hedge contábil estruturado para as letras financeiras indexadas ao IPCA tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do hedge, e a proteção ocorre por meio de contratos de *swap*, conforme descrito:

- Ponta Ativa *Swap*: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva *Swap*: % da variação do DI.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do *swap*, a efetividade das operações se mantém próxima de 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002.

O item Ajuste a valor de mercado dos Instrumentos de hedge consiste no ajuste acumulado dos contratos de *swap*.

Em setembro de 2018, para proteger o valor de mercado de uma fração dos contratos de crédito, a CAIXA negociou a compra de contratos de futuro de DI para implementação do Macro Hedge da carteira bancária.

A efetividade do hedge de operação de crédito está em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/2002, que estabelece e consolida os critérios para registro e avaliação contábil de instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO									
HEDGE CONTÁBIL									
Estruturas	31/12/2018					31/12/2017			
	Instrumentos de Hedge			Objeto de Hedge		Instrumentos de Hedge			Objeto de Hedge
			Ajuste a Valor de Mercado	Valor Contábil			Ajuste a Valor de Mercado	Valor Contábil	
	Valor Principal	Juros			Valor Principal	Juros			
Emissões externas	6.964.460	1.927.816	651.808	8.793.307	6.874.387	1.375.459	182.505	8.171.595	
Letras financeiras	824.160	681.587	198.368	1.510.498	845.660	543.295	183.497	1.392.658	
Total	7.788.620	2.609.403	850.176	10.303.805	7.720.047	1.918.754	366.002	9.564.253	

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
ESTRUTURA TEMPORAL						
Vencimento	31/12/2018			31/12/2017		
	Emissões Externas	Letras Financeiras		Emissões Externas	Letras Financeiras	
2018	-	-		915.366		21.500
2019	5.478.271		10.150	4.690.521		10.150
2020	58.670		16.360	50.076		16.360
2021	56.599		25.000	48.309		25.000
2022	1.370.920	-		1.170.115	-	
2023	-		562.000	-		562.000
2024	-		203.450	-		203.450
2025	-		7.200	-		7.200
Total	6.964.460		824.160	6.874.387		845.660

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por Indexador, tipo de Instrumento e prazo, demonstrada pelo seu valor referencial em contas de compensação

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Descrição	Valor Referencial						
	31/12/2018						31/12/2017
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Contratos de futuros							
Compromissos de compra	4.887.094	3.997.238	5.321.303	4.861.388	19.067.023	-	-
Mercado interfinanceiro	4.887.094	3.997.238	5.321.303	4.861.388	19.067.023	-	-
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-
Compromissos de venda	287.433	18.706	3.866.593	47.740.030	51.912.762	83.110.386	83.110.386
Mercado interfinanceiro	13.993	18.706	3.866.593	47.740.030	51.639.322	84.400.204	84.400.204
Moeda estrangeira	273.440	-	-	-	273.440	(1.289.818)	(1.289.818)
Contratos de Swaps							
	56.574	2.883.901	1.217.412	1.594.328	5.752.215	6.732.293	6.732.293
Índices	5.800	-	4.350	814.010	824.160	845.660	845.660
Moeda estrangeira	50.774	2.883.901	1.213.062	780.318	4.928.055	5.886.633	5.886.633

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, contra parte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											31/12/2017 (Nota 3 (n))
Descrição	31/12/2018										
	Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado (Res./ Patrim. Líquido)	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Patrimonial				Valor Patrimonial
	Posição Ativa										
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	1.232.039	(581)	2.794	548.012	58.781	621.871	1.231.458				997.212
Índices/B3	85.795	112.573	802	-	414	197.152	198.368				183.497
Moeda estrangeira/Inst. financeiras	1.146.244	(113.154)	1.992	548.012	58.367	424.719	1.033.090				813.715
Posição Passiva											
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	1.076.127	35.119	5.099	264.941	111.242	729.964	1.111.246				1.361.175
Moeda estrangeira/Inst. financeiras	346.163	35.119	5.099	264.941	111.242	-	381.282				631.211
Derivativo FGTS (1)	729.964	-	-	-	-	729.964	729.964				729.964

(1) Valor reapresentado em 2017 de acordo com a Nota explicativa 3 (n).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2018		2017	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Swap	192.751	361.893	674.956	426.848
Futuro	(1.646.256)	(1.642.721)	(1.757.884)	(3.184.802)
Total realizado	(1.453.505)	(1.280.828)	(1.082.928)	(2.757.954)

(j) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento dos contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição		31/12/2018	31/12/2017
Títulos públicos		11.690.997	5.627.765
Letras Financeiras do Tesouro		9.920.327	2.104.276
Letras do Tesouro Nacional		1.767.316	3.520.492
Notas do Tesouro Nacional		3.354	2.997

Nota 7 – Relações interfinanceiras

(a) Créditos vinculados - depósitos no BACEN

Compostos por recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	Remuneração	31/12/2018	31/12/2017
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	8.256.797	17.673.837
Compulsório sobre depósito de poupança	TR + 4,55% a.a.	59.443.622	67.249.183
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	32.473.546	39.471.354
Recursos do Crédito Rural	Não remunerado	-	2.296.436
Total		100.173.965	126.690.810

Para os depósitos realizados à partir de 04/05/2012, a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança é de TR + 6,17% a.a. (se a taxa Selic for superior a 8,5% a.a.) e de TR + 70% da taxa SELIC (se essa for inferior ou igual a 8,5% a.a.).

No 3º trimestre de 2018, houve devolução dos depósitos sobre operações de crédito rural recolhidos junto ao BACEN por deficiência de aplicação no ano-safra 2016/2017.

O recolhimento compulsório sobre depósito de poupança foi reduzido em 2018 de 21% para 20%, na modalidade rural, e de 24,5% para 20%, nas demais modalidades.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Créditos Vinculados - Sistema Financeiro da Habitação (SFH)

Inclui os valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS, que estão em processo de novação com aquele fundo.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
FCVS a receber - líquido de provisão	28.271.531	27.813.191
FCVS a receber - não homologados	13.367.825	12.943.851
FCVS a receber - habilitados e homologados	19.443.391	18.574.087
Provisão FCVS a receber	(4.539.685)	(3.704.747)
FGTS a ressarcir	123.163	105.925
Total (líquido de provisão)	28.394.694	27.919.116

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

O saldo do item FCVS a receber – não homologados é composto por contratos em processo de habilitação na CAIXA, ainda não submetidos à homologação do FCVS, no montante de R\$ 1.062.333, e por contratos já habilitados pela CAIXA e em fase de análise por parte do FCVS para homologação, no montante R\$ 12.305.492.

Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de novação para a sua realização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000.

Houve aprovação de nova metodologia para o cálculo da provisão dos contratos a serem ressarcidos pelo FCVS, de acordo com as melhores práticas, com vistas a captar o risco vinculado ao recebimento dos ativos. A metodologia, além de ter incorporado a possibilidade de sinistro para os contratos com negativa de cobertura, inseriu mais uma funcionalidade para o cálculo de provisão para os demais contratos com cobertura do FCVS, ou seja, o cálculo da provisão dos contratos classificados como: Não Habilitados, Habilitados Não Homologados, Homologados, Novado Não Baixado. A incorporação da nova funcionalidade permitiu a definição dos níveis de provisão de todas as operações cobertas pelo FCVS, independentemente da situação do crédito.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2018		2017	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Créditos vinculados ao BACEN	2.444.863	5.129.124	3.635.781	8.856.850
Créditos vinculados ao SFH	985.394	1.792.903	675.708	1.748.227
Total	3.430.257	6.922.027	4.311.489	10.605.077

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 8 – Carteira de crédito

(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

Operações de crédito	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2018	31/12/2017
Operações de crédito	356.799.464	75.510.095	103.554.495	80.832.666	29.268.327	9.478.670	8.417.700	2.791.550	17.352.622	684.005.589	695.150.457
Empréstimos e títulos descontados	11.721.968	22.069.225	54.167.203	16.455.250	7.403.012	2.421.402	1.156.668	1.272.120	9.828.299	126.495.147	144.709.484
Financiamentos	3.250.519	2.858.159	1.187.380	2.686.828	431.810	203.420	66.473	63.760	581.639	11.329.988	17.622.893
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.105.214	2.411.170	2.072.939	1.244.852	247.355	238.017	26.322	23.957	168.168	7.537.994	6.914.403
Financiamentos imobiliários	287.165.179	30.631.560	40.783.003	55.366.090	19.812.726	2.262.141	3.717.019	1.204.533	3.102.173	444.044.424	431.187.564
Financiamentos de infraestrutura	44.375.457	17.205.904	5.076.900	4.791.146	1.276.574	4.303.066	3.418.120	205.255	3.623.949	84.276.371	82.607.985
Cessão de créditos	9.181.127	334.077	267.070	288.500	96.850	50.624	33.098	21.925	48.394	10.321.665	12.108.128
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	1.122.575	5.530.756	1.545.073	1.424.747	228.402	372.480	53.595	33.154	202.819	10.513.601	11.125.067
Cartão de crédito	471.639	5.429.002	1.205.661	472.889	202.998	36.096	13.632	13.118	167.630	8.012.665	7.396.975
Adiantamento de contratos de câmbio (1)	527.829	98.846	320.382	918.934	6.971	231.854	32.223	17.796	12.617	2.167.452	3.304.395
Créditos adquiridos (2)	85.949	-	-	27.837	-	98.511	-	-	-	212.297	328.186
Diversos	37.158	2.908	19.030	5.087	18.433	6.019	7.740	2.240	22.572	121.187	95.511
Total	357.922.039	81.040.851	105.099.568	82.257.413	29.496.729	9.851.150	8.471.295	2.824.704	17.555.441	694.519.190	706.275.524
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa (3)	(371.125)	(486.638)	(1.754.708)	(3.949.117)	(3.537.704)	(3.120.811)	(4.237.242)	(1.977.371)	(17.555.441)	(36.990.157)	(37.502.639)
Total liq. de provisões	357.550.914	80.554.213	103.344.860	78.308.296	25.959.025	6.730.339	4.234.053	847.333	-	657.529.033	668.772.885

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de "Outras Obrigações" (Nota 9 (d)).

(2) Créditos adquiridos com cobertura dos Bancos Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso, BMB e Daycoval.

(3) Inclui a provisão para outros créditos com características de crédito (Nota 9 (a)).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Operações de crédito	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2018	31/12/2017
Provisão regulamentar	-	(405.205)	(1.050.996)	(2.467.724)	(2.949.673)	(2.955.345)	(4.235.648)	(1.977.282)	(17.555.441)	(33.597.324)	(34.283.895)
Operações de crédito	-	(377.551)	(1.035.545)	(2.424.981)	(2.926.833)	(2.843.601)	(4.208.851)	(1.954.083)	(17.352.569)	(33.124.014)	(33.753.286)
Empréstimos e títulos descontados	-	(110.346)	(541.672)	(493.658)	(740.301)	(726.421)	(578.334)	(890.484)	(9.828.246)	(13.909.462)	(15.806.961)
Financiamentos	-	(14.291)	(11.874)	(80.605)	(43.181)	(61.026)	(33.237)	(44.632)	(581.638)	(870.484)	(1.694.126)
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	(12.056)	(20.729)	(37.346)	(24.736)	(71.405)	(13.161)	(16.770)	(168.168)	(364.371)	(274.205)
Financiamentos imobiliários	-	(153.158)	(407.830)	(1.660.983)	(1.981.273)	(678.642)	(1.858.510)	(843.173)	(3.102.173)	(10.685.742)	(9.933.454)
Financiamentos de infraestrutura (1)	-	(86.030)	(50.769)	(143.734)	(127.657)	(1.290.920)	(1.709.060)	(143.679)	(3.623.949)	(7.175.798)	(5.902.676)
Cessão de créditos	-	(1.670)	(2.671)	(8.655)	(9.685)	(15.187)	(16.549)	(15.345)	(48.395)	(118.157)	(141.864)
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	-	(27.654)	(15.451)	(42.743)	(22.840)	(111.744)	(26.797)	(23.209)	(202.872)	(473.310)	(530.609)
Cartão de crédito	-	(27.145)	(12.057)	(14.187)	(20.300)	(10.829)	(6.816)	(9.183)	(167.683)	(268.200)	(234.807)
Adiantamento de contratos de câmbio	-	(494)	(3.204)	(27.568)	(697)	(69.556)	(16.111)	(12.884)	(12.617)	(143.131)	(225.164)
Créditos adquiridos	-	-	-	(835)	-	(29.553)	-	-	-	(30.388)	(26.875)
Diversos	-	(15)	(190)	(153)	(1.843)	(1.806)	(3.870)	(1.142)	(22.572)	(31.591)	(43.763)
Provisão complementar (2)	(371.125)	(81.433)	(703.712)	(1.481.393)	(588.031)	(165.466)	(1.594)	(79)	-	(3.392.833)	(3.218.744)
Operações de crédito	(367.924)	(79.801)	(686.773)	(1.452.154)	(570.012)	(163.302)	(646)	(79)	-	(3.320.691)	(3.162.155)
Empréstimos e títulos descontados	(11.951)	(22.376)	(418.692)	(351.266)	(337.030)	(118.803)	(630)	(79)	-	(1.260.827)	(1.612.945)
Financiamentos	(425)	(1.807)	(13.341)	(64.906)	(79.377)	(44.356)	(16)	-	-	(204.228)	(283.193)
Financiamentos rurais e agroindustriais	(2.123)	(1.174)	(5.670)	(2.506)	(2.100)	(141)	-	-	-	(13.714)	(10.650)
Financiamentos imobiliários	(327.705)	(53.268)	(238.172)	(1.028.147)	(151.505)	(2)	-	-	-	(1.798.799)	(1.223.250)
Financiamentos de infraestrutura	(20.969)	(1.035)	(10.489)	(5.102)	-	-	-	-	-	(37.595)	(32.117)
Cessão de créditos	(4.751)	(141)	(409)	(227)	-	-	-	-	-	(5.528)	-
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	(3.201)	(1.632)	(16.939)	(29.239)	(18.019)	(2.164)	(948)	-	-	(72.142)	(56.589)
Cartão de crédito	(3)	(121)	(883)	(2.735)	(3.819)	(1.634)	-	-	-	(9.195)	(11.406)
Adiantamento de contratos de câmbio	(1.057)	(215)	(1.568)	(13.098)	(335)	-	-	-	-	(16.273)	(16.964)
Créditos adquiridos	(238)	-	-	(1.099)	-	-	-	-	-	(1.337)	(628)
Diversos	(1.903)	(1.296)	(14.488)	(12.307)	(13.865)	(530)	(948)	-	-	(45.337)	(27.591)
Total Provisão	(371.125)	(486.638)	(1.754.708)	(3.949.117)	(3.537.704)	(3.120.811)	(4.237.242)	(1.977.371)	(17.555.441)	(36.990.157)	(37.502.639)

(1) A CAIXA realizou ajustes prudenciais com revisão de rating particularmente para três grandes exposições do segmento de infraestrutura, totalizando aumento na despesa de provisão de R\$ 1,15 bi. Os ajustes efetuados têm como objetivo manter os valores provisionados alinhados aos riscos identificados nas operações de crédito de tomadores e grupos econômicos com exposições relevantes.

(2) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da instituição.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco

(c.1) Operações de crédito em curso normal

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2018	31/12/2017
Parcelas vencidas	357.780.283	80.759.176	94.395.663	57.370.564	17.236.252	6.705.237	6.580.829	942.703	7.550.582	629.321.289	635.066.543
01 a 30 dias	4.148.157	5.685.485	2.732.278	2.071.867	655.921	263.816	147.331	87.462	363.002	16.155.319	17.209.557
31 a 60 dias	4.225.910	3.165.693	2.496.735	1.278.607	492.841	239.393	139.687	29.995	243.372	12.312.233	13.987.055
61 a 90 dias	3.919.017	2.372.055	1.989.263	1.120.564	448.853	231.391	136.226	27.335	204.562	10.449.266	11.894.040
91 a 180 dias	11.775.721	6.615.712	6.640.733	3.985.381	1.254.546	922.130	396.672	74.901	557.398	32.223.194	33.866.211
181 a 360 dias	22.523.649	8.401.430	11.128.951	5.404.242	1.820.661	862.422	731.693	115.846	698.869	51.687.763	55.810.310
Acima de 360 dias	311.187.829	54.518.801	69.407.703	43.509.903	12.563.430	4.186.085	5.029.220	607.164	5.483.379	506.493.514	502.299.370
Parcelas vencidas	141.756	281.675	187.856	165.712	65.364	10.523	4.027	11.291	170.023	1.038.227	976.735
01 a 14 dias	71.558	251.819	108.739	101.122	41.701	7.182	2.649	10.602	14.072	609.444	738.412
15 a 30 dias (1)	70.198	29.856	79.117	64.590	23.663	3.341	1378	689	155.951	428.783	238.323
Total	357.922.039	81.040.851	94.583.519	57.536.276	17.301.616	6.715.760	6.584.856	953.994	7.720.605	630.359.516	636.043.278

(1) Para as operações com prazo remanescente superior a 36 meses, a contagem dos períodos de atraso é realizada em dobro.

A seguir, apresentamos a classificação dos clientes por níveis de risco em função dos períodos de atraso em relação aos vencimentos das operações contratadas. Esta classificação está em conformidade com as disposições da Resolução CMN nº 2.682/1999.

Período de atraso	Prazo em dobro	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Operações de crédito em curso anormal

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO	
										31/12/2018	31/12/2017
Parcelas vencidas	-	-	9.925.613	23.209.884	10.695.295	1.915.032	1.061.653	932.094	3.599.040	51.338.611	55.533.243
01 a 30 dias	-	-	162.344	299.684	143.711	46.456	18.586	18.588	193.590	882.959	1.010.595
31 a 60 dias	-	-	172.992	269.787	129.708	38.749	18.337	18.302	102.989	750.864	831.359
61 a 90 dias	-	-	141.086	249.157	124.900	36.170	17.353	17.532	93.497	679.695	762.836
91 a 180 dias	-	-	443.114	740.781	361.315	106.064	50.124	51.076	272.666	2.025.140	2.273.475
181 a 360 dias	-	-	802.326	1.375.245	660.429	190.408	92.071	93.658	394.187	3.608.524	4.116.385
Acima de 360 dias	-	-	8.203.751	20.275.230	9.275.232	1.497.185	865.182	732.738	2.542.111	43.391.429	46.538.593
Parcelas vencidas	-	-	590.436	1.511.253	1.499.818	1.220.358	824.786	938.616	6.235.796	12.821.063	14.699.003
01 a 30 dias	-	-	461.573	327.411	210.677	52.150	29.169	20.884	99.310	1.201.174	1.191.068
31 a 60 dias	-	-	128.825	554.079	180.173	75.136	51.349	20.534	126.392	1.136.488	1.685.251
61 a 90 dias	-	-	3	492.618	831.991	340.129	128.746	104.094	593.152	2.490.733	2.762.843
91 a 180 dias	-	-	2	137.119	276.796	550.822	402.835	536.760	1.367.911	3.272.245	3.344.736
181 a 360 dias	-	-	33	26	181	202.121	212.687	256.344	3.064.990	3.736.382	4.793.706
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	984.041	984.041	921.399
Total	-	-	10.516.049	24.721.137	12.195.113	3.135.390	1.886.439	1.870.710	9.834.836	64.159.674	70.232.246

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
SETOR PÚBLICO	59.102.627	57.644.602
Administração direta	39.147.035	36.423.408
Administração indireta – petroquímico	6.814.032	6.825.569
Administração indireta – saneamento e infraestrutura	5.093.100	4.833.829
Administração indireta – outros	8.048.460	9.561.796
SETOR PRIVADO	635.416.563	648.630.922
PESSOA JURÍDICA	101.145.513	115.630.610
Energia elétrica	18.390.347	19.472.897
Construção civil	14.131.646	16.450.943
Comércio varejista	12.078.285	17.176.879
Siderurgia e metalurgia	8.260.674	9.190.287
Transporte	8.883.024	9.521.373
Saneamento e infraestrutura	7.245.894	6.787.591
Comércio atacadista	5.973.090	6.022.380
Outras indústrias	4.726.929	6.068.868
Saúde	4.499.335	4.698.340
Agronegócio e extrativismo	3.760.792	3.546.648
Alimentação	2.167.266	2.400.554
Têxtil	1.227.816	1.441.135
Serviços financeiros	1.221.616	1.438.153
Comunicação	1.008.129	1.130.138
Petroquímico	536.473	549.047
Serviços pessoais	176.383	239.282
Outros serviços	6.857.814	9.496.095
PESSOA FÍSICA	534.271.050	533.000.312
Total	694.519.190	706.275.524

(e) Receitas de operação de crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2018		2017	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	19.957.810	40.328.569	22.662.897	46.813.083
Financiamentos rurais e agroindustriais	232.630	446.855	276.407	538.408
Financiamentos imobiliários	16.017.040	31.757.285	16.528.606	34.179.812
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	3.297.193	6.408.255	3.351.876	6.977.153
Outros créditos	4.885	9.522	5.048	7.988
Total	39.509.558	78.950.486	42.824.834	88.516.444

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

A Resolução CMN nº 3.533/2008 estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

(f.1) Rendas vinculadas a aquisição de carteiras de crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2018		2017	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
CARTEIRAS ADQUIRIDAS COM COBRIGAÇÃO				
Banco Cruzeiro do Sul	11.399	21.319	7.979	13.700
BMG	1.874	4.252	3.062	6.993
BMB	-	16	214	921
Bonsucesso	192	609	787	2.154
Daycoval	7.356	18.247	17.943	48.598
Total	20.821	44.443	29.985	72.366

(f.2) Despesas vinculadas a cessão de carteiras de crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2018		2017	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
CARTEIRAS CEDIDAS COM COBRIGAÇÃO				
Despesas vinculadas à cessão	(435.666)	(903.829)	(526.207)	(1.174.129)
CARTEIRAS CEDIDAS SEM COBRIGAÇÃO				
Despesas vinculadas à cessão	(1.019)	(5.027)	(4.745)	(4.745)
Total	(436.685)	(908.856)	(530.952)	(1.178.874)

(g) Créditos Recuperados

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2018		2017	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comercial	1.756.499	2.863.776	1.458.058	2.569.208
Habitação	1.003.235	1.492.273	615.963	1.144.302
Total	2.759.734	4.356.049	2.074.021	3.713.510

(h) Créditos Renegociados

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2018		2017	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comercial	1.169.346	2.442.910	2.015.354	4.619.753
Habitação	14.501.589	26.912.532	14.286.047	27.014.057
Total	15.670.935	29.355.442	16.301.401	31.633.810

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2018		2017	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Saldo inicial	(36.296.857)	(37.502.639)	(35.778.333)	(35.775.487)
Constituição de provisão no período	(11.751.477)	(21.246.605)	(14.579.165)	(28.668.093)
Reversão de provisão no período	3.902.798	6.320.495	5.569.562	9.411.517
Transferência para prejuízo	7.155.379	15.438.592	7.285.297	17.529.424
Saldo final	(36.990.157)	(36.990.157)	(37.502.639)	(37.502.639)

(j) Concentração dos principais devedores

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	31/12/2018	%	31/12/2017	%
Principal devedor	8.996.117	1,30	8.748.920	1,24
10 maiores devedores	45.170.237	6,50	45.636.295	6,46
20 maiores devedores	63.182.198	9,10	63.970.927	9,06
50 maiores devedores	85.147.942	12,26	86.220.949	12,21
100 maiores devedores	99.565.079	14,34	101.196.331	14,33

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 9 – Outros créditos

(a) Composição

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017 (Nota 3 (n))
Créditos por avais e fianças honrados	27.329	31.336
Carteira de câmbio (Nota 9 (d))	2.381.808	3.549.748
Rendas a receber (1)	2.242.495	2.275.189
Dividendos e JCP a receber	98.970	282.523
Convênios setor privado	123.867	124.844
Convênios setor público	450.912	428.881
Administração de fundos de investimento	141.103	43.447
Administração de fundos e programas sociais	1.405.162	1.374.119
Outras rendas a receber	22.481	21.375
Negociação e intermediação de valores	2.234	813
Créditos específicos (1)	1.061.581	1.001.150
Diversos (Nota 9 (b)) (1)	76.506.888	76.846.546
Provisão para outros créditos (2)	(545.452)	(587.198)
Total	81.676.883	83.117.584
Ativo circulante	26.614.706	34.005.778
Ativo não circulante	55.062.177	49.111.806

CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017 (Nota 3 (n))
Créditos por avais e fianças honrados	27.329	31.336
Carteira de câmbio (Nota 9 (d))	2.381.808	3.549.748
Rendas a receber (1)	2.488.743	2.294.687
Dividendos e JCP a receber	296.513	260.067
Convênios setor privado	123.867	124.844
Convênios setor público	450.912	428.881
Administração de fundos de investimento	141.103	43.447
Administração de fundos e programas sociais	1.405.162	1.374.119
Outras rendas a receber	71.186	63.329
Negociação e intermediação de valores	2.234	813
Créditos específicos (1)	1.061.581	1.001.150
Diversos (Nota 9 (b)) (1)	76.562.181	76.849.755
Provisão para outros créditos (2)	(545.452)	(587.198)
Total	81.978.424	83.140.291
Ativo circulante	26.916.247	34.028.485
Ativo não circulante	55.062.177	49.111.806

(1) Inclui os créditos da CAIXA junto à União (Nota 9 (c)) no valor de R\$ 1.687.530 em 31/12/2018 (R\$ 1.601.346 em 31/12/2017).

(2) A Provisão para outros créditos refere-se à provisão para as carteiras de cartão de crédito e de adiantamento de contratos de câmbio, que possuem característica de concessão de crédito (Nota 8 (b)).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outros créditos – diversos

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017 (Nota 3 (n))	31/12/2018	31/12/2017 (Nota 3 (n))
Créditos tributários (Nota 20 (d))	39.756.231	40.114.415	39.760.360	40.114.535
Devedores por depósitos em garantia (Nota 28 (e))	17.667.075	16.654.094	17.667.075	16.654.094
Valores a receber – transações de pagamento	8.012.665	7.396.975	8.012.665	7.396.975
Prêmio em aquisição de carteiras	2.550.773	3.339.036	2.550.773	3.339.036
Impostos e contribuições a compensar	1.440.476	1.539.212	1.463.121	1.540.460
Valores a apropriar (1)	1.824.145	3.851.966	1.824.351	3.854.490
Seguros a receber	131.254	582.357	131.254	582.357
Valores a receber – royalties	618.266	611.962	618.266	611.962
Adiantamentos e antecipações salariais	440.362	207.291	440.362	207.291
Valores a receber – FND	539.434	517.425	539.434	517.425
Cartão de crédito (2)	1.961.599	502.050	1.961.599	502.050
Créditos adquiridos	212.297	328.186	212.297	328.186
Valores a receber - resgate de bônus	129.411	122.503	129.411	122.503
Valores a receber - correspondentes bancários	111.606	119.048	111.606	119.048
Valores a receber – adm. de fundos e programas sociais	72.436	94.625	70.065	93.454
Antecipação de dividendos e de juros sobre capital próprio	-	73.130	-	73.130
Outros devedores	1.038.858	792.271	1.069.542	792.759
Total	76.506.888	76.846.546	76.562.181	76.849.755
Ativo circulante	21.432.773	27.724.085	21.488.066	27.727.294
Ativo não circulante	55.074.115	49.122.461	55.074.115	49.122.461

(1) Os créditos classificados em "Valores a apropriar" representam os ativos classificados em contas transitórias, principalmente liberações de crédito imobiliário e resgates de aplicações financeiras.

(2) O item "Cartão de crédito" é composto por valores a receber sem característica de concessão de crédito referentes a transações com cartão de crédito.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Créditos da CAIXA junto à União

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos concedidos (Voto CMN 162/95)	827.059	777.299
BNH - incentivo aos beneficiários do SFH (DL 2.164/84)	262.072	247.656
Fundo Nacional de Desenvolvimento - Cotas e Dividendos	539.434	517.425
Outros haveres	58.965	58.965
Total	1.687.530	1.601.346

(d) Carteira de câmbio

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ativo - outros créditos		
Câmbio comprado a liquidar – moeda estrangeira	2.290.628	3.406.445
Direitos sobre vendas de câmbio – moeda nacional	25.767	69.648
Rendas a receber de adiantamentos concedidos - ACC/ACE	68.449	79.552
(-) Adiantamentos recebidos – moeda nacional	(3.036)	(5.897)
Ativo circulante	2.381.808	3.549.748
Passivo - outras obrigações		
Câmbio vendido a liquidar – moeda estrangeira	25.246	69.665
Obrigações por compras de câmbio – moeda nacional	2.136.666	3.304.549
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio - ACC/ACE	(2.099.003)	(3.224.843)
Passivo circulante (Nota 18 (a))	62.909	149.371
Carteira líquida de câmbio	2.318.899	3.400.377

(d.1) Resultado de operações de câmbio

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2018		2017	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Variações cambiais - disponibilidade em moeda estrangeira	102.067	402.352	24.356	50.313
Variações cambiais – outras	39.875	473.221	(33.707)	60.649
Operações de câmbio	66.609	180.919	99.551	211.444
Resultado de câmbio	208.551	1.056.492	90.200	322.406

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 10 – Outros valores e bens

A CAIXA promove periodicamente a avaliação dos bens não de uso próprio no intuito de verificar se há evidência objetiva de perda ao seu valor recuperável. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, o qual é apurado pelo potencial valor de venda ou valor de realização deduzido das respectivas despesas, ou pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, conforme estabelece a Resolução CMN nº 3.566/2008.

Nessa carteira, que representa imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis CAIXA que eram de uso e foram desativados, identificou-se a necessidade de revisão da estimativa do valor recuperável. Para tanto, realizou novo estudo com a finalidade de atualizar a metodologia de cálculo do *impairment* e da provisão para esses imóveis, diante do crescimento do estoque e do comportamento das vendas nos 2 últimos anos.

Foram consideradas as variáveis relevantes que impactam essa carteira, sendo elas: o percentual do deságio em relação aos imóveis ocupados e desocupados, o tipo de financiamento, o levantamento de todos os custos incorridos durante o processo de retomada, denominados custos recuperáveis, bem como dos custos de manutenção dos imóveis em estoque até a sua venda, visando aderência às boas práticas relacionadas ao valor de recuperabilidade do ativo, além de eventual provisionamento de passivos existentes.

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados, cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. Em sua composição destaca-se o prêmio de performance das carteiras comerciais adquiridas do Banco PAN no valor de R\$ 672.776 (31/12/2017 - R\$ 593.473).

(a) Composição

Os itens de Outros valores e bens são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Despesas antecipadas" que em 31/12/2018 apresenta o montante de R\$ 740.319 na demonstração consolidada.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bens não de uso próprio	11.502.032	7.903.899
Imóveis patrimoniais não de uso	2.528.514	1.743.706
Imóveis adjudicados/arrematados	8.973.518	6.160.193
Despesas antecipadas	740.279	611.036
Material de consumo	31.478	44.779
Provisões desvalorização de bens não de uso (1)	(3.113.143)	(272.551)
Total	9.160.646	8.287.163

(1) Variação em razão de revisão de metodologia de cálculo realizada pela CAIXA. A revisão se deu pelo aumento do estoque e pelo comportamento das vendas nos últimos anos. Para tanto, considerou-se o valor da avaliação, deduzidos os custos com vendas e, adicionados a essa equação, tendo por base o histórico de vendas, o percentual de deságio em relação aos imóveis ocupados e desocupados e o tipo de financiamento.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 11 – Investimentos

Os investimentos em empresas controladas ou empresas cuja influência seja significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Para o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos em empresas não financeiras, os valores são ajustados para convergência com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição.

(a) Composição do investimento e do resultado de equivalência patrimonial na demonstração contábil individual

Descrição	INDIVIDUAL					
	Investimento		Resultado de Equivalência Patrimonial			
	31/12/2018	31/12/2017	2018		2017	
			2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
CAIXAPAR	2.331.673	2.347.275	295.896	536.793	(6.486)	(156.659)
CAIXA Seguridade S.A.	4.603.698	4.178.630	784.007	1.477.607	637.027	1.298.850
Galgo Sistemas de Informações S.A.	1.147	1.285	(46)	(138)	(117)	(468)
FGO – Fundo de Garantia de Operações	495.848	467.384	-	-	-	-
FGHAB – Fundo Garantidor Hab. Popular	265.210	265.210	-	-	-	-
Outros Investimentos	10.103	11.442	(801)	(1.340)	(1.034)	(1.220)
Total	7.707.679	7.271.226	1.079.056	2.012.922	629.390	1.140.503

(a.1) Participações societárias da CAIXAPAR

Carteira de participações societárias da CAIXAPAR	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
Banco PAN	262.164.546	112.732.358	39,87	32,83
Branes	2.200.010	-	2,00	2,00
FIP Veneza	171.667	-	-	75,00
Caixa Imóveis	1.887.839.025	-	49,98	49,98
Capgemini	63.764.544	-	20,70	19,11
Cibrasec	4.000	20	9,65	9,65
Caixa Crescer	55.632.415	8.000.000	49,00	52,36
Elo Serviços	62.779	926.278.144	0,01	36,89
TecBan	436.134.248	-	11,61	11,61
Quod	6.460.970	6.460.970	20,00	20,00
Caixa Cartões	200	-	100,00	100,00

(a.2) Participações societárias da CAIXA Seguridade

Carteira de participações societárias da CAIXA Seguridade	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
CAIXA Securitária	100.000	-	100%	100%
Too Seguros (1)	166.211.447	-	49%	48,98%
PAN Corretora	149.940	-	49%	49%
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.278.823	-	48,21%	48,21%

(1) Refere-se à antiga PAN Seguros

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição dos investimentos e do resultado de equivalência patrimonial na demonstração contábil consolidada

A carteira de investimento consolidada é composta por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR e a CAIXA Seguridade exercem influência significativa ou possuem controle compartilhado.

A participação de 100% da CAIXA Seguridade na CAIXA Securitária é eliminada quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA Seguridade que são utilizadas para a consolidação do Conglomerado CAIXA.

No investimento do Banco PAN foram eliminados os efeitos do lucro não realizado no valor de R\$ 83.095 no 2º semestre/2018 e de R\$ 267.395 no exercício/2018 (2º semestre/2017 – (R\$ 6.457) e no exercício/2017 – (R\$ 176.162)).

Descrição	CONSOLIDADO					
	Investimento		Resultado de Equivalência Patrimonial			
	31/12/2018	31/12/2017	2018		2017	
			2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
CAIXA Seguros Holding	3.742.521	3.402.526	565.239	1.018.344	464.384	936.206
Banco PAN	937.258	759.948	123.394	344.371	32.417	(118.540)
Elo Serviços	100.782	44.692	27.050	56.028	15.886	22.657
Cia. Brasileira de Securitização - CIBRASEC	6.894	7.025	6	90	106	288
Crescer	-	-	(7.523)	(13.481)	(7.878)	(13.600)
Caixa Imóveis	-	3.479	(4.474)	(11.116)	-	-
Branes	1.678	1.898	(229)	(221)	8	24
Galgo Sistemas de Informações	1.147	1.285	(46)	(138)	(116)	(467)
Fundo Garantia de Operações - FGO	495.848	467.384	-	-	-	-
Fundo Garantidor Habitação Popular - FGHAB	265.210	265.210	-	-	-	-
Fundo de Investimento em Participações - Veneza	32.489	27.156	(1.351)	4.584	(5.702)	(6.232)
TECBAN	112.934	112.049	517	(6.161)	2.318	5.512
Quod	61.508	28.724	359	(3.267)	(5.431)	(5.431)
Too Seguros	319.773	368.764	6.599	30.170	3.894	22.349
Outros investimentos	1.750	50.411	(23.682)	(36.560)	(31.218)	(62.511)
Total	6.079.792	5.540.551	685.859	1.382.643	468.668	780.255

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Redução ao valor recuperável de investimentos

Os investimentos, independentemente do método de avaliação, são submetidos a teste de redução ao valor recuperável de ativos, conforme estabelece a Resolução CMN nº 3.566/2008.

INDIVIDUAL						
Descrição	31/12/2018			31/12/2017		
	Custo	Redução ao valor recuperável	Líquido	Custo	Redução ao valor recuperável	Líquido
Fundo Garantia de Operações - FGO	495.848	-	495.848	495.848	(28.464)	467.384
Outros investimentos	21.191	(11.088)	10.103	22.529	(11.087)	11.442
Total	517.039	(11.088)	505.951	518.377	(39.551)	478.826

CONSOLIDADO						
Descrição	31/12/2018			31/12/2017		
	Custo	Redução ao valor recuperável	Líquido	Custo	Redução ao valor recuperável	Líquido
Fundo Garantia de Operações - FGO	495.848	-	495.848	495.848	(28.464)	467.384
Outros investimentos	104.131	(102.381)	1.750	134.045	(83.634)	50.411
Total	599.979	(102.381)	497.598	629.893	(112.098)	517.795

Nota 12 – Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais.

Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação e depreciados pelo método linear sem valor residual (Resolução CMN nº 4.535/2016) e são submetidos a teste de redução ao valor recuperável (Resolução CMN nº 3.566/2008).

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do exercício apresentado, com vistas a detectar variações significativas.

Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados, assim como não tem custos de empréstimos relacionados a estes ativos.

Com o índice de imobilização apurado de 9,60% (31/12/2017 – 11,03%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio de Referência a partir de 31/12/2002.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição

Os itens do Imobilizado de uso são coincidentes nas demonstrações individual e consolidada, com exceção do item "Instalações, móveis e equipamentos de uso" que apresentou na demonstração consolidada custo de R\$ 1.522.678 e depreciação de (R\$ 1.110.209) e do item "Sistemas de comunicação" que apresentou custo de R\$ 104.983 e depreciação de (R\$ 84.558).

INDIVIDUAL					
Descrição	Vida útil (em anos)	31/12/2018			31/12/2017
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Imóveis de uso	-	2.667.293	(1.580.708)	1.086.585	1.015.260
Edificações	25	2.582.809	(1.580.708)	1.002.101	932.096
Terrenos	-	84.484	-	84.484	83.164
Reavaliações de imóveis de uso	-	689.161	(251.047)	438.114	462.084
Edificações	25	505.833	(251.047)	254.786	275.016
Terrenos	-	183.328	-	183.328	187.068
Outras imobilizações de uso	-	8.159.551	(6.771.720)	1.387.831	1.588.044
Imobilizações em curso	-	91	-	91	-
Instalações, móveis e equipam. de uso	10	1.522.676	(1.110.207)	412.469	697.353
Sistema de comunicação	10	104.934	(84.556)	20.378	12.789
Sistema de processamento de dados	5	5.943.631	(5.135.851)	807.780	764.938
Sistema de transporte e segurança	5	588.219	(441.106)	147.113	112.964
Total	-	11.516.005	(8.603.475)	2.912.530	3.065.388

(b) Movimentação

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	31/12/2017	Movimentação em 2018				31/12/2018
	Líquido	Transf. (1)	Adições	Baixas	Depreciação	Líquido
Imóveis de uso	1.015.260	(528)	430.308	(54.572)	(303.883)	1.086.585
Edificações	932.096	(198)	427.588	(53.502)	(303.883)	1.002.101
Terrenos	83.164	(330)	2.720	(1.070)	-	84.484
Reavaliação de imóveis de uso	462.084	-	5.428	(9.082)	(20.316)	438.114
Edificações	275.016	-	5.428	(5.342)	(20.316)	254.786
Terrenos	187.068	-	-	(3.740)	-	183.328
Outras imobilizações de uso	1.588.044	(85)	396.681	(542)	(596.267)	1.387.831
Imobilizações em curso	-	(85)	176	-	-	91
Instalações, móveis e equipam. de uso	697.353	(241.197)	45.033	(53)	(88.667)	412.469
Sistema de comunicação	12.789	9.701	1.228	-	(3.340)	20.378
Sistema de proc.de dados	764.938	214.758	284.196	(474)	(455.638)	807.780
Sistema de transporte e segurança	112.964	16.738	66.048	(15)	(48.622)	147.113
Total	3.065.388	(613)	832.417	(64.196)	(920.466)	2.912.530

(1) Representam as reclassificações dentro do ativo.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 13 – Intangível

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais (Resolução CMN nº 4.534/2016) e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável - *impairment* (Resolução CMN nº 3.566/2008).

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de aquisição de folhas de pagamento e de projetos logiciais – *softwares*.

As aquisições de folhas de pagamento referem-se a valores pagos de contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários. Seu prazo de vida útil é de 5 anos e sua amortização mensal é calculada pelo resultado da divisão do valor do ativo pelo prazo de vida útil excluído o prazo de carência. A CAIXA possui um contrato relevante com valor contábil de R\$ 377.386 e prazo remanescente de 46 meses.

Projetos logiciais - *softwares* referem-se a aquisições de *software* e desenvolvimento interno, sendo que os desenvolvidos são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança. Seu prazo de vida útil é de 5 anos e sua amortização é calculada mensalmente com base em 1/60 (um sessenta avos) do valor de custo do ativo.

(a) Composição

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
Descrição	31/12/2018				31/12/2017 (Nota 3 (n))
	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	2.821.614	(1.490.096)	(2.217)	1.329.301	1.931.870
Projetos logiciais - Software	1.728.853	(613.938)	-	1.114.915	1.162.572
Total	4.550.467	(2.104.034)	(2.217)	2.444.216	3.094.442

(b) Movimentação

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
Descrição	31/12/2017 (Nota 3 (n))	Movimentação em 2018			31/12/2018
	Líquido	Adições	Baixas	Amortizações	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	1.931.870	56.448	(1.790)	(657.227)	1.329.301
Projetos logiciais - Software	1.162.572	242.760	(65.334)	(225.083)	1.114.915
Total	3.094.442	299.208	(67.124)	(882.310)	2.444.216

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 14 – Depósitos

(a) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	INDIVIDUAL					CONSOLIDADO	
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018
Depósitos à Vista	30.445.640	-	-	-	30.445.640	32.398.853	30.445.598
Pessoas físicas	14.961.427	-	-	-	14.961.427	15.571.635	14.961.427
Pessoas jurídicas	11.552.924	-	-	-	11.552.924	12.246.509	11.552.882
Vinculados	2.297.983	-	-	-	2.297.983	2.172.783	2.297.983
Governo	1.067.232	-	-	-	1.067.232	1.511.492	1.067.232
Moedas estrangeiras	5.283	-	-	-	5.283	9.205	5.283
Instituições do sistema financeiro	17.871	-	-	-	17.871	26.820	17.871
Entidades públicas	226.711	-	-	-	226.711	572.551	226.711
Contas encerradas	32.697	-	-	-	32.697	29.606	32.697
Outros	283.512	-	-	-	283.512	258.252	283.512
Depósitos de Poupança	298.352.534	-	-	-	298.352.534	276.693.320	298.352.534
Pessoas físicas	293.962.755	-	-	-	293.962.755	272.495.932	293.962.755
Pessoas jurídicas	2.068.239	-	-	-	2.068.239	2.011.728	2.068.239
Vinculados	2.100	-	-	-	2.100	2.082	2.100
Contas encerradas	2.319.440	-	-	-	2.319.440	2.183.578	2.319.440
Depósitos Interfinanceiros	-	145.021	216.243	10.686	371.950	577.401	371.950
Depósitos a prazo	82.674.500	4.797.027	19.145.415	72.427.203	179.044.145	186.537.181	178.254.497
CDB	10.863	4.797.027	19.145.415	72.427.203	96.380.508	111.732.731	95.590.860
Depósitos Judiciais	82.663.637	-	-	-	82.663.637	74.804.450	82.663.637
Depósitos especiais e de fundos e programas	13.313.602	-	-	-	13.313.602	10.913.088	13.313.602
Outros	-	-	-	-	-	26	-
Total	424.786.276	4.942.048	19.361.658	72.437.889	521.527.871	507.119.869	520.738.181
Passivo circulante					449.089.982	412.992.412	448.984.816
Passivo não circulante					72.437.889	94.127.457	71.753.365
							93.233.297

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo de depósitos a prazo é composto por remunerações prefixadas e pós-fixadas. Em 31/12/2018 68% (individual/consolidado) do montante destes depósitos referem-se às operações de CDB/RDB com remuneração prefixada. Os depósitos judiciais possuem remuneração pós-fixada e correspondem a 46% (individual/consolidado) do montante dos depósitos a prazo.

Em 31/12/2018, 95% dos saldos dos depósitos especiais e de fundos e programas referem-se às operações com remuneração pós-fixada tanto no balanço individual quanto no consolidado.

(b) Despesas de captações com depósitos

INDIVIDUAL				
Descrição	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Depósitos de poupança	(6.732.214)	(13.338.134)	(7.656.841)	(16.165.454)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(3.175.274)	(6.589.533)	(5.034.125)	(12.830.798)
Depósitos judiciais	(1.644.007)	(3.286.051)	(2.066.112)	(4.432.537)
Depósitos especiais e de fundos e programas (Nota 14 (d))	(503.890)	(1.091.001)	(632.913)	(1.584.506)
Depósitos interfinanceiros	(13.288)	(31.777)	(28.963)	(81.748)
Outras captações	(291.328)	(637.237)	(385.069)	(778.170)
Total	(12.360.001)	(24.973.733)	(15.804.023)	(35.873.213)

CONSOLIDADO				
Descrição	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Depósitos de poupança	(6.732.214)	(13.338.134)	(7.656.841)	(16.165.454)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(3.142.640)	(6.522.466)	(4.997.716)	(12.740.131)
Depósitos judiciais	(1.644.007)	(3.286.051)	(2.066.112)	(4.432.537)
Depósitos especiais e de fundos e programas (Nota 14 (d))	(503.890)	(1.091.001)	(632.913)	(1.584.506)
Depósitos interfinanceiros	(13.288)	(31.777)	(223)	(53.008)
Outras captações	(291.328)	(637.237)	(385.069)	(778.170)
Total	(12.327.367)	(24.906.666)	(15.738.874)	(35.753.806)

(c) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	8.019.871	3.580.263
Depósitos - Especiais com remuneração	2.313.586	2.231.400
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	196.826	1.621.973
Depósitos – PREVHAB	916.768	867.229
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	794.309	760.267
Fundo Garantidor do FIES (1)	1.401	-
Programa de Integração Social – PIS	137.894	303.829
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 14 (e))	-	577.319
Fundo Garantia Sagra – FGS	370.175	386.909
Depósitos – PRODEC	67.380	64.725
Saúde CAIXA	11.217	64.705
Outros	484.175	454.469
Total	13.313.602	10.913.088

(1) Fundo instituído pela Lei nº 13.530/2017 e com integralização pela União autorizada pelo Decreto nº 9.305/2018.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
Descrição	Taxa de Remuneração	2018		2017	
		2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Depósitos – FGTS	Selic	(210.018)	(439.540)	(234.033)	(688.564)
Depósitos – PIS	Extra mercado	(126.066)	(284.105)	(121.350)	(162.770)
Depósitos – FAR	Selic	(26.518)	(76.415)	(89.065)	(251.929)
Depósitos – PREVHAB	Selic	(28.059)	(55.581)	(33.866)	(78.691)
Depósitos – FDS	Selic fator dia	(22.546)	(43.637)	(26.325)	(72.253)
Depósitos – Tesouro Nacional	Selic	(15.850)	(31.170)	(18.484)	(42.792)
Depósitos – FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(9.464)	(18.371)	(9.837)	(21.813)
Depósitos – FAT	Selic e TJLP	(3.550)	(12.058)	(29.497)	(76.601)
Depósitos – Fundo Paulista de Habitação	CDI	(19.087)	(32.840)	(14.894)	(41.129)
Depósitos – FCA	Extra - mercado	(6.819)	(13.070)	(7.780)	(27.674)
Depósitos – Caução	TR	(2.901)	(5.016)	(3.006)	(9.097)
Depósitos – PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(1.952)	(3.865)	(1.901)	(4.058)
Outros		(31.060)	(75.333)	(42.875)	(107.135)
Total		(503.890)	(1.091.001)	(632.913)	(1.584.506)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 15 – Captações no mercado aberto

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Carteira própria (1)	112.010.641	110.098.112	112.010.641	109.961.976
Letras financeiras do tesouro	25.679.032	20.857.128	25.679.032	20.857.128
Letras do tesouro nacional	67.466.747	77.682.536	67.466.747	77.682.536
Notas do tesouro nacional	14.809.243	8.533.004	14.809.243	8.533.004
Debêntures	1.425.817	572.993	1.425.817	524.349
Certificados de recebíveis imobiliários	2.629.802	2.452.451	2.629.802	2.364.959
Carteira de terceiros	46.202.292	38.565.290	46.202.292	38.565.290
Letras do tesouro nacional	29.416.725	38.565.290	29.416.725	38.565.290
Notas do tesouro nacional	16.785.567	-	16.785.567	-
Total	158.212.933	148.663.402	158.212.933	148.527.266
Passivo circulante	145.253.664	140.622.710	145.253.664	140.486.574
Passivo não circulante	12.959.269	8.040.692	12.959.269	8.040.692

(1) Valores calculados considerando o (PU de Garantia) do papel vinculado.

(b) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	INDIVIDUAL			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Carteira própria	(1.974.287)	(4.561.266)	(2.931.930)	(6.505.642)
Carteira de terceiros	(2.977.747)	(5.179.674)	(3.075.196)	(8.420.826)
Carteira de livre movimentação	-	-	(254.651)	(503.080)
Total	(4.952.034)	(9.740.940)	(6.261.777)	(15.429.548)

Descrição	CONSOLIDADO			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Carteira própria	(1.974.287)	(4.559.647)	(2.925.231)	(6.490.693)
Carteira de terceiros	(2.977.747)	(5.179.674)	(3.075.196)	(8.420.826)
Carteira de livre movimentação	-	-	(254.651)	(503.080)
Total	(4.952.034)	(9.739.321)	(6.255.078)	(15.414.599)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos

(a) Recursos de letras

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Depósitos	Indexador	Vencimento				31/12/2018	31/12/2017
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Letra de crédito imobiliária	(CDI)	6.728.551	3.991.359	6.266.367	41.742.886	58.729.163	82.326.153
Letra de crédito imobiliária	(TR)	-	-	-	50.430	50.430	56.682
Letra hipotecária	(IGP-M)	-	-	-	789.048	789.048	733.162
Letra hipotecária	(INPC)	-	-	-	16.974	16.974	16.414
Letra financeira	(CDI)	601.034	1.465.810	575.362	174.212	2.816.418	33.187.079
Letra financeira	(IPCA)	10.686	-	7.158	1.130.328	1.148.172	1.067.065
Letra de crédito do agronegócio	(CDI)	-	-	-	-	-	141.779
Total		7.340.271	5.457.169	6.848.887	43.903.878	63.550.205	117.528.334
Passivo circulante						19.646.327	62.361.482
Passivo não circulante						43.903.878	55.166.852

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Despesas com recursos de letras

Os itens de Despesas com recursos de letras são coincidentes nas demonstrações individual e consolidada, com exceção do item "Letras financeiras" que, no comparativo, em 2017, o referido item apresentou os montantes de (R\$ 1.630.683) no 2º semestre e (R\$ 3.828.980) no exercício.

INDIVIDUAL				
Descrição	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Letra de crédito imobiliárias	(1.697.337)	(3.696.368)	(3.031.419)	(7.598.484)
Letras hipotecárias	(57.389)	(133.813)	(48.052)	(72.718)
Letras financeiras	(621.478)	(1.507.353)	(1.649.422)	(3.847.719)
Letras de crédito do agronegócio	-	(2.828)	(7.438)	(27.879)
Total	(2.376.204)	(5.340.362)	(4.736.331)	(11.546.800)

(c) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

A CAIXA realiza emissão de títulos no exterior com o objetivo de construir uma fonte alternativa de captar recursos de longo prazo. Foram realizadas cinco emissões internacionais, sendo 4 tranches seniores (a 1ª tranche sênior foi finalizada em novembro de 2017) e 1 tranche subordinada. As características são apresentadas a seguir com exceção da tranche subordinada que é apresentada na Nota 18 (d1).

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Título	Moeda	Valor emitido (1)	Remuner. a.a.	Data Captação	Vencimento	31/12/2018	31/12/2017
2ª série	US\$	500.000	3,50%	nov/12	nov/22	1.914.397	1.758.256
3ª série	US\$	1.250.000	4,50%	out/13	out/18	-	4.229.278
4ª série	US\$	1.300.000	4,25%	mai/14	mai/19	5.051.739	4.694.317
Total						6.966.136	10.681.851

(1) Valores em milhares de US\$.

(d) Resultado com obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

INDIVIDUAL				
Descrição	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Despesa de TVM no exterior - sem subordinação	(547.708)	(1.879.478)	(825.959)	(1.395.466)
Despesa de TVM no exterior - com subordinação	(52.673)	(54.528)	(443.034)	(573.834)
Total	(600.381)	(1.934.006)	(1.268.993)	(1.969.300)

CONSOLIDADO				
Descrição	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Despesa de TVM no exterior - sem subordinação	(547.708)	(1.879.478)	(786.243)	(1.355.750)
Despesa de TVM no exterior - com subordinação	(52.673)	(54.528)	(443.034)	(573.834)
Total	(600.381)	(1.934.006)	(1.229.277)	(1.929.584)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Repasse no país	298.228.183	269.553.942
FGTS	266.194.112	235.620.378
BNDES	28.663.569	30.814.153
Tesouro Nacional	369.363	399.970
Fundo Marinha Mercante	2.494.879	2.380.023
Outras instituições	506.260	339.418
Repasse no exterior	343.558	55.530
Empréstimos no exterior	2.011.774	2.147.951
Total de obrigações por empréstimos e repasses	300.583.515	271.757.423
Passivo circulante	1.245.461	1.507.793
Passivo não circulante	299.338.054	270.249.630

(a) Repasses no país

Compostos por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário. Tais repasses estão sujeitos à atualização monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), taxa média de juros de 5,09% a.a. (habitação 5,02% a.a., infraestrutura 5,71% a.a. e saneamento 5,63% a.a.) e prazo médio de retorno de 240 meses (habitação 247 meses, infraestrutura 196 meses e saneamento 160 meses).

(b) Repasses no exterior

O saldo de repasses no exterior, referente a contrato firmado entre a CAIXA e o Banco Mundial – BIRD, para aplicação no Programa de Financiamento para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo está sujeito à variação cambial do dólar americano (US\$), taxa de juros de 0,8% a.a., acrescido de LIBOR. O prazo de vencimento da operação varia entre 12 e 15 anos.

(c) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto por linhas de crédito captadas no exterior para financiamento de exportações de clientes, sujeitas a taxa de juros de até 3,99% a.a., substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2019.

(d) Despesas com obrigações por empréstimos/repasses

INDIVIDUAL				
Descrição	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Repasse no país	(9.013.520)	(17.436.719)	(8.430.726)	(17.007.770)
FGTS	(7.627.336)	(14.772.245)	(7.143.907)	(14.415.254)
BNDES	(1.283.955)	(2.375.931)	(1.169.637)	(2.335.834)
Tesouro Nacional - PIS	(5.457)	(14.504)	(15.940)	(41.612)
Fundo Marinha Mercante	(67.102)	(215.693)	(69.653)	(139.976)
Outras instituições	(29.670)	(58.346)	(31.589)	(75.094)
Repasse no exterior	-	(9.884)	-	(2.503)
Empréstimos no exterior	(98.853)	(479.168)	(8.932)	(120.006)
Total	(9.112.373)	(17.925.771)	(8.439.658)	(17.130.279)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	CONSOLIDADO			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Repasse no país	(9.013.520)	(17.436.719)	(8.430.726)	(17.007.770)
FGTS	(7.627.336)	(14.772.245)	(7.143.907)	(14.415.254)
BNDES	(1.283.955)	(2.375.931)	(1.169.637)	(2.335.834)
Tesouro Nacional - PIS	(5.457)	(14.504)	(15.940)	(41.612)
Fundo Marinha Mercante	(67.102)	(215.693)	(69.653)	(139.976)
Outras instituições	(29.670)	(58.346)	(31.589)	(75.094)
Repasse no exterior	109	(9.775)	475	(2.028)
Empréstimos no exterior	(98.853)	(479.168)	(8.932)	(120.006)
Total	(9.112.264)	(17.925.662)	(8.439.183)	(17.129.804)

Nota 18 – Outras obrigações

(a) Composição

INDIVIDUAL			
Descrição		31/12/2018	31/12/2017 (Nota 3 (n))
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))		66.238.006	61.931.912
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))		15.346.599	17.850.274
Dívida Subordinada		10.348.843	10.742.909
Sociais e estatutárias		2.550.058	3.685.388
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))		2.077.665	2.125.428
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Notas 18 (d))		2.961.739	3.320.698
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados		367.371	416.763
Carteira de câmbio (Nota 9 (d))		62.909	149.371
Negociação e intermediação de valores		9.396	45.770
Diversas (Nota 18 (e))		61.928.630	68.973.433
Total		161.891.216	169.241.946
Passivo circulante		49.872.602	60.474.798
Passivo não circulante		112.018.614	108.767.148

CONSOLIDADO			
Descrição		31/12/2018	31/12/2017
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))		25.995.388	24.956.210
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))		15.346.599	17.850.274
Dívida Subordinada		10.348.843	10.742.909
Sociais e estatutárias		2.551.813	3.686.370
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))		2.219.295	2.413.674
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Notas 18 (d))		2.961.739	3.320.698
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados		367.371	416.763
Carteira de câmbio (Nota 9 (d))		62.909	149.371
Negociação e intermediação de valores		9.396	45.770
Diversas (Nota 18 (e))		61.980.488	69.003.425
Total		121.843.841	132.585.464
Passivo circulante		50.067.845	60.794.018
Passivo não circulante		71.775.996	71.791.446

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Fiscais e previdenciárias

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Tributos sobre salários a recolher	625.654	461.949
Tributos sobre serviços a recolher	261.237	316.363
Tributos sobre lucros a recolher	131.574	94.815
Imposto de renda	432	-
COFINS	113.084	82.275
PASEP	18.058	12.540
Tributos diferidos	1.059.200	1.252.301
Reavaliação – edificações	117.876	127.958
Ajustes ao valor mercado - títulos para negociação	573.787	1.124.343
Ajustes ao valor de mercado - títulos disponíveis para venda	367.537	-
Total	2.077.665	2.125.428
Passivo circulante	1.959.789	1.997.470
Passivo não circulante	117.876	127.958

CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Tributos sobre salários a recolher	625.728	462.102
Tributos sobre serviços a recolher	261.233	316.370
Tributos sobre lucros a recolher	227.809	116.448
Imposto de renda	62.962	11.220
Contribuição social	23.545	4.228
COFINS	121.463	87.410
PASEP	19.839	13.590
Tributos diferidos	1.104.525	1.518.754
Reavaliação – edificações	117.876	127.958
Ajustes ao valor mercado - títulos para negociação	573.788	1.124.343
Ajustes ao valor mercado - títulos disponíveis p/ venda	412.861	266.453
Total	2.219.295	2.413.674
Passivo circulante	2.101.419	2.285.716
Passivo não circulante	117.876	127.958

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administrados pela CAIXA.

A variação significativa dos recursos do PIS a partir do 2º semestre de 2017 refere-se aos recursos disponibilizados para retiradas de cotas, conforme Lei 13.677 de 13/06/2018.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Fundos e programas sociais	12.894.766	10.160.348
Recursos do FGTS	4.032.451	3.525.647
Remuneração do AG Financeiro - OGU	2.966.970	2.964.133
Remuneração do AG Financeiro - FGTS	3.806.613	1.687.855
Aportes - Minha Casa Minha Vida	1.092.079	1.209.830
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	318.665	312.138
Programas de transferência de renda	511.887	239.997
Outros fundos e programas	166.101	220.748
Fundos financeiros e de desenvolvimento	835.945	6.745.762
PIS	394.073	5.900.384
FAT	440.390	843.897
FINSOCIAL	1.482	1.481
Operações com loterias	1.615.888	944.164
Total	15.346.599	17.850.274

(d) Instrumentos de dívida elegíveis a capital**(d.1) Instrumentos Financeiros Subordinados – Nível II**

A CAIXA possui 22 Instrumentos Financeiros Subordinados – IFS autorizados a compor o Nível II do Patrimônio de Referência – PR, sendo 09 Instrumentos de Dívida Subordinada – IDS, 12 Letras Financeiras Subordinadas – LFS e 01 Nota Subordinada – NS no Exterior, conforme detalhamento nos itens subsequentes.

O valor total captado por meio destes IFS compõe o capital da instituição, refletindo positivamente no Patrimônio de Referência - PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.

Instrumento de Dívida Subordinada – IDS

A CAIXA possui 09 instrumentos de dívida subordinada autorizados pelo Banco Central do Brasil na composição do Nível II do PR, em acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.192/2013, contratados com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS nos anos de 2005, 2011, 2012, 2014, 2015, 2016 e 2017.

Sobre o valor total das dívidas incide atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

Letras Financeiras Subordinadas – LFS

A CAIXA possui 12 Letras Financeiras Subordinadas captadas no mercado local, no valor de face total de R\$ 234.900, todas consideradas elegíveis ao Nível II do PR pelo BACEN.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota Subordinada – NS

A CAIXA captou com sucesso US\$ 500.000 (quinhentos milhões de dólares) no mercado internacional, no dia 16/07/2014, por meio da emissão de bônus subordinados elegíveis a compor o capital de Nível II sob as regras de Basileia III. Os títulos emitidos possuem prazo de 10 anos, com possibilidade de resgate (*call*) no 5º ano e uma taxa de retorno de 7,25% a.a.

Esta transação foi a primeira emissão de capital Nível II de acordo com as regras de Basileia III realizada por um banco brasileiro e a quinta transação da CAIXA no mercado de capitais internacional. As Notas possuem *reset* de cupom após o 5º ano e cláusula de "absorção de perdas" com eventual *write off* de principal e juros. Ou seja, as notas podem ser baixadas permanentemente em um montante pelo menos igual ao montante contabilizado como capital Nível II nas seguintes hipóteses: (i) Capital principal inferior a 4,5%, (ii) Execução de um compromisso de fazer um aporte de capital emergencial na Emissora, (iii) Determinação pelo Banco Central do Brasil de não viabilidade do banco.

Informações adicionais sobre os Instrumentos Financeiros Subordinados estão disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3, em: www.caixa.gov.br, menu Sobre a CAIXA, Relações com Investidores, Gerenciamento de Riscos, Relatórios de Gerenciamento de Risco e Capital.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Vencim.	Rem. a.a. (%)	Data captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amortização	Impacto Hedge Contábil Risco de Mercado	Saldo devedor 31/12/2018	Saldo devedor 31/12/2017
Obrigações de Empréstimos - Recursos do FGTS								
fev/20	6,30%	out/05	3.439.717	2.657.953	(5.057.879)	-	1.039.791	1.930.967
abr/26	6,00%	ago/11	3.000.000	1.915.659	-	-	4.915.659	4.633.878
jul/32	5,08%	jun/12	3.000.000	1.393.392	-	-	4.393.392	4.178.064
dez/33	5,15%	out/14	3.000.000	894.907	-	-	3.894.907	3.701.615
fev/38	4,80%	dez/14	4.000.000	1.065.546	-	-	5.065.546	4.830.426
dez/40	4,75%	set/15	3.000.000	615.833	-	-	3.615.833	3.449.607
mai/44	4,75%	set/16	4.000.000	510.333	-	-	4.510.333	4.302.865
ago/44	4,86%	mai/17	4.000.000	339.650	-	-	4.339.650	4.135.636
mai/44	5,23%	set/17	2.000.000	134.086	-	-	2.134.086	2.026.513
Letra Financeira elegível – Nível II								
jun/20	110%CDI	jun/14	10.000	6.841	-	-	16.841	15.726
jul/19	110%CDI	jul/14	17.400	11.642	-	-	29.042	27.120
dez/21	110%CDI	dez/14	1.500	881	-	-	2.381	2.224
jun/24	100%IPCA + 6,95%	jun/14	200.000	152.792	-	31.892	384.684	368.551
fev/25	100%IPCA + 6,74%	fev/15	1.200	712	-	208	2.120	1.951
fev/25	100%IPCA + 6,65%	fev/15	1.200	703	-	193	2.096	1.934
fev/25	100%IPCA + 6,58%	fev/15	2.400	1.426	-	348	4.174	3.881
mar/25	100%IPCA + 6,45%	mar/15	1.200	692	-	161	2.053	1.904
TVM no exterior elegível – Nível II								
jul/24	7,25%	jul/14	1.106.450	865.589	-	19.604	1.991.643	2.086.257
Total			30.781.067	10.568.637	(5.057.879)	52.406	36.344.231	35.699.119

(d.2) Instrumentos híbridos de capital e dívida

O Nível I do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar. A CAIXA possui 06 Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD autorizados a compor o seu Capital Principal e não tem instrumentos subordinados contratados com características de Capital Complementar.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Resolução CMN nº 4.192/2013 determina, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, a reclassificação para o patrimônio líquido dos instrumentos que atendam às características de capital principal. Assim, informações adicionais sobre os instrumentos financeiros subordinados elegíveis a capital principal podem ser verificadas na Nota 19 (b).

Os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, classificados em Outras obrigações – Instrumentos de dívida elegíveis a capital apresentam a seguinte composição:

INDIVIDUAL		
Discriminação	31/12/2018	31/12/2017
IHCD - elegíveis a capital principal	40.242.618	36.975.702
Contrato 348	9.468.805	7.851.945
Contrato 504	9.663.215	8.013.159
Contrato 752	6.800.000	6.800.000
Contrato 754	6.310.598	6.310.598
Contratos 868 e 869	8.000.000	8.000.000
IHCD - não elegíveis a capital principal	2.961.739	3.320.698
Total	43.204.357	40.296.400

Os instrumentos financeiros subordinados elegíveis a capital principal são classificados dentro do patrimônio líquido nas demonstrações contábeis consolidadas.

Os instrumentos financeiros não elegíveis a capital principal são compostos por juros remuneratórios a pagar e atualização monetária não incorporada.

Na demonstração consolidada, os juros remuneratórios a pagar e a atualização monetária não incorporada compõem os Instrumentos híbridos de capital e dívida, classificados em Outras obrigações – Instrumentos híbridos de capital e dívida, perfazendo um montante de R\$ 2.961.739 em 31/12/2018 (31/12/2017 – R\$ 3.320.698).

(e) Diversas

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego (Nota 29 (a))	23.265.466	22.274.820
Saúde CAIXA	9.916.674	10.122.889
Auxílio e cesta alimentação	1.605.080	1.422.383
Planos de benefícios - Previdência privada	11.743.712	10.729.548
Recursos vinculados a cessão de crédito	10.315.507	12.181.955
Credores diversos - País (Nota 18 (f)) (1)	5.790.357	12.283.020
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 28)	4.720.770	4.283.853
Obrigações por transações de pagamento (1)	488.264	3.967.431
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 28)	3.409.081	3.080.057
Provisões para pagamentos a efetuar	3.224.496	2.648.335
Financiamentos imobiliários a liberar	3.101.342	2.341.570
Valores a pagar a sociedades ligadas	2.406.104	1.510.626
Provisões para outras contingências	2.266.008	1.745.257
Recursos do FGTS para amortizações	1.372.863	1.171.442
Obrigações por convênios	812.269	916.130
Recursos vinculados a operações de crédito	439.742	261.876
Provisões para causas judiciais - demandas fiscais (Nota 28)	288.497	281.425
Obrigações por contribuições ao SFH	27.864	25.636
Total	61.928.630	68.973.433

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os recursos vinculados a operações de crédito são recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

Os recursos vinculados a cessão de crédito são recursos de operações de Crédito de Habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN nº 3.533/2008.

CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego (Nota 29 (a))	23.265.466	22.274.820
Saúde CAIXA	9.916.674	10.122.889
Auxílio e cesta alimentação	1.605.080	1.422.383
Planos de benefícios - Previdência privada	11.743.712	10.729.548
Recursos vinculados a cessão de crédito	10.315.507	12.181.955
Credores diversos - País (Nota 18 (f)) (1)	5.790.357	12.283.183
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 28)	4.720.770	4.283.853
Obrigações por transações de pagamento (1)	488.264	3.967.431
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 28)	3.409.081	3.080.057
Provisões para pagamentos a efetuar	3.230.544	2.667.915
Financiamentos imobiliários a liberar	3.101.342	2.341.570
Valores a pagar a sociedades ligadas	2.451.914	1.520.875
Provisões para outras contingências	2.266.008	1.745.257
Recursos do FGTS para amortizações	1.372.863	1.171.442
Obrigações por convênios	812.269	916.130
Recursos vinculados a operações de crédito	439.742	261.876
Provisões para causas judiciais - demandas fiscais (Nota 28)	288.497	281.425
Obrigações por contribuições ao SFH	27.864	25.636
Total	61.980.488	69.003.425

(1) Variações decorrentes de reclassificações realizadas de Credores diversos – País e Obrigações por transações de pagamento para Relações interfinanceiras/Transações de pagamento – Cartão de crédito.

(f) Credores diversos – País

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cartões de crédito (1)	346.968	4.321.167
Valores a apropriar	2.729.873	4.852.525
Crédito imobiliário – repasses	999.928	1.058.585
Fornecedores	1.102.912	1.154.921
Aquisição de folhas de pagamento - valores a liberar	209.304	273.043
Contas a pagar	104.391	123.534
Crédito comercial – repasses	31.287	36.584
Obrigações com a União – repasses	59.331	54.894
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	47.998	62.482
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (2)	8.141	20.338
Valores a restituir – penhor	173	68.906
Outros credores diversos	150.051	256.041
Total	5.790.357	12.283.020

(1) Variação decorrente de reclassificações realizadas de Credores diversos – País/Cartões de crédito para Relações interfinanceiras/Transações de pagamento – Cartão de crédito. Vide quadro anterior.

(2) EMGEA: referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 19 – Patrimônio líquido

(a) Reconciliação do Patrimônio Líquido – INDIVIDUAL x CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio Líquido - INDIVIDUAL	40.999.077	33.609.097
IHCD - Elegíveis a Capital	40.242.618	36.975.702
Patrimônio Líquido - CONSOLIDADO	81.241.695	70.584.799

O artigo 16 da Resolução CMN nº 4.192/2013 autoriza instituições financeiras públicas federais a comporem seu Nível I – Capital Principal com elementos patrimoniais, instrumentos financeiros subordinados e instrumentos híbridos de capital e dívida, desde que atendam requisitos elencados na norma como, por exemplo, possuir remuneração integralmente variável, características de perpetuidade e de absorção de perdas durante o funcionamento das atividades (*going-concern*).

Essa norma determina, ainda, que os instrumentos que atendam às características de Capital Principal devem ser reclassificados como patrimônio líquido para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas.

Dessa forma, nas demonstrações contábeis individuais, os instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a compor o Capital Principal são registrados no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas operacionais, enquanto nas demonstrações contábeis consolidadas são reclassificados para o patrimônio líquido, com base no entendimento e nas orientações do Banco Central do Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade dessas demonstrações contábeis consolidadas.

Assim, todos os instrumentos híbridos de capital e dívida da CAIXA são classificados como Capital Principal e, portanto, compõem o patrimônio líquido da CAIXA para fins de evidenciação.

Para fins de composição do Patrimônio de Referência, considera-se apenas o valor de face dos contratos somado à atualização monetária incorporada de exercícios anteriores. Tendo em vista que os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

(b) Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o aumento de Capital Autorizado da CAIXA para R\$ 45.000.000 e do Capital Social para R\$ 30.193.024. O aumento do Capital Social decorreu da incorporação do montante de R\$ 562.905 da Reserva estatutária – loterias.

(c) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta em 31/12/2018 índice de 19,60% (31/12/2017 – 17,65%) (Nota 31), acima do mínimo regulamentar exigido no Brasil.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Reservas de reavaliação e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas pelo resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido.

A reserva de margem operacional é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Reservas de reavaliação	336.365	352.348
Reservas de lucros	19.633.902	13.923.642
Reserva legal	2.462.385	2.024.337
Reserva estatutária – loterias	557.301	562.905
Reservas margem operacional	16.614.216	11.336.400

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em 2015, a CAIXA formalizou seus princípios e diretrizes para distribuição de resultado e aprovou a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, que apresenta limites prudenciais de capital para o Capital Principal, Nível I e Basileia de 1,50% acima do mínimo regulatório estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

De acordo com a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, a distribuição de resultado do exercício é de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado, conforme definido no Estatuto Social da CAIXA.

A distribuição de resultado do exercício é aprovada pela Assembleia Geral, após deliberação do Conselho de Administração, por proposta do Conselho Diretor e observado o opinamento do Conselho Fiscal, levando em consideração as previsões legais, as condições da Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado e o Estatuto Social da CAIXA.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período. O total dos juros sobre o capital próprio perfaz um montante de R\$ 1.740.942 (31/12/2017 – R\$ 2.294.881) e proporcionou uma redução na despesa com encargos tributários de IR e CSLL no montante de R\$ 783.424 no exercício de 2018 (R\$ 1.032.697 no exercício de 2017).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)**(a) Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL**

INDIVIDUAL				
Descrição	2018		2017 (Nota 3 (n))	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Tributos Correntes	(332.943)	(2.461.371)	738.069	(398.085)
Tributos Diferidos	(423.799)	1.099.443	(1.346.208)	568.863
Passivo Fiscal Diferido	(299.731)	496.422	(39.168)	(308.622)
Ativo Fiscal Diferido	(124.068)	603.021	(1.307.040)	877.485
Diferenças Temporárias - constituição / realização	(50.949)	1.113.382	(1.450.581)	967.774
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	(73.119)	(510.361)	143.541	(90.289)
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	(756.742)	(1.361.928)	(608.139)	170.778

CONSOLIDADO				
Descrição	2018		2017 (Nota 3 (n))	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Tributos Correntes	(550.705)	(2.798.498)	640.683	(600.151)
Tributos Diferidos	(445.480)	1.077.699	(1.346.173)	568.897
Passivo Fiscal Diferido	(325.485)	470.668	(39.168)	(308.622)
Ativo Fiscal Diferido	(119.995)	607.031	(1.307.005)	877.519
Diferenças Temporárias - constituição / realização	(46.876)	1.117.392	(1.450.546)	967.808
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	(73.119)	(510.361)	143.541	(90.289)
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	(996.185)	(1.720.799)	(705.490)	(31.254)

(b) Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL

INDIVIDUAL				
Descrição	2018		2017 (Nota 3 (n))	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Resultado antes dos tributos e participações	4.167.654	11.609.145	9.978.355	13.688.932
Encargo IRPJ e CSLL	(1.875.432)	(5.224.091)	(4.494.259)	(6.164.006)
Efeitos tributários adições e exclusões	1.025.979	722.357	4.324.020	3.946.523
Juros sobre o capital próprio	195.250	783.424	574.205	1.032.696
Realização Prejuízo Fiscal	73.119	510.361	-	-
Outros	248.141	746.578	334.103	786.702
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(332.943)	(2.461.371)	738.069	(398.085)

CONSOLIDADO				
Descrição	2018		2017 (Nota 3 (n))	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Resultado antes dos tributos e participações	5.180.316	13.564.154	10.130.678	13.946.482
Encargo IRPJ e CSLL	(2.331.136)	(6.103.852)	(4.562.803)	(6.279.903)
Efeitos tributários adições e exclusões	1.206.048	1.324.814	4.816.557	4.890.931
Juros sobre o capital próprio	195.250	783.424	574.205	1.032.696
Participação em coligadas e controladas	(167.084)	18.015	217.803	444.825
Realização Prejuízo Fiscal	73.119	510.361	-	-
Participação dos empregados nos lucros	217.176	668.817	-	-
Outros	255.922	(77)	(405.079)	(688.700)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(550.705)	(2.798.498)	640.683	(600.151)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Passivo fiscal diferido

(c.1) Obrigações fiscais diferidas – IRPJ/CSLL

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Despesa diferida/marcação a mercado	849.285	1.014.408	875.038	1.219.405
Outros	117.876	127.958	117.876	127.958
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	967.161	1.142.366	992.914	1.347.363

(c.2) Obrigações fiscais diferidas – PASEP/COFINS

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Despesa diferida/marcação a mercado	92.039	109.934	94.672	171.390
PASEP e COFINS do Período	92.039	109.934	94.672	171.390

(d) Ativo fiscal diferido

(d.1) Composição dos créditos tributários – IRPJ/CSLL

INDIVIDUAL				
Descrição	31/12/2017	Constituição	Reversão	31/12/2018
Diferenças temporárias:	32.887.298	18.270.674	(17.157.293)	34.000.679
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.421.757	8.020.860	(9.412.428)	21.030.189
Passivos atuariais	3.315.361	587.334	(363.062)	3.539.633
Provisões trabalhistas	1.767.089	144.274	(23.055)	1.888.308
Provisões cíveis	1.277.918	267.060	(181.346)	1.363.632
Provisões fiscais	86.744	42.647	(39.974)	89.417
Ajuste a valor de mercado de tít. p/ negociação	715.072	-	(342.638)	372.434
Provisão para desvalorização - bens não de uso	91.518	969.394	(230.953)	829.959
Provisão para Perdas - FCVS a receber	1.116.924	700.954	(440.699)	1.377.179
Despesas de Captação não Incorridas - IHCD	-	1.584.733	(1.584.733)	-
Outros	2.094.915	5.953.418	(4.538.405)	3.509.928
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL:	1.288.670	10.602	(510.361)	788.911
Prejuízo fiscal a realizar	1.288.670	-	(510.361)	778.309
Ajuste reprocessamento amortização intangível LPA IRPJ	-	8.979	-	8.979
Ajuste reprocessamento amortização intangível LPA CSLL	-	1.623	-	1.623
Total dos créditos com impacto no resultado	34.175.968	18.281.276	(17.667.654)	34.789.590
Ajuste a valor de mercado - títulos disp. p/ venda	733.563	-	(733.563)	-
Perdas atuariais CPC 33	5.047.892	-	(126.657)	4.921.235
Total dos créditos com impacto no PL	5.781.455	-	(860.220)	4.921.235
Total dos créditos tributários	39.957.423	18.281.276	(18.527.874)	39.710.825
Total dos créditos não constituídos	1.259.399	304.974	-	1.564.373

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO				
Descrição	31/12/2017	Constituição	Reversão	31/12/2018
Diferenças temporárias:	32.887.418	18.274.683	(17.157.293)	34.004.808
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.421.757	8.020.860	(9.412.428)	21.030.189
Passivos atuariais	3.315.361	587.334	(363.062)	3.539.633
Provisões trabalhistas	1.767.089	144.274	(23.055)	1.888.308
Provisões cíveis	1.277.918	267.060	(181.346)	1.363.632
Provisões fiscais	86.744	42.647	(39.974)	89.417
Ajuste a valor de mercado de tít. p/ negociação	715.072	-	(342.638)	372.434
Provisão para desvalorização - bens não de uso	91.518	969.394	(230.953)	829.959
Provisão para Perdas - FCVS a receber	1.116.924	700.954	(440.699)	1.377.179
Despesas de Captação não Incorridas - IHCD	-	1.584.733	(1.584.733)	-
Outros	2.095.035	5.957.427	(4.538.405)	3.514.057
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL:	1.288.670	10.602	(510.361)	788.911
Prejuízo fiscal a realizar	1.288.670	-	(510.361)	778.309
Ajuste reprocessamento amortização intangível LPA IRPJ	-	8.979	-	8.979
Ajuste reprocessamento amortização intangível LPA CSLL	-	1.623	-	1.623
Total dos créditos com impacto no resultado	34.176.088	18.285.285	(17.667.654)	34.793.719
Ajuste a valor de mercado - títulos disp. p/ venda	733.563	-	(733.563)	-
Perdas atuariais CPC 33	5.047.892	-	(126.657)	4.921.235
Total dos créditos com impacto no PL	5.781.455	-	(860.220)	4.921.235
Total dos créditos tributários	39.957.543	18.285.285	(18.527.874)	39.714.954
Total dos créditos não constituídos	1.259.399	304.974	-	1.564.373

(d.2) Composição dos créditos tributários – PASEP/COFINS

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	31/12/2017	Constituição	Reversão	31/12/2018
Total dos créditos com impacto no resultado	77.495	-	(32.089)	45.406
Ajuste a mercado	77.495	-	(32.089)	45.406
Despesas de Captação não Incorridas - IHCD	-	-	-	-
Total dos créditos com impacto no patrim. líq.	79.497	-	(79.497)	-
Ajuste a valor de mercado – tít. disp. para venda	79.497	-	(79.497)	-
Total	156.992	-	(111.586)	45.406

(e) Expectativa de realização – valor contábil

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo de 31/12/2018 estão representados a seguir:

INDIVIDUAL			
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Diferença Temporal	TOTAL
2.019	788.910	3.914.658	4.703.568
2.020	-	2.364.339	2.364.339
2.021	-	7.220.886	7.220.886
2.022	-	2.750.777	2.750.777
2.023	-	2.904.245	2.904.245
2.024	-	6.927.614	6.927.614
2.025 a 2.028	-	12.884.802	12.884.802
Total	788.910	38.967.321	39.756.231
Valor Presente	780.720	30.383.816	31.164.536

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO			
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Diferença Temporal	TOTAL
2.019	788.910	3.914.658	4.703.568
2.020	-	2.364.339	2.364.339
2.021	-	7.220.886	7.220.886
2.022	-	2.750.777	2.750.777
2.023	-	2.904.245	2.904.245
2.024	-	6.927.614	6.927.614
2.025 a 2.028	-	12.888.931	12.888.931
Total	788.910	38.971.450	39.760.360
Valor Presente	780.720	30.383.816	31.164.536

Nota 21 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

(a) Receitas de prestação de serviços

Os itens de Receitas de prestação de serviços são coincidentes nas demonstrações individual e consolidada, com exceção do item "Prestados a ligadas" que, na demonstração consolidada de 2018, apresenta os montantes de R\$ 401.149 no 2º semestre e R\$ 824.423 no exercício referentes a Caixa Seguridade. No comparativo, em 2017, o referido item apresentou os montantes coincidentes.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Administração de Fundos Sociais	4.321.723	8.013.558	3.757.162	7.382.943
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	2.601.290	5.144.622	2.418.583	4.935.342
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	140.969	205.772	91.701	162.730
Programa de Integração Social (PIS)	516.594	681.800	156.297	227.759
Loterias Federais	737.719	1.359.715	741.187	1.347.248
Financiamento Estudantil - (FIES)	248.928	486.940	289.916	586.173
Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)	49.696	84.906	37.131	75.488
Seguro-desemprego	22.226	45.107	21.474	46.740
Outros	4.301	4.696	873	1.463
Repasse da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	77.746	149.350	63.401	135.384
Rendas de cartões	723.278	1.427.278	714.553	1.416.732
Operações de crédito e garantias prestadas	1.025.553	2.013.040	1.028.156	2.124.043
Cobranças	465.294	962.347	491.883	993.616
Arrecadações	1.671.571	3.278.956	1.590.784	3.161.057
Fundos de investimentos e carteiras administradas	1.114.577	2.159.798	925.105	1.826.239
Conta corrente	202.842	423.032	249.848	472.129
Programas de transferência de renda	222.838	439.132	224.989	438.597
Prestados a ligadas - Fundos de Investimentos	24.916	50.443	22.568	44.610
Prestados a ligadas	371.126	794.400	363.324	717.876
Outros serviços	196.210	358.644	203.054	398.197
Total	10.417.674	20.069.978	9.634.827	19.111.423

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Rendas de Tarifas Bancárias

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Rendas de cartões	388.209	759.459	348.751	687.282
Operações de crédito e cadastro	561.173	1.146.421	596.988	1.175.638
Pacote de serviços	1.660.018	3.361.442	1.527.772	2.712.638
Contas de depósitos	384.582	762.263	389.271	739.391
Transferência de recursos	231.567	438.629	180.013	319.876
Outras	152.170	281.136	133.931	294.836
Total	3.377.719	6.749.350	3.176.726	5.929.661

Nota 22 – Despesas com pessoal

Descrição	INDIVIDUAL			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Salários	(6.320.842)	(12.286.657)	(6.217.535)	(12.920.529)
Indenizações trabalhistas	(778.863)	(1.463.215)	(1.083.399)	(1.838.965)
Benefícios	(1.463.096)	(2.777.511)	(1.327.099)	(2.612.174)
Encargos sociais:	(2.563.153)	(4.942.443)	(2.460.403)	(4.915.255)
FGTS	(488.362)	(938.502)	(466.609)	(932.913)
Previdência social	(1.473.514)	(2.849.043)	(1.400.376)	(2.808.373)
Previdência complementar	(469.224)	(894.008)	(441.797)	(887.759)
Outros encargos	(132.053)	(260.890)	(151.621)	(286.210)
Outros	(69.924)	(121.737)	(70.173)	(132.228)
Total	(11.195.878)	(21.591.563)	(11.158.609)	(22.419.151)

Descrição	CONSOLIDADO			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Salários	(6.336.246)	(12.315.488)	(6.229.900)	(12.935.574)
Indenizações trabalhistas	(778.863)	(1.463.215)	(1.083.399)	(1.838.965)
Benefícios	(1.463.962)	(2.780.522)	(1.329.253)	(2.614.328)
Encargos sociais:	(2.568.828)	(4.953.166)	(2.465.527)	(4.921.573)
FGTS	(489.025)	(940.146)	(467.609)	(934.140)
Previdência social	(1.477.304)	(2.855.999)	(1.403.488)	(2.812.265)
Previdência complementar	(470.389)	(896.021)	(442.756)	(888.864)
Outros encargos	(132.110)	(261.000)	(151.674)	(286.304)
Outros	(70.536)	(122.742)	(70.876)	(133.058)
Total	(11.218.435)	(21.635.133)	(11.178.955)	(22.443.498)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 23 – Outras despesas administrativas

Descrição	INDIVIDUAL			
	2018		2017 (Nota 3 (n))	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Comunicações	(268.443)	(494.290)	(261.991)	(527.528)
Manutenção e conservação de bens	(482.504)	(974.463)	(527.367)	(993.591)
Água e energia	(260.432)	(479.638)	(228.972)	(455.276)
Aluguéis e arrendamento de bens	(739.427)	(1.481.650)	(751.769)	(1.520.201)
Material	(73.347)	(138.356)	(65.072)	(139.931)
Processamento de dados	(893.164)	(1.641.081)	(781.489)	(1.530.022)
Promoções e relações públicas	(212.488)	(329.344)	(227.608)	(387.253)
Propaganda e publicidade	(256.499)	(333.179)	(214.480)	(281.158)
Serviços do sistema financeiro	(278.848)	(559.369)	(273.651)	(544.081)
Serviços de terceiros	(908.723)	(1.789.640)	(924.955)	(1.856.606)
Serviços especializados	(349.975)	(600.026)	(302.695)	(565.048)
Serviços de vigilância e segurança	(449.898)	(888.759)	(462.673)	(902.840)
Amortização (Nota 13 (b))	(455.393)	(882.310)	(474.557)	(902.791)
Depreciação (Nota 12 (b))	(456.643)	(920.466)	(473.461)	(954.241)
Outras administrativas	(223.298)	(436.238)	(210.619)	(396.610)
Total	(6.309.082)	(11.948.809)	(6.181.359)	(11.957.177)

Descrição	CONSOLIDADO			
	2018		2017 (Nota 3 (n))	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Comunicações	(268.443)	(494.290)	(261.991)	(527.528)
Manutenção e conservação de bens	(482.699)	(974.762)	(527.714)	(993.966)
Água e energia	(260.435)	(479.668)	(228.972)	(455.276)
Aluguéis e arrendamento de bens	(739.473)	(1.482.301)	(751.769)	(1.520.201)
Material	(73.347)	(138.356)	(65.072)	(139.931)
Processamento de dados	(893.164)	(1.641.081)	(781.489)	(1.530.022)
Promoções e relações públicas	(212.488)	(329.344)	(227.608)	(387.253)
Propaganda e publicidade	(256.499)	(333.179)	(214.480)	(281.158)
Serviços do sistema financeiro	(279.089)	(559.610)	(273.651)	(544.081)
Serviços de terceiros	(908.783)	(1.789.725)	(924.979)	(1.856.656)
Serviços especializados	(363.468)	(617.517)	(311.472)	(575.220)
Serviços de vigilância e segurança	(449.945)	(888.826)	(462.700)	(902.892)
Amortização (Nota 13 (b))	(455.393)	(882.310)	(474.557)	(902.791)
Depreciação (Nota 12 (b))	(456.645)	(920.466)	(473.461)	(954.241)
Outras administrativas	(225.541)	(439.285)	(211.282)	(398.236)
Total	(6.325.412)	(11.970.720)	(6.191.197)	(11.969.452)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 24 – Outras receitas operacionais

Conforme determina a Carta Circular BACEN nº 3.731/2015, os valores apresentados referente ao item “Variações cambiais de natureza inversa - operações passivas” refletem a reclassificação da parcela da variação cambial de natureza credora que excedeu o somatório dos demais componentes de remuneração registrados nas respectivas contas de despesa. A referida Carta Circular produziu efeitos somente nas Demonstrações Contábeis Individuais.

Descrição	INDIVIDUAL			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Comissões e taxas sobre operações	55.967	80.161	34.891	60.488
Comissões e taxas à vista – ag. financeiro FGTS (1)	1.475.058	2.843.664	1.775.349	3.231.710
Comissões e taxas cota mensal diferida – ag. financ. FGTS	505.518	927.193	358.656	666.626
Recuperação de despesas	795.443	1.503.869	758.531	1.606.337
Reversão de outras provisões operacionais	639.592	1.015.130	2.145.395	2.456.770
Atualização de depósitos em garantia	316.802	635.302	379.939	798.179
Rendas de créditos específicos	32.255	64.175	38.058	85.848
Receita de deságio na aquisição de royalties	40.237	79.676	39.167	88.133
Atualização monetária sobre operações diversas	147.216	272.383	18.062	70.090
Variações cambiais de natureza inversa - operações passivas	109	109	474	474
Reversão prov. atuariais - custo de serviços passados (2)	-	-	5.260.510	5.260.510
Outras receitas operacionais	197.109	361.213	338.075	492.394
Total	4.205.306	7.782.875	11.147.107	14.817.559

Descrição	CONSOLIDADO			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Comissões e taxas sobre operações	363.674	746.573	276.853	566.973
Comissões e taxas à vista – ag. financeiro FGTS (1)	1.475.058	2.843.664	1.775.349	3.231.710
Comissões e taxas cota mensal diferida – ag. financ. FGTS	505.518	927.193	358.656	666.626
Recuperação de despesas	791.921	1.497.065	754.668	1.587.201
Reversão de outras provisões operacionais	639.592	1.015.130	2.145.395	2.456.770
Atualização de depósitos em garantia	316.802	635.302	379.939	798.179
Rendas de créditos específicos	32.255	64.175	38.058	85.848
Receita de deságio na aquisição de royalties	40.237	79.676	39.167	88.133
Atualização monetária sobre operações diversas	147.216	272.383	18.062	70.090
Reversão prov. atuariais - custo de serviços passados (2)	-	-	5.260.510	5.260.510
Outras receitas operacionais	245.669	423.983	301.628	479.868
Total	4.557.942	8.505.144	11.348.285	15.291.908

(1) Para as operações de crédito habitacional pessoa física com subsídios do FGTS, a CAIXA reconhece as receitas até o limite dos custos relacionados a cada contrato. Em 2018 os custos foram de R\$ 8.765,81. (R\$ 6.008,58 indiretos e R\$ 2.757,23 diretos). Foram realizadas 324.404 contratações dessas operações no acumulado de 2018 (168.274 contratações no 2º semestre).

(2) Reversão de provisões atuariais – custo de serviços passados do Saúde CAIXA (Nota 29 (g.1) e (i.4)).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 25 – Outras despesas operacionais

O item "Instrumentos híbrido de capital e dívida – atualização monetária" refere-se essencialmente a Instrumentos celebrados com a União que possuem remuneração variável vinculada ao resultado auferido pela CAIXA no exercício.

Descrição	INDIVIDUAL			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
FCVS a receber - provisão/perdas	(931.346)	(1.027.087)	(397.471)	(640.288)
Obrigações com fundos e programas	(368.262)	(627.050)	(479.649)	(1.040.366)
Instrumentos híbrido de capital e dívida – AM	(1.377.098)	(2.963.313)	(2.569.381)	(3.339.282)
Despesas com cartão	(536.967)	(1.030.344)	(491.157)	(922.094)
Despesas com loterias	(143.813)	(248.993)	(116.980)	(228.185)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(1.607.592)	(2.968.144)	(1.339.332)	(2.561.296)
FGTS - arrecadação/pagamento	(208.923)	(405.128)	(309.019)	(643.668)
Serviços automatizados	(248.405)	(485.873)	(260.319)	(515.546)
Alavancagem de negócios	(376.398)	(741.813)	(406.176)	(807.223)
Operações de financiamentos imobiliários	(232.368)	(415.573)	(243.788)	(512.891)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(334.996)	(694.346)	(355.172)	(678.499)
Descontos de operações de crédito	(282.652)	(704.838)	(281.497)	(596.756)
Despesas com provisões operacionais	(1.449.004)	(2.149.820)	(578.446)	(1.115.277)
Provisão para causas judiciais	(525.683)	(1.290.614)	(891.219)	(1.366.916)
Condenações judiciais	(160.875)	(266.075)	(341.490)	(399.322)
Benefícios sociais	(57.925)	(110.885)	(72.391)	(164.460)
Benefício pós-emprego	(864.800)	(1.898.718)	(1.276.709)	(2.393.729)
Operações de crédito comerciais	(381.190)	(689.969)	(51.861)	(258.805)
Outras	(529.146)	(1.011.761)	(912.149)	(1.315.104)
Total	(10.617.443)	(19.730.344)	(11.374.206)	(19.499.707)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	CONSOLIDADO			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
FCVS a receber - provisão/perdas	(931.346)	(1.027.087)	(397.471)	(640.288)
Obrigações com fundos e programas	(368.262)	(627.050)	(479.649)	(1.040.366)
Instrumentos híbrido de capital e dívida – AM	(605.091)	(1.368.939)	(2.515.266)	(3.284.621)
Despesas com cartão	(536.967)	(1.030.344)	(491.157)	(922.094)
Despesas com loterias	(143.813)	(248.993)	(116.980)	(228.185)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(1.607.592)	(2.968.144)	(1.339.332)	(2.561.296)
FGTS - arrecadação/pagamento	(208.923)	(405.128)	(309.019)	(643.668)
Serviços automatizados	(248.405)	(485.873)	(260.319)	(515.546)
Alavancagem de negócios	(376.398)	(741.813)	(406.176)	(807.223)
Operações de financiamentos imobiliários	(232.368)	(415.573)	(243.788)	(512.891)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(334.996)	(694.346)	(355.172)	(678.499)
Descontos de operações de crédito	(282.652)	(704.838)	(281.497)	(596.756)
Despesas com provisões operacionais	(1.449.004)	(2.149.820)	(578.446)	(1.115.277)
Provisão para causas judiciais	(525.683)	(1.290.614)	(891.219)	(1.366.916)
Condenações judiciais	(160.875)	(266.075)	(341.490)	(399.322)
Benefícios sociais	(57.925)	(110.885)	(72.391)	(164.460)
Benefício pós-emprego	(864.800)	(1.898.718)	(1.276.709)	(2.393.729)
Operações de crédito comerciais	(381.190)	(689.969)	(51.861)	(258.805)
Outras	(549.621)	(1.038.060)	(950.194)	(1.360.966)
Total	(9.865.911)	(18.162.269)	(11.358.136)	(19.490.908)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 26 – Resultado não operacional

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Receitas não operacionais	270.039	479.979	287.853	526.211
Lucro na alienação de valores e bens	76.772	124.195	63.737	110.199
Alienação de bens imóveis	69.095	110.011	58.112	110.918
Sobras de caixa não reclamadas	31.896	67.661	32.242	65.220
Multas e penalidades	11.558	23.808	16.707	29.431
Ganhos de capital com material permanente	-	22.704	-	-
Ganhos de capital com ajuste de valores pendentes	1.561	6.461	183	783
Recuperação de perdas com fraudes	4.459	9.224	6.799	9.607
Recuperação de perdas com convênios/contratos	2.400	4.945	1.588	881
Reversão de perdas em investimentos permanentes	2	28.466	98.074	179.673
Outras rendas não operacionais (1)	72.296	82.504	10.411	19.499
Despesas não operacionais	(2.884.592)	(3.841.565)	(677.366)	(1.122.879)
Desvalorização de outros valores e bens (2)	(2.427.586)	(2.960.177)	(93.842)	(203.466)
Indenizações por perdas e danos	(141.059)	(277.121)	(153.100)	(281.897)
Despesas com imóveis	(30.536)	(102.262)	(46.466)	(85.004)
Prejuízo com fraude em contas	(43.055)	(77.850)	(40.256)	(94.710)
Prejuízo com fraude em operação de crédito	(27.604)	(33.278)	(25.574)	(33.622)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(44.881)	(198.768)	(208.152)	(298.674)
Outras despesas não operacionais (1)	(169.871)	(192.109)	(109.976)	(125.506)
Total	(2.614.553)	(3.361.586)	(389.513)	(596.668)

(1) Em dezembro de 2018 foram lançados a resultado registros pendentes conforme COSIF, Circular 1.273/1987, item 1-20-1-7c. Em receitas no valor de R\$ 60.070 e em despesas no valor de R\$ (99.567), líquido de R\$ (39.497).

(2) A variação no item "Desvalorização de outros valores e bens" refere-se à constituição de provisões para perdas com desvalorização de imóveis não de uso (Nota 10) decorrente da modificação da metodologia para a apuração de perda no valor recuperável destes ativos, adotada a partir de 2018.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 27 – Despesas tributárias

Descrição	INDIVIDUAL			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
COFINS	(1.352.851)	(2.667.789)	(1.247.456)	(2.506.689)
PIS/PASEP	(218.462)	(430.550)	(202.542)	(409.611)
ISS	(391.462)	(775.150)	(388.468)	(759.472)
IPTU	(6.470)	(81.325)	(6.574)	(77.322)
Outras	(22.173)	(32.867)	(18.845)	(62.274)
Total	(1.991.418)	(3.987.681)	(1.863.885)	(3.815.368)

Descrição	CONSOLIDADO			
	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
COFINS	(1.398.920)	(2.743.994)	(1.272.236)	(2.556.328)
PIS/PASEP	(227.596)	(446.129)	(207.814)	(420.130)
ISS	(391.462)	(775.150)	(388.468)	(759.472)
IPTU	(6.470)	(81.325)	(6.574)	(77.322)
Outras	(22.179)	(33.129)	(18.845)	(62.300)
Total	(2.046.627)	(4.079.727)	(1.893.937)	(3.875.552)

Nota 28 – Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

(a) Ativos contingentes

A CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como provável.

(b) Provisões para causas judiciais e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos seus advogados e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para suportar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor em risco:

a) para ações relevantes, a análise é feita individualmente, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como de perda provável, possível ou remota;

b) para as demais ações (não relevantes), o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses, multiplicado pelo total de processos provisionáveis ativos, e são classificadas como prováveis.

As ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b.1) Movimentação das provisões para causas judiciais e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO							
Descrição	31/12/2017	Movimentação em 2018					31/12/2018
		Novas provisões	Atualização monetária	Adições de provisões existentes	Reversões de provisões existentes	Baixas por pagamento	
Trabalhistas (Nota 18 (e))	4.283.853	1.290.327	52.922	236.267	(177.687)	(964.912)	4.720.770
Cíveis (Nota 18 (e))	3.080.057	380.249	28.686	668.433	(471.998)	(276.346)	3.409.081
Feitos Diversos	623.662	284.800	8.502	60.724	(40.882)	(185.559)	751.247
Poupança - Planos Econômicos	1.457.556	16.187	1.911	584.996	(65.684)	(42.617)	1.952.349
Habitacional	299.417	77.911	2.714	21.075	(72.357)	(46.815)	281.945
Contingenciamento do FGTS	699.422	1.351	15.559	1.638	(293.075)	(1.355)	423.540
Fiscais (Nota 18 (b) e (e))	281.425	40.480	7.618	8.996	(38.762)	(11.260)	288.497
INSS	23.804	13.561	1.114	4		(5)	38.478
IPTU	43.592	3.851	1.951	1.538	(11)	(873)	50.048
ISSQN	127.690	15.581	2.195	5.405	(10.666)	(6.199)	134.006
Outros	86.339	7.487	2.358	2.049	(28.085)	(4.183)	65.965
Total	7.645.335	1.711.056	89.226	913.696	(688.447)	(1.252.518)	8.418.348

(b.2) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros.

Em 31/12/2018, constavam 55.244 processos trabalhistas provisionados, sendo 51.718 "não relevantes" e 3.526 "relevantes", cujos respectivos valores são corrigidos pelo IPCA.

Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(b.3) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 31/12/2018, constavam 323.070 processos cíveis provisionados, sendo aproximadamente 321.966 "não relevantes" e 1.104 "relevantes".

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança.

A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 31/12/2018, foi provisionado R\$ 1.952.349 para estes processos (31/12/2017 – R\$ 1.457.553).

Cabe ressaltar que o direito a novas postulações encontra-se prescrito, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que seja proferida, por aquela Corte, decisão vinculativa a todos os casos relacionados que discutam esta matéria.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No final do exercício de 2017 FEBRABAN e CONSIF celebraram acordo com as principais entidades de defesa do consumidor para equacionamento do problema. Este acordo foi homologado pelo STF e a CAIXA aderiu a seus termos. Os pagamentos começaram em julho de 2018.

Também são significativos os processos que visam reparação de danos envolvendo o contingenciamento de repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado, em 31/12/2018, para estes processos é de R\$ 423.541 (31/12/2017 – R\$ 699.424).

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Em 2018, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realizando o cumprimento espontâneo de decisões judiciais e analisando perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Até 31/12/2018, realizou 18.392 acordos processuais (51% referente a ações indenizatórias e 49% referentes a recuperações de créditos) reduzindo o montante que seria despendido caso persistisse a condenação judicial e oportunizando ao cliente uma solução rápida para o problema.

(b.4) Obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade própria de cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio-alimentação, APIP e licença-prêmio, cujos valores, reposicionados para 31/12/2018, correspondem ao total de R\$ 1.615.615 (31/12/2017 – R\$ 1.580.215), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, considerados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 38.479 (31/12/2017 – R\$ 23.806).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116/2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados.

Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação autuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo, cujo valor total, em 31/12/2018, corresponde ao montante de R\$ 771.637 (31/12/2017 – R\$ 738.238).

Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, na posição de 31/12/2018, o valor da provisão constituída é de R\$ 134.006 (31/12/2017 – R\$ 127.689).

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo a materialidade de débitos de CSLL, IRPJ e multa decorrentes de não homologações de PER/DCOMP, os quais, em 31/12/2018, totalizam R\$ 59.256 (31/12/2017 – R\$ 79.160), em referência a questões procedimentais, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre cada matéria, a análise dos advogados foi pela constituição da provisão integral do valor.

(c) Provisão para pré-pagamentos do crédito imobiliário com recursos do FGTS

Os financiamentos habitacionais concedidos com recursos do FGTS e contemplados com subsídio para redução da prestação remuneraram o Agente Financeiro com pagamento total ou parcial do subsídio pelo FGTS, conforme definição descrita na Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 702/2012 e suas atualizações.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estes valores são repassados ao Agente Financeiro CAIXA no ato da contratação, a fim de fazer frente a todo período da operação. Alterações no fluxo inicialmente contratado, tais como liquidação antecipada, amortização extraordinária, amortização extraordinária com redução de prazo, transferência ou redução do prazo contratado do financiamento, exigem que a CAIXA devolva ao FGTS parte da remuneração recebida, proporcionalmente.

Para fazer frente à essa devolução de recursos ao FGTS é feita a provisão para risco de devolução de receitas em caso de pré-pagamentos. Os valores provisionados são apurados com base na média de antecipações dos fluxos de pagamentos e seus respectivos impactos sobre o saldo de valores de remuneração do Agente Financeiro CAIXA. Em 31/12/2018 o montante provisionado é R\$ 1.928.008 (31/12/2017 – R\$ 1.745.257).

(d) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Com base na Resolução CMN nº 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Demandas fiscais	5.961.839	5.849.212
Demandas cíveis	1.868.019	1.918.840
Total	7.829.858	7.768.052

(d.1) Ações fiscais

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como polo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R\$ 5.961.839 em 31/12/2018 (31/12/2017 – R\$ 5.849.212), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

- Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 4.957.930 em 31/12/2018 (31/12/2017 – R\$ 4.887.110), pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº 2.445/1988 e nº 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993;
- Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 225.462 em 31/12/2018 (31/12/2017 – R\$ 221.528), com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;
- CSLL, no valor de R\$ 177.953 em 31/12/2018 (31/12/2017 – R\$ 173.278), relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e
- Autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), no valor total de R\$ 270.010 em 31/12/2018 (31/12/2017 – R\$ 263.943), sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de “comunicação” para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.2) Ações cíveis

A CAIXA, com base na opinião de seus advogados, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remoto.

No montante de R\$ 1.868.019 (31/12/2017 – R\$ 1.918.840) merece destaque como probabilidade de perda possível, uma ação popular na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH. E uma Ação Civil Pública de Planos Econômicos de Poupança movida pela associação PROJUST na qual a CAIXA moveu ação rescisória questionando a legitimidade da associação. Em virtude do acordo firmado sobre o tema no STF, a CAIXA informa que está em andamento negociação com a PROJUST.

(e) Composição dos depósitos em garantia de recursos

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Demandas fiscais	12.096.012	11.595.707
Demandas trabalhistas	4.490.767	4.071.464
Demandas cíveis	1.080.296	986.923
Total (Nota 9 (b))	17.667.075	16.654.094

(f) Garantias financeiras prestadas

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Exposição de Garantias Prestadas		
Carteira	Exposição	Provisão
Repasse - Entidades	32.014.494	10.381
FIES	439.288	24.600
Fiança bancária	23.000	230
Cessão de créditos	470.159	9.544
PAR (Recursos FAR)	9.416	4.708
Total	32.956.357	49.463

Os Repasses à outras Entidades estão concentrados em Instituição Financeira e Entidade Pública.

Para os contratos do FIES, a provisão é realizada com base na avaliação de risco de crédito da concessão e evolui conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99.

A fiança bancária possui um único contrato junto a cliente do segmento corporativo, cuja provisão é feita com base na avaliação de risco de crédito da contraparte.

A carteira de cessão de créditos é composta por contratos SBPE, cuja provisão é apurada conforme modelos internos e evolui de acordo com o estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99.

O estoque remanescente da carteira do PAR com recursos do FAR é provisionado pelo rating tendo em vista a evolução do atraso, conforme Resolução CMN nº 2.682/99.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 29 – Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis. A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo sobre o resultado anual realizado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

(b) Benefícios pós-emprego

A CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH).

(c) Composição da provisão para benefícios a empregados

As provisões para benefícios a empregados são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Benefícios de curto prazo", que em 31/12/2017 apresenta saldo de R\$ 3.358.812 na demonstração consolidada, sendo R\$ 2.491.076 referentes à natureza salarial e R\$ 867.736 referentes à participação dos empregados no lucro.

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Benefícios de curto prazo	3.484.921	3.356.672
Natureza salarial	2.694.135	2.489.918
Participação dos empregados no lucro	790.786	866.754
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (e))	23.265.466	22.274.820
Saúde CAIXA (cálculo atuarial (g.1))	9.916.674	10.122.889
Auxílio e cesta-alimentação (cálculo atuarial (g.2))	1.605.080	1.422.383
Planos de previdência complementar (cálculo atuarial (g.4)):	11.743.712	10.729.548
- REG/REPLAN	11.480.974	10.351.681
- REB	17.925	21.027
- Novo Plano	244.813	356.840
Total	26.750.387	25.631.492

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Gestão dos planos, estrutura organizacional e governança corporativa

Os planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela CAIXA são administrados pela Fundação dos Economizadores Federais – FUNCEF, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, criada com base na Lei nº 6.435/1977 (revogada pela Lei Complementar nº 109/2001).

A fundação é regida pela legislação específica do setor (<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/previc/legislacao-da-previdencia-complementar/>), por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa (www.funcef.com.br).

A FUNCEF apresenta na sua estrutura organizacional Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, em conformidade com a Lei Complementar nº 108/2001, sendo os dois primeiros órgãos de administração e o último de controle interno.

O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da FUNCEF. Tem como função principal deliberar sobre o Plano de Custeio da Fundação, sobre as alterações no Estatuto nos planos de benefícios. Também avalia os balancetes trimestrais, o balanço anual e a prestação de contas da empresa, analisando e aprovando seus conteúdos e pareceres. Formado por seis membros - três indicados pela Patrocinadora e três pelos participantes.

O Conselho Fiscal é responsável pelo exame de contas, livros e registros. Emite pareceres sobre balanços, contas, atos econômico-financeiros e demonstrativos. Examina o cumprimento, por parte da administração, de seus deveres legais e estatutários. É composto por quatro membros.

A Diretoria Executiva tem como missão executar os atos provenientes do Conselho Deliberativo e de seu Regimento Interno; autorizar serviços e decidir sobre bens; aprovar balancetes, prestar contas; decidir planos e critérios necessários à administração; deliberar acordos que envolvam responsabilidade econômico-financeira e aprovar convênios destinados aos associados.

Os três órgãos possuem regimento interno e têm suas obrigações, competências, composição e critérios relacionados aos mandatos definidos no Estatuto da FUNCEF.

No Estatuto também estão previstos Comitês de Assessoramento Técnico, vinculados ao Conselho Deliberativo, e com seus regimentos internos aprovados por este órgão. Com o objetivo de subsidiar os trabalhos dos três órgãos estatutários, os Comitês de Investimentos, de Benefícios, de Ética e de Qualidade das Informações Contábeis e de Auditoria são compostos por integrantes indicados pelo Conselho Deliberativo, pela Patrocinadora CAIXA e pela Diretoria Executiva.

Quanto aos planos de saúde complementar (Saúde CAIXA), auxílio/cesta-alimentação e Assistidos PREVHAB, são diretamente administrados pela CAIXA.

(e) Riscos atuariais

Entre os demais riscos relevantes aos quais a CAIXA está exposta, há o risco atuarial, proveniente da condição de patrocinadora de planos de previdência complementar geridos pela FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), do Plano de Saúde (Saúde CAIXA) e de auxílio/cesta-alimentação, além do EX-PREVHAB administrado pela CAIXA.

O conceito de risco atuarial pode ser caracterizado pela impossibilidade de acumular e/ou manter recursos compatíveis com os compromissos assumidos com os participantes de um fundo de pensão, com os beneficiários de planos de saúde e de outros benefícios.

O risco atuarial surge, especialmente, da inadequação de hipóteses e premissas atuariais estabelecidas, que podem trazer volatilidade aos planos de benefícios.

A CAIXA considera o risco atuarial como um risco de pilar 2 relevante e, por esse motivo dimensiona adequadamente em seu modelo interno a abrangência das premissas adotadas, a volatilidade dos ativos e a variação do passivo atuarial.

(f) Estratégia de confrontação de ativos/ passivos

Somente os planos de previdência geridos pela FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), possuem ativos financeiros para cobertura dos riscos atuariais.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme estabelece a Resolução CMN nº 3.792/2009, para a determinação da meta de alocação dos recursos garantidores dos planos de benefícios por segmento de investimento, a FUNCEF utiliza modelo próprio de gestão integrada de ativos e passivos, do inglês *Asset Liability Management* (ALM), que utiliza cenários estocásticos para evolução de ativos e passivos, considerando desde cenários pessimistas até cenários otimistas construídos a partir dos cenários aprovados pela Diretoria Executiva com amplo debate em comitês de assessoramento técnico e de investimentos – que conta com representantes de entidades representativas dos participantes, patrocinadora e FUNCEF. Esse modelo busca minimizar o risco dos planos de benefícios com rentabilidade esperada para cinco anos superando a meta atuarial acumulada mais de 1% a.a., considerando as características individuais dos planos, tais como pagamentos de benefícios, recebimentos de contribuições, capital comprometido, fluxo de recebimento de ativos e liquidez necessária.

Com relação a gestão do passivo atuarial, e o gerenciamento de risco a ele associado para fins de projeções futuras destinadas ao ALM, é utilizada metodologia estocástica, em que são geradas diversas simulações do passivo atuarial com variações simultâneas em todas as premissas previamente estabelecidas, utilizando-se o sistema SAS. Os fluxos estocásticos consideram variações sobre as principais hipóteses atuariais, quais sejam:

- Variáveis econômicas de taxa real de juros e de crescimento real dos salários de participação;
- Variáveis biométricas e demográficas de sobrevivência ou morte do participante válido (ativo ou assistido), sobrevivência ou morte do participante inválido, sobrevivência ou morte do cônjuge, permanência do participante como válido ou entrada deste em invalidez, e rotatividade do participante.

(g) Planos de benefícios – detalhamento**(g.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS**

O Saúde CAIXA é o programa de assistência à saúde instituído pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão. Tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, terapêutico ocupacional, serviço social, fonoaudiológico e nutricional aos titulares e seus respectivos dependentes. São titulares deste plano, os empregados da CAIXA e os aposentados vinculados a FUNCEF, PREVHAB, SASSE, Fundo PMPP ou INSS.

O estatuto da CAIXA estabeleceu um teto de 6,5% da folha de pagamento como limite máximo de dispêndio total da CAIXA com a oferta de benefício de assistência à saúde. Em função do limitador dos desembolsos por parte da empresa no custeio do Saúde CAIXA, os estudos técnicos elaborados pela empresa Deloitte Touche Tohmatsu indicaram redução no Valor Presente das Obrigações (VPO), uma vez que a provisão constituída, à luz do pronunciamento CPC 33 (R1), levava em consideração a premissa de que ao percentual de 70% das despesas assistenciais, todos os desembolsos futuros seriam arcados sem limite pela CAIXA. Os efeitos desta alteração foram classificados como custo de serviço passado e foram reconhecidos no resultado, no exercício de 2017, conforme disposições do item 120 (a) do CPC 33 (R1).

O PAMS é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial pendentes de julgamento e ações judiciais. Foi instituído pela CAIXA e é por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecendo as normas e a Tabela do PAMS.

(g.2) Auxílio e cesta-alimentação

A CAIXA oferece aos empregados e dirigentes o Auxílio e cesta-alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Os resultados atuariais apresentados, relativos ao Auxílio e cesta-alimentação, referem-se somente aos benefícios concedidos aos participantes assistidos que possuem direito na data da avaliação.

O Auxílio e cesta-alimentação são benefícios pagos exclusivamente aos aposentados e pensionistas mediante determinação judicial, acordo judicial ou extrajudicial. Em 2018 foram concedidos 811 novos benefícios (Em 2017 foram 697).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores mensais do Auxílio e cesta-alimentação são definidos em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2018 a agosto de 2019 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 773,96 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O Auxílio e cesta-alimentação para o período de setembro de 2018 a agosto de 2019 é de R\$ 609,88 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero. Têm caráter indenizatório, e não são considerados como verba salarial. Portanto, não incidem encargos nem para a parte empregadora nem para a parte empregada.

(g.3) Plano de benefícios – Assistidos PREVHAB

Por força do Decreto nº 2.291/1986, o Banco Nacional de Habitação – BNH foi extinto e a CAIXA passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes da relação de trabalho dos empregados do referido Banco.

Dentre as obrigações herdadas pela CAIXA em relação aos empregados do BNH, estava a manutenção da Associação de Previdência dos Empregados do BNH – PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do BNH.

Visando a absorção da PREVHAB pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF ou a transferência dos beneficiários daquela para esta, observadas as normas de direito privado aplicáveis às respectivas situações, foram estudadas e realizadas pela CAIXA/FUNCEF estratégias previdenciais, entretanto, por não concordarem com a proposta da CAIXA ou não reunirem as condições estabelecidas, 61 assistidos permanecem recebendo os proventos da CAIXA.

Dada a característica do Plano, o Ativo Líquido será integralizado pela Patrocinadora no mesmo montante da obrigação.

(g.4) Planos de previdência complementar

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos (*Risk Sharing*) para todos os planos, considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, conforme definido, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

Os planos de previdência administrados pela FUNCEF estão divididos em duas modalidades: Benefício Definido (REG/REPLAN) e Contribuição Variável (REB e Novo Plano).

Na modalidade de Benefício Definido (BD), são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios. O valor presente das obrigações deste benefício, bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado, são determinados utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego. Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

Na modalidade de Contribuição Variável (CV), durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício a ser recebido no momento da aposentadoria, sendo, portanto, considerado como plano do tipo Contribuição Definida (CD). Porém, a partir do momento da concessão da aposentadoria, o valor do benefício passa a ser fixo e há o enquadramento em plano do tipo Benefício Definido (BD), devendo ser aplicados os procedimentos relacionados aos cálculos atuariais.

• REG/REPLAN

A CAIXA patrocina o plano de benefícios REG/REPLAN, administrado pela FUNCEF, estruturado na modalidade benefício definido. Este plano foi aprovado por órgão competente em 17 de maio de 1977, tendo seu início operacional em 01 de agosto de 1977. O plano agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O referido plano teve saldamento de benefícios definido por meio de alterações em seu regulamento, sendo esta alteração regulamentar ocorrida em 14 de junho de 2006. Tal procedimento implica que o valor do benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano, com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção por órgão oficial da previdência, implicando no cancelamento da contribuição normal para este plano e na adesão no caso do ativo, a outro plano de benefícios oferecido pela Patrocinadora.

A exemplo do ocorrido na modificação dos planos anteriores, inclui institutos fixados pela Lei Complementar nº 109/2001, tais como: a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante.

Em relação ao plano de custeio do REG/REPLAN, definido como o cálculo elaborado pelo atuário responsável pelo plano que define o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas do plano de benefícios, visando seu equilíbrio atuarial, este definirá os percentuais de contribuição a serem praticados no Plano e será segregado entre optantes e não optantes pelo saldamento, com revisão de periodicidade mínima anual, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

Devido ao Plano de Previdência REG/REPLAN modalidades saldado e não saldado, patrocinados pela CAIXA, terem registrado em 2014 e 2015, respectivamente, seu terceiro ano consecutivo de déficit técnico acumulado, foram elaborados planos de equacionamento dos déficits. Na modalidade saldado houve déficit nos exercícios de 2014, 2015 e 2016, enquanto que na modalidade não saldado, os déficits foram em 2015 e 2016. Os planos de equacionamento tem como base a Resolução CGPC nº 26/2008 com todas as suas alterações.

Os planos de equacionamento estabelecem critérios próprios para a contribuição de cada parte nos déficits, sendo paritário entre a CAIXA e os participantes e assistidos na modalidade saldado.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Déficit	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não saldado	
	Prazo de amortização	Valor do déficit atualizado em 31/12/2018	Prazo de amortização	Valor do déficit atualizado em 31/12/2018
Exercício 2014	208 meses	1.152.980	-	-
Exercício 2015	211 meses	3.523.112	237 meses	473.099
Exercício 2016	221 meses	4.967.991	241 meses	305.435
TOTAL		9.644.083		778.534

Em relação aos planos REG/REPLAN, a CAIXA mantém provisionado em 31/12/2018 o montante de R\$ 11.480.974, calculado conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), para assegurar os planos de equacionamentos dos déficits atuariais.

Os pagamentos da CAIXA à FUNCEF relativos aos respectivos planos de equacionamento, de 01/01/2018 a 31/12/2018, montam R\$ 743.338 (31/12/2017 – R\$ 245.331).

• REB

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REB, administrado pela FUNCEF. O Plano de Benefícios REB foi aprovado por órgão competente em 05 de agosto de 1998, tendo seu início operacional nessa mesma data.

O REB é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo a contribuição normal do participante calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Diante de sua criação, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e este foi oferecido aos empregados da CAIXA admitidos a partir de 1998. Em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB, processo contestado por associados. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em relação ao plano de custeio do plano REB, definido como o cálculo que determina o nível das contribuições do patrocinador, dos participantes e dos assistidos, de forma a fixar o custo do plano de benefícios, este será estabelecido com periodicidade mínima anual, de forma a fixar adequadamente o nível das contribuições sociais devidas e dos custos administrativos, constando obrigatoriamente do resultado da avaliação atuarial do plano, conforme definido no regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

• Novo Plano

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios Novo Plano, administrado pela FUNCEF. Aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, teve seu início operacional em 01 de setembro de 2006. É o único plano aberto às novas inscrições de funcionários CAIXA.

O Novo Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios, bem como nos casos de benefícios de risco, como invalidez e pensão por morte. Inclui institutos fixados pela Lei Complementar nº 109/2001 – tais como a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante. Adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento).

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre Patrocinador, Participantes e Assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O plano de custeio do Novo Plano estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, institutos, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, sendo aprovado pela Diretoria Executiva, submetido à deliberação do Conselho Deliberativo da FUNCEF e aprovação do patrocinador, em conformidade com critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

O plano de custeio terá periodicidade anual, mas poderá ser revisto a qualquer tempo se houver necessidade devidamente justificada pela FUNCEF e ocorrerá sob responsabilidade do patrocinador e participantes, inclusive assistidos.

A despesa administrativa da FUNCEF será custeada pelo patrocinador e participantes, inclusive assistidos, observado o limite e os critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

(h) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO					
	31/12/2018 (1)			31/12/2017 (2)		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Saúde CAIXA (incluindo dependentes)	83.213	76.434	159.647	87.379	72.471	159.850
Auxílio e cesta-alimentação (aposentados e pensionistas)	-	15.579	15.579	-	16.020	16.020
Assistidos PREVHAB (aposentados e pensionistas)	-	61	61	-	65	65
REG/REPLAN salgado	13.883	42.895	56.778	15.104	41.868	56.972
REG/REPLAN não salgado	1.612	4.482	6.094	1.770	4.341	6.111
REB	6.391	936	7.327	6.686	874	7.560
Novo Plano	76.323	6.883	83.206	78.237	6.365	84.602

(1) Conforme posições de 31/12/2018 para Auxílio e cesta-alimentação e 30/09/2018 para os demais.

(2) Conforme posições de 30/09/2017.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Avaliação atuarial dos planos de benefício

A empresa Deloitte Touche Tohmatsu foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e Cesta-Alimentação, Assistidos PREVHAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/2015, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.

A CAIXA é parcialmente responsável pela cobertura do passivo dos planos Saúde CAIXA, REG/REPLAN, REB e Novo Plano, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos de Auxílio e cesta-alimentação e aos Assistidos PREVHAB.

Em relação aos passivos existentes na FUNCEF, enquadrados como perda provável e já provisionados, esses são capturados no cálculo atuarial e, respeitada a proporção de responsabilidade de 50%, compõem a reserva de provisão atuarial da CAIXA.

Quanto aos passivos classificados pela FUNCEF como perda possível, à medida em que, eventualmente, forem reclassificados para perda provável, serão provisionados nos respectivos planos, e por consequência, esses montantes comporão o cálculo atuarial da CAIXA, sendo seus impactos reconhecidos no encerramento do Balanço do primeiro semestre subsequente à reclassificação desses passivos.

(i.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em ajuste de avaliação patrimonial.

Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, os mesmos são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores revertidos dos planos a CAIXA ou a redução efetiva de contribuições futuras, caso existam. Em 31/12/2018, não foram apurados benefícios econômicos passíveis de reconhecimento pela patrocinadora.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e de acordo com a natureza do benefício, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais a serem reconhecidos pela CAIXA.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.2) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos:

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos devem ser utilizadas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados.

O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos o *Aging Factor*, utilizado para mensurar a diferença do custo entre as diferentes idades dos participantes cobertos pelo plano. O *Aging Factor* adotado para 31/12/2018 é de 3,14%.

(i.3) Premissas financeiras e demográficas consideradas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO					
	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta-alimentação		Assistidos PREVHAB	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Taxa nominal de desconto (a.a.)	8,77%	9,71%	8,66%	9,60%	8,58%	9,49%
Taxa real de desconto (a.a.)	4,84%	5,51%	4,73%	5,36%	4,66%	5,28%
Taxa de aumento dos salários projetada (a.a.)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de aumento dos benefícios projetada (a.a.)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	4,00%
Taxa de inflação (a.a.)	3,75%	4,00%	3,75%	4,00%	3,75%	4,00%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	8,58%	9,49%
Taxa de rotatividade	1,03%	0,92%	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20% Light Fraca	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20% Light Fraca	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20% Light Fraca	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20% Light Fraca	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20% Light Fraca	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20% Light Fraca
Tábua de entrada em invalidez	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58
Entrada em aposentadoria	Masculino: 57 anos Feminino: 54 anos	Masculino: 55 anos Feminino: 52 anos	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO					
	REG/REPLAN Saldoado		REG/REPLAN Não Saldoado		REB	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Taxa nominal de desconto (a.a.)	8,79%	9,60%	8,84%	9,63%	8,79%	9,62%
Taxa real de desconto (a.a.)	4,86%	5,38%	4,91%	5,41%	4,86%	5,30%
Taxa de aumento dos salários projetada (a.a.)	Não aplicável	4,00%	6,09%	6,35%	6,91%	7,17%
Taxa de aumento dos benefícios projetada (a.a.)	3,75%	Não aplicável	5,68%	4,00%	3,75%	4,00%
Taxa de inflação (a.a.)	3,75%	4,00%	3,75%	4,00%	3,75%	4,00%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	8,79%	9,60%	8,84%	9,63%	8,79%	9,62%
Taxa de rotatividade	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF REB 2013
Tábua de mortalidade geral	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58
Entrada em aposentadoria	Masculino: 53 anos Feminino: 48 anos	Experiência entrada em aposentadoria 2016	Experiência entrada em aposentadoria 2016	Experiência entrada em aposentadoria 2016	55 anos para ambos os sexos	100% - 1ª elegibilidade
					Experiência entrada em aposentadoria Novo Plano 2016	Experiência entrada em aposentadoria Novo Plano 2016

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.4) Mudança no valor presente da obrigação atuarial dos planos de benefícios

O Valor Presente da Obrigação Atuarial – VPOA representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípuo é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

O Método do Crédito Unitário Projetado é utilizado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado. Também é conhecido como “método de benefícios acumulados” e observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO										
Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio/Cesta-alimentação				Assistidos PREVHAB		
	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	Exercício 2017	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017
VPOA no início do período	(8.969.176)	(10.122.889)	(13.541.692)	(1.349.664)	(1.422.383)	(1.331.503)	(1.331.503)	(56.365)	(62.431)	(51.831)
Custo do serviço corrente	(130.546)	(267.236)	(235.069)	-	-	-	-	-	-	-
Custo de juros	(441.094)	(916.725)	(1.363.490)	(65.022)	(130.106)	(128.240)	(128.240)	(2.741)	(5.553)	(4.751)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	(672.725)	817.356	(692.250)	(257.500)	(177.920)	(89.484)	(89.484)	(10.309)	(3.978)	(11.220)
Ajuste de experiência	78.492	676.213	(129.993)	(112.417)	(92.699)	(46.775)	(46.775)	(4.768)	(793)	(7.991)
Alterações premissas demográficas	978.994	978.994	(54.561)	-	-	-	-	-	-	-
Alterações premissas financeiras	(1.730.211)	(837.851)	(507.696)	(145.083)	(85.221)	(42.709)	(42.709)	(5.541)	(3.185)	(3.229)
Benefícios pagos diretamente pelo plano	-	-	-	-	-	-	-	2.884	5.431	5.371
Benefícios pagos diretamente pela empresa	296.867	572.820	449.102	67.106	125.329	126.844	126.844	-	-	-
Custo do serviço passado	-	-	5.260.510	-	-	-	-	-	-	-
VPOA no final do período	(9.916.674)	(9.916.674)	(10.122.889)	(1.605.080)	(1.605.080)	(1.422.383)	(1.422.383)	(66.531)	(66.531)	(62.431)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.5) Mudança no valor justo dos ativos dos planos de benefícios

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela CAIXA. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração. Alguns ativos do plano referem-se a fundos estruturados cujo critério de mensuração é objeto de avaliação específica, efetuada pela CAIXA.

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação são diretamente administrados pela CAIXA e não possuem ativos. A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do Valor Justo dos Ativos dos Planos – VJAP:

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO										
Descrição	Assistidos PREVHAB			REGREPLAN Salgado			REGREPLAN Não salgado			
	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	Exercício 2017
VJAP no início do período	56.365	62.431	51.831	39.603.688	36.376.829	34.863.940	4.822.138	4.346.836	4.256.614	4.256.614
Receitas de juros	2.741	5.553	4.751	1.952.759	3.652.538	3.350.581	238.886	440.939	408.555	408.555
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	10.309	3.978	11.220	(445.573)	1.944.408	865.492	30.336	395.064	(120.307)	(120.307)
Contribuições do empregador	-	-	-	395.050	704.943	228.867	32.092	53.790	21.339	21.339
Contribuições de participantes do plano	-	-	-	395.048	838.061	202.116	44.442	71.961	33.523	33.523
Benefícios pagos pelo plano	(2.884)	(5.431)	(5.371)	(1.566.747)	(3.182.554)	(3.134.227)	(149.603)	(290.299)	(252.888)	(252.888)
VJAP no final do período	66.531	66.531	62.431	40.334.225	40.334.225	36.376.769	5.018.291	5.018.291	4.346.836	4.346.836

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO										
Descrição	REB			Novo Plano						
	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	Exercício 2017
VJAP no início do período	438.313	384.385	318.259	1.373.003	1.187.011	651.598				
Receitas de juros	21.578	39.297	31.771	69.035	126.687	79.642				
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	(2.327)	45.447	59.524	239.485	336.708	484.284				
Contribuições do empregador	2.237	4.227	2.110	23.305	54.422	52.664				
Contribuições de participantes do plano	2.314	4.391	2.087	444	444	701				
Benefícios pagos pelo plano	(15.187)	(30.819)	(29.366)	(42.905)	(42.905)	(81.878)				
VJAP no final do período	446.928	446.928	384.385	1.662.367	1.662.367	1.187.011				

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.6) Conciliação do ativo/ (passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial

O valor líquido do ativo/ passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados ao valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) propicia, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente à obrigação atuarial incremental levantada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento de ativo atuarial (efeito de teto de ativo). Para os planos de previdência complementar observa-se o efeito da restrição sobre a obrigação atuarial, ou seja, os riscos são compartilhados com os participantes e assistidos de cada plano, a fim de limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela CAIXA.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO										
Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio/Cesta-alimentação			Assistidos PREVHAB			
	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	Exercício 2017
VPOA no final do período	(9.916.674)	(9.916.674)	(10.122.889)	(1.605.080)	(1.605.080)	(1.422.383)	(66.531)	(66.531)	(62.431)	(62.431)
VJAP no final do período	-	-	-	-	-	-	66.531	66.531	-	62.431
Superávit/ (déficit) do plano	(9.916.674)	(9.916.674)	(10.122.889)	(1.605.080)	(1.605.080)	(1.422.383)	-	-	-	-
Ativo/ (passivo) líquido	(9.916.674)	(9.916.674)	(10.122.889)	(1.605.080)	(1.605.080)	(1.422.383)	-	-	-	-

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO										
Descrição	REGIREPLAN Saldo			REGIREPLAN Não saldato			REB			
	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017	Exercício 2017
VPOA no final do período	(60.878.387)	(60.878.387)	(54.795.804)	(7.436.076)	(7.436.076)	(6.631.222)	(482.779)	(482.779)	(426.439)	(1.900.691)
VJAP no final do período	40.334.225	40.334.225	36.376.829	5.018.291	5.018.291	4.346.836	446.928	446.928	384.385	1.187.011
Superávit/ (déficit) do plano	(20.544.162)	(20.544.162)	(18.418.975)	(2.417.785)	(2.417.785)	(2.284.386)	(35.851)	(35.851)	(42.054)	(713.680)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial (Risk Sharing)	10.272.081	10.272.081	9.209.488	1.208.893	1.208.893	1.142.193	17.925	17.925	21.027	356.840
Ativo/ (passivo) líquido	(10.272.081)	(10.272.081)	(9.209.487)	(1.208.892)	(1.208.892)	(1.142.193)	(17.926)	(17.926)	(21.027)	(356.840)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO							
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio e cesta- alimentação	Assistidos PREVHAB	REG/REPLAN Saldo	REG/REPLAN Não saldato	REB	Novo Plano
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2019	649.070	137.900	8.417	3.965.425	373.941	32.580	101.736
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2020	616.522	127.735	6.603	3.805.993	366.772	30.939	100.680
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2021	583.815	118.351	6.032	3.647.518	361.226	29.334	98.679
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2022	554.995	109.623	5.491	3.489.508	352.133	27.780	96.536
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2023 ou posterior	7.512.272	1.111.471	39.988	45.969.943	5.982.004	362.146	1.754.361
Total	9.916.674	1.605.080	66.531	60.878.387	7.436.076	482.779	2.151.992
Duration do passivo atuarial na data-base de 31/12/2018							
	10,49 anos	8,21 anos	7,06 anos	11,34 anos	13,31 anos	11,11 anos	13,78 anos

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação são administrados diretamente pela CAIXA e não possuem ativos. Os ativos do plano de benefício Assistidos PREVHAB são compostos, exclusivamente, por aplicações financeiras em renda fixa.

[illegible]

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.9) Instrumentos de própria emissão mantidos como ativos dos planos e imóveis de propriedade dos planos ocupados pela CAIXA

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO					
	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não saldado		REB	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Carteira própria	2.593.638	3.497.274	220.283	309.564	180.633	202.240
Fundos de Investimento – Gestão própria	34.604.432	30.998.731	4.248.557	3.790.929	1.929.432	1.596.129
Imóveis - Locados à CAIXA	5.117.751	4.564.415	540.911	488.750	71.906	63.493
Total	42.315.821	39.060.420	5.009.751	4.589.243	2.181.971	1.861.862
					15.164.707	12.425.342

(i.10) (Despesas)/ Receitas e Pagamentos esperados para o semestre

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO					
	(Despesa) / Receita esperada – CPC 33 (R1)					
	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta-alimentação	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2019
Custo do serviço corrente	(126.125)	-	-	(8.893)	(578)	(21.353)
Custo de juros sobre o VPOA	(420.687)	(66.494)	(2.632.709)	(649.388)	(20.865)	(96.513)
Receita de juros sobre os ativos do plano	-	-	1.748.369	437.853	19.493	73.092
Juros sobre o teto do ativo	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o efeito da obrigação atuarial (Risk Sharing)	-	-	451.574	106.916	686	10.851
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo período	(546.812)	(66.494)	(432.766)	(113.512)	(1.264)	(33.923)

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO					
	Pagamentos esperados – CPC 33 (R1)					
	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta-alimentação	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2019	30/06/2019
Benefícios	324.535	68.950	-	-	-	-
Contribuições de risco	-	-	-	6.968	2.259	23.213
Contribuições extraordinárias	-	-	427.824	19.394	20	525
Total dos pagamentos esperados para o plano	324.535	68.950	427.824	26.362	2.279	23.738

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.11) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO									
Descrição	Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)							Aging Factor	
	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto						
	+ 1 idade	- 1 idade	+ 0,25%	- 0,25%	+ 1,00%	- 1,00%	- 1,00%		
Saúde CAIXA									
Custo dos juros	(418.044)	(422.780)	(421.225)	(420.047)	(510.994)	(352.162)			(441.094)
Valor presente das obrigações atuariais	(9.845.796)	(9.974.803)	(9.662.782)	(10.183.047)	(12.079.297)	(8.282.256)			(9.916.674)
Auxílio e cesta-alimentação									
Custo dos juros	(64.709)	(66.494)	(65.970)	(66.991)					(65.022)
Valor presente das obrigações atuariais	(1.563.827)	(1.605.080)	(1.538.290)	(1.573.121)					(1.605.080)
EX-PREVHAB									
Custo dos juros	(2.618)	(2.734)	(2.697)	(2.652)					(2.741)
Valor presente das obrigações atuariais	(65.194)	(67.891)	(65.268)	(67.839)					(66.531)
REG/REPLAN Saldado									
Custo dos juros	(2.549.794)	(2.625.431)	(2.594.547)	(2.582.940)					(2.622.764)
Valor presente das obrigações atuariais	(59.983.663)	(61.704.203)	(59.369.910)	(62.457.170)					(60.878.387)
REG/REPLAN Não saldado									
Custo dos serviços	5.732	(603)	1.503	2.177					(5.445)
Custo dos juros	(321.024)	(336.105)	(328.130)	(329.553)					(310.514)
Valor presente das obrigações atuariais	(7.446.566)	(7.787.598)	(7.403.280)	(7.856.239)					(7.436.076)
REB									
Custo dos serviços	(235)	(348)	(278)	(278)					(305)
Custo dos juros	(10.436)	(10.440)	(10.564)	(10.614)					(20.144)
Valor presente das obrigações atuariais	(469.535)	(496.702)	(488.469)	(490.721)					(482.779)
Novo Plano									
Custo dos serviços	(19.288)	(20.630)	(18.601)	(21.486)					(2.338)
Custo dos juros	(93.316)	(96.123)	(93.748)	(95.834)					(92.921)
Valor presente das obrigações atuariais	(2.130.722)	(2.194.063)	(2.082.468)	(2.250.272)					(2.151.992)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Despesas reconhecidas com planos de previdência com características de contribuição definida

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017
REB	21.990	43.466	43.014
Novo Plano	430.236	843.076	841.409
Total	452.226	886.542	884.423

(k) Despesas reconhecidas para cobertura de riscos com causas judiciais relacionados aos planos de benefícios

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	2º semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017
Causas judiciais	6.872	19.063	7.674
Total	6.872	19.063	7.674

Nota 30 – Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

O Código de Conduta dos Empregados e Dirigentes da CAIXA veda aos seus empregados e dirigentes estabelecer relações comerciais ou profissionais, diretamente ou por terceiros, com seus controladores e empresas do mesmo grupo econômico.

De acordo com legislação vigente, no que se aplica à CAIXA como empresa pública, é permitido ao pessoal-chave da administração a realização de operações de empréstimos ou adiantamentos nas mesmas condições às apresentadas ao mercado, especialmente quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias, bem como critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas e baixas para prejuízo, não existindo benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações realizadas com os demais clientes de mesmo perfil na empresa.

(a) Controladora

A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Economia, cujo capital social foi exclusivamente integralizado pela União. Dessa forma, encontra-se sob controle direto da União. Os saldos com a controladora estão representados pelas transações com a União, seus respectivos ministérios, autarquias, secretarias de governo e demais órgãos.

Os títulos públicos federais estão relacionados na Nota 6, os ativos com o FCVS são demonstrados na Nota 7, os tributos com o governo são apresentados na nota 20 e os dividendos e JCP a serem pagos ao tesouro são apresentados na Nota 19 (e).

No curso de suas operações, a CAIXA gera valores a receber de seu relacionamento com a União, que em 31/12/2018, totalizavam R\$ 2.229.296 (31/12/2017 – 2.231.047). Do montante apresentado em 31/12/2018, R\$ 1.687.530 está constituído por saldos relativos a operações antigas, para as quais a Administração da CAIXA está em tratativas com a União com a finalidade de quitação dos valores envolvidos.

(b) Controladas

Considerando o período coberto pelas demonstrações contábeis, A CAIXA realiza negócios por meio de suas subsidiárias CAIXAPAR, CAIXA Seguridade e CAIXA Instantânea, a CAIXA controla também de forma indireta a CAIXA Holding Securitária S.A. por meio da CAIXA Seguridade, e o FIP Veneza por meio da CAIXAPAR.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Controladas em Conjunto

Se enquadram como partes relacionadas as entidades nas quais a CAIXA participa em regime de controle conjunto por meio de suas subsidiárias CAIXAPAR e CAIXA Seguridade. Por meio da CAIXAPAR são controladas em conjunto: Banco Pan, Elo Serviços, Caixa Crescer, Capgemini, Tecban, Caixa Imóveis, Quod e Branes. Por meio da CAIXA Holding Securitária S.A. são controladas em conjunto da CAIXA, a PAN Corretora e a Too Seguros (antiga PAN Seguros).

A CAIXA mantém com a Capgemini contratos de prestação de serviços em tecnologia da informação, voltados para o desenvolvimento de soluções corporativas para uso próprio. Com a Tecban, a CAIXA mantém contratos de prestação de serviços voltados para a utilização de caixas eletrônicos. Em 31/12/2018, o montante dos numerários da CAIXA em poder da Tecban era de R\$ 2.654.034 (31/12/2017 – R\$ 2.414.846). A Elo presta à CAIXA serviços relacionados a soluções e meios de pagamento.

A Galgo Sistemas de Informações S.A. se enquadra como controlada em conjunto diretamente na CAIXA.

(d) Coligadas

A CAIXA Seguros Holding S.A. é uma entidade coligada constituída com o objetivo de participar nas empresas do Grupo CAIXA Seguros e apresenta a seguinte composição: CAIXA Seguros Participações Securitárias Ltda., CAIXA Seguradora S.A., CAIXA Vida e Previdência S.A., CAIXA Capitalização S.A., CAIXA Seguros Participações do Sul Ltda., Companhia de Seguros Previdência do Sul S.A., Youse Seg Participações Ltda., CNPX S.A.S, CAIXA Seguros Especializada em Saúde S.A., CAIXA Administradora de Consórcios S.A., CAIXA Seguros Assessoria e Consultoria Ltda., WIZ Soluções e Corretagem de Seguros S.A., Caixa Seguros Participações em Saúde Ltda., Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.

A CAIXA mantém transações diversas com a CAIXA Seguridade, incluindo suas investidas. Destaca-se a disponibilização de sua rede de atendimento para comercialização, por partes das referidas investidas, de seguros, títulos de capitalização, planos de previdência e consórcios. Além disso, em contrapartida, a CAIXA presta serviços bancários diversos para essas partes relacionadas, tais como manutenção de contas de depósito, aplicações financeiras e convênios de arrecadação e pagamento.

A Cibrasec se enquadra como coligada indireta por meio da CAIXAPAR.

(e) Pessoal Chave da Administração

Se enquadram como pessoal chave da administração as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades, direta ou indiretamente, considerando-se também membros até 2º grau da família e entidade jurídica dos quais se pode esperar que exerçam influência ou sejam influenciados pela pessoa nos negócios com a entidade. Na CAIXA se enquadram como pessoal chave com responsabilidades diretas e indiretas nas atividades, o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor, Comitê de Auditoria e Comitê Independente de Riscos.

(f) Outras Partes Relacionadas

As entidades que são controladas, ou sofrem influência significativa de forma direta ou indireta da União estão classificadas no item "Outras entidades". Esse item é composto por transações com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo governo, tais como: Petrobras, Banco do Brasil, BNDES, Banco do Nordeste e Emgea, além dos fundos de governo operados e/ou administrados pela CAIXA, como o FAT, FAR, FMM, FCVS e FIES.

Inclui também a Funcef, entidade que administra plano de benefícios pós emprego dos funcionários da CAIXA, que mantém com ela contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade da Funcef.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os quadros a seguir apresentam os saldos patrimoniais decorrentes de transações com partes relacionadas, considerando a natureza do relacionamento com essas entidades.

Descrição	31/12/2018						31/12/2017					
	Controladora	Controladas (1)	Controlada em conjunto (2)	Coligadas (3)	Pessoal Chave da Administração	Outras entidades (4)	Controladora	Controladas	Controlada em conjunto	Coligadas	Pessoal Chave da Administração	Outras entidades
ATIVO:	2.229.296	108.159	10.259.752	2.407.380	10.830	16.225.278	2.231.047	287.469	13.756.538	2.415.871	10.969	13.020.453
Aplicações interfinanceiras de liquidez (5)	-	-	7.016.623	-	-	999.998	-	-	9.813.349	-	-	55.401
Títulos e Valores Mobiliários (6)	-	-	-	2.398.408	-	7.556.421	-	-	-	2.387.905	-	5.268.376
Rendas a receber	566.374	98.970	2.732	10.687	-	537.182	546.985	282.522	1.392	27.966	-	554.745
Operações de crédito (7)	46.139	-	17.109	317	12.067	6.814.032	81.428	-	9.432	-	12.257	6.825.569
Provisões para operações de crédito	-	-	(261)	(32)	(1.237)	-	(9.988)	-	(144)	-	(1.288)	-
Outros créditos (8)	1.616.783	9.189	2.550.773	-	-	329.901	1.612.622	4.947	3.339.036	-	-	332.266
Provisões para outros créditos	-	-	-	-	-	(68.952)	-	-	-	-	-	(20.182)
Outros valores e bens	-	-	672.776	-	-	56.696	-	-	593.473	-	-	4.278
PASSIVO:	5.503.876	789.741	2.595.441	6.800.295	116.141	33.828.302	4.316.922	1.031.199	1.685.020	8.252.915	63.842	43.759.586
Depósitos à vista	2.146	94	40.638	31.591	2.329	17.879	2.202	299	48.398	52.009	1.834	124.080
Depósitos poupança	206.700	-	23	9.274	15.895	1.498	-	-	-	24.054	12.056	2.091
Depósitos à prazo	-	789.647	16.600	-	98.117	29.593	-	894.765	15.033	-	49.952	19.722
Depósitos especiais de fundos e programas	68.593	-	-	-	-	1.357.837	7.914	-	-	-	-	3.340.121
Captações no mercado aberto	-	-	-	-	-	-	-	136.135	-	-	-	-
Repasses do país - instituições oficiais (9)	368.371	-	-	-	-	31.160.058	398.978	-	-	-	-	33.195.944
Obrigações de obrigações com loterias	284.786	-	-	-	-	76.990	27.332	-	-	-	-	7.311
Obrigações por fundos e programas sociais	4.508.837	-	-	-	-	284.474	3.820.288	-	-	-	-	267.282
Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	1.481	-	-	-	-	834.464	1.481	-	-	-	-	6.744.281
Obrigações diversas (10)	60.962	-	2.538.180	6.759.430	-	65.509	57.627	-	1.621.589	8.176.852	-	58.754

(1) Refere-se principalmente às transações com a CAIXAPAR, CAIXA Seguridade, Caixa Instantânea e Caixa Holding Securitária S.A.

(2) Composto principalmente pelas transações com Banco Pan, Cappgemini, Elo Serviços, Crescer, Tecban, Branes, Pan Corretora e Tuo Seguros.

(3) Refere-se principalmente às transações com a Cibrasec e Grupo CAIXA Seguros.

(4) Composto principalmente por transações com a Petróbras, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, BNDES, Parapananema S.A., Furcefi, Emgea, FAR, FCVS e FDS. O ativo referente ao FCVS é apresentado na Nota Explicativa 7.

(5) A totalidade do saldo de Controladas em conjunto corresponde ao Banco Pan e o saldo de Outras entidades é referente ao Banco do Brasil.

(6) A totalidade do saldo em Coligadas se referem a certificados de recebíveis imobiliários da Cibrasec. Do saldo total de Outras entidades, cerca de R\$7.388.538 se referem a ações da Petrobras. Os títulos e valores mobiliários com a União são apresentados na Nota Explicativa 6 (a).

(7) A totalidade do saldo de Operações de crédito de Outras entidades corresponde à Petrobras.

(8) A totalidade do saldo de Controladas em conjunto se refere ao prêmio em operações de aquisição de carteiras com o Banco Pan.

(9) A totalidade do saldo de Outras entidades é de repasses do BNDES (Nota explicativa 17).

(10) A totalidade do saldo de Controladas em conjunto é referente ao Banco Pan. O saldo de Coligadas é referente às obrigações constituídas nas operações de cessão com coobrigação com a Cibrasec.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	CONSOLIDADO									
	31/12/2018					31/12/2017				
	Controladora	Controlada em conjunto (1)	Coligadas (2)	Pessoal Chave da Administração	Outras entidades (3)	Controladora	Controlada em conjunto	Coligadas	Pessoal Chave da Administração	Outras entidades
ATIVO:	2.229.296	10.259.752	2.407.380	10.830	16.225.278	2.231.047	13.756.538	2.415.871	10.969	13.020.453
Aplicações interfinanceiras de liquidez (4)	-	7.016.623	-	-	999.998	-	9.813.349	-	-	55.401
Títulos e Valores Mobiliários (5)	-	-	2.396.408	-	7.556.421	-	-	2.387.905	-	5.268.376
Rendas a receber	566.374	2.732	10.687	-	537.182	546.985	1.392	27.966	-	554.745
Operações de crédito (6)	48.139	17.109	317	12.067	6.814.032	81.428	9.432	-	12.257	6.825.569
Provisões para operações de crédito	-	(261)	(32)	(1.237)	-	(9.988)	(144)	-	(1.288)	-
Outros créditos (7)	1.616.783	2.550.773	-	-	329.901	1.612.622	3.339.036	-	-	332.266
Provisões para outros créditos	-	-	-	-	(68.952)	-	-	-	-	(20.182)
Outros valores e bens	-	672.776	-	-	56.696	-	593.473	-	-	4.278
PASSIVO:	5.503.876	2.621.665	6.800.295	116.141	33.828.302	4.316.822	1.688.495	8.252.915	63.842	43.759.586
Depósitos à vista	2.146	40.638	31.591	2.329	17.879	2.202	48.398	52.009	1.834	124.080
Depósitos poupança	206.700	23	9.274	15.695	1.498	-	-	24.054	12.056	2.091
Depósitos à prazo	-	16.500	-	98.117	29.593	-	15.033	-	49.952	19.722
Depósitos especiais de fundos e programas	69.593	-	-	-	1.357.837	-	7.914	-	-	3.340.121
Captações no mercado aberto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Repasses do país - instituições oficiais (8)	369.371	-	-	-	31.160.058	399.978	-	-	-	33.185.944
Obrigações de obrigações com loterias	284.786	-	-	-	76.990	27.332	-	-	-	7.311
Obrigações por fundos e programas sociais	4.508.837	-	-	-	284.474	3.820.288	-	-	-	267.282
Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	1.481	-	-	-	834.464	1.481	-	-	-	6.744.281
Obrigações diversas (9)	60.962	2.564.404	6.759.430	-	65.509	57.627	1.625.064	8.176.852	-	58.754

(1) Composto principalmente pelas transações com Banco Pan, Cappgemini, Elo Serviços, Crescer, Tecban, Branes, Pan Corretora e Too Seguros.

(2) Refere-se principalmente às transações com a Cibrasec e Grupo CAIXA Seguros.

(3) Composto principalmente por transações com a Cibrasec, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, BNDES, Parapanema S.A., Funcel, Emgea, FAR, FCVS e FDS. O ativo referente ao FCVS é apresentado na Nota Explicativa 7.

(4) A totalidade do saldo de Controladas em conjunto corresponde ao Banco Pan e o saldo de Outras entidades é referente ao Banco do Brasil.

(5) A totalidade do saldo em Coligadas se refere a certificados de recebíveis imobiliários da Cibrasec. Do saldo total de Outras entidades, cerca de R\$7.388.538 se refere a ações da Petrobras. Os títulos e valores mobiliários com a União são apresentados na Nota Explicativa 6 (a).

(6) A totalidade do saldo de Operações de crédito de Outras entidades corresponde à Petrobras.

(7) A totalidade do saldo de Controladas em conjunto se refere ao prêmio em operações de aquisição de carteiras com o Banco Pan.

(8) A totalidade do saldo de Outras entidades se refere aos repasses do BNDES (Nota explicativa 17).

(9) A totalidade do saldo de Controladas em conjunto é referente ao Banco Pan e o saldo de Coligadas é referente às obrigações constituídas nas operações de cessão com coobrigação com a Cibrasec.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os quadros a seguir apresentam os saldos que compõem o resultado decorrente de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

INDIVIDUAL										
Descrição	2º semestre - 2018					2º semestre - 2017				
	Controladora	Controladas (1)	Controlada em conjunto (2)	Coligadas (3)	Outras entidades (4)	Controladora	Controladas	Controlada em conjunto	Coligadas	Outras entidades
RECEITAS:	520.071	3.953	873.176	92.275	1.673.953	487.533	4.214	825.227	96.537	1.185.277
Resultado com títulos e valores mobiliários	-	-	259.332	-	1	-	-	436.067	-	552
Rendas prestação serviços	395.396	185	278.299	92.275	568.609	391.608	320	266.330	96.537	460.716
Outras receitas operacionais	124.675	3.768	335.545	-	1.105.343	95.925	3.894	122.830	-	724.009
DESPESAS:	(21.111)	(32.634)	(1.168.036)	(423.244)	(3.055.076)	(34.775)	(43.108)	(969.594)	(340.955)	(2.376.967)
Captação no mercado	(16.476)	(32.634)	(781)	-	(188.289)	(22.757)	(43.108)	(294)	-	(276.118)
Pessoal (5)	-	-	-	-	(469.224)	-	-	-	-	(441.797)
Administrativas (5)	-	-	-	-	(16.862)	-	-	-	-	(37.973)
Venda ou transferência de ativos financeiros (6)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas operacionais (7)	(4.635)	-	(1.167.255)	(21)	(2.380.701)	(12.018)	-	(969.300)	-	(1.620.179)
	Exercício - 2018					Exercício - 2017				
RECEITAS:	1.045.074	7.982	1.591.657	187.879	2.915.286	1.011.687	19.648	1.785.103	189.581	2.720.919
Resultado com títulos e valores mobiliários	-	-	523.463	-	43	-	-	1.095.629	-	1.955
Rendas prestação serviços	805.198	585	605.491	187.879	968.985	780.661	462	527.356	189.581	874.315
Outras receitas operacionais	239.876	7.397	462.703	-	1.946.258	231.026	19.186	162.118	-	1.844.649
DESPESAS:	(42.466)	(68.685)	(2.271.686)	(805.671)	(5.049.444)	(71.766)	(105.616)	(1.931.651)	(769.468)	(4.566.929)
Captação no mercado	(33.537)	(68.685)	(1.108)	-	(434.745)	(53.558)	(105.616)	(498)	-	(585.445)
Pessoal (5)	-	-	-	-	(894.008)	-	-	-	-	(887.759)
Administrativas (5)	-	-	-	-	(62.143)	-	-	-	-	(73.677)
Venda ou transferência de ativos financeiros (6)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas operacionais (7)	(8.929)	-	(2.270.578)	(21)	(3.658.548)	(18.208)	-	(1.931.153)	(769.468)	(3.020.048)

(1) Refere-se principalmente às transações com a CAIXAPAR, CAIXA Seguridade, Caixa Instantânea e Caixa Holding Seguritária S.A.

(2) Refere-se às transações com o Banco Pan, Elo, Tecban e Capgemini.

(3) Refere-se principalmente às transações com o grupo CAIXA Seguros.

(4) Refere-se, principalmente, às transações com BNDES, FCVS, Funcel, FAR e FAT.

(5) Transações com a Funcel. Os ativos e passivos atuariais com a Funcel são apresentados na nota explicativa 29.

(6) A totalidade do saldo é referente a transações de cessão de carteira com a Cibrasec (Nota explicativa 8 (f.12)).

(7) O saldo referente a Controladas em conjunto é composto essencialmente pelas despesas com taxa de performance relativas à aquisição de carteiras de crédito junto ao Banco PAN e pelas despesas de transações de clientes em terminais de auto atendimento da Tecban.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	CONSOLIDADO							
	2º semestre - 2018				2º semestre - 2017			
	Controladora	Controladas em conjunto (1)	Coligadas (2)	Outras entidades (3)	Controladora	Controladas em conjunto	Coligadas	Outras entidades
RECEITAS:	520.071	873.176	399.737	1.673.953	487.533	825.227	338.306	1.185.277
Resultado com títulos e valores mobiliários	-	259.332	-	1	-	436.067	-	552
Rendas prestação serviços	395.396	278.299	92.275	568.609	391.608	266.330	96.537	460.716
Outras receitas operacionais	124.675	335.545	307.462	1.105.343	95.925	122.830	241.769	724.009
DESPESAS:	(21.111)	(1.168.036)	(423.244)	(3.056.241)	(34.775)	(969.594)	(340.955)	(2.377.026)
Captação no mercado	(16.476)	(781)	-	(188.289)	(22.757)	(294)	-	(276.118)
Pessoal (4)	-	-	-	(470.389)	-	-	-	(442.756)
Administrativas (4)	-	-	-	(16.862)	-	-	-	(37.973)
Venda ou transferência de ativos financeiros (5)	-	-	(423.223)	-	-	-	(340.955)	-
Outras despesas operacionais (6)	(4.635)	(1.167.255)	(21)	(2.380.701)	(12.018)	(969.300)	-	(1.620.179)
RECEITAS:	1.045.074	1.591.657	853.763	2.915.286	1.011.889	1.785.103	695.768	2.720.919
Resultado com títulos e valores mobiliários	-	523.463	-	43	-	1.095.929	-	1.955
Rendas prestação serviços	805.198	605.491	187.879	968.985	780.663	527.356	189.581	874.315
Outras receitas operacionais	239.876	462.703	665.884	1.946.258	231.026	162.118	506.187	1.844.649
DESPESAS:	(42.466)	(2.271.686)	(805.671)	(5.051.457)	(71.766)	(1.931.651)	(769.468)	(4.568.034)
Captação no mercado	(33.537)	(1.108)	-	(434.745)	(53.558)	(498)	-	(585.445)
Pessoal (4)	-	-	-	(896.021)	-	-	-	(888.864)
Administrativas (4)	-	-	-	(62.143)	-	-	-	(73.677)
Venda ou transferência de ativos financeiros (5)	-	-	(805.650)	-	-	-	(769.468)	-
Outras despesas operacionais (6)	(8.929)	(2.270.578)	(21)	(3.658.548)	(18.208)	(1.931.153)	-	(3.020.048)

(1) Refere-se às transações com o Banco Pan, Elo, Tecban e Capgemini.

(2) Refere-se principalmente às transações com o grupo CAIXA Seguros.

(3) Refere-se, principalmente, às transações com BNDES, FCVS, Funcel, FAR e FAT.

(4) Transações com a Funcel. Os ativos e passivos atuariais com a Funcel são apresentados na nota explicativa 29.

(5) A totalidade do saldo é referente a transações de cessão de carteira com a Cibrasec (Nota explicativa 8 (f 2)).

(6) O saldo referente a Controladas em conjunto é composto essencialmente pelas despesas com taxa de performance relativas à aquisição de carteiras de crédito junto ao Banco PAN e pelas despesas de transações de clientes em terminais de auto atendimento da Tecban.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Média salarial

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	31/12/2018 (valores em R\$)		31/12/2017 (valores em R\$)	
	Administrador	Empregado	Administrador	Empregado
Maior salário	56.197	53.963	56.196	45.163
Salário médio	45.148	9.905	45.346	9.207
Menor salário	41.868	2.832	41.867	2.697
Benefícios	7.392	2.662	7.192	2.217

(h) Remuneração do pessoal-chave da administração

O montante da remuneração global dos administradores e conselheiros fiscais da CAIXA é submetido anualmente pelo Conselho de Administração para aprovação da Assembleia Geral da CAIXA.

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor, Comitê de Auditoria e Comitê Independente de Riscos) são apresentados como segue:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Benefícios de curto prazo	16.687	38.143	19.016	33.952
Proventos	10.193	20.876	10.068	21.170
Diretoria	8.634	17.703	8.796	18.745
Conselho de Administração	241	430	182	373
Conselho Fiscal	161	336	173	320
Comitê de Auditoria	755	1.604	817	1.632
Comitê Independente de Risco	402	803	100	100
Remuneração variável	2.265	8.906	4.395	4.440
Diretoria	2.265	8.906	4.395	4.440
Benefícios	604	1.141	550	960
Diretoria	604	1.141	550	960
Treinamento	41	70	127	306
Encargos Sociais	3.584	7.150	3.876	7.076
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	106	899	10	1.907
Benefícios pós emprego	599	1.231	703	1.465
Previdência Complementar	599	1.231	703	1.465

Os benefícios incluem auxílio alimentação, auxílio creche, auxílio moradia, plano de saúde e seguro de vida aos membros da diretoria

No item Previdência Complementar, os benefícios pós-emprego são restritos aos membros da diretoria, conselho de administração e conselho fiscal da CAIXA.

A CAIXA não possui remuneração baseada em ações ou benefícios de longo prazo a seus funcionários e pessoal chave da administração.

As Garantias Financeiras Prestadas são apresentadas na Nota Explicativa 28.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 31 – Gerenciamento de riscos e de capital

Na CAIXA, o gerenciamento de riscos e de capital é percebido como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação de sua solvência, liquidez e rentabilidade.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

Os riscos considerados como relevantes são: Risco de Crédito; Risco de Mercado; Risco de Liquidez; Risco Operacional; Risco de Taxa de Juros das Operações não Classificadas na Carteira de Negociação; Risco de Estratégia; Risco de Reputação, Risco Socioambiental, Risco de Contágio, Risco Atuarial e Risco de Concentração, Risco Cibernético e Risco de TI.

Em atendimento à Resolução CMN nº4.502/2016 as instituições financeiras devem elaborar plano de recuperação objetivando o restabelecimento dos níveis adequados de capital e liquidez, bem como preservar a viabilidade da instituição e a estabilidade regular do Sistema Financeiro Nacional, em resposta a situações de estresse.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, bem como do Plano de Recuperação está disponível no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA, Relações com Investidores, Gerenciamento de Riscos, Relatórios de Gerenciamento de Risco e Capital.

(a) Cálculo da exigência de capital regulamentar

Em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, desde janeiro/2015 o cálculo do patrimônio de referência e o cálculo dos requerimentos mínimos de capital passaram a considerar o Conglomerado Prudencial.

O quadro a seguir apresenta o detalhamento desses indicadores de capital.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio de Referência – PR	101.215.559	93.464.469
Nível I	66.503.842	59.387.930
Capital Principal – CP	66.503.842	59.387.930
Patrimônio líquido ⁽¹⁾	81.241.695	71.383.553
Ajustes prudenciais	(14.737.853)	(11.995.623)
Capital Complementar – CC	-	-
Nível II	34.711.716	34.076.539
Ativos ponderados pelo risco – RWA	516.533.740	529.502.315
Risco de crédito – RWA _{CPAD}	432.975.408	458.355.599
Risco de mercado – RWA _{MPAD}	12.041.702	9.657.268
Risco operacional – RWA _{OPAD}	71.516.630	61.489.448
Adicional de Capital Principal - ACP	12.267.676	7.942.535
Patrim. de Referência Mínimo Requerido - PRMR (RWA*Fator F) + ACP	56.818.711	56.921.499
Risco de mercado – carteira de não negociação - RBAN	3.082.991	1.333.900
Margem de capital (PR - PRMR - RBAN)	41.313.856	35.209.070
Índice de capital principal (CP / RWA)	12,88%	11,22%
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	12,88%	11,22%
Índice de Basileia (PR / RWA)	19,60%	17,65%
Fator F (Resolução CMN nº 4.193/2013)	8,63%	9,25%

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes – Instrução CVM nº 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

- Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;
- Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Os resultados dos Instrumentos Financeiros em 31/12/2018 apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Descrição	Risco	Cenário Provável	Var. de 25%	Var. de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(183.361)	(4.511.866)	(8.822.716)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preço	(31.604)	(1.015.576)	(2.659.301)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(111.600)	(1.884.192)	(2.498.936)
Variação cambial	Queda nas taxas de câmbio	(1)	(13)	(24)

Nota 32 – Outras informações**(a) Ativos de Fundos de Investimento administrados pela CAIXA**

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Fundos de ações	18.879.408	14.068.151
Fundos de investimento financeiro	238.972.156	202.325.000
Fundos de investimento em cotas - FIC (1)	179.752.078	142.961.908
Total	437.603.642	359.355.059

(1) Inclui Fundos de aplicação em cotas, que não são considerados no ranking ANBIMA.

(b) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 97.047 em 31/12/2018 (31/12/2017 - R\$ 100.188), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Relações Interfinanceiras

Em relação a dezembro de 2017, o aumento de R\$ 8.332.835 apresentado nas Relações Interfinanceiras se refere à reclassificação de saldos relativos à rotina de transações de pagamento – cartão de crédito do grupo Outras Obrigações para o grupo de Relações Interfinanceiras.

Nota 33 - Eventos subsequentes**(a) Processo de seleção de Vice-presidentes**

Por ocasião do processo de seleção de Vice-presidentes, foram escolhidos cinco novos dirigentes para a Instituição.

Em relação ao 2º ciclo de seleção, iniciado em outubro de 2018:

Para a Vice-presidência de Tecnologia da Informação foi escolhido o Senhor Cláudio Salituro. Graduado em Informática com MBA em Gestão Empresarial pela FGV, possui 34 anos de experiência na área de tecnologia da informação, exercendo cargos estratégicos em empresas nacionais e multinacionais nos segmentos financeiro, cartão de crédito, varejo, prestação de serviços e telecomunicações, entre as quais destacam-se: Cielo, Fidelity, IBI e Orbitall.

Para a Vice-presidência Administração e Gestão de Ativos de Terceiros, foi escolhida a Senhora Luciane Ribeiro. Graduada em Economia com formação no programa de liderança (Authentic Leadership Program) pela Harvard Business School. Possui mais de 35 anos de experiência em grandes instituições financeiras nacionais e internacionais, exercendo cargos CEO de Asset Management nos bancos Santander, ABN Amro e Safra. Foi Diretora e é atual membro do Conselho de Regulação de Fundos da ANBIMA. Também é membro do Conselho da Women Leadership in Latin America e do Comitê de Investimentos do Fundo de Pensão das Nações Unidas.

Em relação ao 3º ciclo de Seleção, iniciado em janeiro de 2019:

Para a Vice-presidência de Finanças e Controladoria, foi escolhido o Senhor André Tosello Laloní. Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e com MBA pela Darden Graduate School of Business Administration - University of Virginia. Possui grande conhecimento do mercado financeiro nacional e internacional, tendo ocupado cargos estratégicos nos bancos UBS, Barclays, Goldman Sachs e Unibanco.

Para a Vice-presidência de Clientes, Negócios e Transformação Digital, foi escolhido o Senhor Valter Gonçalves Nunes. Graduado em Comunicação. Empregado de carreira, com 35 anos de atuação na CAIXA, exercendo cargos estratégicos de Superintendente Regional e Diretor Executivo de Atendimento e Negócios e do FGTS.

Para a Vice-presidência Gestão de Pessoas, foi escolhido o Senhor Roney de Oliveira Granemann. Graduado em Economia com pós-graduação em Finanças e mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Empregado de carreira, com 29 anos de atuação na CAIXA, exercendo cargos estratégicos de Superintendente Regional da Rede de Atendimento e Diretor Executivo de Gestão de Pessoas.

Os nomes foram eleitos pelo Conselho de Administração da empresa, em reunião realizada nos dias 24/01/2019 (2º ciclo) e 25/02/2019 (3º ciclo) e tomaram posse na presente data.

(b) Aquisição de ações em Aumento de Capital - CAIXAPAR

A CAIXAPAR, subsidiária da CAIXA e acionista do Banco PAN, notificou o exercício do direito de aquisição de 50% das ações subscritas e integralizadas pelo acionista BTG Pactual no âmbito do Aumento de Capital, de forma que, após as competentes aprovações, a composição do capital total da Companhia passará a ser de: (i) 41,7% para CAIXAPAR; (ii) 41,7% para o BTG Pactual e (iii) 16,6% para os acionistas minoritários.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Pedro Duarte Guimarães
Presidente

Cláudio Salituro
Vice-presidente

João Eduardo de Assis Pacheco Dacache
Vice-presidente

Mozart de Oliveira Farias
Vice-presidente

Paulo Henrique Angelo Souza
Vice-presidente

Tatiana Thomé de Oliveira
Vice-presidente em exercício
Portaria PRESI nº 0312/19, de 28/02/2019

Marcos Brasileiro Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF

Jair Luis Mahl
Vice-presidente

Júlio Cesar Volpp Sierra
Vice-presidente

Osvaldo Bruno Brasil Cavalcante
Vice-presidente em exercício
Portaria PRESI nº 0416/2019, de 20/03/2019

Roney de Oliveira Granemann
Vice-presidente

Valter Gonçalves Nunes
Vice-presidente

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA SEGUNDO SEMESTRE DE 2018

1. Introdução

O Comitê de Auditoria da Caixa Econômica Federal (COAUD ou Comitê), órgão estatutário vinculado diretamente ao Conselho de Administração (CA), é composto atualmente por três membros independentes, nomeados pelo CA. O COAUD atua como único para a Instituição Financeira CAIXA e para sua subsidiária integral Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR. Tem como principais responsabilidades o monitoramento do processo de elaboração e da qualidade das demonstrações contábeis, da efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos e da efetividade e independência das auditorias interna e independente. Atua com autonomia e independência como órgão de assessoramento, sem poder decisório ou com funções executivas. Suas atribuições são definidas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto nº 8.945/2016, Resolução CMN nº 3.198/2004, Estatuto Social da CAIXA e por seu Regimento Interno, disponível no site <http://www.caixa.gov.br>.

2. Responsabilidades

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, com base em processos e controles capazes de garantir sua qualidade e integridade. A Administração também é responsável por gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades em atendimento às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna, diretamente subordinada ao CA, inclui, entre seus trabalhos regulares, a verificação da qualidade e aderência dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos existentes e o cumprimento de políticas e normativos definidos, inclusive aqueles com impacto na elaboração das demonstrações contábeis.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, devendo opinar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAIXA, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

O Comitê Independente de Riscos (CORIS) assessora o CA em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Partes Relacionadas (COPAR) assessora o CA em suas funções relativas às transações relevantes da instituição realizadas com partes relacionadas.

O processo de supervisão efetuado pelo COAUD baseia-se nas informações recebidas da Administração, nas apresentações realizadas pelas diversas áreas de negócio e de suporte, no resultado do trabalho dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis, gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade, além das próprias análises decorrentes da atuação de supervisão e monitoramento do Comitê.

3. Atividades do período

Durante o segundo semestre de 2018, em cumprimento ao Plano Anual de Trabalho aprovado pelo CA, o Comitê promoveu reuniões, isolada ou conjuntamente, com diversas áreas da CAIXA, auditorias interna e independente, e comitês de assessoramento ao CA, com destaque para o Comitê Independente de Riscos (CORIS). Nessas reuniões abordou, em vista da natureza de suas atividades, assuntos relacionados a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos, contabilidade e tributos, controladoria, resultado atuarial, ouvidoria e tecnologia da informação. Também participou de todas as reuniões do CA da CAIXA, o que favoreceu acesso a informações sobre o desenvolvimento da instituição.

Nos debates realizados com os gestores das diversas áreas foram identificadas recomendações de ações corretivas que se encontram devidamente registradas em Atas.

I - Órgãos reguladores e de controle

O COAUD tomou conhecimento do resultado das inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e de controle, das respectivas providências adotadas pela Administração para seu atendimento, interagindo com a Auditoria Interna e a área de Controles Internos sobre o *follow-up* desses apontamentos. Também manteve reuniões com representantes do BACEN no período.

II - Auditoria interna

Com a equipe de auditoria interna, realizou reuniões para acompanhamento do planejamento, dos resultados dos principais trabalhos, conclusões, relatórios emitidos e respectivas recomendações. A avaliação da objetividade, independência, eficácia e eficiência da Auditoria Interna é parte das atribuições do Comitê e foi realizada formalmente, sendo seus resultados discutidos com o gestor da área para aprimoramento quando aplicável.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

III - Auditoria independente

O Comitê também avaliou formalmente a objetividade e independência dos auditores independentes, a qualidade e efetividade dos trabalhos realizados e seu relacionamento com o Comitê. Durante o período, manteve um canal regular de comunicação com os auditores e realizou reuniões para acompanhamento dos resultados de seus trabalhos, com destaque para aspectos contábeis relevantes com impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do segundo semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2018, deficiências e recomendações de melhoria reportadas no relatório de controles internos do primeiro semestre de 2018, principais assuntos de auditoria (PAA), ênfase relacionada a créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) e ressalva sobre a impossibilidade de determinar a necessidade de ajustes ou divulgações adicionais relacionados à investigação em andamento de supostos atos ilegais por parte de certos administradores e ex-administradores. Com relação à ressalva, o COAUD tem discutido e ponderado seus possíveis efeitos com a auditoria independente e o CA. Durante o período, o COAUD acompanhou o processo de prorrogação do contrato com os auditores independentes, apresentando sua recomendação ao CA.

IV - Controles internos, conformidade e gerenciamento de riscos

O Comitê realizou reuniões com as áreas responsáveis com o objetivo de acompanhar os aspectos relativos à qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos e de capital existentes, incluindo reuniões com o CORIS. O COAUD monitora as exposições a riscos mediante interação e atuação conjunta com o CORIS. Também vem acompanhando os processos de verificação do cumprimento, pela Administração, dos dispositivos legais e regulamentares e das normas internas, assim como a evolução da cultura de risco e do Programa de Integridade da CAIXA.

V - Ouvidoria

Durante o período, o Comitê manteve reuniões com o Ouvidor da instituição para conhecimento do Relatório da Ouvidoria e do Relatório Semestral de Denúncias, elaborados em consonância com as Resoluções 4.433/2015 e 4.567/17 do Conselho Monetário Nacional. O Comitê também vem acompanhando a efetividade do Canal de Denúncias da CAIXA e a contratação de empresa independente para sua operação.

VI - Demonstrações contábeis

O Comitê revisou as Demonstrações Contábeis da CAIXA, individuais e consolidadas, o Relatório da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes, emitido com ressalva em 28 de março de 2019. Reuniu-se com os auditores independentes e responsáveis pela elaboração dessas demonstrações, previamente à sua divulgação, para discussão de práticas e temas contábeis relevantes.

VII – Partes Relacionadas

O COAUD avalia e monitora, em conjunto com a Administração, o COPAR e a Auditoria Interna, a adequação dos processos relacionados às transações com partes relacionadas.

VIII – Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Segurança da Informação

O Comitê manteve reuniões com as áreas responsáveis para conhecimento e acompanhamento dos processos e medidas adotadas para mitigação de riscos e tratamento dado às principais ocorrências no período.

IX - Outras atividades

Em complemento às atividades descritas anteriormente, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições o Comitê também esteve envolvido nos seguintes assuntos durante o segundo semestre de 2018: (i) acompanhamento, junto às áreas responsáveis, dos processos relativos à avaliação da coerência das premissas e cálculos atuariais dos planos de previdência e de cobertura dos planos de saúde da CAIXA; (ii) acompanhamento do contencioso trabalhista, tributário e cível, incluindo o possível impacto, nas demonstrações contábeis da CAIXA, dos passivos contingentes classificados como possíveis pela Fundação dos Economizadores Federais (FUNCEF); (iii) revisão, pela Administração, da estrutura de governança corporativa dos fundos de governos geridos, operados e/ou administrados pela CAIXA; e (iv) acompanhamento do tema segurança cibernética.

Durante o período, os membros do Comitê participaram de atividades e programas de atualização em temas relacionados às suas atividades e realizaram a autoavaliação anual.

O Comitê apresentou relatos periódicos de suas atividades ao CA e reuniu-se com o Conselho Fiscal (CF).

4. Conclusões

O Comitê de Auditoria, em razão das atividades desenvolvidas no período e ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, reconhecendo a necessidade de aprimoramento em alguns processos corporativos e, sobretudo, de investimento em atualização tecnológica, concluiu que:

- i) os sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da CAIXA revelam satisfatório nível de efetividade, ponderados o porte e a complexidade da instituição;
- ii) a auditoria interna mostra-se efetiva, atuando com adequada independência e objetividade;

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

- iii) a auditoria independente é efetiva e não foram identificadas situações que pudessem comprometer sua independência;
- iv) todos os assuntos pertinentes que chegaram ao seu conhecimento estão adequadamente divulgados no Relatório da Administração e nas Demonstrações Contábeis da CAIXA, individuais e consolidadas, relativas ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, emitido com ressalva, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração da CAIXA, ponderados os possíveis efeitos de eventuais ajustes ou divulgações adicionais relacionados à ressalva dos Auditores Independentes.

Brasília, DF, 28 de março de 2019.

ALBERTO EMMANUEL CARVALHO WHITAKER

CARLOS ROBERTO MATAVELLI

CARLA ALESSANDRA TREMATORE
Presidente

Aos Administradores e Acionista
Caixa Econômica Federal - CAIXA

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Caixa Econômica Federal – CAIXA (“CAIXA” ou “Instituição”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Caixa Econômica Federal – CAIXA e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal – CAIXA e da Caixa Econômica Federal – CAIXA e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota 2(d) às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em conexão com os processos de investigação pelas autoridades públicas federais nas operações citadas na referida Nota, a administração da CAIXA tomou conhecimento de supostos atos ilegais por parte de certos administradores e ex-administradores. Em decorrência, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, foi constituído um Comitê Independente específico e contratados especialistas independentes para conduzir investigações relacionadas às alegações e identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos e os eventuais consequentes impactos sobre os controles internos e as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA.

Considerando que as ações relacionadas à investigação desses assuntos estão em andamento, os possíveis impactos decorrentes da resolução desses temas não são conhecidos. Consequentemente não foi possível determinar se havia necessidade de ajustes ou divulgações adicionais relacionados a esses assuntos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2018.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”.

Somos independentes em relação à CAIXA e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase**Créditos com o FCVS**

Chamamos a atenção para a Nota 7(b) às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que descreve que, em 31 de dezembro de 2018, a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 28.272 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam a R\$ 13.368 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R\$ 4.540 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 19.443 milhões, em 31 de dezembro de 2018, segue um processo de securitização (emissão de títulos por parte da União), conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

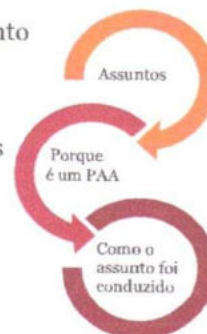
A administração da CAIXA é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima, considerando que as ações relacionadas à referida investigação estão em andamento, não foi possível determinar se havia necessidade de ajustes ou divulgações adicionais relacionados a esse assunto sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2018. Portanto, não foi possível concluir se as outras informações apresentam distorção relevante, ou não, com relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi planejada e executada considerando que as operações da CAIXA e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, exceto pela inclusão do PAA sobre Provisão para perdas de bens não de uso próprio – BNDU, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Relatório do Auditor Independente

Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Notas 3(h) e 8)	
A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos alinhados com a Resolução do Conselho Monetário Nacional no. 2.682, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo. Dessa forma, essa área foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.	Procedemos ao entendimento e testes dos controles internos relevantes na mensuração e reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: aprovação da política de crédito; análise de crédito; concessão de crédito e operações renegociadas; atribuição de rating considerando o risco do valor recuperável das operações; processamento e contabilização das provisões; reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e elaboração das notas explicativas. Efetuamos, também, testes em relação a integridade e totalidade da base de dados utilizada para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos ratings atribuídos, bem como confronto dos saldos contábeis e as informações divulgadas nas notas explicativas com os relatórios analíticos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração são razoáveis em relação ao previsto nas normas regulamentares e nas políticas internas para a determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Crédito tributário (Notas 3(i) e 20)

O crédito tributário decorrente de diferenças temporárias na base de cálculo dos tributos, bem como de prejuízos fiscais, é reconhecido contabilmente na medida em que haja expectativa de lucros tributáveis futuros para realização do mesmo.

A expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de lucros tributários de curto e longo prazo e que requerem a aplicação de julgamento por parte da Administração da CAIXA e de suas investidas, incluindo utilização de premissas cuja concretização depende da confirmação dos cenários utilizados.

Considerando a subjetividade inerente a esse processo, uma vez que a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e os valores previstos para realização dos créditos tributários, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Realizamos o entendimento do processo de apuração dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias e prejuízos fiscais, bem como do estudo de realização dos créditos tributários de acordo as projeções de lucros tributáveis elaborados pela Administração.

Analizamos premissas críticas incluídas nas projeções de lucros tributáveis e, comparamos com dados macroeconômicos disponíveis e informações históricas e prospectivas da CAIXA e de suas investidas em seus aspectos mais relevantes.

Testamos a natureza e os montantes das diferenças temporárias e prejuízos fiscais passíveis de serem deduzidos das bases de tributos futuros com o auxílio de nossos especialistas na área tributária.

Discutimos com a Administração e inspecionamos a aprovação do estudo técnico que suporta a realização do crédito tributário pelo Conselho Diretor e apreciação pelo Conselho de Administração.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e manutenção dos créditos tributários são razoáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisões para passivos contingentes (Notas 3(k) e 28)

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo período e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a jurisprudência e legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração levam em consideração os pareceres dos assessores jurídicos e exercício de julgamento feito pela Administração da CAIXA. Consequentemente, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria, abrangeram dentre outros:

O entendimento dos controles relacionados a

identificação e constituição de passivos e as divulgações em notas explicativas, bem como os modelos de cálculo adotados para a constituição das provisões de natureza tributária, cível e trabalhistas, que consideram a análise individualizada para as ações relevantes e o valor médio histórico de condenação pago para as demais ações.

Efetuamos testes em relação aos valores provisionados das ações relevantes, bem como, com o apoio de nossos especialistas, discutimos a razoabilidade do prognóstico de perda das causas mais significativas de natureza tributária, trabalhista e cíveis.

Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda relacionadas as demais contingências, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Efetuamos procedimentos de confirmação com os advogados que são responsáveis pela análise dos processos judiciais e administrativos relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, a totalidade das informações e o valor correto das provisões.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração fornecem uma base razoável para a determinação da provisão para passivos contingentes no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Plano de benefício pós-emprego (Notas 3(m) e 29)

A CAIXA tem planos de benefício pós emprego com característica de benefício definido, cujos valores são relevantes no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e envolvem a necessidade de utilização de uma adequada base de dados, da aplicação das características de cada plano quanto a responsabilidade da CAIXA como patrocinadora, incluindo a paridade contributiva, bem como a determinação de premissas por parte da administração com elevado grau de subjetividade, tais como: taxas de desconto, de inflação, de evolução de custos médicos e de mortalidade.

Além disso, a CAIXA aprovou um novo estatuto em 14 de dezembro de 2017 alterando as premissas do plano econômico Saúde CAIXA com a implementação de teto de contribuição vinculado à folha de pagamento como limitador de gastos da CAIXA.

Essa foi uma área de foco em nossa auditoria, pois alterações nas premissas podem resultar em impactos relevantes nas obrigações relacionadas aos planos de benefício definido.

Procedemos ao entendimento dos processos que envolvem a constituição e a mensuração dos passivos decorrentes dos planos de benefícios pós emprego.

Entre outros, nossos testes consideraram os controles relacionados à completude e base de dados consideradas nos cálculos atuariais, além da paridade contributiva do déficit.

Com o auxílio de nossos especialistas atuários procedemos à reperformance de cálculos em base de testes e discutimos as metodologias e os julgamentos relevantes utilizados pela Administração na determinação das premissas aplicadas no cálculo das obrigações em comparação com os parâmetros de mercado. Realizamos o confronto do saldo contábil com o saldo apresentado nos pareceres atuariais.

Avaliamos os estudos e análises feitos pela Administração quanto ao reconhecimento contábil das alterações de premissas dos planos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para os planos de benefícios pós emprego são, em todos os seus aspectos relevantes, razoáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para perdas de bens não de uso próprio (imóveis) – BNDU (Nota 10)

A estimativa da provisão para perdas de bens não de uso próprio envolve julgamento e estimativas por parte da Administração. A determinação dessa provisão levou em consideração valor de avaliação, o percentual do deságio em relação aos imóveis ocupados e desocupados, o tipo de financiamento, o levantamento de todos os custos incorridos durante o processo de retomada, denominados custos recuperáveis, bem como dos custos de manutenção dos imóveis em estoque até a sua venda. Nessa circunstância, esse assunto foi considerado como uma área de foco em nossa auditoria.

Procedemos ao entendimento da mensuração e reconhecimento da provisão contemplando substancialmente os processos de entradas dos imóveis na base de dados, bem como na determinação do deságio em relação ao valor contábil.

Efetuamos, também, testes em relação a integridade e totalidade da base de dados utilizada para cálculo da provisão, bem como testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos desgãos atribuídos, tendo como base os valores de avaliação. Adicionalmente, confrontamos os saldos contábeis e as informações divulgadas nas notas explicativas com os relatórios analíticos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração são razoáveis em relação as políticas internas para a determinação da provisão.

Ambiente de Tecnologia da informação

A CAIXA opera em um ambiente de negócio altamente dependente de tecnologia requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Os riscos inerentes à tecnologia de informação, associados a processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Por essa razão, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, avaliamos o desenho e testamos a efetividade operacional dos principais controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores sobre a infraestrutura que suportam as informações relevantes no processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, incluindo gestão de acessos, tratamento de incidentes e segregação de função.

Por meio dos resultados dos trabalhos mencionados, determinamos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria e consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia, associados aos controles compensatórios e testes realizados, proporcionaram uma base razoável para a auditoria sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Outros assuntos**Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da CAIXA e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 –

"Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a CAIXA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a CAIXA ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CAIXA e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Relatório do Auditor Independente

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CAIXA e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da CAIXA. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CAIXA a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Relatório do Auditor Independente

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 28 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5

Parecer nº 03/2019, da Ata nº 770, de 28/03/2019

Assunto: Balancete Mensal de Dezembro, Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Consolidadas e Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal, referentes ao exercício de 2018– Resolução do Conselho Diretor nº 8195/2019, de 26/03/2019.

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Inciso III do Artigo 59 do Estatuto Social da Empresa, **examinou** as Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Consolidadas e Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal, bem como a Proposta de Distribuição dos Resultados, referentes ao exercício de 2018, aprovados pela Resolução do Conselho Diretor nº 8.195, de 26/03/2019, e tomando por base a manifestação da Auditoria Interna, o Parecer da PriceWaterhouseCoopers (PWC), o Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (COAUD) – Segundo Semestre de 2018, a Resolução do Conselho de Administração nº 704, da Ata nº 598, de 27/03/19, a Resolução do Conselho Diretor nº 7.989/2018 e a Resolução do Conselho de Administração nº 582, da Ata nº 535, de 28/06/18, **é de opinião que devem ser observadas, integralmente, de modo a considerar os riscos inerentes aos controles internos e aprimorar a gestão contábil, financeira e patrimonial da CAIXA: 1) as recomendações da Auditoria Interna; 2) a ênfase da Auditoria Independente; e 3) a ressalva da Auditoria Independente, a saber: “considerando que as ações relacionadas à investigação desses assuntos [detalhados por meio da Nota Explicativa 2 (d) às Demonstrações Contábeis] estão em andamento, os possíveis impactos decorrentes da resolução desses temas não são conhecidos. Consequentemente não foi possível determinar se havia necessidade de ajustes ou divulgações adicionais relacionados a esses assuntos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2018.”** Observado o exposto, o Colegiado nada tem a opor à divulgação das referidas Demonstrações Contábeis.

Brasília, 28 de março de 2019.

CÉSAR ALMEIDA DE
MENESES SILVA
Conselheiro Suplente

CRISTIANO NEUENSCHWANDER
LINS DE MORAIS
Conselheiro

DANIEL DE SABOIA XAVIER
Conselheiro

MÁRCIA FERNANDA DE
OLIVEIRA TAPAJÓS
Conselheira

MANUEL AUGUSTO ALVES SILVA
Presidente

PARECER

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 25, Inciso XVIII, alínea "d", do Estatuto Social da CAIXA, ouvidas as manifestações da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria (COAUD), **aprovou** as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Caixa Econômica Federal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e **referendou** a ressalva e a ênfase apresentadas pela Auditoria Independente.

Brasília, 27 de março de 2019.

ADILSON HERRERO
Conselheiro

CLAUDIO XAVIER SEEFELDER FILHO
Conselheiro

JORGE ROBERTO MANOEL
Conselheiro

MARIA RITA SERRANO
Conselheira Representante dos
Empregados

PEDRO DUARTE GUIMARÃES
Conselheiro

ANDRÉ NUNES
Presidente, em exercício



MANUAL DE MARCAÇÃO A MERCADO

Gerência Nacional de Serviços Qualificados e Numerário

Vigência: 07 de dezembro de 2020
Versão 55

SUMÁRIO

1	PRINCÍPIOS GERAIS E O PROCESSO DE MARCAÇÃO A MERCADO	3
1.1	LEGISLAÇÃO VIGENTE	3
1.2	INTRODUÇÃO	3
1.3	PRINCÍPIOS GERAIS DA MAM	3
1.4	PROCESSO DE MARCAÇÃO A MERCADO	5
2	TÍTULOS PÚBLICOS	10
2.1	TÍTULO PÚBLICO PREFIXADO	10
2.2	TÍTULO PÚBLICO PÓS-FIXADO	11
3	TÍTULOS PRIVADOS.....	14
3.1	CDB	14
3.2	DPGE - DEPÓSITOS A PRAZO COM GARANTIA ESPECIAL DO FGC.....	15
3.3	LETRA FINANCEIRA	16
3.4	DEBÊNTURE.....	18
3.5	NOTAS PROMISSÓRIAS.....	20
3.6	CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS – CRI	21
3.7	CÉDULAS DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO – CCI.....	23
3.8	CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO – CRA.....	24
3.9	CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO – CCB	26
4	AÇÕES, DIREITOS, RECIBOS DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES E BDRS	28
4.1	AÇÕES	28
4.2	DIREITO DE SUBSCRIÇÃO	28
4.3	RECIBO DE SUBSCRIÇÃO	29
4.4	BRAZILIAN DEPOSITARY RECEIPT – BDR.....	29
4.5	EMPRÉSTIMO DE AÇÕES.....	30
4.6	TÍTULOS DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL BASEADOS EM ROYALTIES.....	30
4.7	AÇÕES NEGOCIADAS NO EXTERIOR	31
5	DERIVATIVOS	32
5.1	CONTRATOS FUTUROS E CONTRATOS A TERMO:	32
5.2	VENDA A TERMO DE AÇÕES:	33
6	SWAP.....	34
6.1	SWAP COM GARANTIA.....	34
6.2	SWAP SEM GARANTIAS.....	35
7	OPÇÕES.....	38
7.1	OPÇÕES DE AÇÕES, ÍNDICES E ETF.....	38
7.2	OPÇÕES DE DÓLAR	38
7.3	OPÇÕES ILÍQUIDAS	38
8	FII E FIDC	39
8.1	COTAS NEGOCIADAS REGULARMENTE:	39
8.2	COTAS SEM NEGÓCIOS REGULARES:.....	39
9	COMPROMISSADAS	40



SUMMARY

1. The first section of the report discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions and the role of the accounting department in ensuring the integrity of the financial data.
2. The second section outlines the various methods used to collect and analyze financial data, including the use of spreadsheets and specialized accounting software.
3. The third section provides a detailed overview of the company's financial performance over the past year, highlighting key areas of growth and areas that require further attention.
4. The fourth section discusses the challenges faced by the company in managing its finances, such as fluctuating market conditions and increased competition.
5. The fifth section offers recommendations for improving the company's financial management practices, including the implementation of new accounting systems and the hiring of additional staff.
6. The sixth section provides a conclusion to the report, summarizing the main findings and the overall state of the company's finances.
7. The seventh section includes a list of references and a bibliography of the sources used in the report.
8. The eighth section contains a list of appendices, including detailed financial statements and supporting documents.

Handwritten notes and signatures in the left margin.

1 PRINCÍPIOS GERAIS E O PROCESSO DE MARCAÇÃO A MERCADO

1.1 Legislação Vigente

- Instrução CVM nº 555, de 17/12/2014.
- Instrução CVM nº 438, de 12/07/2006.
- Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002.
- Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimentos, de 20 de julho de 2020.
- Regras e Procedimentos ANBIMA do Código de Administração de Recurso de Terceiros, de 12 agosto de 2019.

1.2 Introdução

A Marcação a Mercado – MaM consiste em registrar todos os ativos, para efeitos de valorização e cálculo das cotas dos fundos de investimento, pelos preços negociados no mercado em casos de ativos líquidos ou, quando este preço não é observável, por uma estimativa adequada de preço que o ativo teria em uma eventual negociação feita no mercado.

A MaM tem como principal objetivo evitar a transferência de riqueza entre os cotistas dos fundos de investimento, além de dar maior transparência aos riscos embutidos nas posições, uma vez que as oscilações de mercado dos preços dos ativos, ou dos fatores determinantes destes, estarão refletidas nas cotas, melhorando assim a comparabilidade entre suas performances.

1.3 Princípios Gerais da MaM

1.3.1 Melhores Práticas

O processo e a metodologia de MaM devem seguir as melhores práticas de mercado.

1.3.2 Abrangência

Tendo em vista que o principal objetivo da marcação a mercado é evitar a transferência de riqueza entre os diversos cotistas de um fundo de investimento, as Diretrizes de Marcação a Mercado da ANBIMA (Deliberação ANBIMA de Apreçamento nº 80 do Conselho de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimento) abrangem todos os fundos não

exclusivos e não restritos, ou seja, aqueles em que a mencionada transferência de riqueza precisa, necessariamente, ser evitada.

Para fins dessas Diretrizes, considera-se fundo exclusivo aquele destinado exclusivamente a um investidor e fundo restrito aquele destinado a um grupo determinado de investidores, que tenham entre si vínculo familiar, societário ou pertençam a um mesmo grupo econômico, ou que, por escrito, determinem esta condição.

Caso um fundo de investimento perca sua característica de fundo exclusivo ou restrito, serão aplicáveis imediatamente todas as regras gerais aplicáveis aos demais fundos.

1.3.3 Comprometimento

O administrador do fundo deve estar comprometido em garantir que os preços reflitam preços de mercado, e na impossibilidade da observação desses, despender seus melhores esforços para estimar o que seriam os preços de mercado dos ativos pelos quais estes seriam efetivamente negociados.

1.3.4 Equidade

O critério preponderante do processo de escolha de metodologia, fontes de dados e/ou qualquer decisão de MaM deve ser o tratamento equitativo dos cotistas.

1.3.5 Frequência

A MaM deve ter como frequência mínima a periodicidade de cálculo das cotas.

1.3.6 Formalismo

A instituição administradora deve ter um processo formalizado de MaM. Para tal, a metodologia deve ser formalizada em manual e a instituição deve ter uma área ou pessoa responsável pela qualidade do processo e metodologia, bem como pela guarda dos documentos que contenham as justificativas sobre decisões tomadas.

1.3.7 Objetividade

As informações de preços e/ou fatores a serem utilizados no processo de MaM devem ser preferencialmente obtidas de fontes externas independentes.

1.3.8 Consistência

Se o administrador é responsável pela precificação de todos os seus fundos, um mesmo ativo, não pode ter preços diferentes em nenhum dos fundos. Caso haja contratação de prestador de serviço habilitado para tal função:

- a) De maneira análoga, se em um ou mais fundos de um mesmo administrador, a precificação ficar a cargo de prestador de serviço contratado, nesses fundos, um mesmo ativo não pode ter preços diferentes quando utilizado o mesmo Manual de MaM; e
- b) O prestador de serviço contratado também não pode adotar para um mesmo ativo, mesmo que em diferentes fundos e de diferentes administradores, preços diferenciados quando utilizado o mesmo Manual de MaM, imprimindo consistência ao exercício de sua função.

1.3.9 Transparência

Metodologias de marcação a mercado devem ser públicas. O manual completo deve ser registrado na ANBIMA e mantido sempre atualizado. Aos clientes deve-se, no mínimo, deixar disponível no site, uma versão simplificada que atenda aos padrões da ANBIMA.

1.4 Processo de Marcação a Mercado

1.4.1 Estrutura organizacional

A GESEN – Gerência Nacional de Serviços Qualificados e Numerário, vinculada diretamente à Superintendência Nacional de Processos Bancários, é responsável pelo processo de MaM e utiliza sistema próprio para efetuar a precificação dos ativos integrantes das carteiras cuja custódia e controladoria é realizada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

A equipe de precificação é composta por um Coordenador, um Consultor, dois Assistentes Executivos e um Técnico Bancário.

1.4.2 Comitê

Os métodos primários e alternativos de precificação, bem como os procedimentos a serem adotados no processo de MaM são submetidos para aprovação a um comitê interno constituído pelo Superintendente Nacional de Processos Bancários e pelos Gerentes Nacionais de Serviços Qualificados e Numerário, de Padrão para Processos Bancários e de Operações Bancárias o qual tem suas reuniões ordinárias ocorrendo mensalmente.

As decisões tomadas são registradas nas atas das reuniões, as quais são elaboradas e arquivadas pela Gerência Nacional de Serviços Qualificados e Numerário, por período indeterminado, sendo 5 anos o menor prazo de arquivamento

1.4.3 Procedimentos de MaM

1.4.3.1 Metodologia

A metodologia de MaM é estabelecida com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, com independência na coleta de dados em relação às taxas praticadas nas mesas de operação.

O processo de formação de metodologia inclui as etapas de estudo, análise e definição.

O modelo, após ser estruturado, é submetido à decisão em comitê, conforme item 1.4.2 deste manual.

Este manual de marcação contempla os principais instrumentos financeiros negociados pelos fundos de investimento e carteiras. Previamente os gestores comunicam a GESEN – Gerência Nacional de Serviços Qualificados e Numerário, a intenção de aquisição de ativos não contemplados neste documento, para as providências necessárias.

As fontes de informações primárias utilizadas são:

Títulos Públicos Federais:

- Taxa indicativa da ANBIMA e projeções dos índices de preços também divulgados por essa associação; ou
- PU do ativo divulgado pela ANBIMA.

Ações, opções, termo de ações, contratos futuros e commodities (agrícolas):

- B3 – Brasil, Bolsa, Balcão ou o mercado em que o ativo apresentar maior liquidez, caso não seja negociado na B3;
- Swaps: Mercado em que o ativo apresentar maior liquidez.

No caso de utilização de fontes secundárias na precificação, são mantidos registros, identificando fragilidade nos métodos primários e consistência e coerência no uso dos métodos alternativos.

1.4.3.2 Visão do processo de Marcação a Mercado

O processo de precificação e cálculo das cotas é realizado pela equipe da GESEN – Gerência Nacional de Serviços Qualificados e Numerário.

Os sites com fontes para MaM são monitorados a partir do fechamento dos mercados para coleta de dados.

Os dados de mercado são validados, importados pelos sistemas de precificação e revalidados, de forma que representem os mesmos valores.

As atividades de precificação e conferência são necessariamente realizadas por funcionários diferentes.

Finalizados os procedimentos de atualização de sistemas e conferência dos preços, os fundos e carteiras são liberados para cálculo de cotas.

1.4.3.3 Supervisão do cumprimento da metodologia

O acompanhamento dos preços de mercado das carteiras é efetuado periodicamente pela GESEN – Gerência Nacional de Serviços Qualificados e Numerário. Verifica-se se os procedimentos de MaM estão de acordo com a metodologia e procede-se à reavaliação dos parâmetros, quando identificada distorção nos preços em relação aos disponibilizados no mercado secundário pelo Banco Central, ou outra fonte de divulgação de dados do mercado secundário.

O método utilizado verifica os diversos aspectos inerentes ao cálculo/coleta dos preços de mercado: construção dos fluxos, fontes e curvas utilizadas.

1.4.4 Manual para Clientes

A VIART – Vice-Presidência de Fundos de Investimento da Caixa disponibiliza no site da instituição, www.caixa.gov.br, o manual de MaM para os clientes.

1.4.5 Aspectos metodológicos

Para os fundos que utilizam cota de abertura, seu valor do dia é calculado a partir do patrimônio líquido do dia anterior, devidamente atualizado por um dia. Os ajustes, gerados em função de diferenças entre projeções e índices/taxas definitivos e entre parâmetros para apuração do valor de mercado do dia útil anterior e os do dia, sensibilizam o valor da cota do dia útil seguinte.

Para os fundos que utilizam cota de fechamento, seu valor do dia é resultante da divisão do valor do patrimônio líquido pelo número de cotas do fundo, apurados, ambos, no encerramento do dia.

1.4.6 Ativos não marcados a mercado

Quando houver a classificação dos ativos na categoria títulos mantidos até o vencimento, permitida a cotista(s) com intenção em preservar volume de aplicações compatível com a manutenção de tais ativos na carteira do fundo até o vencimento, este(s) declaram formalmente, por meio de termo de adesão ao regulamento do fundo, sua anuência à classificação na mencionada categoria, conforme disposto na Instrução CVM nº 577, de 07 de Julho de 2016.

1.4.7 Ativos sem metodologia definida no Manual de Marcação a Mercado

No reconhecimento inicial o valor justo do ativo é o preço de transação.

Para a determinação do valor justo em datas posteriores, é utilizado um dos seguintes critérios, preferencialmente, na ordem abaixo:

- 1º) Preços observados ou cotados junto ao mercado;
- 2º) Modelo de apreçamento existente no Manual de Marcação a Mercado que possa ser adaptado para o ativo;
- 3º) Modelo frequentemente utilizado pelo mercado, cujos parâmetros de cálculo sejam de fontes públicas e independentes;
- 4º) Preços fornecidos pelo Administrador.

1.4.8 Ativos em Default

O Administrador é comunicado sobre a inadimplência para que se pronuncie sobre os lançamentos das provisões nos fundos.

Caso não se manifeste até o final do dia da inadimplência, é verificado o rating interno ou equivalente para a emissão e é provisionado o valor obtido pelo percentual de previsão de perda aplicado sobre o saldo devedor atualizado acrescido dos juros decorridos.

Durante o período de inadimplência, a revisão do rating poderá ser mensal por ocasião da divulgação de balanços e balancetes, devendo ser verificado mensalmente o pagamento das parcelas em atraso.

Poderá ser adotado o mesmo procedimento para as emissões adimplentes do emissor do ativo em default.

Caso o emissor honre com a dívida, essa provisão poderá ser revertida totalmente ou parcialmente, sendo necessária análise pontual de cada caso para determinar o montante a ser revertido.

No caso de intervenção do emissor, de pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou de falência, será provisionado o total do saldo devedor atualizado acrescido dos juros decorridos até a data do pedido de recuperação ou falência, havendo a reversão total ou parcial quando da recuperação do crédito ou no caso de renegociação da dívida.

A aplicação do procedimento sobre as emissões adimplentes e as reversões totais ou parciais são submetidas ao Comitê de Marcação a Mercado.

1.4.9 Cotas de fundos de investimento não negociadas em mercados regulamentados de valores mobiliários.

As cotas dos fundos investidos são precificadas pelo valor patrimonial da cota disponibilizado pelo Administrador Fiduciário, não se admitindo a utilização de valores patrimoniais de cotas descasados entre fundos investidores e fundos investidos, exceto:

- I. Nos casos em que os Fundos com cota de abertura adquiriram cota de Fundos de fechamento; ou
- II. Da aquisição de cotas de Fundos no exterior que, em razão do fuso horário, não possibilitem a utilização do valor da cota do mesmo dia do cálculo do valor da cota do Fundo investidor.

2 TÍTULOS PÚBLICOS

2.1 Título Público Prefixado

2.1.1 LTN

Características:

Título público de crédito emitido na modalidade escritural, nominativo e negociável pelo Tesouro Nacional com função de captar recursos para cobertura de déficit orçamentário ou antecipar receitas, observados os limites fixados pelo Poder Legislativo. Tem rendimento pré-fixado com valor de emissão definido em leilão e pagamento do principal na data do vencimento.

Fonte primária de taxas de mercado:

São utilizadas as taxas indicativas do mercado secundário divulgadas diariamente pela ANBIMA, obtidas no site www.anbima.com.br, para o desconto do fluxo financeiro.

Fontes alternativas de taxas de mercado:

Caso não estejam disponíveis as taxas ANBIMA, até o horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos (pós 20h - horário de Brasília), ou não seja verificada a aderência de preço utilizando a taxa ANBIMA em relação ao do mercado, é utilizada a curva de juros de DI Futuro divulgada pela B3 acrescida de um prêmio, obtido pela média entre os prêmios coletados junto às corretoras e o da taxa da ANBIMA (se houver), individualmente para cada ativo.

Na ausência da curva de juros da B3 até o horário estabelecido, é utilizada a taxa de mercado divulgada por provedores (Ex.: Broadcast, Reuters, etc.).

Na data de emissões de títulos com novos vencimentos, quando não disponíveis as taxas ANBIMA, é utilizada a taxa média de venda do leilão para a marcação a mercado do ativo.

Para os prazos intermediários entre as taxas divulgadas, é utilizado o método de interpolação exponencial por dias úteis.

2.1.2 NTN-F

Características:

Título público emitido na modalidade escritural, nominativo e negociável pelo Tesouro Nacional com o objetivo de prover recursos necessários à cobertura de déficit orçamentário ou para a realização de operações de crédito por antecipação da receita. Tem rendimento

pré-fixado com juros de 10% ao ano, pagos semestralmente e pagamento do principal no vencimento.

Fonte primária de taxas de mercado:

São utilizadas as taxas indicativas do mercado secundário divulgadas diariamente pela ANBIMA, obtidas no site www.anbima.com.br, para o desconto do fluxo financeiro.

Fontes alternativas de taxas de mercado:

Caso não estejam disponíveis as taxas ANBIMA, até o horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos (pós 20h - horário de Brasília), ou não seja verificada a aderência de preço utilizando a taxa ANBIMA em relação ao do mercado, é utilizada a curva de juros de DI Futuro divulgada pela B3 acrescida de um prêmio, obtido pela média entre os prêmios coletados junto às corretoras e o da taxa da ANBIMA (se houver), individualmente para cada ativo.

Na ausência da curva de juros da B3 até o horário estabelecido, é utilizada a taxa de mercado divulgada por provedores (Ex.: Broadcast, Reuters, etc.).

Na data de emissões de títulos com novos vencimentos, quando não disponíveis as taxas ANBIMA, é utilizada a taxa média de venda do leilão para a marcação a mercado do ativo. Para os prazos intermediários entre as taxas divulgadas, é utilizado o método de interpolação exponencial por dias úteis.

2.2 Título Público Pós-fixado

2.2.1 LFT/LFT-B

Características:

Título público emitido na modalidade escritural, nominativo e negociável pelo Tesouro Nacional com o objetivo de prover recursos necessários à cobertura de déficit orçamentário ou para a realização de operações de crédito por antecipação da receita orçamentária, observado os limites fixados pelo Poder Legislativo.

Tem rendimento pós-fixado, corrigido pela taxa de juros SELIC, valor de emissão de R\$ 1.000,00 e pagamento do principal na data do vencimento.

Fonte primária de taxas de mercado:

O fluxo financeiro é atualizado pela variação da taxa SELIC entre a data de emissão e a data de avaliação.

São utilizadas para o desconto do fluxo as taxas indicativas de ágio/deságio divulgadas pela ANBIMA.

Fontes alternativas de taxas de mercado:

Caso não estejam disponíveis as taxas ANBIMA até o horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos (pós 20h - horário de Brasília), é repetida a última taxa divulgada, por um período de dois dias consecutivos, ultrapassado este período é utilizada a média das taxas coletadas de no mínimo três Corretoras e/ou distribuidoras de valores mobiliários, de forma a representar um preço indicativo de consenso de mercado.

Na data de emissões de títulos com novos vencimentos, quando não disponíveis as taxas ANBIMA, é utilizada a taxa média de venda do leilão para a marcação a mercado do ativo.

2.2.2 NTN-B**Características:**

Título público emitido na modalidade escritural, nominativo e negociável pelo Tesouro Nacional com o objetivo de prover recursos necessários à cobertura de déficit orçamentário ou para a realização de operações de crédito por antecipação da receita. A NTN-B tem atualização do valor nominal pelo IPCA, com juros de 6% ao ano, pagos semestralmente e pagamento do principal no vencimento.

Fonte primária de taxas de mercado:

O fluxo financeiro é atualizado pela variação do IPC-A do mês anterior à data de emissão do ativo até o mês anterior a data de avaliação. Para o mês de avaliação é utilizado pró-rata de projeção do indexador divulgada pela ANBIMA.

São utilizadas para o desconto do fluxo as taxas indicativas do mercado secundário divulgadas diariamente pela ANBIMA, obtidas no site www.anbima.com.br. Para os vencimentos cujas taxas indicativas não tenham sido divulgadas, são repetidas as taxas utilizadas no dia anterior.

Fontes alternativas de taxas de mercado:

Caso não estejam disponíveis as taxas ANBIMA até o horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos (pós 20h - horário de Brasília), são utilizadas as Taxas Referenciais de Swap divulgadas pela B3, acrescidas de um prêmio, que é calculado pela diferença percentual entre a taxa ANBIMA e as Taxas Referenciais de Swap divulgadas pela B3 na data anterior do ativo.

Na ausência das Taxas Referenciais de SWAP da B3 até o horário estabelecido, é utilizada a taxa de mercado divulgada por provedores (Ex.: Broadcast, Reuters, etc.).

Na data de emissões de títulos com novos vencimentos, quando não disponíveis as taxas ANBIMA, é utilizada a taxa média de venda do leilão para a marcação a mercado do ativo.

Para os prazos intermediários entre as taxas divulgadas, é utilizado o método de interpolação exponencial por dias úteis.

2.2.3 NTN-C

Características:

Título público emitido na modalidade escritural, nominativo e negociável pelo Tesouro Nacional com o objetivo de prover recursos necessários à cobertura de déficit orçamentário ou para a realização de operações de crédito por antecipação da receita. A NTN-C tem atualização do valor nominal pelo IGP-M, com juros de 6% ou 12% ao ano, pagos semestralmente e pagamento do principal no vencimento.

Fonte primária de taxas de mercado:

O fluxo financeiro é atualizado pela variação do IGP-M do mês anterior à data de emissão do ativo até o mês anterior a data de avaliação. Para o mês de avaliação é utilizado pró-rata de projeção do indexador divulgada pela ANBIMA.

São utilizadas para o desconto do fluxo as taxas indicativas do mercado secundário divulgadas diariamente pela ANBIMA, obtidas no site www.anbima.com.br. Para os vencimentos cujas taxas indicativas não tenham sido divulgadas, são repetidas as taxas utilizadas no dia anterior.

Fontes alternativas de taxas de mercado:

Caso não estejam disponíveis as taxas ANBIMA até o horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos (pós 20h - horário de Brasília), são utilizadas as Taxas Referenciais de Swap divulgadas pela B3, acrescidas de um prêmio, que é calculado pela diferença percentual entre a taxa ANBIMA e as Taxas Referenciais de Swap divulgadas pela B3 na data anterior do ativo.

Na ausência das Taxas Referenciais de SWAP da B3 até o horário estabelecido, é utilizada a taxa de mercado divulgada por provedores (Ex.: Broadcast, Reuters, etc.).

Na data de emissões de títulos com novos vencimentos, quando não disponíveis as taxas ANBIMA, é utilizada a taxa média de venda do leilão para a marcação a mercado do ativo.

Para os prazos intermediários entre as taxas divulgadas, é utilizado o método de interpolação exponencial por dias úteis.

3 TÍTULOS PRIVADOS

3.1 CDB

Características:

Título de renda fixa emitido por bancos comerciais, múltiplos, de desenvolvimento e de investimento, destinados à aplicação de pessoas físicas e jurídicas com conta corrente em banco. Possui prazo predeterminado e rentabilidade definida no ato da negociação. Pode ser pré ou pós-fixado e é um título transferível e negociável. Rende juros, que representa promessa de pagamento nominativa endossável à ordem, de importância depositada em banco, acrescida do valor da remuneração ou lucratividade convencionada até o vencimento.

Atualmente na CETIP os CDBs podem ser registrados com três diferentes condições de resgate: Com condição de resgate, cláusula "S", onde o emissor se compromete a recomprar o CDB pela taxa de emissão do mesmo; Sem condição de resgate, cláusula "N", onde o emissor não se compromete a recomprar o CDB e; Com condição de resgate a preço de mercado, cláusula "M", pela qual o emissor se compromete a recomprar o CDB na taxa atual praticada no mercado.

Os CDBs podem ser do tipo Subordinado, que são emitidos em prazos mais longos e possuem maior risco de crédito por se tratar de uma dívida subordinada.

3.1.1 CDB/RDB Prefixado e Pós-Fixado Com Cláusula Específica de Resgate – (Opção "S")

Os CDB/RDB com cláusula específica de resgate (Opção "S") são avaliados pelas taxas de emissão.

3.1.2 CDB/RDB Prefixado e Pós-Fixado Sem Cláusula Específica de Resgate (Opção "N") e Com Cláusula Específica de Resgate (Opção "M")

São utilizadas para desconto do fluxo as taxas de juros futuros divulgadas pela B3 acrescidas de um prêmio (*spread* de crédito) para os títulos indexados ao CDI.

Caso as taxas de juros não estejam disponíveis até o horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos (pós 20h - horário de Brasília), é utilizada a taxa de mercado divulgada por provedores (Ex.: Broadcast, Reuters, etc.).

Para o desconto dos títulos indexados em IPCA, são utilizadas taxas de mercado.

Os prêmios/taxas têm como fonte os negócios realizados pelos fundos e carteiras, com controladoria e custódia na CAIXA ou as cotações obtidas nos respectivos emissores. Ambas as fontes são classificadas por emissor e faixa de prazo.

Na ausência das fontes citadas acima, o Comitê decidirá sobre o parâmetro de marcação a mercado. A base utilizada para a tomada da decisão constará da ata.

3.2 DPGE - Depósitos a Prazo com Garantia Especial do FGC

Características:

Depósito a prazo fixo emitido por bancos comerciais, bancos múltiplos, bancos de desenvolvimento, bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento e caixas econômicas, com garantia especial do FGC - Fundo Garantidor de Crédito até o limite de R\$ 20 milhões. Os DPGE podem remunerar a taxas pré ou pós-fixadas. O prazo de resgate é determinado no momento da contratação, mas não pode ser inferior a 12 meses nem superior a 36.

3.2.1 DPGE, indexado em CDI e em Índice de Preço

Os DPGE, indexados ao CDI, têm o fluxo financeiro atualizado pela taxa contratada no início da operação (%CDI).

Para estes ativos são utilizadas para desconto do fluxo as taxas de juros futuros, divulgadas pela B3, acrescidas de um prêmio (spread de crédito). Para os prazos intermediários entre as taxas divulgadas pela B3, é utilizado o método de interpolação exponencial por dias úteis.

Caso as taxas de juros não estejam disponíveis até o horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos (pós 20h - horário de Brasília), é utilizada a taxa de mercado divulgada por provedores (Ex.: Broadcast, Bloomberg, etc.).

Os DPGE de índice de preços têm o fluxo financeiro atualizado pela variação do indexador do ativo do mês anterior à data de aquisição do ativo até o mês anterior à data de avaliação, acrescido da taxa contratada. Para o mês de avaliação é utilizado pró-rata de projeção do indexador divulgada pela ANBIMA.

O spread de desconto dos fluxos para DPGE indexado em CDI é obtido a partir dos negócios de DPGE e CDB realizados pelos fundos e carteiras, com controladoria e custódia na CAIXA, e cotações de DPGE e CDB junto aos emissores de DPGE para cada faixa de prazo de vencimento (dias corridos).

Para a composição da taxa de marcação de DPGE IPCA são utilizadas as taxas indicativas de NTN-B divulgadas pela ANBIMA e um prêmio apurado na data de emissão do título.

Na ausência das fontes citadas acima, o Comitê decidirá sobre o parâmetro de marcação a mercado. A base utilizada para a tomada da decisão constará da ata.

3.3 Letra Financeira

Características:

Título de renda fixa que pode ser emitido pelo BNDES, os bancos múltiplos, os bancos comerciais, os bancos de investimento, as sociedades de crédito, financiamento e investimento, as caixas econômicas, as companhias hipotecárias e as sociedades de crédito imobiliário.

A LF é um título de crédito, nominativo, transferível e de livre negociação, emitido exclusivamente de forma escritural, que consiste em promessa de pagamento em dinheiro. Seu valor unitário mínimo de emissão é de R\$ 50 mil e o prazo mínimo é de 24 meses.

A remuneração da Letra Financeira pode ser baseada em taxa de juros fixa ou flutuante, combinadas ou não, bem como em outras taxas, desde que de conhecimento público e regularmente calculadas. A LF pode, a critério do emitente, ser emitida com pagamento periódico de rendimentos, desde que em intervalos não inferiores a 180 (cento e oitenta) dias.

A Letra Financeira com vencimento igual ou superior a 36 meses pode ser emitida com cláusula de opção de recompra pela instituição emissora ou de revenda para a instituição emissora, combinada ou não com cláusula de modificação de sua remuneração caso não exercida a opção.

A LF pode ser do tipo subordinado permitindo-se nesse caso a correção pela variação cambial:

- LFS – emitida com PU a partir de R\$ 300.000,00;
- LFSN – têm a mesma característica da LFS quanto ao valor de emissão, contudo, são elegíveis para compor o Nível II do Patrimônio de Referência da instituição emissora ou;
- LFSC – possui a característica de perpetuidade, compõe o capital complementar da instituição emissora.

3.3.1 Taxa Flutuante DI.

A Letra Financeira com Taxa Flutuante DI tem, diariamente, os juros contratados acruados desde a data de emissão, inclusive, até a data da precificação, exclusive, o qual é incorporado ao valor nominal de emissão.

O montante calculado é projetado e descontado sendo utilizada como curva base as Taxas dos Contratos Futuros de DI, divulgadas pela B3.

Para o desconto do fluxo da Letra Financeira com cláusula de opção de recompra pela instituição emissora é adotado como vencimento as datas especificadas para o exercício da recompra.

Para a projeção do valor de resgate é acrescido à curva base o percentual de DI ou taxa da emissão e para a obtenção da taxa de desconto é acrescido à curva base o percentual de DI ou taxa de marcação a mercado.

Caso as taxas de juros não estejam disponíveis até o horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos (pós 20h - horário de Brasília), é utilizada a taxa de mercado divulgada por provedores (Ex.: Broadcast, Reuters, etc.).

Para os prazos intermediários entre as taxas divulgadas, é utilizado o método de interpolação exponencial por dias úteis.

O fluxo financeiro da Letra Financeira com Taxa Flutuante DI é descontado pela taxa de mercado.

Para obtenção dos spreads de marcação a mercado das Letras Financeiras são utilizados como fonte de dados os negócios da CETIP e cotações junto aos emissores e/ou corretoras, com validade de 15 dias.

Os spreads são obtidos semanalmente para o prazo a decorrer dos títulos, em dias úteis.

Para as Letras Financeiras Perpétuas não é utilizado ajuste do spread/taxa em função do prazo decorrido.

Caso não estejam disponíveis negócios ou cotações para o tipo de remuneração do título, na data de cálculo, os spreads/taxas serão obtidos por equivalência dos fluxos descontados, calculados a partir das informações disponíveis.

Nas situações que não existam cotação ou negócio para a Letra Financeira Subordinada – LFSN e LFSC - é apurada a diferença de spread/taxa da última cotação/negócio em relação a Letra Financeira Sênior de mesmo prazo e emissor ou faixa de rating para composição da taxa de apreçamento.

Caso não seja possível aplicar a metodologia acima o Comitê decidirá sobre o parâmetro de marcação a mercado. A base utilizada para a tomada da decisão constará da ata.

3.3.2 IPCA

A Letra Financeira indexado em IPCA tem, diariamente, seu valor nominal atualizado pela variação de seu indexador, desde o mês anterior da emissão até o mês da atualização. Na

ausência de índice divulgado utiliza-se a projeção mensal divulgada pela ANBIMA, pró-rata em dias úteis, para realizar o cálculo da variação do IPCA.

Ao valor nominal atualizado, devem ser acrescidos os juros contratados, acruados desde a data de emissão, inclusive, até a data de atualização, exclusive.

O fluxo financeiro da Letra Financeira indexada ao IPCA é descontado pela taxa de mercado.

Para o desconto do fluxo da Letra Financeira com cláusula de opção de recompra pela instituição emissora é adotado como vencimento as datas especificadas para o exercício da recompra.

A taxa de LF indexada em IPCA é formada pela taxa de NTN-B divulgada diariamente pela ANBIMA com *duration* mais próxima da LF avaliada e um prêmio apurado semanalmente e que tem como fonte os negócios realizados pelos fundos e carteiras, com controladoria e custódia na CAIXA ou as cotações obtidas nos respectivos emissores. Ambas as fontes são classificadas por emissor e faixa de prazo.

Para as Letras Financeiras com cláusula de opção de recompra pela instituição emissora é considerada a taxa de NTN-B com *duration* mais próxima ao prazo de recompra.

A Avaliação do prêmio tem periodicidade mínima semanal e a taxas de NTN-B que compõe a taxa de MaM da Letra Financeira tem ajuste diário.

Na ausência das fontes citadas acima, o Comitê decidirá sobre o parâmetro de marcação a mercado. A base utilizada para a tomada da decisão constará da ata.

3.4 Debênture

Características:

Debêntures são títulos emitidos pelas sociedades por ações que garantem um direito de crédito para o seu titular contra a companhia emissora, nas condições constantes da escritura de emissões e do certificado, quando este for emitido. A emissão e as condições de emissão são deliberadas em AGE, sendo que podem ser emitidas em séries e com amortização gradual. Visam captar recursos para investimento ou o financiamento de capital de giro através de um empréstimo de longo prazo.

Com valor nominal atualizado ao longo do prazo do título, de acordo com sua escritura de emissão, as debêntures são negociadas em mercado secundário com valores que podem diferir do seu preço na curva.

As debêntures podem oferecer garantia real, flutuante, quirografária e subordinada. Quanto à classe, podem ser simples, conversíveis ou permutáveis e ter forma nominativa ou escritural. Sua divulgação da emissão se faz mediante: prospecto da emissão; escritura de emissão; coordenador líder e coordenadores contratados; agente fiduciário; banco mandatário e escriturador e; auditor independente e consultor legal.

3.4.1 Debênture Prefixada

Fluxo de caixa da debênture é descontado pela taxa prefixada do título divulgada diariamente pela ANBIMA.

Caso não estejam disponíveis as taxas ANBIMA até o horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos (pós 20h - horário de Brasília), ou o título não seja acompanhado pela ANBIMA é utilizado como alternativa o método descrito abaixo.

Para desconto do fluxo de caixa do título é utilizada a Taxa Referencial de SWAP DIxPré, divulgada pela B3, acrescida de um prêmio.

O prêmio é obtido utilizando como parâmetro os negócios registrados na CETIP para o próprio ativo ou *proxy* (ativo ou cesta de ativos) para definição da taxa de MaM.

3.4.2 Debênture indexada em Percentual de DI, DI + Spread e DI Futuro + Spread

São utilizadas as taxas ou spreads de mercado divulgados pela ANBIMA (Taxa Indicativa) e as taxas de juros e Taxas Referenciais de Swap divulgadas pela B3 para construção da curva de juros futuros.

Caso não estejam disponíveis as taxas ou spreads na ANBIMA até o horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos (pós 20h - horário de Brasília), ou o título não seja acompanhado pela ANBIMA, são utilizados como parâmetros, para obtenção desses dados, os negócios registrados na CETIP para o próprio ativo ou *proxy* (ativo ou cesta de ativos) para definição da taxa de MaM.

Na ausência das Taxas Referenciais de SWAP da B3 até o horário estabelecido, é utilizada a taxa de mercado divulgada por provedores (Ex.: Broadcast, Bloomberg, etc.).

O Comitê decidirá sobre o preço das debêntures para os casos não contemplados nesta metodologia. A base utilizada para a tomada de decisão constará da ata.

3.4.3 Debênture Indexada em Índice de Preço

As debêntures têm seu valor nominal atualizado diariamente. Quando na ausência do índice definitivo é utilizado o pró-rata em dias úteis da projeção da ANBIMA.

Caso não estejam disponíveis as taxas ANBIMA até o horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos (pós 20h - horário de Brasília), ou o título não seja acompanhado pela ANBIMA é utilizado como alternativa o método descrito abaixo.

Para composição da taxa de MaM da debênture é utilizada a taxa indicativa de NTN-B divulgada pela ANBIMA com *duration* mais próxima acrescida de um prêmio, apurado pelos negócios registrados na CETIP para o próprio ativo ou *proxy* (ativo ou cesta de ativos).

As debêntures têm seu valor nominal atualizado diariamente. Quando na ausência do índice definitivo é utilizado o pró-rata em dias úteis da projeção da ANBIMA.

O Comitê decidirá sobre o preço das debêntures para os casos não contemplados nesta metodologia. A base utilizada para a tomada de decisão constará da ata.

3.4.4 Critérios para Definição da Proxy

A *proxy* é definida pelo Comitê de MaM e leva em consideração dentre as debêntures com taxas divulgadas pela ANBIMA a seguinte ordem:

- Opção 1 - Emissor, Rating, Indexador e *Duration* mais próxima;
- Opção 2 - Emissor, Indexador e *Duration* mais próxima;
- Opção 3 - Rating, Setor, Indexador e *Duration* mais próxima;
- Opção 4 - Rating, Indexador e *Duration* mais próxima;
- Opção 5 - Rating do Emissor/Fiador, Setor, Indexador e *Duration* mais próxima.

A *proxy* utilizada tem reavaliação mínima semestral ou quando for observado algum evento que implique em sua alteração (alteração de característica de emissão ou de risco).

3.5 Notas Promissórias

Características:

Título para distribuição pública emitido por companhias, que confere ao titular direito de crédito. A Nota Promissória – NP – é um título de curto prazo, com vencimento de 30 a 180 dias quando emitido por companhia fechada e de 30 a 360 dias quando emitido por companhia aberta.

3.5.1 Nota Promissória Juros Flutuante - DI

Diariamente é atualizado o montante de principal e juros.

O valor dos juros do período é o produto entre o principal e o fator obtido pelo acúmulo diário das taxas de DI Over, com o uso de percentual de emissão aplicado, desde a data de emissão, inclusive, até a data de avaliação, exclusive.

A partir desse montante é projetado o valor de resgate do ativo, o qual é descontado por uma taxa para o cálculo do preço de mercado.

Tanto para a projeção do valor do resgate quanto para a obtenção da taxa de desconto desse fluxo projetado são utilizadas as Taxas Referenciais de Swap divulgadas pela B3, sobre as quais são aplicados os percentuais de DI de emissão e de DI de marcação a mercado, respectivamente.

A obtenção do percentual de DI de marcação a mercado tem como parâmetro os negócios realizados no mercado organizado de maior liquidez do próprio título ou por debênture com características semelhantes.

Na ausência das Taxas Referenciais de SWAP da B3 até o horário estabelecido, é utilizada a taxa de mercado divulgada por provedores (Ex.: Broadcast, Bloomberg, etc.).

O Comitê decidirá sobre o preço das notas promissórias para os casos não contemplados nesta metodologia. A base utilizada para a tomada de decisão constará da ata.

3.6 Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI

Os CRI são títulos de crédito nominativo escriturais, emitidos única e exclusivamente pelas companhias securitizadoras, lastreados em créditos imobiliários, advindos de contratos imobiliários ou locação de bens imóveis, constituindo-se em promessa de pagamento em espécie.

Os riscos implícitos na operação do CRI são impactados pelo spread de mercado, que são coletados e aplicados conforme metodologia descrita abaixo, bem como seu processo de apreçamento.

Quanto aos juros esses títulos podem ser prefixados, pós-fixados ou flutuantes e em relação à correção monetária podem ser corrigidos por índice de preços, Taxa Referencial – TR e por variação cambial.

Para o cálculo do valor justo unitário desses títulos é utilizado o método de fluxo de caixa descontado, que compreende a parcela de juros mais a amortização do principal.

Para o desconto do fluxo de caixa utiliza-se uma curva base, obtida a partir das taxas de mercado de swap da B3, acrescida de um spread de crédito.

Na ausência de divulgação pela B3, são utilizadas as taxas cotadas junto aos provedores de dados (Ex.: Bloomberg, Reuters, Broadcast, etc.).

No caso dos títulos com juros flutuantes, o cálculo da parcela de juros projetada também é feito com base nas taxas de mercado de swap da B3, seguindo o modelo de cálculo utilizado na metodologia das debêntures.

3.6.1 Spread de Crédito para CRI

Fonte Primária:

Para a obtenção do spread de crédito, são coletados e tratados os negócios ou cotações junto às corretoras para o mesmo título dos últimos 15 dias, obtendo uma média desses valores, sendo que o spread de crédito calculado pode ser utilizado por no máximo 180 dias.

Fontes Alternativas:

Na ausência de negociação do título avaliado são utilizados spreads de negócios ou cotações de corretoras dos últimos 15 dias de títulos com características semelhantes - mesmo rating, indexador e prazo mais próximo - para obtenção do spread de marcação, sendo que o spread calculado pode ser utilizado por no máximo 180 dias.

Nas situações em que a fonte secundária não pode ser empregada para a determinação do spread de crédito, há a necessidade de utilização do Nível 3 de informações para a determinação do valor justo dos títulos, ou seja, a utilização de dados que não sejam observados no mercado em relação ao próprio título (Nível 1) ou para títulos similares (Nível 2).

Para o Nível 3 utiliza-se uma régua de percentual de provisão de perdas baseada no nível de rating disponibilizada por área de risco da Caixa, a qual é aplicada para determinação do valor justo no nível 3.

Assim, o valor justo do título é o valor descontado do fluxo com a perda esperada pela taxa de desconto obtida a partir das taxas de mercado de swap da B3.

No caso da impossibilidade da aplicação do modelo exposto acima, o Comitê de Marcação será acionado para deliberar sobre o apreçamento do título.

3.7 Cédulas de Crédito Imobiliário – CCI

As CCI são instrumentos originados pela existência de direitos de crédito imobiliário com pagamento parcelado. A cédula é emitida pelo credor, com o objetivo de facilitar e simplificar a cessão do crédito e podem contar ou não com garantia.

A CCI agiliza a negociação de créditos, uma vez que a cessão pode ser feita mediante o endosso no próprio título, sem necessidade de uma formalização com um contrato de cessão. Seu diferencial reside no fato de que sua negociação ocorre independentemente de autorização do devedor, uma característica indispensável para adequar o crédito imobiliário às condições de negociação no mercado financeiro e de capitais.

Os riscos implícitos na operação do CCI são impactados pelo spread de mercado, que são coletados e aplicados conforme metodologia descrita abaixo, bem como seu processo de apreçamento.

Quanto aos juros esses títulos podem ser prefixados, pós-fixados ou flutuantes e em relação à correção monetária podem ser corrigidos por índice de preços, Taxa Referencial – TR e por variação cambial.

Para o cálculo do valor justo unitário desses títulos é utilizado o método de fluxo de caixa descontado, que compreende a parcela de juros mais a amortização do principal.

Para o desconto do fluxo de caixa utiliza-se uma curva base, obtida a partir das taxas de mercado de swap da B3, acrescida de um spread de crédito.

Na ausência de divulgação pela B3, são utilizadas as taxas cotadas junto aos provedores de dados (Ex.: Bloomberg, Reuters, Broadcast, etc.).

No caso dos títulos com juros flutuantes, o cálculo da parcela de juros projetada também é feito com base nas taxas de mercado de swap da B3, seguindo o modelo de cálculo utilizado na metodologia das debêntures.

3.7.1 Spread de Crédito para CCI

Fonte Primária:

Para a obtenção do spread de crédito, são coletados e tratados os negócios ou cotações junto às corretoras para o mesmo título dos últimos 15 dias, obtendo uma média desses valores, sendo que o spread de crédito calculado pode ser utilizado por no máximo 180 dias.

Fontes Alternativas:

Na ausência de negociação do título avaliado são utilizados spreads de negócios ou cotações de corretoras dos últimos 15 dias de títulos com características semelhantes - mesmo rating, indexador e prazo mais próximo - para obtenção do spread de marcação, sendo que o spread calculado pode ser utilizado por no máximo 180 dias.

Nas situações em que a fonte secundária não pode ser empregada para a determinação do spread de crédito, há a necessidade de utilização do Nível 3 de informações para a determinação do valor justo dos títulos, ou seja, a utilização de dados que não sejam observados no mercado em relação ao próprio título (Nível 1) ou para títulos similares (Nível 2).

Para o Nível 3 utiliza-se uma régua de percentual de provisão de perdas baseada no nível de rating disponibilizada por área de risco da CAIXA, a qual é aplicada para determinação do valor justo no nível 3.

Assim, o valor justo do título é o valor descontado do fluxo com a perda esperada pela taxa de desconto obtida a partir das taxas de mercado de swap da B3.

No caso da impossibilidade da aplicação do modelo exposto acima, o Comitê de Marcação será acionado para deliberar sobre o apreçamento do título.

3.8 Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA

Os CRA são títulos de renda fixa lastreados em recebíveis originados de negócios entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, abrangendo financiamentos ou empréstimos relacionados à produção, à comercialização, ao beneficiamento ou à industrialização de produtos, insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária.

Nessas operações, as empresas cedem seus recebíveis para uma securitizadora, que emitirá os CRA e os disponibilizará para negociação no mercado de capitais, geralmente com o auxílio de uma instituição financeira. Por fim, essa securitizadora irá pagar para a empresa pelos recebíveis cedidos. Desse modo, a empresa conseguirá antecipar o recebimento de seus recebíveis.

Os riscos implícitos na operação do CRA são impactados pelo spread de mercado, que são coletados e aplicados conforme metodologia descrita abaixo, bem como seu processo de apreçamento.

Quanto aos juros esses títulos podem ser prefixados, pós-fixados ou flutuantes e em relação à correção monetária podem ser corrigidos por índice de preços.

Para o cálculo do valor justo unitário desses títulos é utilizado o método de fluxo de caixa descontado, que compreende a parcela de juros mais a amortização do principal.

Para o desconto do fluxo de caixa utiliza-se uma curva base, obtida a partir das taxas de mercado de swap da B3, acrescida de um spread de crédito.

Na ausência de divulgação pela B3, são utilizadas as taxas cotadas junto aos provedores de dados (Ex.: Bloomberg, Reuters, Broadcast, etc.).

No caso dos títulos com juros flutuantes, o cálculo da parcela de juros projetada também é feito com base nas taxas de mercado de swap da B3, seguindo o modelo de cálculo utilizado na metodologia das debêntures.

3.8.1 Spread de Crédito para CRA

Fonte Primária:

Para a obtenção do spread de crédito, são coletados e tratados os negócios ou cotações junto às corretoras para o mesmo título dos últimos 15 dias, obtendo uma média desses valores, sendo que o spread de crédito calculado pode ser utilizado por no máximo 180 dias.

Fontes Alternativas:

Na ausência de negociação do título avaliado são utilizados spreads de negócios ou cotações de corretoras dos últimos 15 dias de títulos com características semelhantes - mesmo rating, indexador e prazo mais próximo - para obtenção do spread de marcação, sendo que o spread calculado pode ser utilizado por no máximo 180 dias.

Nas situações em que a fonte secundária não pode ser empregada para a determinação do spread de crédito, há a necessidade de utilização do Nível 3 de informações para a determinação do valor justo dos títulos, ou seja, a utilização de dados que não sejam observados no mercado em relação ao próprio título (Nível 1) ou para títulos similares (Nível 2).

Para o Nível 3 utiliza-se uma régua de percentual de provisão de perdas baseada no nível de rating disponibilizada por área de risco da CAIXA, a qual é aplicada para determinação do valor justo no nível 3.

Assim, o valor justo do título é o valor descontado do fluxo com a perda esperada pela taxa de desconto obtida a partir das taxas de mercado de swap da B3.

No caso da impossibilidade da aplicação do modelo exposto acima, o Comitê de Marcação será acionado para deliberar sobre o apreçamento do título.

3.9 Cédula de Crédito Bancário – CCB

As CCB podem ser emitidas por empresa ou pessoa física, tendo instituição bancária como contraparte. Entre as vantagens do ativo, está o fato de ser um instrumento de crédito ágil, que pode ser emitido com ou sem garantia, real ou fidejussória. Outro benefício é a possibilidade de aquisição pelos fundos mútuos, fundações e seguradoras.

Os riscos implícitos na operação de CCB são impactados pelo spread de mercado, que são coletados e aplicados conforme metodologia descrita abaixo, bem como seu processo de apreçamento.

Quanto aos juros esses títulos podem ser prefixados, pós-fixados ou flutuantes e em relação à correção monetária podem ser corrigidos por índice de preços.

Para o cálculo do valor justo unitário desses títulos é utilizado o método de fluxo de caixa descontado, que compreende a parcela de juros mais a amortização do principal.

Para o desconto do fluxo de caixa utiliza-se uma curva base, obtida a partir das taxas de mercado de swap da B3, acrescida de um spread de crédito.

Na ausência de divulgação pela B3, são utilizadas as taxas cotadas junto aos provedores de dados (Ex.: Bloomberg, Reuters, Broadcast, etc.).

No caso dos títulos com juros flutuantes, o cálculo da parcela de juros projetada também é feito com base nas taxas de mercado de swap da B3, seguindo o modelo de cálculo utilizado na metodologia das debêntures.

3.9.1 Spread de Crédito para CCB

Fonte Primária:

Para a obtenção do spread de crédito, são coletados e tratados os negócios ou cotações junto às corretoras para o mesmo título dos últimos 15 dias, obtendo uma média desses valores, sendo que o spread de crédito calculado pode ser utilizado por no máximo 180 dias.

Fontes Alternativas:

Na ausência de negociação do título avaliado são utilizados spreads de negócios ou cotações de corretoras dos últimos 15 dias de títulos com características semelhantes - mesmo rating, indexador e prazo mais próximo - para obtenção do spread de marcação, sendo que o spread calculado pode ser utilizado por no máximo 180 dias.

Nas situações em que a fonte secundária não pode ser empregada para a determinação do spread de crédito, há a necessidade de utilização do Nível 3 de informações para a

determinação do valor justo dos títulos, ou seja, a utilização de dados que não sejam observados no mercado em relação ao próprio título (Nível 1) ou para títulos similares (Nível 2).

Para o Nível 3 utiliza-se uma régua de percentual de provisão de perdas baseada no nível de rating disponibilizada por área de risco da CAIXA, a qual é aplicada para determinação do valor justo no nível 3.

Assim, o valor justo do título é o valor descontado do fluxo com a perda esperada pela taxa de desconto obtida a partir das taxas de mercado de swap da B3.

No caso da impossibilidade da aplicação do modelo exposto acima, o Comitê de Marcação será acionado para deliberar sobre o apuração do título.

4 AÇÕES, DIREITOS, RECIBOS DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES E BDRs

4.1 Ações

Características:

Título de valor mobiliário, negociável em mercados organizados, que representa uma fração do capital social de uma empresa.

Fonte Primária de Cotações

A avaliação é realizada pela cotação de fechamento do encerramento do pregão da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – B3.

Fonte Alternativa de Cotações

Caso as cotações não estejam disponíveis até o horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos (pós 20h - horário de Brasília), é repetida a última cotação divulgada.

4.2 Direito de Subscrição

Características:

Direito de preferência dos acionistas para aquisição de ações por aumento de capital de uma empresa, na proporção das ações que possuir. O direito pode ser negociado no mercado secundário até a data definida como Prazo para Subscrição.

Fonte Primária de Cotações

Os direitos de subscrição são avaliados a mercado pela cotação de fechamento divulgada pela B3.

Fonte Alternativa de Cotações

Na ausência de negócios do direito de subscrição no dia da avaliação ou enquanto não houver negociação do direito na B3, o preço é o maior valor entre zero e a diferença calculada entre o preço de fechamento e o preço de subscrição da ação de referência. Os casos não contemplados nesta metodologia serão tratados no âmbito do Comitê de Marcação a Mercado.

4.3 Recibo de Subscrição

Características:

Recibo que comprova o direito de exercício da subscrição de ações e que, como o direito, também pode ser negociado no mercado.

Fonte Primária de Cotações

O Recibo de Subscrição é marcado pelo preço de fechamento da ação de referência.

Fonte Alternativa de Cotações

Não havendo negociação da ação de referência no dia da avaliação, é mantido o último preço de fechamento da ação de referência.

4.4 *Brazilian Depositary Receipt – BDR*

Características:

Brazilian Depositary Receipts (BDRs) são valores mobiliários emitidos no Brasil, que possuem como lastro outros valores mobiliários, geralmente ações, emitidos no Exterior. Sua emissão deve ser realizada por instituições brasileiras, as chamadas instituições depositárias.

Os BDRs podem ser:

- Patrocinados, quando a própria companhia emissora do valor mobiliário lastro do BDR contrata instituição depositária para a emissão;
- Não Patrocinados, quando lançados por uma instituição depositária, que possuem como lastro valores mobiliários emitidos no Exterior.

Os BDRs Patrocinado dividem-se em:

- Nível I: dispensa de registro na CVM da companhia emissora do valor mobiliário lastro do BDR e da divulgação de outras informações além daquelas que a companhia já está obrigada a divulgar em seu país de origem. É permitida a oferta pública desse tipo de BDR desde que seja com esforços restritos;
- Nível II: obrigatoriedade do registro da companhia emissora do valor mobiliário lastro do BDR na CVM e possibilidade de oferta pública, desde que seja com esforços restritos; e
- Nível III: com características semelhantes ao Nível II, no nível III a empresa estrangeira pode captar recursos no Brasil através de oferta pública, podendo ser no âmbito Instrução CVM nº 400, de 29/12/2003 ou ainda com esforços restritos, conforme Instrução CVM nº 476, de 16/01/2009.

Fonte Primária de Cotações

O BDR Patrocinado é avaliado pela cotação de fechamento divulgada pela B3.

No caso de BDR Não Patrocinado, este é avaliado pelo preço de referência divulgado pela B3.

Fonte Alternativa de Cotações

Na situação em que não houver divulgação da cotação pela fonte utilizada, o valor do BDR será calculado a partir da última cotação de fechamento disponível do valor mobiliário lastro, obtida na bolsa onde esse ativo é negociado regularmente, que será dividida pela paridade do BDR e convertida para reais pela Taxa de Câmbio Referencial divulgada pela B3, para liquidação em 2 dias.

Caso o valor mobiliário lastro não seja negociado em dólar americano, o valor será convertido primeiramente para a moeda norte americana a partir das taxas de câmbio divulgadas pela B3, antes da conversão para reais.

4.5 Empréstimo de Ações**Características:**

É a transferência da custódia das ações do doador para o tomador, mediante o pagamento de uma comissão e o depósito de garantias, onde o acionista permanece como proprietário da ação.

Com taxa e prazo definidos no ato da operação, as operações são registradas na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.

Fonte de Cotações

Os empréstimos de ações são valorizados pela taxa contratada, a qual é aplicada sobre a cotação média da ação doada/tomada, divulgada pela B3 no pregão imediatamente anterior ao da contratação do empréstimo.

As posições tomadas ou doadas são valorizadas pela cotação de fechamento da B3 e contabilizadas como valores a pagar ou receber, respectivamente.

4.6 Títulos de Remuneração Variável Baseados em Royalties**Características:**

Título nominativo e escritural emitido por companhia de capital aberto com de remuneração variável baseada em royalties.

Fonte de Cotações

A fonte para avaliação é decidida em comitê.

4.7 Ações Negociadas no Exterior**Características:**

Título de valor mobiliário, negociável em mercados organizados fora do Brasil, que representa uma fração do capital social de uma empresa.

Fonte Primária de Cotações

As ações negociadas no exterior são avaliadas pelos respectivos preços de fechamento divulgados pela bolsa onde são regularmente negociadas, os quais são convertidos da moeda estrangeira para a moeda corrente nacional pela Taxa de Câmbio Referencial divulgada pela B3, para liquidação em 2 dias.

Caso a ação não seja negociada em dólar americano, o valor será convertido primeiramente para a moeda norte americana a partir das taxas de câmbio divulgadas pela B3, antes da conversão para reais.

Fonte Alternativa de Cotações

Na situação em que não houver divulgação da cotação pela fonte utilizada ou indisponibilidade da cotação até o horário limite das 22 horas, repete-se a última cotação de fechamento disponibilizada, ajustada para a taxa de câmbio do dia, conforme critério descrito na fonte primária.

5 DERIVATIVOS

Características:

Instrumento financeiro cujo preço de mercado deriva do preço de mercado de um bem ou de outro instrumento financeiro. O derivativo possui liquidação em uma data futura, requer apenas um pequeno investimento inicial e tem como principal objetivo a proteção – hedge – contra eventuais perdas no ativo ou instrumento financeiro de referência.

O mercado de Derivativos está segmentado em: mercados de futuros; mercado a termo; mercado de opções e; mercado de swaps.

5.1 Contratos Futuros e Contratos a Termo:

Características:

É um compromisso entre duas partes, que obriga uma a vender e outra, a comprar a quantidade e o tipo estipulado de determinada commodity, pelo preço acordado, com liquidação do compromisso em data futura. O contrato é negociado na B3.

O contrato futuro se caracteriza pelo sistema de gerenciamento de posição, com ajuste diário do valor dos contratos e consequente ganho ou prejuízo diário para as respectivas posições. No contrato a termo não há ajuste diário nem troca de posições.

Fonte Primária de Cotações

A avaliação é realizada conforme ajustes divulgados pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (B3).

A metodologia de MaM não será alterada em momentos de suspensão das negociações (*Circuit Breaker*).

Fonte Alternativa de Cotações

Caso os ajustes não estejam disponíveis até o horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos (pós 20h - horário de Brasília), é utilizado o ajuste de mercado divulgado por provedores (Ex.: Broadcast, Reuters, etc.).

5.2 Venda a Termo de Ações:

Características:

O Termo de Ações serve como uma escolha de compra ou venda de ações por valor estipulado por meio de contrato padronizado com liquidação em data futura, sem haver ajustes diários, diferentemente dos contratos futuros.

É uma modalidade de derivativo que permite ao vendedor sintetizar uma operação de renda fixa, mediante rendimento prefixado, relativo à diferença do valor do termo no vencimento e do valor à vista na data de negociação do ativo.

Em contrapartida, o comprador passa a ter o direito pela quantidade de ações negociadas a qualquer tempo no período do contrato, caso a operação seja liquidada antes do vencimento se dará pelo valor final previamente acordado.

Todas as ações negociáveis na B3 podem ser objeto de um contrato a termo.

O preço a termo de uma ação resulta da adição, ao valor cotado no mercado à vista, de uma parcela correspondente aos juros, que é fixado livremente em mercado, em função do prazo do contrato.

A data de vencimento é estabelecida entre as partes, observado o período mínimo de 16 e máximo de 999 dias corridos, contados da data de registro do contrato.

No Termo de Ações as garantias são dadas pelo vendedor mediante depósito da quantidade de ações do contrato na CBLC ou margens garantidoras, estipuladas pela câmara de liquidação.

Fonte Primária de Cotações

O preço de mercado do Termo de Ações para a posição vendida é obtido por meio do método de fluxo de caixa descontado. É utilizada para o desconto do fluxo a taxa da operação.

6 SWAP

Características:

Contrato de troca de pagamentos periódicos com uma contraparte, com a troca de índice de rentabilidade por outro. Na operação de Swap, as duas contrapartes assumem posições contrárias em cada "ponta", com o objetivo de reduzir o custo dos passivos e elevar a rentabilidade dos ativos, bem como alcançar proteção quanto a flutuações adversas de taxas.

O Contrato pode ter garantia de liquidação da bolsa.

6.1 Swap com garantia

6.1.1 Ponta CDI

O fluxo financeiro é atualizado pela taxa contratada no início da operação (%CDI). São utilizadas para o desconto do fluxo as taxas de juros futuros divulgadas pela B3.

Caso as taxas de juros não estejam disponíveis até o horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos (pós 20h - horário de Brasília), é utilizada a taxa de mercado divulgada por provedores (Ex.: Broadcast, Reuters, etc.).

Para os prazos intermediários entre as taxas divulgadas, é utilizado o método de interpolação exponencial por dias úteis.

6.1.2 Ponta IGP-M

O fluxo financeiro é atualizado pela variação do indexador do ativo (IGP-M) do mês anterior à data de aquisição do ativo até o mês anterior a data de avaliação, acrescido da taxa contratada. Para o mês de avaliação é utilizado pró-rata de projeção do indexador divulgada pela ANBIMA.

É utilizada para desconto do fluxo a curva de Taxas Referenciais de Swap divulgada pela B3.

Caso as Taxas Referenciais de Swap não estejam disponíveis até o horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos (pós 20h - horário de Brasília), é utilizada a taxa de mercado divulgada por provedores (Ex.: Broadcast, Reuters, etc.).

Para os prazos intermediários entre as taxas divulgadas, é utilizado o método de interpolação exponencial por dias úteis.

6.1.3 Ponta DÓLAR

O fluxo financeiro é atualizado pela variação do indexador do ativo (DÓLAR) do dia anterior à data de aquisição do ativo até o dia anterior à data de avaliação, acrescido da taxa contratada.

É utilizada para desconto do fluxo a curva de Taxas Referenciais de Swap divulgada pela B3.

Caso as Taxas Referenciais de Swap não estejam disponíveis até o horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos (pós 20h - horário de Brasília), é utilizada a taxa de mercado divulgada por provedores (Ex.: Broadcast, Reuters, etc.).

Para os prazos intermediários entre as taxas divulgadas, é utilizado o método de interpolação exponencial por dias úteis.

6.1.4 Ponta IBOVESPA (IND)

O fluxo financeiro é atualizado pela variação da cotação do Índice Bovespa da contratação até a data de avaliação, observada a opção de referência negociada. Cotação média, para contratos com opção de referência no Valor Médio do Índice Bovespa, e cotação de fechamento, para contratos com opção de referência no Valor de fechamento.

Caso não estejam disponíveis a cotação de fechamento/médio do Índice BOVESPA (Ibovespa), até o horário limite de evolução do sistema de controle do passivo dos fundos (pós 20h - horário de Brasília) é utilizada a cotação de mercado divulgada por provedores (Ex.: Broadcast, Reuters, etc.).

6.2 Swap sem garantias

O apreçamento de um Swap sem garantia consiste em estabelecer o valor presente do fluxo de caixa previsto no vencimento a partir de uma taxa de desconto de mercado acrescida de um *spread* de crédito, baseado na qualidade creditícia da contraparte.

Em alguns casos os Swaps sem garantia podem ter a liquidação diária ou periódica, de forma a mitigar o risco de crédito.

Nas situações em que a liquidação for diária, o apreçamento dos derivativos será dado pelo valor atualizado do contrato.

6.2.1 Ponta Ouro

Para o apuração do Swap de Ouro considera-se o valor futuro do ativo ouro, divulgado pela B3, o valor inicial do contrato, das taxas dos contratos futuros de DI da B3 e de um spread de crédito.

Fontes Primárias:

Futuro de Ouro e Taxa Pré – Cotações obtidas na B3.

Fontes Secundárias:

Futuro de Ouro e Taxa Pré - Cotações extraídas do Broadcast, Bloomberg ou Reuters.

6.2.2 Ponta Taxas de Juros do Mercado Internacional

O Swap de Taxas de Juros do Mercado Internacional é calculado considerando a variação cambial de dólares por reais, as taxas e sobretaxas pactuadas nos contratos, as taxas dos cupons cambiais divulgados pela B3 e do *spread* de crédito da contraparte.

Fontes Primárias:

Taxa de câmbio – Cotação de venda PTAX 800 obtida no Banco Central do Brasil;
Cupom Cambial – Cotação obtida na B3.

Fontes Secundárias:

Taxa de câmbio e Cupom Cambial – Cotações extraídas do Broadcast, Bloomberg ou Reuters.

6.2.3 Ponta Ações e ETF do Mercado Internacional

Os parâmetros de cálculo utilizados para o Swap de Ações e ETF do Mercado Internacional são a variação cambial de dólares por reais, a cotação inicial do contrato, a cotação de fechamento do futuro do ativo obtida na data do cálculo na bolsa onde é negociado, o percentual da variação contratado, a taxa de juros em dólares americanos e o *spread* de crédito da contraparte.

Fontes Primárias:

Taxa de câmbio – Cotação de venda PTAX 800 obtida no Banco Central do Brasil;
Futuro da Ação ou ETF – Cotação de fechamento obtida na bolsa estrangeira onde o derivativo é negociado;
Cotação da Ação ou ETF – Cotação de fechamento obtida na bolsa estrangeira onde o ativo é negociado;
Cupom Cambial – Cotação obtida na B3.

Fontes Secundárias:

Taxa de câmbio, Futuro da Ação ou ETF e Cupom Cambial – Cotações extraídas do Broadcast, Bloomberg ou Reuters.

7 OPÇÕES

Características:

Instrumento financeiro que confere a seu titular o direito de comprar ou vender um ativo-objeto a um preço determinado. Por este direito, o titular paga um prêmio, podendo exercê-lo até a data de vencimento (opção no estilo americano) ou somente na data de vencimento (opção no estilo europeu).

7.1 Opções de Ações, Índices e ETF

Fonte primária de cotações:

As opções de ações são precificadas pelo prêmio de referência da B3.

Fonte alternativa de cotações:

Caso a B3 não divulgue essas informações na data do apuração, a volatilidade é obtida a partir de superfície de volatilidade construída utilizando os negócios divulgados pela B3 ou por provedores de dados (Bloomberg, Broadcast, etc.).

7.2 Opções de Dólar

Fonte primária de cotações:

As opções de dólar são precificadas pelo prêmio de referência da B3.

Fonte alternativa de cotações:

Na ausência de divulgação da cotação na B3, o prêmio é calculado pelo modelo de Black (1976), utilizando como parâmetro de volatilidade, a média das volatilidades implícitas, cotadas em pelo menos três corretoras e/ou provedores de dados. Na impossibilidade de obtenção dessas cotações o prêmio é obtido a partir da volatilidade implícita do último prêmio divulgado.

7.3 Opções Ilíquidas

Ativos não alocados nas carteiras dos fundos de investimento.

8 FII E FIDC

Características:

O Fundo de Investimento Imobiliário – FII – é um instrumento de captação de recursos destinados à aplicação em empreendimentos imobiliários, constituído sob a forma de condomínio fechado e que pode ter prazo de duração indeterminado.

Os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC – é um instrumento de captação de recursos no mercado de capitais que se destina preponderantemente à aplicação em direitos creditórios e em títulos representativos desses direitos, originários de operações nos mais diversos segmentos.

Como reforço de garantia para o investidor, os FIDC são classificados em duas classes:

- 1) Cota de classe sênior: aquela que não se subordina às demais para efeito de amortização e resgate e que pode ser subdividida em séries.
- 2) Cota de classe subordinada: aquela que se subordina às demais para efeito de amortização e resgate.

8.1 Cotas negociadas regularmente:

Fonte Primária de Cotações

As cotas dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) e dos Fundos de Investimento Imobiliários (FII), regularmente negociadas, são precificadas a partir dos negócios realizados na CETIP ou B3.

Fonte Alternativa de Cotações

Caso não haja negócios nesse período, repete-se o último preço por até três dias consecutivos. Após esse período e persistindo a ausência dos negócios, o Comitê de Marcação a Mercado decide e registra em ata decisão sobre a precificação das cotas.

8.2 Cotas sem negócios regulares:

Fonte Primária de Cotações

As cotas dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) e dos Fundos de Investimento Imobiliários (FII), cujos negócios não sejam regulares, são precificadas pelo valor informado pelo administrador do fundo, ajustado em caso de amortizações.

Fonte Alternativa de Cotações

Caso o administrador não divulgue o valor da cota, repete-se o último valor por até três dias consecutivos. Após esse período e persistindo a ausência de divulgação pelo Administrador do fundo, o Comitê de Marcação a Mercado decide e registra em ata decisão sobre a precificação das cotas.

9 COMPROMISSADAS

Características:

Compra de títulos com compromisso de revenda assumido pelo comprador, conjugado com o compromisso de recompra assumido pelo vendedor, para data futura preestabelecida.

Fonte: Banco Central

Fonte de Cotações

As operações compromissadas são valorizadas pelas taxas contratadas, podendo ser prefixadas ou pós-fixadas.



► Questionário Padrão Due Diligence para Fundos de Investimento – Seção 3:

Resumos Profissionais

Gestor de Recursos de Terceiros (Pessoa Jurídica):

Caixa Econômica Federal

Questionário preenchido por:

VIART - Vice-Presidência de Administração e Gestão de Ativos de Terceiros

Data:

31/12/2020

Observações.:

- Todos os campos devem ser preenchidos. Caso algum campo não seja pertinente ao profissional, este deve ser preenchido com "N/A".

- Imprimir em apenas uma página (Arquivo > Imprimir > Configurações > Config. página).

Informações Gerais	
Nome	Vitor Hugo Falcão Marcondes Sodré
Email (opcional)	sugest@caixa.gov.br
Data de Nascimento	06/07/1984
Experiência Profissional	
Instituição Atual	
Cargo	Superintendente Nacional em exercício da Superintendência Nacional de Gestão de Fundos Líquidos
Data em que assumiu cargo atual	14/10/2019
Data em que passou a fazer parte do atual departamento	25/01/2010
Data de entrada (mês/ano)	07/11/2005
Instituição 1	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 2	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 3	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 4	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 5	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Cargos ocupados em Entidades de Classe	
Entidade	ANBIMA - GESTÃO DE FUNDOS MÚTUOS
Cargo	Suplente
Período	Desde 05/11/2019
Entidade	
Cargo	
Período	

Formação	
Graduação	
Curso	Ciências Econômicas
Instituição	Mackenzie
Data da conclusão (mês/ano)	2008
Pós Graduação	
Curso	Finanças Corporativas e Investment Banking
Instituição	FIA - Fundação Instituto de Administração
Data da conclusão (mês/ano)	2010
Mestrado	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Doutorado	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Certificação profissional	
Título	CGA
Órgão Certificador	ANBIMA
Título	
Órgão Certificador	
Comentários adicionais	

Informações Gerais	
Nome	Melchior Vinícius dos Santos Felix
Email (opcional)	gevar@caixa.gov.br
Data de Nascimento	05/11/1982
Experiência Profissional	
Instituição Atual	
Cargo	Gerente Nacional em exercício da Gerência Nacional Fundos de Renda Variável
Data em que assumiu cargo atual	25/09/2002
Data em que passou a fazer parte do atual departamento	12/01/2004
Data de entrada (mês/ano)	25/09/2002
Instituição 1	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 2	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 3	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 4	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 5	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Cargos ocupados em Entidades de Classe	
Entidade	
Cargo	
Período	
Entidade	
Cargo	
Período	

Formação	
Graduação	
Curso	Ciências Econômicas
Instituição	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP, 2006),
Data da conclusão (mês/ano)	dez/06
Pós Graduação	
Curso	MBA em Derivativos
Instituição	Instituto Educacional BM&FBovespa
Data da conclusão (mês/ano)	dez/09
Mestrado	
Curso	Economia (área de concentração: finanças quantitativas)
Instituição	Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EESP/FGV, 2014
Data da conclusão (mês/ano)	jul/14
Doutorado	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Certificação profissional	
Título	CGA
Órgão Certificador	ANBIMA
Título	
Órgão Certificador	
Comentários adicionais	

Informações Gerais	
Nome	CARLOS EDUARDO BITELI
Email (opcional)	gefix@caixa.gov.br
Data de Nascimento	27/05/1980
Experiência Profissional	
Instituição Atual	
Cargo	Gerente Nacional em exercício da Gerência Nacional de Fundos de Renda Fixa
Data em que assumiu cargo atual	
Data em que passou a fazer parte do atual departamento	02/03/2011
Data de entrada (mês/ano)	09/05/2005
Instituição 1	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 2	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 3	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 4	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 5	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Cargos ocupados em Entidades de Classe	
Entidade	ANBIMA
Cargo	Titular do Subcomitê de ETF
Período	desde set/2018
Entidade	ANBIMA
Cargo	Suplente do Comitê de Renda Fixa e Multimercados
Período	desde jun/19

Formação	
Graduação	
Curso	Engenharia de Materiais
Instituição	Escola Politécnica da USP
Data da conclusão (mês/ano)	dez/03
Pós Graduação	
Curso	Controladoria e Finanças
Instituição	ESAB
Data da conclusão (mês/ano)	dez/11
Mestrado	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Doutorado	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Certificação profissional	
Título	CGA - CERTIFICAÇÃO DE GESTORES
Órgão Certificador	ANBIMA
Título	
Órgão Certificador	
Comentários adicionais	

Informações Gerais	
Nome	Alvaro Cunha Matos Lessa de Oliveira
Email (opcional)	alvaro.m.oliveira@caixa.gov.br
Data de Nascimento	17/01/1984
Experiência Profissional	
Instituição Atual	
Cargo	Gerente Nacional Em Exercício
Data em que assumiu cargo atual	17/11/2020
Data em que passou a fazer parte do atual departamento	18/08/2008
Data de entrada (mês/ano)	09/02/2004
Instituição 1	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 2	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 3	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 4	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 5	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Cargos ocupados em Entidades de Classe	
Entidade	
Cargo	
Período	
Entidade	
Cargo	
Período	

Formação	
Graduação	
Curso	Administração de Empresas
Instituição	Univ Presbiteriana Mackenzie
Data da conclusão (mês/ano)	jun/07
Pós Graduação	
Curso	MBA em Gestão de Ativos Financeiros
Instituição	FGV/SP
Data da conclusão (mês/ano)	dez/10
Mestrado	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Doutorado	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Certificação profissional	
Título	CGA - Certificação Gestores ANBIMA
Órgão Certificador	ANBIMA
Título	Administrador de Carteiras
Órgão Certificador	CVM
Comentários adicionais	
Aprovação Level 1 do CFA Institute	

Vice-Presidência Fundos de Investimento (Viart)

Rating

Tipo de Rating	Rating	Pers-pectiva	Última Ação de Rating
Rating de Qualidade de Gestão de Investimentos	Forte	Positiva	12 de agosto de 2020

Fonte: Fitch Ratings.

Principais Fundamentos do Rating

Perspectiva Positiva: A revisão da Perspectiva do Rating de Qualidade de Gestão de Investimentos da Viart para Positiva, de Estável, realizada em 12 de agosto de 2020, reflete a implantação do sistema de *front-office* da Bloomberg em todas as estratégias de fundos tradicionais, em junho de 2020. A Fitch considera o processo recente e está monitorando os benefícios em termos de controles e eficiência.

Rating 'Forte': O rating da Viart, que se baseia em estratégias conservadoras de renda fixa, também reflete o bem disciplinado processo de investimento, a estrutura organizacional bem segmentada e robusta e uma equipe experiente e qualificada. Incorpora ainda a participação no conglomerado financeiro Caixa Econômica Federal (Caixa, Rating Nacional de Longo Prazo 'AA(bra)'/Perspectiva Estável), caracterizado por forte franquia, significativa presença de mercado e ampla base de clientes, além das sólidas estruturas de gestão de riscos da gestora e do grupo.

O rating considera apenas as atividades da Viart no mercado local, incluindo a carteira administrada dos recursos livres do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e excluindo a gestão de fundos estruturados, como os fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs) e os fundos de investimento em participações (FIPs), que têm processos e políticas próprios e são segregados da gestão de fundos tradicionais.

Resiliência à Pandemia: Os ativos sob gestão (*Assets Under Management* – AUM) da Viart diminuíram 5,5% no primeiro trimestre de 2020, para BRL478 bilhões. Os resgates foram concentrados em fundos de renda fixa, o que ocorreu na indústria como um todo, devido à crise causada pela pandemia de coronavírus. Apesar disso, a gestora preservou processos e fluxos de trabalho em resposta aos protocolos de distanciamento social. A maioria dos profissionais tem trabalhado de forma remota, sem falhas operacionais relevantes.

Principais Desafios: Os principais desafios da Viart são manter o desenvolvimento e a diversificação em estratégias de maior valor agregado, enquanto desenvolve as capacidades de sua equipe de investimento, além de ampliar a cobertura do universo de investimentos pela área de pesquisa, a fim de obter maiores parâmetros de comparação e diversificação.

Processo de Investimento: O processo de investimentos da Viart é bem estabelecido e disciplinado, com base em comitês e abordagem *top-down*, complementado por profundas análises de empresas, apesar do relativamente baixo número de instituições.

Recursos de Investimento: A alteração do score de 'Forte' para 'Excelente' reflete a implantação do sistema de *front-office* da Bloomberg, que inclui gerenciamento de ordens, controles pré-trading e reconciliação automática com os provedores de serviços externos, entre outros recursos. A Viart conta com uma estrutura bem robusta e segmentada.

Gestão de Risco: A gestora possui uma estrutura completa de políticas, comitês e controles, com estruturas independentes. A cultura de risco é conservadora, com limites de risco de mercado, crédito e liquidez bem estabelecidos e estreita supervisão dos executivos.

Desempenho dos Investimentos: O desempenho dos fundos da Viart foi consistente e alinhado a seus objetivos e aos dos pares no período de 36 meses encerrado em abril de 2020.

Companhia & Atendimento a Clientes: Criada em 1998, a Viart é a quarta maior gestora de recursos do Brasil, sendo uma unidade de negócios da Caixa responsável pela gestão de recursos de terceiros. Estabelecida em 1861, a Caixa é o terceiro maior banco do Brasil em termos de ativos e o primeiro em depósitos e é totalmente controlada pelo governo brasileiro.

Metodologia Aplicada

Metodologia de Rating de Qualidade de Gestão de Investimentos (fevereiro de 2020)

Analistas

Pedro E. Gomes
+55 11 4504 2604
pedro.gomes@fitchratings.com

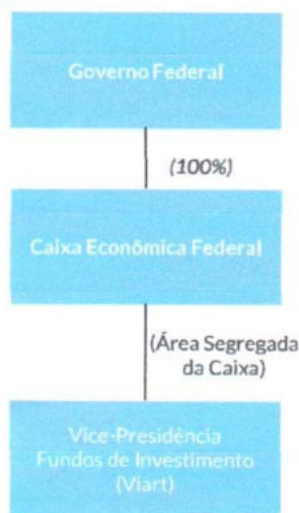
Felipe Baquero Riveros
+57 1 484 6770
felipe.baquero@fitchratings.com

Avaliação das Categorias

Categoria	Score
Processo de Investimento	Excelente
Recursos de Investimento	Alterado para Excelente, de Forte
Gestão de Risco	Forte
Desempenho dos Investimentos	Consistente
Companhia & Atendimento a Clientes	Excelente

Fonte: Fitch Ratings

Estrutura Organizacional



Fonte: Viart.

Processo de Investimento [Excelente]

Objetivos do Investimento

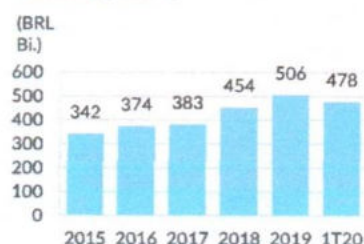
A Viart tem estratégias claras, mandatos bem definidos, orçamentos de risco e limites para todos os fundos. O processo de investimento foi revisado em 2016 e 2017 para se alinhar às práticas das melhores gestoras do mercado local, o que aumentou a qualidade e incrementou os procedimentos de pesquisa, análise e tomada de decisão. A estratégia é baseada em uma abordagem *top-down*, com suporte de profunda pesquisa macro e análises abrangentes de empresas para os fundos de crédito privado e de renda variável, além de forte interação entre gestores e equipes de análise e pesquisa.

A gestora tem uma abordagem muito conservadora em relação aos limites de risco e um conjunto robusto de controles. O histórico de gestão de uma vasta gama de carteiras é longo, com consistência comprovada e uma oferta de produtos muito boa, especialmente em estratégias de curto prazo e renda fixa. O desempenho e os riscos dos portfólios são discutidos em comitês periódicos, com participação de executivos seniores de várias áreas. A gestora dispõe de instrumentos adequados para avaliar suas atividades, processo que tem sido importante para a curva de aprendizado da equipe de investimento. A Viart produz relatórios mensais de atribuição de desempenho e de risco que permitem aos gestores avaliar se as carteiras estão em conformidade com as políticas de investimento, aprender com os erros e ajustar seu processo de investimento.

Processo de Pesquisa

O acesso da Viart a pesquisas de alta qualidade é muito bom, devido à relevante posição do grupo, a sua franquia e seu AUM. O processo de pesquisa é consistente com o universo do investimento e tem demonstrado disciplina e estabilidade. Toda a pesquisa é devidamente

Total de Ativos Sob Gestão (AUM)



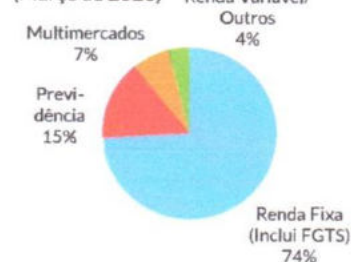
Fonte: Viart

AUM por Tipo de Investidor (Março de 2020)



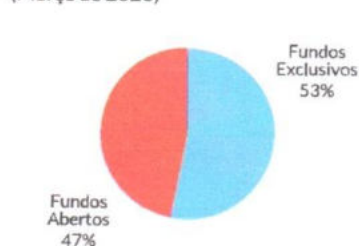
Fonte: Viart

AUM por Tipo de Fundo (Março de 2020)



Fonte: Viart

AUM por Tipo de Carteira (Março de 2020)



Fonte: Viart

documentada, e as informações são efetivamente disseminadas para as equipes e discutidas em comitês apropriados.

Há robustas equipes de pesquisa econômica, análise de crédito e de renda variável. A equipe econômica realiza análises de conjuntura e perspectiva sobre os cenários econômicos, nacionais e internacionais, fornecendo subsídios para as atividades de gestão e distribuição de fundos. Os analistas de ações cobrem cerca de cinquenta empresas na bolsa de valores brasileira, com profundos modelos de fluxo de caixa descontado (DCF), enquanto os analistas de crédito cobrem aproximadamente setenta companhias, sendo cerca de trinta bancos. Há planos para expandir o universo de renda variável para 85 empresas.

Decisão de Investimento e Construção de Carteiras

A Viart tem um processo de investimento bem definido e estável para todos os fundos e carteiras. Existe uma estrutura robusta de comitês (mensais, semanais e sob demanda) e reuniões diárias, com mandatos claramente definidos para cada categoria (juros, moeda, crédito privado, ações etc.), que incorporam adequadamente todas as conclusões fornecidas pelas áreas de pesquisa. Os gestores têm certa flexibilidade para pequenos ajustes, a fim de implantar as decisões tomadas nos comitês, mas precisam apresentar o caso na reunião seguinte.

O CIO conduziu uma ampla revisão do processo de investimento em 2016 e 2017 para o alinhar ao das melhores gestoras brasileiras. O objetivo era adaptar os procedimentos a um ambiente mais complexo, adicionando novas estratégias aos fundos multimercados e uma abordagem mais concentrada (alta convicção) ao processo de renda variável. As mudanças alcançaram bons resultados, especialmente no que diz respeito a decisões de investimento baseadas em pesquisas mais profundas e melhorias na implantação das carteiras. Premissas, insumos e metodologias de risco de crédito, mercado e liquidez são discutidos em comitês regulares, com a participação dos principais executivos. Cada equipe de investimento executa as ordens relacionadas às suas estratégias, normalmente pelo sistema Bloomberg.

Recursos de Investimento [Excelente]

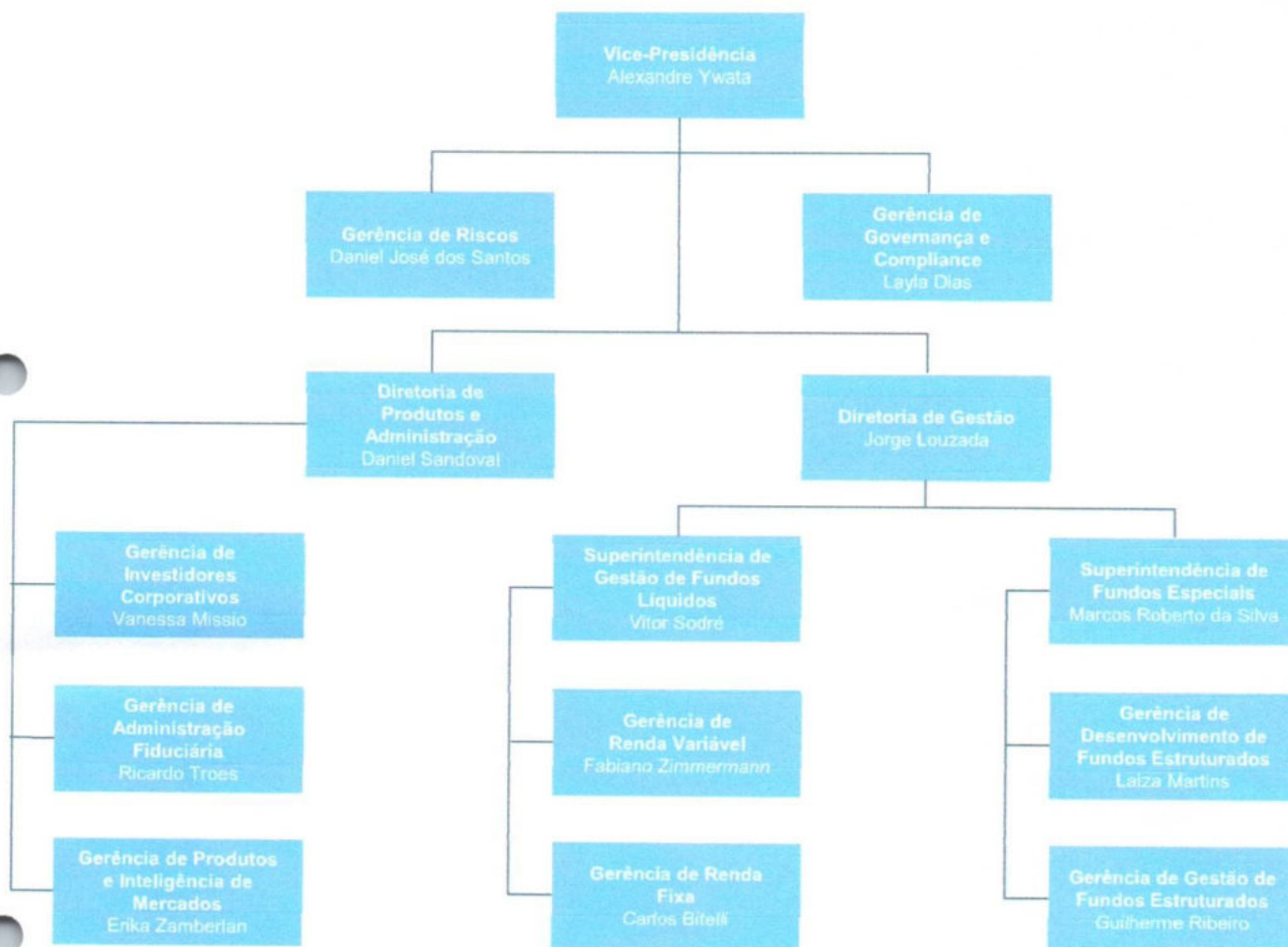
Equipe

A estrutura da Viart é muito bem organizada e segmentada, com claras responsabilidades e controles. Em março de 2020, havia 215 funcionários, sendo quarenta na equipe de investimento dos fundos tradicionais. A estrutura conta com um vice-presidente (CEO), dois diretores (CIO e um executivo de administração fiduciária/distribuição) e executivos de risco (crédito, mercado e liquidez) e de compliance. A equipe de investimentos é segmentada em renda fixa (crédito e juros/inflação), variável (ações e câmbio/commodities) e fundos de fundos (FoFs). Embora a equipe de FoFs se reporte ao CIO da Viart, as decisões de investimento são tomadas em comitês segregados, com diferentes processos e quóruns.

A Viart conta com executivos experientes, a maioria com mais de 15 anos na gestora e mais de vinte no grupo. O risco de pessoa-chave é baixo. A rotatividade tem aumentado desde 2019, com várias alterações nos altos níveis (CEO, CIO, executivo de risco e alguns superintendentes e gerentes), mas os novos executivos são oriundos da própria gestora ou de empresas do grupo. Além disso, essas alterações não afetaram a continuidade dos negócios.

As estruturas de auditoria interna e risco operacional são do grupo e segregadas da Viart. As áreas de risco e de compliance fazem parte da gestora, mas de forma completamente segregada, com reporte ao CEO. As áreas de suporte, como recursos humanos (RH), jurídico, contabilidade e tecnologia da informação (TI) são fornecidas pelo grupo, geralmente com profissionais dedicados à gestora. Não há área de *trading*, e as ordens são efetuadas pelos próprios gestores.

Equipe (Gestão de Recursos)



Fonte: Viart.

Fluxos de Trabalho do Front-office e Tecnologia

A Viart é beneficiada pela grande estrutura de TI do grupo, com sólida infraestrutura, que inclui os sistemas de *mainframe* do conglomerado e os sistemas da gestora. O grupo tem demonstrado alto comprometimento com os planos estratégicos da Viart. A gestora concluiu a implantação do sistema de *front-office* da Bloomberg no primeiro semestre de 2020. O sistema, considerado um dos melhores do mercado local, é bem completo, automatizado e integrado, e tem registrado melhores controles e eficiência, além de redução de riscos operacionais. O sistema inclui gestão de ordens, *pre-trading*, *compliance* e reconciliação com corretores e custodiantes, além de ser integrado com outros provedores externos. Anteriormente, as operações de *front office* utilizavam principalmente processos manuais e planilhas de Excel.

Desde 2016, a gestora vem ajustando seus procedimentos de contratação de provedores externos de tecnologia. Após atrasos na implementação, concluiu em 2017 o sistema integrado de *middle* e *back office* SICQL (feito pela Maps, um reconhecido fornecedor local). Esta solução integra funções de *middle* e *back office*, operações, administração fiduciária e custódia com melhora na automação e redução de potenciais erros operacionais. Há sistemas internos de atribuição de desempenho e de risco de liquidez e operacional, além de um bom de risco de mercado (Luna), fornecido pela Maps.

A gestora tem uma experiência muito boa e capacidade para assumir mandatos exclusivos (53% do AUM em março de 2020), utilizando procedimentos padronizados (comuns a toda a indústria brasileira). Os sistemas podem se adaptar a diretrizes, administradores fiduciários, custodiantes e estruturas demandadas por diferentes tipos de investidores. O grupo tem sólidos procedimentos e políticas de continuidade de negócios (BCP) e TI, com rotinas e permissões bem definidas.

Suporte de Middle/Back Office e Provedores de Serviços de Terceiros

As estruturas de *middle* e *back office* são robustas, com equipes bem estáveis e experientes, e segregadas do time de investimento. O *middle office* é responsável pelo processo de reconciliação e pelo suporte à precificação dos ativos e ao cálculo de cotas, inclusive pela reconciliação do fluxo de caixa dos fundos. A implantação total do sistema SICQL, em 2017, integrou e automatizou as funções do *back office*, incluindo administração fiduciária e custódia. Além disso, o sistema de *front office* trouxe maior automação nas reconciliações e integração com os provedores de serviços externos. Os processos de administração fiduciária, controladoria e custódia são bem padronizados e automatizados.

A Viart aprova e monitora todos os trabalhos dos provedores externos, inclusive do próprio grupo. Todas as relações com terceiros são feitas com contratos de SLA, que são revisados pelos departamentos jurídico e de compliance. A área de risco e compliance realiza monitoramento diário da alocação de volumes de corretagem. A Viart possui um processo de seleção de corretores com revisão semestral. A gestora emprega uma política específica para a concentração de ordens dos corretores (limite de 10%), e a qualidade do serviço é continuamente monitorada. Há 12 corretoras para mercados futuros e 12 para ações tradicionais, aprovadas por semestre, sendo que as cinco maiores tiveram 46% do volume negociado no primeiro semestre de 2020.

A Viart tem uma política de preços formalizada e robusta, com ativos marcados a mercado diariamente (de acordo com a regulamentação local). A precificação dos ativos e o cálculo de cotas são realizados pela controladoria dos fundos. A controladoria e a custódia são efetuadas por outra unidade do grupo (81% do AUM em março de 2020), enquanto a administração fiduciária é feita por uma área segregada dentro da Viart (99% do AUM), que administrava BRL478 bilhões em ativos em março de 2020. O saldo dos serviços de custódia é realizado por outros provedores, basicamente o Banco Bradesco S.A. (19% do AUM).

Gestão de Risco [Forte]

Controle de Risco

A Viart possui uma estrutura de controle de risco forte e independente, com equipe robusta e experiente. Há um forte conjunto de políticas e comitês em vigor, supervisionados pelos principais executivos. As estruturas de controle são altamente segmentadas, com uma cultura muito conservadora de gerenciamento de riscos. Os gerentes de risco e de compliance se reportam ao CEO.

A Viart é supervisionada por diversas entidades externas (administradores, custodiantes, auditoria interna do grupo; áreas de risco e de compliance da Viart e do grupo; e auditoria externa do grupo e dos fundos). Também está sujeita aos reguladores brasileiros (Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Banco Central e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - Anbima). Fundos e carteiras têm estrutura independente e políticas registradas na CVM, de acordo com as regras locais. Os desenquadramentos dos limites não têm sido relevantes e têm sido prontamente resolvidos, mesmo no período mais turbulento da pandemia de coronavírus. A Viart tem práticas muito boas de identificação, mapeamento, controles e ações corretivas de risco operacional, com perdas históricas muito baixas.

Monitoramento e Mensuração de Risco & Teste de Estresse

A Viart tem um bom controle *ex-post* de métricas de risco de mercado (D+1), com um conjunto completo de relatórios usando testes de estresse e VaR. Limites e exposições são discutidos diariamente, analisando as métricas e os orçamentos de risco com participação dos principais executivos. Os fortes controles de liquidez também são realizados diariamente e integrados ao processo de monitoramento de risco de mercado. Historicamente, as carteiras são bastante líquidas, tendo em vista o perfil conservador dos mandatos. O cálculo de liquidez mínima é

baseado no histórico de resgates, nos valores médios dos ativos negociados no mercado local, nos mandatos e em cenários de estresse. O controle da posição de caixa e liquidez é efetuado para todos os fundos, duas vezes ao dia.

A Viart possui risco de crédito de contraparte limitado, devido aos altos padrões do mercado local, em função da centralização das negociações na B3 e na Selic (câmaras de compensação locais). A gestora utiliza a análise de crédito do banco, mas as decisões e o monitoramento são efetuados por profissionais próprios. Nos últimos cinco anos, a Viart apresentou apenas dois créditos problemáticos, de valores não relevantes em relação ao AUM dos fundos.

Compliance

O departamento de compliance foi segregado da área de risco em 2020, reportando diretamente ao CEO da Viart. A gestora tem um conjunto completo de políticas, incluindo código de ética, política de investimentos pessoais e controles para alocação justa das ordens etc. e verifica todos os serviços de terceiros, inclusive os fornecidos por outras empresas do grupo. A política de investimento pessoal permite que os profissionais invistam em ações do índice Ibovespa, mas sob forte monitoramento. A gestora tem sólidos controles de negociação e bons sistemas, incluindo controles pré-trading após a implantação do sistema de *front office*. O grupo, como administrador fiduciário, também realiza ações efetivas de correção, uma vez que deve se reportar à CVM, visto ser o responsável legal dos fundos.

Estruturas de Supervisão Interna	Periodicidade	Estruturas de Supervisão Externa	Periodicidade
Comitê de Planejamento e Gestão – Viart	Mensal	Controladoria e Custódia – Caixa	Diária
Comitê de Investimento – Viart	Mensal	Auditoria Interna: Caixa	Regular
Comitê de Investimento para Fundos de Fundos – Viart	Trimestral	Auditoria Externa - KPMG e Ernst Young & Terco	Mensal e Anual
Comitê de Riscos – Viart	Bimestral	CVM	Regular
Comitê de Administração Fiduciária – Viart	Bimestral	Anbima	Regular
		Bacen	Regular

Fonte: Fitch Ratings, Viart.

Alinhamento de Interesses

A Viart tem uma clara política de remuneração e uma estrutura de incentivos muito estável, baseada principalmente em salários fixos, que são aumentados de acordo com o cargo, como em outras estatais brasileiras. Existem alguns benefícios, como distribuição de lucros, relacionados ao desempenho da empresa, mas representam uma baixa parcela da remuneração anual e os bônus individuais ainda são muito baixos em relação aos padrões de mercado. No entanto, a compensação variável tem aumentado nos últimos anos. A gestora implantou, em 2020 (em relação a 2019), um programa de bônus anual para os gerentes e níveis superiores que considera a performance individual do profissional, da área e do grupo. Em 2017, a gestora já havia implantado um bônus anual de um mês de salário pelo atingimento de metas. Os diretores têm um programa de bônus anual de até seis salários, pago em quatro anos.

Desempenho dos Investimentos [Consistente]

O desempenho ajustado ao risco dos fundos da Viart foi consistente e alinhado a seus objetivos e aos pares relevantes no período de 36 meses encerrado em abril de 2020. A maioria das estratégias, incluindo fundos de renda fixa, previdência e multimercados, se posicionou do primeiro ao terceiro quintis em relação aos pares no período analisado. Esses fundos representavam 96% do AUM em março de 2020.

Companhia & Atendimento a Clientes [Excelente]

Companhia

A Viart é uma unidade de negócios responsável pela gestão de recursos de terceiros da Caixa, terceiro maior conglomerado financeiro no Brasil em ativos e primeiro em depósitos, com forte banco de varejo e ampla base de clientes. Em dezembro de 2019, detinha BRL1,3 trilhão em ativos e lucro líquido de BRL21,1 bilhões. Fundada em 1861, a Caixa é integralmente controlada pela União e tem importante papel em um grande número de políticas públicas, principalmente de financiamento imobiliário.

Criada em 1998, a Viart é a quarta maior gestora de recursos do Brasil, com 7,3% de participação de mercado local em março de 2020 e AUM de BRL368 bilhões, segundo o ranking da Anbima (exclui os recursos livres do FGTS). Considerando o FGTS, o AUM era de BRL478 bilhões, concentrado em estratégias de renda fixa (89% do AUM). A gestora tem apresentado resultados fortes e consistentes e respondido por de 8% a 10% do lucro líquido da Caixa, sendo uma das unidades de negócios mais importantes do grupo.

O crescimento do AUM foi impactado pela redução dos recursos depositados no FGTS, que diminuiu 7,1% no primeiro trimestre de 2020, para BRL104 bilhões, após uma redução de 2% em 2019, devido aos programas do governo que permitiram aos trabalhadores resgatar parte do saldo de suas contas no fundo em 2017, 2019 e 2020. Isto também contribuiu para um crescimento de AUM abaixo da média em relação ao mercado local. A gestora registrou crescimento de 11% em 2019 e redução de 5,5% no primeiro trimestre de 2020, em comparação ao aumento da indústria de 17% e da queda de 3,4% nestes períodos. No primeiro trimestre deste ano, a redução ocorreu também nos recursos de investidores de varejo e RPPS, devido à crise causada pela pandemia do coronavírus.

Em março de 2020, o AUM por tipo de cliente era constituído por FGTS (22%), varejo (16%), fundos de pensão estaduais e municipais (17%), fundos de pensão do grupo (16%), entidades governamentais (15%), corporates (6%) e outros (8%). Por tipo de estratégia, era composto por renda fixa (89%, inclui FGTS e previdência), multimercados (7%) e outros (4%). A concentração era alta e os dez principais investidores representavam 46% do AUM em março de 2020.

Atendimento a Clientes

A Viart tem boa comunicação geral com os investidores. A gestora usa a estrutura de distribuição do grupo para dar suporte a seus clientes, o que inclui agências bancárias, centrais de atendimento e internet banking. Também possui uma estrutura de suporte técnico dedicada às áreas de negócios, segmentada por tipo de cliente, incluindo investidores institucionais, entidades públicas, empresas e pessoas físicas. Há um comitê de produtos mensal, com alguns dos principais executivos, para avaliar as demandas dos clientes e o desempenho dos fundos, analisar a grade de produtos e decidir sobre o lançamento ou cancelamento de qualquer fundo. A empresa tem boa experiência com mandatos exclusivos, especialmente os dedicados a entidades públicas e investidores institucionais. Os relatórios têm bom nível de informação, com conteúdo transparente e envio periódico (basicamente mensal).

Os ratings acima foram solicitados pelo, ou em nome do, emissor e, portanto, a Fitch foi compensada pela avaliação dos ratings.

TODOS OS RATINGS DE CRÉDITO DA FITCH ESTÃO SUJEITOS A ALGUMAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE. POR FAVOR, VEJA NO LINK A SEGUIR ESSAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE: [HTTP://FITCHRATINGS.COM/UNDERSTANDINGCREDITRATINGS](http://fitchratings.com/understandingcreditratings). ALÉM DISSO, AS DEFINIÇÕES E OS TERMOS DE USO DOS RATINGS ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE PÚBLICO DA AGÊNCIA, EM WWW.FITCHRATINGS.COM. OS RATINGS PÚBLICOS, CRITÉRIOS E METODOLOGIAS PUBLICADOS ESTÃO PERMANENTEMENTE DISPONÍVEIS NESTE SITE. O CÓDIGO DE CONDUTA DA FITCH E AS POLÍTICAS DE CONFIDENCIALIDADE, CONFLITOS DE INTERESSE, SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO (FIREWALL) DE AFILIADAS, COMPLIANCE E OUTRAS POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS RELEVANTES TAMBÉM ESTÃO DISPONÍVEIS NESTE SITE, NA SEÇÃO "CÓDIGO DE CONDUTA". A FITCH PODE TER FORNECIDO OUTRO SERVIÇO AUTORIZADO À ENTIDADE CLASSIFICADA OU A PARTES RELACIONADAS. DETALHES SOBRE ESSE SERVIÇO PARA RATINGS PARA O QUAL O ANALISTA PRINCIPAL ESTÁ BASEADO EM UMA ENTIDADE DA UNIÃO EUROPEIA PODEM SER ENCONTRADOS NA PÁGINA DO SUMÁRIO DA ENTIDADE NO SITE DA FITCH.

Copyright © 2020 by Fitch Ratings, Inc., Fitch Ratings Ltd. e suas subsidiárias, 33 Whitehall St, NY, NY 10004. Telefone: 1-800-753-4824 (para chamadas efetuadas nos Estados Unidos), ou (001212) 908-0500 (chamadas fora dos Estados Unidos). Fax: (212) 480-4435. Proibida a reprodução ou retransmissão, integral ou parcial, exceto quando autorizada. Todos os direitos reservados. Ao atribuir e manter ratings e ao fazer outros relatórios (incluindo informações sobre projeções), a Fitch conta com informações factuais que recebe de emissores e underwriters e de outras fontes que a agência considera confiáveis. A Fitch realiza uma apuração adequada das informações factuais de que dispõe, de acordo com suas metodologias de rating, e obtém razoável verificação destas informações de fontes independentes, à medida que estas fontes estejam disponíveis com determinado patamar de segurança, ou em determinada jurisdição. A forma como é conduzida a investigação factual da Fitch e o escopo da verificação de terceiros que a agência obtém poderão variar, dependendo da natureza do título analisado e do seu emissor, das exigências e práticas na jurisdição em que o título analisado é oferecido e vendido e/ou em que o emissor esteja localizado, da disponibilidade e natureza da informação pública envolvida, do acesso à administração do emissor e seus consultores, da disponibilidade de verificações pré-existentes de terceiros, como relatórios de auditoria, cartas de procedimentos acordadas, avaliações, relatórios atuariais, relatórios de engenharia, pareceres legais e outros relatórios fornecidos por terceiros, disponibilidade de fontes independentes e competentes de verificação, com respeito ao título em particular, ou na jurisdição do emissor, em especial, e a diversos outros fatores. Os usuários dos ratings e relatórios da Fitch devem estar cientes de que nem uma investigação factual aprofundada, nem qualquer verificação de terceiros poderá assegurar que todas as informações de que a Fitch dispõe com respeito a um rating ou relatório serão precisas e completas. Em última instância, o emissor e seus consultores são responsáveis pela precisão das informações fornecidas à Fitch e ao mercado ao disponibilizar documentos e outros relatórios. Ao emitir ratings e relatórios, a Fitch é obrigada a confiar no trabalho de especialistas, incluindo auditores independentes, com respeito às demonstrações financeiras, e advogados, com referência a assuntos legais e tributários. Além disso, os ratings e as projeções financeiras e outras informações são naturalmente prospectivos e incorporam hipóteses e premissas sobre eventos futuros que, por sua natureza, não podem ser confirmados como fatos. Como resultado, apesar de qualquer verificação sobre fatos atuais, os ratings e as projeções podem ser afetados por condições ou eventos futuros não previstos na ocasião em que um rating foi emitido ou afirmado.

As informações neste relatório são fornecidas "tais como se apresentam", sem que ofereçam qualquer tipo de garantia. Um rating da Fitch constitui opinião sobre o perfil de crédito de um título. Esta opinião e os relatórios se apoiam em critérios e metodologias existentes, que são constantemente avaliados e atualizados pela Fitch. Os ratings e relatórios são, portanto, resultado de um trabalho de equipe na Fitch, e nenhum indivíduo, ou grupo de indivíduos, é responsável isoladamente por um rating ou relatório. O rating não cobre o risco de perdas em função de outros riscos que não sejam o de crédito, a menos que tal risco esteja especificamente mencionado. A Fitch não participa da oferta ou venda de qualquer título. Todos os relatórios da Fitch são de autoria compartilhada. Os profissionais identificados em um relatório da Fitch participaram de sua elaboração, mas não são isoladamente responsáveis pelas opiniões expressas no texto. Os nomes são divulgados apenas para fins de contato. Um relatório que contenha um rating atribuído pela Fitch não constitui um prospecto, nem substitui as informações reunidas, verificadas e apresentadas aos investidores pelo emissor e seus agentes com respeito à venda dos títulos. Os ratings podem ser alterados ou retirados a qualquer tempo, por qualquer razão, a critério exclusivo da Fitch. A agência não oferece aconselhamento de investimentos de qualquer espécie. Os ratings não constituem recomendação de compra, venda ou retenção de qualquer título. Os ratings não comentam a correção dos preços de mercado, a adequação de qualquer título a determinado investidor ou a natureza de isenção de impostos ou taxa sobre pagamentos efetuados com respeito a qualquer título. A Fitch recebe pagamentos de emissores, seguradores, garantidores, outros coobrigados e underwriters para avaliar os títulos. Estes preços geralmente variam entre USD 1.000 e USD 750.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável) por emissão. Em certos casos, a Fitch analisará todas ou determinado número de emissões efetuadas por um emissor em particular ou seguradas ou garantidas por determinada seguradora ou garantidor, mediante um único pagamento anual. Tais valores podem variar de USD 10.000 a USD 1.500.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável). A atribuição, publicação ou disseminação de um rating pela Fitch não implicará consentimento da Fitch para a utilização de seu nome como especialista, com respeito a qualquer declaração de registro submetida mediante a legislação referente a títulos em vigor nos Estados Unidos da América, a Lei de Serviços Financeiros e Mercados, de 2000, da Grã-Bretanha ou a legislação referente a títulos de qualquer outra jurisdição, em particular. Devido à relativa eficiência da publicação e distribuição por meios eletrônicos, o relatório da Fitch poderá ser disponibilizada para os assinantes eletrônicos até três dias antes do acesso para os assinantes dos impressos.

Para a Austrália, Nova Zelândia, Taiwan e Coreia do Sul apenas: A Fitch Austrália Pty Ltd detém uma licença australiana de serviços financeiros (licença AFS nº 337123.), a qual autoriza o fornecimento de ratings de crédito apenas a clientes de atacado. As informações sobre ratings de crédito publicadas pela Fitch não se destinam a ser utilizadas por pessoas que sejam clientes de varejo, nos termos da Lei de Sociedades (Corporations Act 2001).



BANCO CENTRAL DO BRASIL

CERTIDÃO

Certifica-se que, nesta data, o (a) CAIXA ECONOMICA FEDERAL (CNPJ 00.360.305/0001-04) encontra-se na situação **Autorizada em Atividade**, no segmento **Caixa Econômica Federal**, estando habilitada, nos termos da legislação em vigor, a praticar operações permitidas às instituições da espécie e credenciada como participante do PIX. Atestamos também que a referida instituição possui autorização para executar operações em:

- Crédito Rural
- Mercado de Câmbio

2. Certifica-se, ainda, que, quando da emissão desta certidão, constava em nossos cadastros que a instituição não se encontrava submetida a regime de administração especial temporária, de intervenção ou de liquidação extrajudicial por parte deste Banco Central.

3. Certidão emitida eletronicamente às 19:30:49 do dia 25/3/2022, com base na Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995. Para verificar a autenticidade deste documento acesse o endereço <https://www3.bcb.gov.br/certiaut/validar>.

Código de validação: dFYRRmgaqPKHNHsfzEfc

Certidão emitida gratuitamente.

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO POSITIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 15/03/2022, **CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

CAIXA ECONOMICA FEDERAL
00.360.305/0001-04

- Impugnação de crédito, 0726728-59.2019.8.07.0015 (Res.65 - CNJ), distribuído para Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do DF em 24/10/2019, Falência.

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 15/03/2022

Selo digital de segurança: **2022.CTD.ZEC7.6GZN.JHUE.VQQJ.P0Z9**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO NR : 035-00.409.313/2022
NOME : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ENDEREÇO : SBS QUADRA 4 LOTE 3/4 EDIFÍCIO MATRIZ I S/N
CIDADE : ASA SUL
CPF :
CNPJ : 00.360.305.0001-04
CF/DF : 0731282500175 - ATIVA

FINALIDADE : JUNTO A ORGAOS PUBLICOS

CERTIFICAMOS QUE

HA DEBITOS VINCENDOS DE IPTU.
HA DEBITOS VINCENDOS DE TLP.
HA DEBITOS VINCENDOS DE IPVA / 2022 .
HA DEBITOS VINCENDOS DE ITBI / 2022 .
CONSTA(M) DEBITO(S) SUSPENSO(S) DE ITBI NO LANCAMENTO POR REC. ADMINISTRATIVO.
CONSTA(M) DEBITO(S) SUSPENSO(S) DE TLP NO LANCAMENTO-SIT 33
CONSTA(M) DEBITO(S) SUSPENSO(S) DE OUTROS NO LANCAMENTO POR RECURSO JUDICIAL.
CONSTA(M) DEBITO(S) SUSPENSO(S) DE OUTROS NO LANCAMENTO POR REC. ADMINISTRATIVO
CONSTA(M) DEBITO(S) SUSPENSO(S) DE OUTROS NO LANCAMENTO POR REC. ADMINISTRATIVO
CONSTA(M) DEBITO(S) SUSPENSO(S) DE TLP NA DIVIDA ATIVA POR RECURSO JUDICIAL.
CONSTA(M) DEBITO(S) SUSPENSO(S) DE ISS NA DIV. ATIVA POR REC. ADMINISTRATIVO.
CONSTA(M) DEBITO(S) DE IPTU TLP RECOLHIDOS
JUNTO AO AGENTE ARRECADADOR POREM AINDA NAO CONSTANDO
NO SISTEMA DE ARRECADACAO DA SECRETARIA DE ECONOMIA
OU OFERTA DE SEGURO GARANTIA IDONEO.

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5.172/66 – CTN.
Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.
Esta Certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

Certidão expedida conforme o Decreto Distrital nr. 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 02 de Maio de 2022 *

*Certidões expedidas no período da pandemia do COVID-19
tem sua validade limitada ao prazo que perdurar tal situação.
Brasília-DF, 01 de Fevereiro de 2022



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
CNPJ: 00.360.305/0001-04

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:05:47 do dia 30/11/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 29/05/2022.

Código de controle da certidão: **9D61.0F9B.4140.8BFC**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 00.360.305/0001-04
Razão Social: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Endereço: ST SETOR BANCARIO SUL QUADRA 04 34 BLOCO A / ASAL SUL /
BRASILIA / DF / 70092-900

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/03/2022 a 14/04/2022

Certificação Número: 2022031611280217275904

Informação obtida em 30/03/2022 14:49:27

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br